Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

Passaram a mão na minha poupança

Um estudo sobre o impacto do Plano Collor
no cotidiano da população brasileira urbana em 1990

Francine De Lorenzo Andozia

São Paulo

2019

(Versão corrigida)

Francine De Lorenzo Andozia

Passaram a mão na minha poupança

Um estudo sobre o impacto do Plano Collor
no cotidiano da população brasileira urbana em 1990

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia,Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Sara Albieri.

São Paulo

2019

(Versão corrigida)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ap

Andozia, Francine De Lorenzo
Passaram a mão na minha poupança - um estudo sobre o impacto do Plano Collor no cotidiano da população brasileira urbana em 1990 / Francine De Lorenzo Andozia ; orientador Sara Albieri. - São Paulo, 2019.
263 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Plano Collor. 2. Poupança, confisco. 3. comportamento econômico. 4. cultura econômica. 5. cotidiano. I. Albieri, Sara, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Francine De Lorenzo Andozia

Data da defesa: 02/07/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sara Albieri

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, _13_/_08_/_2019

_____ _____

(Assinatura do (a) orientador (a)

ANDOZIA, Francine De Lorenzo. **Passaram a mão na minha poupança** - um estudo sobre o impacto do Plano Collor no cotidiano da população brasileira urbana em 1990. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Instituição:
Julgamento:
Assinatura:_____

Prof. Dr.
Instituição:
Julgamento:
Assinatura:_____

Prof. Dr
Instituição:
Julgamento:
Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sara Albieri, não só pela preciosa orientação no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, mas também pelo apoio e carinho nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz e ao Prof. Dr. Osvaldo Coggiola, pelo interesse e disposição em avaliar esta pesquisa e pelas importantes contribuições para o resultado final deste trabalho.

À equipe do acervo do Grupo Estado e aos colegas jornalistas, pela atenção e ajuda com muitas das fontes utilizadas nesta dissertação.

Aos amigos e familiares, pela ajuda e apoio durante todo período de pesquisa.

Ao Max, meu companheiro de todas as horas.

RESUMO

O Plano Brasil Novo – ou Plano Collor, como ficou conhecido – foi lançado em março de 1990 por Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto no Brasil em quase 30 anos, tendo como principal marca o inédito confisco das aplicações financeiras privadas por um período de 18 meses. A brusca retirada de moeda de circulação, que fez sumir de um dia para outro cerca de 75% do dinheiro que irrigava a economia brasileira, provocou uma ruptura não apenas no sistema econômico-financeiro do País, como também nas relações sociais e na cultura econômica vigentes, alterando a dinâmica do cotidiano e o comportamento econômico da população urbana.

Palavras-chave: Plano Collor, poupança, confisco, Fernando Collor de Mello, cotidiano, cultura econômica, comportamento econômico.

ABSTRACT

The New Brazil Plan – or Collor Plan, as it was known – was launched in March 1990 by Fernando Collor de Mello, the first president elected by direct vote in Brazil in almost 30 years, having main feature the unprecedented confiscation of private financial investments for a period of 18 months. The abrupt withdrawal of circulation money, which wiped out about 75% of the money that irrigated the Brazilian economy from one day to the next, provoked a rupture not only in the country's economic-financial system, but also in social relations and economic culture, changing the daily dynamics and the economic behavior of the urban population.

Keywords: Collor Plan, savings, confiscation, Fernando Collor de Mello, daily life, economic culture, economic behavior.

SUMÁRIO

Introdução

Apresentação do tema e objetivos 01

Justificativa 03

Fontes primárias 07

Fundamentação teórica 14

Balanço historiográfico 21

Procedimentos metodológicos 22

Capítulo 1 - Cenário histórico

1.1 - O Brasil em 1990 25

1.2 - Quem era Collor 30

Capítulo 2 - O Plano Collor

2.1 - A concepção 35

2.2 - Principais personagens 37

2.3 - O confuso anúncio 40

2.4 - Quem foi afetado? 54

Capítulo 3 - O impacto do Plano Collor na vida da população mais afetada

3.1 – À espera do Plano Collor: expectativa por mudanças 60

3.2 – A desorientação no dia a dia 62

3.2.1 – A cidade como artefato 63

3.2.2 – Campo de forças 65

3.2.2.1 – Poder e resistência 65

3.2.2.2 – Modos de vida urbana 139

3.2.2.3 – Comunicação 189

3.2.3 – Representações sociais 241

Considerações finais 253

Referências bibliográficas 256

Anexos (arquivo digital)

Introdução

> *Sequestro neste País não é só de pessoas. Há os sequestros tão ou mais violentos que o de pessoas. São os sequestros de salários, dos aumentos, da conta corrente, da poupança, da dignidade humana que o governo tenta encobrir, alegando estar favorecendo os descamisados e pés descalços.*
>
> Raul Cândido da Silva Filho – São Paulo (SP)
> *Folha de S.Paulo*, Painel do Leitor, 15 de julho de 1990, p. A-3

Apresentação do tema e objetivos

O objetivo desta pesquisa de Mestrado é mostrar, a partir das fontes selecionadas, como o chamado Plano Collor (1990-1992) foi vivenciado pelos segmentos da população brasileira mais afetados por ele. Lançado em março de 1990 por Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto no Brasil em quase 30 anos, o Plano Brasil Novo – ou Plano Collor, como ficou conhecido – reunia medidas que visavam o controle da inflação e o desenvolvimento econômico do País. Embora envolvesse diferentes tipos de ações com foco não só no ambiente doméstico, mas também nas relações econômicas com o exterior, o Plano Collor ficou marcado por uma medida específica, que o distinguia de todos os outros programas de estabilização já lançados: o inédito bloqueio das aplicações financeiras privadas por um período de 18 meses[1].

Concentraremos nossas atenções nesta particularidade do Plano Collor, buscando entender as implicações desta medida na vida da população. A brusca retirada de moeda de circulação, que fez sumir de um dia para outro cerca de 75% do

[1] Medida provisória 168, de 15 de março de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/168.htm. Acesso em 5 de fevereiro de 2016. Vide anexo 7.

dinheiro que irrigava a economia do País por meio de um confisco[2], como se habituou dizer, era a aposta do novo governo para vencer a inflação galopante, que já ultrapassava a marca de 80% ao mês[3]. De um dia para outro, os saques em conta corrente e poupança foram limitados a 50 mil cruzados novos (cerca de R$ 8.300 em valores atuais[4]), equivalentes à época a 13,6 salários mínimos[5] ou US$ 625[6], não importando o saldo existente em conta, compromissos assumidos ou qualquer outro fator que por ventura pudesse justificar a necessidade de retirada de maior quantia. Para aplicações no overnight, contas remuneradas e em fundos de investimento, o limite de saque era de 25 mil cruzados novos ou 20% do valor aplicado, sujeitos a tributação de 8% sobre o valor retirado. Em todos os casos, a devolução dos valores bloqueados ocorreria apenas a partir de 16 de setembro de 1991, em 12 parcelas mensais consecutivas.

Ao provocar uma ruptura nas regras em vigor e, por consequência, no funcionamento da sociedade, o Plano Collor alterou as relações sociais e a dinâmica da economia, gerando um efeito negativo em cadeia que resultou na pior recessão registrada no Brasil em uma década: em 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 4,3%, a maior retração desde 1981. Essas mudanças tiveram profundo impacto no cotidiano, afetando não apenas as atividades diárias, mas também o comportamento e o sentimento das pessoas.

---

[2] Estimativa apresentada pelo então secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, em entrevista à Rede Globo em março de 1990 (vide anexo 4: Kandir - Plano Collor (Rede Globo, 1990)). O uso da palavra "confisco" para se referir ao bloqueio das aplicações financeiras pelo Plano Collor foi considerado inadequado por estudiosos como Cid Heráclito de Queiroz (1990) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1991), além de ter sido fortemente contestado pelo governo. Entretanto, diante da falta de consenso a este respeito (Ramalho, 1993) e de sua ampla utilização pela mídia, acadêmicos, economistas e pela população em geral, a palavra "confisco" rapidamente passou a ser atrelada ao episódio do bloqueio das aplicações financeira pelo Plano Collor.

[3] De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou elevação mensal de 82,4% em março de 1990, registrando alta de 6390% no acumulado em 12 meses. Nesta época, o Brasil contava com uma variedade de mais de dez índices de preços, calculados por diferentes órgãos de pesquisa, cada qual com sua metodologia, abrangência e período de coleta.

[4] Valor calculado em 24 de fevereiro de 2019, por meio de ferramenta disponível em http://acervo.estadao.com.br/

[5] *O Estado de S.Paulo*, 29 de setembro de 2012. Disponível em http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,plano-collor-deixou-poupadores-com-no-maximo-r-6715,128754e Acesso em 24 de maio de 2017.

[6] Cotação do dólar em 13 de março de 1990: 1 dólar paralelo = 80 cruzados novos; 1 dólar turismo = 80 cruzados novos. Fonte: *Folha de S.Paulo*

Para estudar a influência do Plano Collor no dia a dia, recorremos a fontes que retrataram o cotidiano, sobretudo materiais jornalísticos e humorísticos produzidos na época, que oferecem uma visão da sociedade naquele momento, ainda que com algumas limitações. Voltamos nossa atenção dos aspectos macroeconômicos para os microeconômicos, observando a experiência vivida. Sob este enfoque, acompanhamos como o Plano Collor foi comunicado à sociedade e colocado em prática, sua lógica, os efeitos percebidos, as resistências apresentadas, os conflitos de sentimentos e valores gerados, além da crise de inteligibilidade constatada. Vimos, por meio das fontes analisadas, o papel da memória, a desestruturação de processos identitários, as alterações de padrões de comportamento, as estratégias de adaptação e sobrevivência desenvolvidas e as diferenças na percepção do tempo. Como pontua Carr (2014: 207)

> What is somehow forgotten is that history is not about the physical but about the human world. That is, it is principally about persons – and groups of persons – and about their actions. But if these are to be understood they must be related to the intentions, hopes, fears, expectations, plans, successes, and failures of those who act.

Justificativa

Embora seja farto o volume de estudos produzidos no Brasil e no exterior sobre a chamada “Era Collor” – período compreendido entre 1989 e 1992 no Brasil –, não encontramos nenhum que buscasse entender as implicações do Plano Collor no dia a dia da população brasileira. Observamos apenas algumas poucas contribuições neste sentido dispersas em análises que perseguiam outros objetivos.

A maior parte dos trabalhos já desenvolvidos aponta uma clara preferência pelo enfoque político e/ou macroeconômico. Alguns demonstram a intenção de traçar a trajetória política de Collor, avaliar sua estrutura de governo e seu processo de impeachment (Casarões, 2008; Crabtree, 1991; Melo, 2007; Oliveira, 1992; Rodrigues, 2000; Sallum Jr., 2015; Schneider, 1991;Tavares, 1998; Valença, 2002; Villa, 2016; Weyland, 1993; entre outros), outros se voltam para a análise das medidas econômicas

apresentadas, apontando as supostas falhas teóricas que resultaram em seu fracasso (Carvalho, 2003, 2006; Oliveira, 1993; Barbosa, 1991; Chacel, 1991; Langoni, 1991; Longo, 1991; Maia, 1991; Martone, 1991; Nakano, 1991; Paiva, 1991; Pastore, 1991; Pereira, 1991; Senna, 1991; Zottmann, 1991; Albuquerque, 1990, 1991; Cardoso, 1990; Castro, 1991; Lemgruber, 1990; Macedo, 1990, 1991; Oliva e Mantega, 1991; Singer, 1991; Simonsen, 1990, 1991; entre outros).

Algumas poucas obras, como Conti (1999), Mello (1993), Silva (1993), Sabino (1991) e Dimenstein e Kotscho (1990) revelam os bastidores do governo Collor. Outra linha minoritária de estudos aborda os aspectos jurídicos do Plano Collor (Martins, 1991; Queiroz, 1991).

A carência de trabalhos que mostrem como o Plano Collor afetou o cotidiano da população brasileira evidencia a existência de uma frente de estudos ainda não contemplada, a qual buscamos explorar nesta pesquisa de Mestrado. Temos como foco as experiências vividas nos primeiros meses de vigência do pacote econômico, sem a pretensão de estudar uma cultura ou as culturas brasileiras, mas com o objetivo de apresentar, a partir de um estudo de caso, uma dimensão praticamente ausente na história econômica, social e cultural de nossa sociedade.

Podemos citar como uma das poucas contribuições nesta linha de estudo o trabalho do antropólogo Roberto DaMatta (1993), voltado ao entendimento da cultura da inflação no Brasil, e a coletânea *Na Corda Bamba – Doze estudos sobre a cultura da inflação*, da qual o próprio DaMatta participa. Também vale mencionar a dissertação de Mestrado de Vera Rita de Mello Ferreira (1999), intitulada *O componente emocional - funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985* e apresentada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que trata dos aspectos psicológicos relacionados aos diversos planos econômicos e à inflação entre os anos 1980 e 1990.

No exterior, os estudos que buscam destrinchar a rede que entrelaça comportamento, cultura e economia – a chamada Economia Comportamental[7] – caminham a passos mais largos, mas ainda se encontram em fase inicial. Em *Culture and Inflation in Weimar Germany*, Bernd Widdig (2001:16) cita um artigo de Anton Kaes publicado em 1989, no qual ele afirma que "the close interweaving between economic and intellectual interests during the inflation is completely unexplored". Para Widdig, poucas mudanças neste quadro ocorreram até a publicação de seu livro, mais de uma década após a avaliação de Kaes. Apenas recentemente os experimentos saíram dos laboratórios e foram a campo, a fim de melhor captar as condições vigentes no mundo real – o que nos permite compreender a carência de estudos à luz da conjuntura econômica. Assim como Dan Ariely (2015), acreditamos que esses estudos têm potencial para promover melhorias nas condições de vida humana, uma vez que podem servir de referência para o aprimoramento de políticas públicas.

> Pensemos no mundo. Somos entre 7 e 8 bilhões de pessoas no planeta e, pelo que eu saiba, as coisas estão muito longe do ideal. Temos guerras, alta criminalidade, poluição, oceanos doentes, muita pobreza, obesidade, tabagismo etc. Dessa perspectiva, o que é mais otimista? Pensar que o estado do mundo é o resultado de 7 a 8 milhões de pessoas racionais ou de 7 a 8 pessoas irracionais? Se acharmos que é a primeira dessas alternativas, isso significa que esse é o melhor mundo que podemos esperar. Porém, se pensarmos que o estado do mundo é resultado de 7 a 8 bilhões de pessoas irracionais, isso significa que podemos fazer muito melhor. Significa que, se compreendermos o que deu errado, podemos melhorar as coisas. Essa é a versão do otimismo — e acredito profundamente nela. É verdade que temos muitos defeitos, e com certeza ao longo dos anos descobriremos muitos outros aspectos em que somos imperfeitos. Mas isso, para mim, só faz ressaltar que há uma grande margem para melhorar. Isso é que é otimismo! Quanto ao que fazer em seguida, a meu ver, os desafios estão, basicamente, no modo de projetar nosso mundo. Enquanto construirmos o mundo à nossa volta pressupondo que as pessoas possuem capacidade cognitiva ilimitada e nenhuma emoção que interfira em nossas decisões, fracassaremos — frequentemente e em escalas cada vez maiores. Porém, se entendermos verdadeiramente as limitações humanas e projetarmos o mundo com base nessa noção, teremos produtos e mercados que serão muito mais compatíveis com nossa capacidade humana e que nos permitirão, por fim, florescer. Assim como nunca

[7] Ana Maria Bianchi e Flávia Ávila (2015:14) definem a economia comportamental como "um campo de pesquisas relativamente recente, proveniente da incorporação, pela economia, de desenvolvimentos teóricos e descobertas empíricas no campo da psicologia. A esses se somaram, mais recentemente, as contribuições da neurociência e de outras ciências humanas e sociais. Parte-se de uma crítica à abordagem econômica tradicional, apoiada na concepção do "homo economicus", que é descrito como um tomador de decisão racional, ponderado, centrado no interesse pessoal e com capacidade ilimitada de processar informações".

> projetaríamos um carro supondo que as pessoas possuem um número infinito de mãos e pernas para dirigi-lo, também precisamos reconhecer nossas limitações sociais, cognitivas, emocionais e de atenção quando projetamos nosso ambiente. É desafiador, mas também é um caminho com esperança.[8]

Se conseguirmos ver o mundo sem a miopia imposta pela economia tradicional, talvez seja possível encontrar caminhos para melhorá-lo. "Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro". Esta frase, creditada ao pensador Heródoto (484 a.C – 425 a.C), ressalta a importância de exercermos a contínua prática de revisitar a História, buscando não só novas informações sobre o passado, mas também novos pontos de vista, que nos permitam melhor compreender a sociedade em que vivemos e, assim, criar condições para um futuro mais próximo de nossas expectativas.

Assim, entendemos que a academia é o espaço para se ousar novas abordagens de temas sensíveis à sociedade, de forma que o acadêmico não se distancie do mundo ao seu redor. Não se trata aqui de teorizar sobre a produção do conhecimento, mas apenas expor a possibilidade de estudos por vieses ainda pouco explorados, que num primeiro momento podem gerar certo estranhamento por seu caráter interdisciplinar e por não apresentarem, ainda, o aprofundamento de outras abordagens. Estes estudos, entretanto, teriam o importante papel de abrir uma janela de discussão, contribuindo para a expansão do conhecimento. Como afirma o filósofo e psicólogo social Floyd Webster Rudmin (1990:307), é necessário que a História faça parte dos estudos científicos em todas as áreas, pois "without an active memory of the past, it is impossible to progressively develop and refine explanatory theory". Se "os problemas econômicos são importantes demais para serem deixados a cargo somente dos economistas" (Ferreira, 1999: 17), cabe aos estudiosos do tema nas mais diversas áreas contribuir para o desenvolvimento do pensamento econômico.

---

[8] ARIELY, Dan. "Economia comportamental: um exercício de desenho e humildade." In: *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. ÁVILA, Flávia e BIANCHI, Ana Maria (Org.) São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015, p. 20-28

Fontes primárias

Para estudarmos as questões já mencionadas, tomamos como fontes primárias materiais produzidos à época (1989-1992), tais como reportagens jornalísticas, cartas de leitores enviadas a jornais e revistas, charges e cartuns humorísticos publicados em periódicos de circulação nacional. Ainda trabalhamos, pontualmente, com outras fontes de relevância para o estudo em questão, como documentos oficiais, processos judiciais, dados socioeconômicos, pesquisas de mercado, quadros de programas humorísticos televisivos, telenovelas, filmes publicitários e cinematográficos.

Recorremos ao humor por entendermos que ele constitui um importante veículo de informação, complementar às demais fontes. Para que o humor adquira significado e produza efeito, é necessário que o público compartilhe do contexto apresentado pela obra. Desta forma, o humor permite ultrapassar o caráter autoral, a visão individual de seu criador, chegando ao alcance coletivo. O humorista faz uso da ruptura, de inversões e deformações para alterar expectativas e produzir o humor, que só apresenta o efeito desejado quando o público dispõe do acervo cultural e do conhecimento social em questão. Podemos assim dizer que o humorista trabalha com a "realidade" social, tendo, porém, o cuidado de não incorrer na falha da homogeneidade cultural. Pois, como destacado por Burke (2004: 52), a análise de imagens embute o risco de se subestimar a diversidade de questões históricas para as quais elas podem auxiliar na busca por respostas, considerando que não existe apenas um "espírito da época", mas sim vários. Vale destacar que nosso intuito é utilizar o material humorístico como fonte para obtenção de informações a respeito do impacto do Plano Collor no cotidiano – e não realizar um estudo sobre a produção do humor no período.

No caso das charges, dos cartuns e dos quadros televisivos de humor analisados (voltados para um público geral), é de se esperar que o artista trabalhe com questões de conhecimento amplo e de fácil identificação, que possam ser compreendidas mesmo pelos leitores/telespectadores mais ocupados ou apressados. Podemos, portanto, crer que os assuntos tratados estariam presentes no dia a dia da população que é foco desta análise. E, "justamente por captarem o imediatismo da

memória coletiva é que [as expressões de humor] podem ser tomadas como fontes de pesquisa para a História" (Petry, 2009: 848).

Trabalhamos com charges e cartuns publicados em veículos de comunicação com distribuição nacional[9], observando que as imagens utilizadas nas edições locais dessas publicações não diferem das presentes nas edições destinadas a outras partes do País. Ainda que tenha origem em um círculo letrado, a produção humorística está ligada às práticas culturais dos diversos segmentos da sociedade, dos eruditos aos menos cultos.

Como já pontuado acima, é importante notar que tais fontes possuem limitações e permitem contato apenas com uma visão secundária dos assuntos tratados – ainda que seus autores façam parte da população do período e tenham "sentido na pele" o Plano Collor. Desta forma, é preciso ter em mente que o recorte feito pelo artista incorpora uma série de fatores, como suas visões de mundo e possíveis demandas daqueles que contrataram seus serviços – no caso, os gestores dos veículos de comunicação consultados. Uma vez que os manuais de redação dos referidos periódicos não trazem diretrizes para a produção e publicação de charges e cartuns, ficava a cargo dos editores combinar com os cartunistas tal processo, de acordo com as necessidades e limitações do dia a dia e o perfil profissional dos envolvidos[10]. Desta forma, não é possível determinar com exatidão as condições de produção deste material. Situação semelhante se aplica à produção dos programas humorísticos, uma vez que não há documentos disponíveis que revelem os processos de criação dos conteúdos estudados.

Fonseca (1999:13) observa que "caricaturas e charges se tornam verdadeiros editoriais, comentários sociais que, velados pela ironia ou explicitamente opinativos

[9] De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a circulação média diária de jornais de âmbito nacional em 1990 era de 4,3 milhões de exemplares. Estima-se que, na década de 1980, cada exemplar tinha, em média, cinco leitores. Dos 32 jornais de todo o Brasil acompanhados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) em 1990, apenas os cinco estudados nesta pesquisa (*Folha de S.Paulo, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, O Estado de S.Paulo* e *O Globo*), além da *Gazeta Mercantil* (publicação especializada em economia), contavam com circulação nacional.

[10] Informação obtida pela autora em conversas com diversos jornalistas que trabalharam nas redações dos periódicos utilizados nesta pesquisa durante os anos 1990.

pela sátira e pelo sarcasmo, mostram com simples figuras o que não poderia ser dito com menos de mil palavras". Petry (2009: 846) destaca que as charges tratam de "acontecimentos diários a partir de traços que desejam ironizar atitudes e questionar ideias ou comportamentos que de maneira geral partem da esfera pública da sociedade e alcançam significação no âmbito privado, porque invocam posicionamentos e apreendem relações desenvolvidas em diferentes cenários de um mesmo tempo, o presente". Mas, como pontua Saliba (2002), ao presenciar o cotidiano das grandes cidades ou, no máximo, das regiões que lhe são mais próximas, o humorista assume uma expressão local, e não nacional.

A série de charges estudada é composta de 237 obras de autoria dos cartunistas Agê, Carlinhos, Cavalcante, Chico, Glauco, Hilde, Hippertt, Ique, José Alberto Lovetro (Jal), Lan, Liberati, Maringoni, Millor, Negreiros, Orlando, Paulo Caruso, Ricardo e Spacca, publicadas nos jornais *Folha de S.Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S.Paulo, O Globo* e na revista *Isto É Senhor* durante o primeiro ano do governo Collor (1990). Estes eram os veículos de comunicação com circulação nacional no período que publicavam charges e cartuns com regularidade. No caso dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, o local de publicação das charges era fixo, sempre ao lado do editorial. Os assuntos abordados numa mesma edição pelo editorial e pela charge, entretanto, divergiam na maioria das vezes, sinalizando que não havia o compromisso de se casar imagem e texto. Ou seja, a charge não era considerada uma ilustração do texto e, portanto, não tinha o compromisso de refletir determinada opinião, ainda que dependesse de uma aprovação editorial para ser publicada. De forma semelhante, as charges no *Jornal do Brasil* se encontravam ao lado do editorial e na seção Opinião, onde eram publicados artigos assinados. Já em *O Estado de S.Paulo*, as charges eram publicadas ao lado do editorial e no caderno "Economia", acompanhando artigos assinados, também sem que houvesse uma relação direta entre imagem e texto. Em *Isto É Senhor*, os cartuns ocupavam sempre a última página da revista.

Também utilizamos como fonte para esta pesquisa cerca de 300 reportagens jornalísticas veiculadas em periódicos de circulação nacional à época – *Folha de*

S.Paulo, Isto É Senhor, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, O Estado de S.Paulo, O Globo e *Veja* – e em canais abertos de televisão – Globo, SBT, Record, Manchete, Bandeirantes – que ofereceram informações relevantes para o trabalho em questão. Da mesma forma que as charges e os cartuns, essas fontes apresentam limitações relacionadas à visão dos jornalistas e ao processo de produção da notícia (limitação de tempo para apuração e de recursos materiais e tecnológicos, por exemplo), além de possíveis influências editoriais, que foram consideradas durante a análise do material, com apoio dos manuais de redação dos veículos citados e da experiência profissional da pesquisadora[11]. Como observa Bourdieu (1997:26):

> Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... (grifos do autor)

Ao romper as regras até então vigentes, o Plano Collor passa a ser o extra-cotidiano comentado por Bourdieu, oferecendo à imprensa da época farta matéria-prima a ser explorada. Não há, porém, neste caso, diferença entre o que é excepcional para os jornalistas e para os outros. Dado o ineditismo do pacote econômico e sua abrangência, tudo para a ser extraordinário e extra-cotidiano – tanto para jornalistas, quanto para não jornalistas. A divisão entre “eles” e os “outros” deixa de existir.

Nesta pesquisa, concedemos especial atenção às falas dos “personagens” (pessoas físicas ou jurídicas consultadas pelos repórteres a respeito do assunto em pauta) apresentados nas reportagens, uma vez que o jornalista costuma utilizar este recurso para exemplificar ou comprovar as informações apuradas no trabalho de investigação. Essas falas, muitas vezes, resumem a situação apresentada.

Ainda foram estudadas as seções de cartas dos leitores destes mesmos veículos, que trazem depoimentos e opiniões de populares sobre o Plano Collor, constituindo uma rica fonte de informação sobre pensamentos e sentimentos a respeito

[11] A autora desta pesquisa é jornalista, com atuação em redações da grande imprensa brasileira desde o ano 2000.

do pacote econômico. A análise deste material mostrou que o Plano Collor foi assunto recorrente durante todo o ano de 1990, ocupando quase que diariamente as seções de cartas dos periódicos analisados, sinalizando o profundo impacto do pacote econômico na vida das pessoas. As cartas trazem dúvidas, reclamações, elogios, sugestões, expectativas, desabafos e críticas.

Ao utilizarmos materiais produzidos por 12 veículos jornalísticos distintos buscamos minimizar o impacto das interferências editoriais nos resultados da pesquisa. A consulta a outros tipos de fontes, como documentos oficiais, dados socioeconômicos e pesquisas realizadas por empresas com credibilidade reconhecida no mercado também contribuem neste sentido. Foram utilizadas informações provenientes de instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil, Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Sebrae, McKinsey Global Institute, Instituto Ibope, Instituto DataFolha, Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Para esta pesquisa, analisamos um conjunto de 903 trechos de cartas dos leitores publicadas nos jornais *Folha de S.Paulo, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, O Estado de S.Paulo* e *O Globo* e nas revistas *Isto É Senhor e Veja* entre março e dezembro de 1990. De acordo com os veículos acima citados, a publicação das cartas seguiam os seguintes critérios:

Folha de S.Paulo: “pede-se que as cartas não ultrapassem 15 linhas e que contenham nome completo, assinatura, endereço e se possível telefone. Para atender mais leitores, a Folha se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas.”

Isto É Senhor: não fazia exigências quanto a forma ou conteúdo das cartas. Apenas solicitava que elas fossem “remetidas para: Diretor de redação, Isto É Senhor, Rua William Speers, 1000, Lapa, São Paulo, CEP 05067”.

Jornal da Tarde: “na escolha das cartas para esta seção atenderemos a estes quesitos: seleção entre as que tiverem o nome do missivista, o n° do RG, o endereço e

o telefone para contato. Atendendo às necessidades técnicas e de espaço, elas poderão ser editadas no todo ou em parte, a critério da Redação."

Jornal do Brasil: "as cartas serão selecionadas para publicação no todo ou em parte entre as que tiverem assinatura, nome completo e legível e endereço que permita confirmação prévia."

O Estado de S.Paulo: "as cartas, datilografadas, devem ser enviadas à Direção de Redação com assinatura, nome, endereço, telefone e número de documento de identidade. A publicação dependerá única e exclusivamente do critério da redação, que se reserva o direito de resumi-las. Não serão devolvidas as cartas não publicadas."

O Globo: "as cartas devem ser assinadas e conter o nome e endereço completos do remetente. Publicadas ou não, as cartas recebidas pela redação de *O Globo* não serão devolvidas."

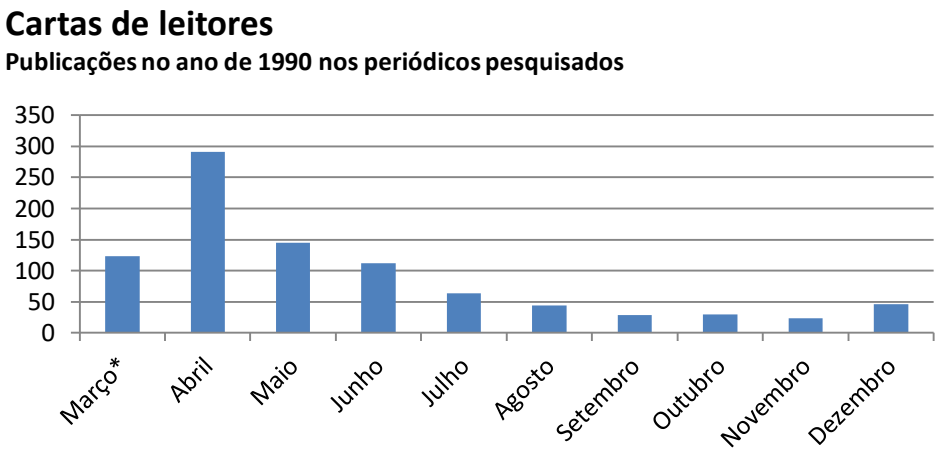
Veja: "por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente. As cartas devem ser assinadas e nelas devem constar o endereço e o número da cédula de identidade do autor. Só poderão ser publicadas na edição imediatamente seguinte as cartas que chegarem à redação até a quarta-feira de cada semana."

Verificamos que as cartas de leitores, com comentários tanto favoráveis quanto contrários ao Plano Collor, foram mais frequentemente publicadas nos jornais e revistas pesquisados nos primeiros três meses após o lançamento do pacote econômico, tendo sua assiduidade reduzida com o decorrer do tempo (veja gráfico 1). Podemos apontar duas possíveis explicações para este movimento:

1 – Opção editorial: publica-se menos conforme o tema é explorado à exaustão pela imprensa e à medida que outros assuntos surgem no cenário sócio-econômico e político, dividindo a atenção da população e dos profissionais de comunicação. Com o tempo, há uma maior probabilidade de repetição nos assuntos relatos nas cartas e os editores dos periódicos tendem a procurar temas ainda não explorados.

2 – Menor oferta de cartas: é possível que o envio de comentários sobre o Plano Collor aos veículos estudados tenha se concentrado nos primeiros meses de vigência das medidas, quando havia maior necessidade de informação sobre o tema e os sentimentos despertados pelo pacote econômico estavam mais aflorados. Levantamento da *Veja* sinaliza que apenas uma pequena parcela das cartas recebidas pelas redações encontrava espaço para publicação. Somente no primeiro mês de vigência do Plano Collor, a redação da revista recebeu 109 cartas sobre o pacote econômico, sendo 56 a favor e 53 contra[12]. Menos de um quinto delas foi publicado no período. Tanto no caso de *Veja* como nos demais periódicos, é informado apenas a data de publicação da carta, mas não a de sua redação. Desta forma, não podemos descartar a possibilidade de um ou mais trechos de cartas terem sido publicados semanas após sua redação.

Gráfico 1



*Cartas publicadas entre os dias 21 e 31 de março

Fontes: *Folha de S.Paulo, Isto É Senhor, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil, O Estado de S.Paulo, O Globo* e *Veja*.

[12] *Veja*, 18 de abril de 1990, p. 10

O conteúdo das cartas expressava, majoritariamente, opiniões e expectativas a respeito do Plano Collor e de membros do governo e do Congresso Nacional. Parte delas relatava casos pessoais, destacando os dramas vividos.

Algo interessante de se notar é que em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*, apesar de serem recorrentes as cartas de leitores explicitando os impactos sofridos com o Plano Collor, são poucas as charges publicadas nestes veículos que abordam tais assuntos do cotidiano. Em ambos os casos, são mais frequentes as charges e caricaturas de cunho político.

Em relação aos processos judiciais consultados, cabe pontuar a escassez de material disponível que contenha as petições iniciais realizadas pelos advogados dos impetrantes, documentos estes que trazem os relatos das situações vivenciadas. De acordo com os Tribunais Regionais Federais[13], isso se deve à digitalização dos processos – que é feita sem a inclusão das petições dos advogados, englobando apenas as decisões dos juízes e os trâmites burocráticos – e posterior descarte dos arquivos em papel. Desta forma, são raros os processos de 1990 para desbloqueio das aplicações financeiras que ainda podem ser encontrados com as ditas petições. Após levantamento junto aos Tribunais Regionais Federais de todas as regiões do Brasil, nos foi possível localizar apenas quatro deles ainda com suas respectivas petições (vide anexo 5).

Fundamentação teórica

Nos apoiaremos na observação de Marshall Sahlins (2003: 209) de que a economia é "o *locus* principal de produção simbólica". Como veículo de representação, a economia permeia todos os campos da vida em sociedade, indo além da mera relação entre trabalho e consumo. Entendemos que a relação entre os conceitos de infraestrutura e superestrutura propostos por Marx se dá não de forma unidirecional,

[13] Consultas feitas pela autora desta pesquisa aos Tribunais Regionais Federais.

com a primeira determinando a segunda, mas de maneira recíproca, em que uma influencia a outra.

Desta forma, os estudos sobre as experiências derivadas do Plano Collor envolvem não só a utilização do dinheiro como veículo de troca (aspecto tangível), mas também outros fatores relacionados a esta prática, tais como valores, crenças, costumes, desejos, expectativas (aspecto intangível). A forma como as pessoas lidam com os recursos financeiros a partir destes fatores é o que podemos chamar de "cultura econômica".

O desenvolvimento da Economia Comportamental lança luz sobre questões ainda pouco consideradas nos estudos econômicos, como a introdução de fatores emocionais e culturais na tomada de decisão e a impossibilidade de se separar razão, sentimento e corpo, como argumenta Damásio (1996:276):

> Com efeito, os sentimentos parecem depender de um delicado sistema de múltiplos componentes que é indissociável da regulação biológica; e a razão parece, na verdade, depender de sistemas cerebrais específicos, alguns dos quais processam sentimentos. Assim, pode existir um elo de ligação, em termos anatômicos e funcionais, entre razão e sentimentos e entre esses e o corpo. É como se estivéssemos possuídos por uma paixão pela razão, um impulso que tem origem no cerne do cérebro, atravessa outros níveis do sistema nervoso e, finalmente, emerge quer como sentimento quer como predisposições não conscientes que orientam a tomada de decisão. A razão, da prática à teórica, baseia-se provavelmente nesse impulso natural por meio de um processo que faz lembrar o domínio de uma técnica e de uma arte. Retire-se o impulso, e não é mais possível alcançar essa perícia. Mas o fato de se possuir esse impulso não faz de nós, automaticamente, peritos.

Por entendermos que os homens não são plenamente racionais, mas dotados de uma racionalidade limitada, vemos na Economia Comportamental uma importante ferramenta para a análise dos impactos do Plano Collor no cotidiano. Fatás e Roig (2004) defendem a ideia de que a economia precisa ser mais empírica, porque os testes em laboratório nunca serão suficientes para captar o complexo contexto do qual

o objeto de pesquisa faz parte. Pela economia neoclássica[14], as pessoas respondem a incentivos, sendo suas escolhas uma resposta racional[15] na busca da maximização da utilidade, com o objetivo da melhor relação custo/benefício. No cotidiano, no entanto, percebemos que nem sempre isso acontece, pois como observa Amartya Sen (1992: 111):

> Mesmo que a caracterização do comportamento racional nos textos padrão de economia fosse aceita como correta, poderia não fazer necessariamente sentido presumir que as pessoas se comportam realmente segundo aquela caracterização. Há muitas dificuldades óbvias nesse modo de proceder, especialmente porque, como é claro, nós todos cometemos erros, agimos tentativamente, confundimo-nos e assim por diante. Com certeza o mundo inclui Hamlets, Macbeths, Lears e Otelos. Os tipos friamente racionais podem habitar nossos livros, mas o mundo é mais rico.

Desta forma, nos parece sensato supor que pessoas podem tomar decisões não apenas com base no raciocínio, mas também considerando seus desejos, medos, gostos pessoais e outros aspectos sensitivos. Enquanto as teorias econômicas neoclássicas se deparam com a falta de explicação para uma série de comportamentos observáveis empiricamente – classificando-os como "anomalias" – a Economia Comportamental oferece possíveis respostas para tais enigmas.

Ao longo dos anos, diversos autores abordaram em suas obras aspectos que se tornariam matéria-prima para a Economia Comportamental. Ainda no início do século XX, Georg Simmel (1902,1967), ao comparar a vida no campo e nas metrópoles, expunha como os hábitos do cotidiano moldam a forma de se relacionar com dinheiro. Um século depois, Edward Castronova (2005) defendia a ideia de que a moeda seria apenas uma ferramenta na busca por satisfação, que segundo ele é o grande objetivo da economia. Moscovici (1990), por sua vez, entende que de todas as representações criadas pelo homem para tornar o mundo mais tangível e inteligível, o dinheiro é a mais

[14] As teorias econômicas neoclássicas se desenvolveram a partir de fins do século XIX em diversos países, tendo como pioneiros Hermann Heinrich Gossen (Alemanha), Carl Menger (Áustria), Léon Walras (Suíça), Stanley Jevons e Alfred Marshall (Inglaterra). Elas compuseram a base da chamada microeconomia. (Prado, 2001)

[15] Sen (1992: 112) observa que existem dois métodos predominantes para definição de racionalidade pela economia tradicional. Uma consiste na coerência interna de escolhas e a outra na maximização do interesse próprio.

arrojada, pois permite chegar mais perto dos desejos. Desta forma, o dinheiro se converte em sonhos, expectativas, objetivos de vida, tornando mais evidentes os efeitos da brusca retirada de moeda de circulação pelo Plano Collor.

A interferência do pacote econômico, portanto, não se restringiu a questões práticas do dia a dia, como as compras domésticas e o pagamento de dívidas, mas se estendeu por todos os aspectos da vida, dos hábitos cotidianos ao planejamento familiar e profissional, passando pelos pontos mais subjetivos da existência humana, como a própria identidade. São vários os temas da Economia Comportamental que se aplicam às fontes estudadas nesta pesquisa: racionalidade limitada (nem todas as decisões são ótimas, porque existem limites de conhecimento e de capacidades computacionais), aversão à perda (abrir mão de algo é mais doloroso do que o prazer que sentimos ao recebê-lo), pavor pela espera (preferirmos antecipar um evento desagradável a conviver com a expectativa deste acontecimento no futuro, que gera ansiedade e sofrimento), teoria das perspectivas (nossa disposição a correr risco depende de como as escolhas são apresentadas), aversão à mudança (as pessoas tendem a evitar alterações de comportamento, a menos que haja um forte incentivo), teoria do desconto intertemporal (as pessoas tendem a preferir consumir no presente, a menos que haja um forte incentivo à poupança) são alguns deles. Teremos como referencial teórico o *Guia de Economia Comportamental e Experimental* organizado por Flávia Ávila e Ana Maria Bianchi (2015), que reúne as principais teorias sobre o assunto.

Ainda que tenha sido amplamente aprovado pela população logo após seu anúncio[16], o Plano Collor gerou ondas de reclamações e boatos, num movimento não coordenado de resistência ao pacote econômico. Ao estudarmos a ampla geração e circulação de boatos durante a Era Collor, recorremos a Tamotsu Shibutani (1966), que vê nos rumores uma válvula de escape para as pressões cotidianas. O contato interpessoal demandado pelos boatos se insere num contexto maior de comunicação, característica marcante do governo Collor que despertou na população uma mistura de

[16] De acordo com pesquisa do DataFolha, 81% dos entrevistados avaliaram o pacote econômico como bom uma semana após seu lançamento. *Folha de S.Paulo*, 23 de março de 1990, p. B-1

sentimentos que transitava do medo (pela possibilidade de perda das economias de toda uma vida e os efeitos que isso poderia causar) à esperança (de controle da inflação, após tantas tentativas frustradas). Witte e Allen (2000) e Ruiter et al (2001) oferecem apoio na compreensão sobre como as pessoas reagem ao medo e à esperança.

A percepção de persistência inflacionária após o Plano Collor, expressa pelas fontes, foi analisada a partir dos estudos de Roberto DaMatta (1993; 1993a), que remetem à Era Collor e apontam a estreita ligação entre cultura, política e inflação no Brasil. Segundo DaMatta, a frequente mudança de leis e regras no País, geralmente em prol de uma minoria, e o chamado "jeitinho"[17] minam a confiança na economia, estimulando práticas que resultam em inflação.

As experiências passadas – sobretudo os quatro planos econômicos lançados no Brasil entre 1986 e 1989 (Cruzado, Cruzado 2, Bresser e Verão) – também apresentam papel relevante nos estudos sobre os efeitos do Plano Collor na vida da população. Como afirma David Carr (2014), as experiências passadas não só influenciam o comportamento e o entendimento do presente, como também determinam as expectativas em relação ao futuro. Neste contexto, vale citar o chamado "efeito Orloff"[18], considerando que em dezembro de 1989 – apenas três meses antes do lançamento do Plano Collor –, o recém-empossado presidente da Argentina, Carlos Menem, havia determinado o confisco de aplicações financeiras de pessoas físicas e jurídicas no país sob a justificativa de combate à hiperinflação.

Embora a população urbana no Brasil não fosse a única afetada pelo Plano Collor, foi ela a que mais sentiu seus efeitos, por ter sofrido diretamente com o bloqueio das aplicações financeiras. Desta forma, para melhor compreendemos as experiências vividas neste período, fez-se necessário um olhar para o papel das cidades nesta

[17] "Jeitinho" é caracterizado por DaMatta como um meio de conseguir vantagem a partir de um contato particular ou de uma posição social.

[18] "Efeito Orloff" foi o termo popularmente atribuído à frequente prática do governo brasileiro na década de 1980 de importar políticas econômicas da Argentina. A expressão surgiu em função da propaganda da vodka Orloff, veiculada pelas redes de televisão a partir de 1985, na qual eram apresentadas situações de ressaca seguidas da frase "eu sou você amanhã", de forma a demonstrar que a correta escolha da bebida é essencial para evitar dor de cabeça no dia seguinte. Assim, convencionou-se dizer que o Brasil seria, amanhã, a Argentina de hoje.

conjuntura. A partir das fontes estudadas observamos que as cidades não só foram o principal espaço onde o Plano Collor foi vivenciado como também se converteram em componente-chave do pacote econômico, sem o qual ele se tornaria inviável. A cidade, como observam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2003), é um espaço que acomoda valores éticos e morais coletivos profundamente enraizados.

Para avaliarmos esta relação entre o Plano Collor, a cidade e as experiências vividas, recorremos ao esquema operacional proposto por Meneses (2006: 36), que prevê "três dimensões em que toda cidade se realiza. São dimensões intimamente imbricadas e que agem solidariamente: a dimensão de artefato, a do campo de forças e a das significações".

No que se refere à leitura das fontes humorísticas, compartilhamos do entendimento de Roy Wagner (Cf. Ferrari et al, 2011) de que o humor é "o conhecimento íntimo de todas as coisas", uma vez que ao reverter causa e efeito (a lógica do humor) ele escancara relações que, no dia a dia, se encontram obscurecidas. O humor desmascara o real, colocando em xeque tudo que é certo e racional. Para produzir o riso, o humorista explora inversões, contrastes, rupturas, criações de significados e, assim, permite que as pessoas sejam vistas por trás dos processos. Como observa Gombrich (1999), o humor facilita a abordagem de sentimentos e abstrações como se fossem realidades tangíveis. Um aspecto essencial da sátira destacado por Gombrich é sua capacidade de condensar uma cadeia de ideias numa imagem inventiva. Desta forma, a produção humorística se apresenta como uma fonte estratégica de informação, revelando aspectos não explicitados por outros tipos de fontes. Ao mesmo tempo, Bergson (Cf. Saliba 2002: 22) destaca que para compreender o riso é preciso colocá-lo em seu ambiente natural – a sociedade – e determinar sua função social. Assim, o estudo do riso implica, necessariamente, em uma análise da sociedade em questão e, desta forma, adquire sentido coletivo.

Nos estudos do material humorístico buscamos apoio em Gombrich (1999), Ginzburg (2014), Saliba (2002), Fonseca (1999) e Burke (2004). Observamos o conjunto de ferramentas que o artista utilizou para produzir o humor – tais como metáforas, gírias, trocadilhos, estereótipos, exageros de escala, caricaturas, mistura de

significados –, na busca das mensagens da obra. Também encontramos inspiração na *descrição densa* de Clifford Geertz (1989), que procura esclarecer as "teias de significados" que o homem tece ao seu redor. Uma vez que ao historiador não resta outra alternativa para descrever um evento ou situação do passado além das representações, que carregam consigo cargas de significados, a *descrição densa* de Geertz oferece um importante apoio, guardadas as devidas cautelas necessárias[19].

Ainda nesta linha de pensamento, recorremos a Burke, que cita no livro *Testemunha Ocular – História e Imagem* (2004:47) os três níveis de interpretação de imagens apontados por Panofsky: 1 – descrição pré-iconográfica (identificação de objetos e eventos); 2 – análise iconográfica (dos significados a partir de um contexto cultural); 3 – interpretação iconológica (que revela "a atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica"). Como já observado anteriormente, é preciso ponderar as limitações das análises pictóricas, que incluem, ainda, os seguintes fatores ressaltados por Burke (2004:18):

> Historiadores usando documentos desse tipo não podem dar-se ao luxo de ignorar a possibilidade de propaganda, ou das visões estereotipadas do "outro", ou esquecer a importância das convenções visuais aceitas como naturais numa determinada cultura ou num determinado gênero.

Para além das discussões entre positivistas (que acreditam que as imagens fornecem informações confiáveis sobre o mundo) e estruturalistas (que discordam disso), preferimos, como Burke, ficar com a "terceira via".

> Em vez de descrever imagens como confiáveis ou não confiáveis, adeptos da terceira via estão preocupados com graus ou formas de confiabilidade e com confiabilidade para propósitos diferentes. Eles rejeitam a simples oposição entre a visão da imagem como "espelho" ou "fotografia instantânea", por um lado, e a visão da imagem como nada mais do que um sistema de signos ou convenções por outro. Eles alegam que no caso das imagens – como no caso de textos – as convenções filtram informações sobre o mundo exterior, mas não excluem. (...) Em outras palavras, os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos. É verdade que,

[19] Vale observar que Geertz desenvolveu seu trabalho a partir da observação participante em pesquisa de campo. Nossa base de estudo é diferente da trabalhada por Geertz, já que partimos da análise de representações, e não das ações em si.

> especialmente no caso da história dos acontecimentos, elas frequentemente dizem aos historiadores que conhecem os documentos algo que essencialmente já sabiam. Entretanto, mesmo nestes casos, as imagens têm algo a acrescentar. Elas oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam. Seu testemunho é particularmente valioso em casos em que os textos disponíveis são poucos e ralos, o caso da economia informal, ou o ponto de vista das de baixo, ou as mudanças nas sensibilidades.

Entendemos, assim como David Carr (2014), que representações, lembranças, reconstruções e interpretações de documentos não são perfeitas, mas são tudo que temos.

Balanço historiográfico

O levantamento historiográfico que realizamos aponta duas linhas principais de estudo sobre a "Era Collor": uma com foco na macroeconomia e nas teorias que sustentariam o Plano Collor e outra voltada para a trajetória política de Fernando Collor, envolvendo sua história de vida, a estrutura de seu governo e o processo de impeachment.

A linha macroeconômica se mostra mais marcante, diante do maior volume de estudos observados, que buscam apontar os pontos fortes e fracos do pacote econômico anunciado no dia 16 de março de 1990. Parte destes trabalhos foi publicada logo após o lançamento do Plano Collor, contemplando, neste caso, também as expectativas de seus autores em relação ao desempenho das medidas e da própria economia nos meses que se seguiriam. Neste grupo se inserem os artigos de Albuquerque; Bracher; Cardoso; Castro, P.R.; Castro, A.B, Silveira e Pires; Freitas; Lemgruber; Macedo; Maia; Oliva e Mantega; Oliveira; Pereira; Simonsen; Singer reunidos na edição de julho-setembro de 1990 da *Revista de Economia Política*. Outra parte diz respeito a estudos realizados depois de alguns meses de vigência do Plano, quando já era possível ter uma avaliação prévia do pacote, ou após a constatação de seu fracasso. Em ambos os casos, nota-se a frequente preocupação de se apontar os possíveis fatores que teriam levado a tais resultados. Deste grupo fazem parte os

artigos de Albuquerque; Amadeo; Andrade et al; Alves; Barbosa; Brandão; Carvalho, J.C.R. e Camargo; Carvalho, J.L.; Castro, A.B.; Castro, P.R. e Ronci; Chacel; Cysne; Dornelles; Faro; Faro e Brandão; Fritsch; Gonçalves; Goldfajn e Carneiro; Langoni; Leal e Werlang; Lemgruber; Longo; Macedo; Maia; Martins, M.A.C; Martone; Nakano; Paiva; Pastore; Pereira; Reis et al; Senna; Serra; Simonsen; Souza; Suzigan; Zottmann reunidos na edição especial da *Revista Brasileira de Economia* (janeiro/1991).

No terreno da política, a maior parte dos estudos foi publicada após o término do governo Collor, em 1992, sendo possível notar, portanto, maior distanciamento nas análises. Há, entretanto, casos de avaliam a administração durante seu andamento. Fazem parte deste grupo os trabalhos de Casarões (2008); Crabtree (1991); Martins, L. (1991), Melo (2007); Mello (1993), Oliveira (1992); Rodrigues (2000); Sallum (2015); Schneider (1991), Silva (1993), Tavares (1998); Valença (2002); Villa (2016) e Weyland (1993). Algumas poucas obras, como Conti (1999), Sabino (1991), Dimenstein e Kotscho (1990), revelam os bastidores do governo Collor. Também de forma mais escassa é possível encontrar estudos sobre os aspectos jurídicos do Plano Collor, como Martins, I.G.S. (1990,1991) e Queiroz (1991).

O levantamento da historiografia permitiu verificar a quase inexistência de estudos sobre os impactos do Plano Collor no cotidiano, uma vez que observamos apenas algumas poucas contribuições neste sentido citadas dispersamente nos estudos acima.

Procedimentos metodológicos

Pesquisa exploratória[20] baseada na análise de fontes primárias e secundárias. Utilizamos como método as cinco etapas a seguir:

[20] Boente e Braga (2004:10) definem pesquisa exploratória como "toda pesquisa que busca explorar, investigar um fato, fenômeno ou novo conhecimento sobre o qual ainda se tem pouca informação."

Etapa 1 - Seleção de fontes primárias

- Pesquisa em arquivos de materiais produzidos à época (1989-1992), veiculados em meios de comunicação de circulação nacional (citados anteriormente), já previamente definidos: reportagens jornalísticas, cartas dos leitores, charges e cartuns.

- Busca de outros materiais relevantes: documentos oficiais, processos judiciais, dados socioeconômicos, pesquisas de mercado, programas humorísticos televisivos, telenovelas, filmes publicitários e cinematográficos.

- Identificação e categorização dos temas levantados.

Etapa 2 – Seleção de fontes secundárias (historiografia)

- Levantamento de livros e artigos acadêmicos que tratam do Plano Collor.

- Identificação e categorização dos temas levantados.

- Análise dos conteúdos abordados.

Etapa 3 – Busca de referências bibliográficas

- Levantamento de livros e artigos acadêmicos que auxiliem no estudo das fontes.

- Identificação e categorização dos temas levantados.

Etapa 4 – Diálogo entre fontes primárias, secundárias e referências bibliográficas

- Desenvolvimento da pesquisa, com reforço na busca por fontes e referências bibliográficas (repetição das etapas 1, 2 e 3).

- Cruzamento de dados e análises.

Etapa 5 – Redação final

- Apresentação dos resultados obtidos a partir do estudo desenvolvido.

Há que se considerar que o método empregado nesta pesquisa possui caráter em certa medida subjetivo no que se refere às fontes estudadas e às percepções frente à bibliografia analisada. Tais questões se refletem no texto desta dissertação. A narrativa, como diz Carr (2014), é uma organização do passado e do presente de um certo ponto de vista, sendo o narrador responsável por selecionar e ordenar os eventos a partir de uma perspectiva derivada de sua experiência de vida.

Capítulo 1: Cenário Histórico

1.1 – O Brasil pré-Collor: medo com a ameaça de hiperinflação

A década de 1990 teve início com os brasileiros amargando as consequências de quatro planos econômicos fracassados em apenas quatro anos – Cruzado (1986), Cruzado 2 (1986), Bresser (1987) e Verão (1989) –, que foram incapazes de evitar que o Brasil chegasse à hiperinflação. No decorrer dos anos 1980, a maior parte da população brasileira empobreceu, afetada pela incapacidade do governo de domar a economia e gerar prosperidade. Um estudo desenvolvido pelos pesquisadores Juarez Brandão Lopes e Andréa Gottschalk (1990) mostra que entre 1981 e 1987 houve um salto no número de pobres e miseráveis na Grande São Paulo, a região mais rica do país. Em 1981, 35% das famílias da região eram consideradas pobres, percentual que chegou a 42% seis anos depois. A proporção de miseráveis subiu de 11% para 16% no período. No restante da década, a situação não melhorou. Segundo Lopes e Gottschalk (1990:102), "a deterioração econômica que ocorreu após o fracasso do Plano Cruzado e prolongou-se por vários anos elevou rapidamente o nível de pobreza".

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo IBGE, mostra que entre 1981 e 1989 a participação dos 50% mais pobres na renda nacional caiu de 13,4% para 10,4%. Ao mesmo tempo, os 5% mais ricos ampliaram sua fatia de 33,4% para 39,4%, indicando que a deterioração econômica do País não foi maléfica para todos. No processo de concentração de riqueza ao longo dos anos 1980, os 10% que compunham o topo da pirâmide social brasileira ampliaram sua parcela na renda nacional de 46,6% para 53,2%, enquanto os 90% restante viram sua parte encolher de 53,4% para 46,8%.

Com o aumento da distância entre ricos e pobres, o que se tornava evidente no dia a dia era a precarização das condições de vida da maior parte da população. Não raro era possível encontrar profissionais qualificados, com formação universitária, fazendo "bico" para pagar as contas no fim do mês, já que muitas vezes apenas o salário não era suficiente. A tabela 1 mostra que as preocupações

da população em 1989 diferiam de acordo com a faixa de renda, mas uma delas se destacava em todos os segmentos: a inflação.

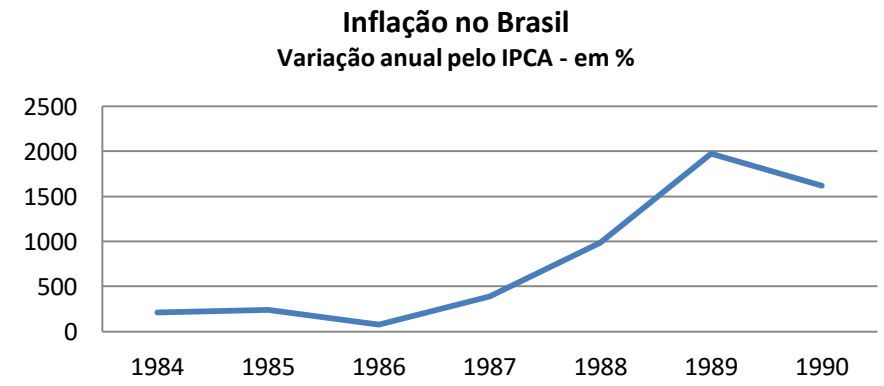
Tabela 1
Principais preocupações dos brasileiros em 1989
Divisão por faixa de renda - em %

	Renda familiar - salários mínimos (SM)			
	Até 2 SM	**2 a 5 SM**	**5 a 10 SM**	**Mais de 10 SM**
Inflação	59	57	55	45
Desemprego	54	38	27	18
Saúde	47	37	38	36
Educação	37	38	44	49
Dívida externa	17	28	29	26
Segurança	15	16	15	16
Corrupção	14	26	31	42
Incompetência dos governantes	11	20	25	25
Desigualdade social	5	9	13	18

Fonte: Ibope / *Veja*, 01/11/1989

De acordo com Crabtree (1991), a principal causa do aumento da pobreza no Brasil nos anos 1980 foi o avanço da inflação – fator motivador dos planos econômicos já mencionados. Podemos perceber um ciclo vicioso, no qual a inflação gerava empobrecimento e demandava ações do governo. Os planos econômicos, entretanto, ao fracassarem, não só permitiam o avanço inflacionário, como também agravavam os problemas sócio-econômicos do País.

Gráfico 2



Fonte: IBGE

Quando Collor tomou posse, em março de 1990, a inflação no Brasil ultrapassava 80% ao mês e já era classificada como hiperinflação[1], uma enorme fonte de medo para aqueles vinham sentindo o poder corrosivo do avanço permanente dos preços e, mais ainda, para aqueles que conheciam a experiência hiperinflacionária de outros países. A História mostra o abalo social devastador provocado pela hiperinflação, que em pouco tempo varre valores e hábitos consolidados secularmente, criando uma crise social, cultural e política (Coggiola, 2010). Isso porque a inflação destrói não só o valor do dinheiro, mas também a percepção das pessoas sobre si mesmas, diante da perda constante e voraz do patrimônio acumulado durante toda uma vida. Tudo aquilo que o dinheiro representa se desvanece: o fruto do trabalho desenvolvido por dias, meses, anos se vai e, com ele, também se perde o sonho da casa própria, os planos de viagem nas férias, a festa de casamento, o deslanchar da carreira profissional com um curso no exterior. A meta de se tornar um milionário perde o sentido no momento em que 1 milhão já não vale 1 milhão. A "morte do dinheiro"[2] é também a morte das relações sociais vigentes, dado o caráter intermediador da moeda[3]. A inflação, ao moldar comportamentos, desvaloriza as pessoas assim como faz com o dinheiro (Widdig, 2001).

Durante o século XX, vários países passaram por períodos de agressiva inflação que, em muitos casos, resultaram em bloqueios de liquidez. Segundo Carvalho (2006:107), neste período, houve três ondas de bloqueio de liquidez, sendo duas delas nos anos seguintes às duas guerras mundiais e uma terceira na América Latina na década de 1980, além de alguns casos isolados. Essas três ondas de bloqueios da liquidez, afirma Carvalho, "apresentam diferenças substanciais entre si, em termos do contexto em que ocorreram, das metas

[1] De acordo com Phillip Cargan (1956:25), um episódio de hiperinflação começa quando a taxa mensal de inflação ultrapassa 50% e termina quando esta mesma taxa desacelera para nível inferior a 50% e permanece assim por pelo menos um ano.

[2] Expressão adotada por Adam Ferguson para se referir à hiperinflação alemã e citada por Osvaldo Coggiola (2010:7).

[3] Coggiola (2010) identifica cinco funções para o dinheiro: 1 – Medida de valor: ao atribuir valor às mercadorias numa mesma denominação, o dinheiro torna-as comparáveis. 2 – Meio de circulação: o dinheiro facilita a circulação de mercadorias, ao estabelecer um equivalente de troca, ao mesmo tempo em que divide o ato da troca em dois atos distintos - a compra e a venda. 3 – Meio de pagamento: quando o vendedor entrega a mercadoria com a promessa de pagamento futuro, ele se torna credor. O comprador, por sua vez, se torna devedor. 4 – Meio de entesouramento: quando o dinheiro deixa de ser aplicado na compra e venda de mercadorias, sendo retirado de circulação, ele se transforma em tesouro e seu detentor, em entesourador. 5 – Dinheiro mundial: como meio de troca entre diferentes mercados (países).

perseguidas e das medidas adotadas, e os programas incluídos em cada uma delas apresentam também peculiaridades relevantes".

> A primeira onda decorreu dos impactos da Primeira Guerra Mundial. Muitos países saíram do conflito enfraquecidos, com as finanças públicas desorganizadas e problemas para financiar as dívidas acumuladas (Eichengreen, 1990). Os novos Estados independentes tinham necessidade urgente de organizar a oferta de moeda e definir a responsabilidade sobre os títulos de dívida pública em circulação ou entesourados em seu território. A segunda onda procurou enfrentar o quadro de inflação reprimida, típico do final da Segunda Guerra Mundial, em que a presença de grandes quantidades de distintas moedas, fruto da prolongada ocupação estrangeira em diversos países, combinava-se com forte controle de preços e redução acentuada da oferta de bens (Gurley, 1953). A terceira onda de bloqueios da liquidez no século XX ocorreu na América Latina, na década de 1980, ligada aos efeitos da grave crise de financiamento externo que afetou o Continente.

Em *Era dos Extremos*, Eric Hobsbawm (1995:76) observa que após a Primeira Guerra Mundial "a grande zona de derrota e convulsão, da Alemanha no Ocidente à Rússia soviética no Oriente, testemunhou um espetacular colapso do sistema monetário, comparável apenas ao que se deu em parte do mundo pós-comunista depois de 1989". Conta Hobsbawm: "O avô do autor, cuja apólice de seguro venceu durante a inflação austríaca, gostava de contar a história de que sacou essa grande soma em moeda desvalorizada e descobriu que ela dava apenas para tomar um drinque em seu café favorito."

De todos os casos deste período, o mais emblemático certamente é o da Alemanha durante a República de Weimar (1921-1923). O aumento de preços chegava a 50% ao dia, levando as pessoas a comprarem mercadorias ou moeda estrangeira assim que algum dinheiro lhes caía em mãos, enquanto as empresas se apressavam em expandir fábricas e investir em bens de capital fixo. Observa Coggiola (2010: 55,59,61) que

> Homens e mulheres corriam para gastar seus salários, se possível minutos após recebe-los. Notas eram transportadas às lojas em carrinhos de mão ou de bebê. (...) Em meados de 1923 os empregados eram pagos três vezes por dia. (...) Nos portões das fábricas, os operários entregavam de imediato às suas mulheres o dinheiro que recebiam ainda no transcurso do dia, para que ele não perdesse todo seu valor até o fim do expediente. (...) As pessoas de classe média que dependiam de qualquer tipo de renda fixa se viram desamparadas, vendiam mobiliário, vestuário, joias e obras de arte para comprar comida. (...) A prostituição (e o consumo de drogas)

> conheceu um surto espetacular. Erich Maria Remarque, Prêmio Nobel de literatura, em *O Obelisco Negro,* relatou que até os cemitérios foram transformados, à noite, em vastos motéis, e que a malandragem, a cafetinagem e todo tipo de pequenos expedientes se generalizaram nas regiões urbanas, diante do desemprego, da perda de valor da moeda, para garantir a sobrevivência mais elementar de pessoas e famílias (ou como disse Adam Ferguson "uma prostituta na família é melhor que um filho morto; roubar é preferível a passar fome; não passar frio é mais importante que conservar a honra", a decomposição social adquiriu formas inimagináveis, não vistas sequer durante o período de guerra."

Em *Culture and Inflation in Weimar Germany*, Bernd Widdig (2001: 4,5) conta o que costumava ouvir de seu avô e de amigos de sua família sobre o cotidiano naquele período:

> "In the summer of 1923", he told me, "Money was Worth so little that we had to fill up a whole wheelbarrow with banknotes when we went to town and tried to buy groceries." (...) One of my grandfather´s friends, for exemple, told me that his wheelbarrow got stolen, and the thief left the money in it behind.

Mais perto do Brasil em tempo e espaço, a Argentina nos fins dos anos 1980 era exemplo de preocupação. Sem uma moeda confiável para intermediar as relações sociais devido à hiperinflação, as tensões sócio-econômicas afloraram com a crise que levou o índice de pobreza na Grande Buenos Aires à marca recorde de 47,3% em outubro de 1989[4]. Em dezembro daquele mesmo ano, em meio a uma das frequentes corridas bancárias e cambiais no país, os bancos argentinos se viram sem recursos disponíveis para atender às solicitações de saque de seus clientes, já que a maior parte dos depósitos era recolhida automaticamente pelo Banco Central para financiar os gastos do Estado. Ao invés de emitir moeda para cobrir os pedidos de retirada, o governo do recém-empossado presidente Carlos Menem preferiu converter compulsoriamente os depósitos a prazo acima de US$ 1000 em títulos públicos com prazo de dez anos - o Bonex 89. Estima-se que US$ 3 bilhões foram convertidos à época em Bonex 89, que podiam ser vendidos no mercado secundário, mas com um desconto que chegava a ultrapassar 50%.

O caso argentino chamava a atenção não apenas pela proximidade geográfica com o Brasil, mas principalmente devido ao "efeito Orloff", termo popularmente atribuído à frequente prática do governo brasileiro na década de 1980

[4] Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) - www.indec.gov.ar

de importar políticas econômicas da Argentina. Para muitos daqueles que vivenciaram 1989, mais do que possível, era provável que o Brasil seguisse os passos argentinos, como já havia feito em outras ocasiões.

As especulações e boatos de confisco surgiram ainda durante a disputa presidencial de 1989 e foram alimentadas pelo candidato Fernando Collor de Mello (PRN), que ganhou vantagem sobre seu oponente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao insinuar que o rival pretendia confiscar as economias da população se vencesse a eleição. A estratégia do medo, diante da ameaça de confisco, garantiu votos a Collor, que saiu vitorioso da disputa eleitoral com 53% dos votos válidos, contra 47% de Lula, como pontua Schneider (1991: 324):

> Collor received a lot of votes from those who were either afraid of Lula (ironically, Collor scared voters by charging that Lula would confiscate their savings, as Collor ultimately did) or who accepted Collor's personal and class-related attacks on Lula. Collor's disparate, disarticulated electorate, inflated by anti-Lula voters, gave few glues as to what to expect from his government. Form had triumphed over content. Collor's style attracted voters and kept his ratings surprisingly high in 1990. His style during the campaign was aggressive, offensive, imperious, often vindicative, yet always studied, rehearsed, and well suited to sound bites and action photos.

1.2 - Quem era Collor?

Até a disputa presidencial de 1989, Collor era uma figura praticamente desconhecida em âmbito nacional. Filho e neto de políticos, fez carreia em Alagoas, onde foi prefeito da capital, Maceió, e governador do Estado. Dirigiu a Gazeta de Alagoas e a Organização Arnon de Mello, o complexo de comunicação de sua família, experiência que lhe garantiu desenvoltura junto à mídia e se mostrou uma vantagem competitiva em sua vida política. Na juventude, Collor trabalhou como repórter no *Jornal do Brasil* e, assim como seus irmãos Leopoldo e Pedro, conheceu por dentro o funcionamento da grande imprensa brasileira, tendo ainda a oportunidade de cultivar contatos no meio jornalístico.

Em 1987, quando assumiu o governo de Alagoas, deu início àquela que seria sua principal marca na campanha presidencial dois anos mais tarde: a "caça aos marajás". Com a promessa de acabar com as mordomias e os salários

exageradamente altos de parte dos servidores públicos no Estado, Collor conquistou popularidade e passou a chamar a atenção dos meios de comunicação, que vez por outra divulgavam reportagens sobre como o jovem governador – aos 38 anos, na época – pretendia moralizar o serviço público estadual. Mario Sergio Conti (1999) narra em *Notícias do Planalto* como Collor utilizou sua experiência jornalística e seus contatos para criar uma imagem positiva na mídia. Preparava pautas sob medida para o *Jornal Nacional* (Rede Globo), oferecia "mimos" aos jornalistas (*jabás*, no jargão da área) e, acima de tudo, garantia informações exclusivas, os chamados *furos*, a seus contatos mais próximos. Collor rendia notícia – e era isso que todo jornalista buscava, independentemente de suas preferências políticas[5].

Segundo Conti (1999:97), Collor decidiu concorrer à Presidência do Brasil após constatar que existia no imaginário popular espaço para sua candidatura. Uma pesquisa do instituto Vox Populi mostrou que

> Para candidato à Presidência, dois terços dos eleitores queriam alguém indignado com a roubalheira. Que tivesse ímpeto e energia para tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Que fosse corajoso e não entrasse no jogo tradicional da política. Não pertencesse ao sistema de poder e tivesse um passado limpo.

Collor, o jovem, bonito, saudável e bem preparado governador de Alagoas, defensor da ética e da moral, disposto a lutar pelos interesses do povo e contra os "marajás", se encaixava neste perfil. Com um partido pequeno e sem aceitar apoio de organizações, Collor apostou na sua figura pessoal para conquistar o eleitor. Acenou com a possibilidade de promover em Brasília a limpeza que fizera em Alagoas e acendeu uma chama de esperança numa sociedade à beira de um colapso. Conta Olga Tavares (1998: 29,52) que o passado recente do Brasil naquele momento contribuiu para que Collor construísse uma trajetória messiânica.

> O caminho messiânico de Fernando Collor já vinha sendo pavimentado há alguns anos. A insatisfação pelos anos de ditadura militar e a esperança ceifada com a morte de Tancredo Neves deixaram latente na consciência da maioria dos brasileiros a necessidade premente de uma remissão de tanto sofrimento. Collor

[5] Uma prévia eleitoral realizada em 1989 pela Federação Nacional dos Jornalistas com 8 mil profissionais de imprensa mostrou que a preferência dos jornalistas era por Lula, que obteve 26% dos votos. Collor ficou em quinto lugar, com apenas 10%, atrás de Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire. (*Veja*, 31/10/1989, p.38-39)

> assumiu um messianismo político porque surgiu da incapacidade de outros políticos mais tradicionais assumirem seus chamamentos com tanta crença e determinação. (...) O país viveu uma grande comoção: enterrava-se com Tancredo Neves também todas as esperanças depositadas nele. Houve uma desmobilização repentina do imaginário – a orfandade, a solidão. No Governo Sarney, vice de Tancredo Neves, houve um novo alento em seguida ao Plano Cruzado (fevereiro de 1986), que ungiu o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, como o novo messias: derrubava o dragão da inflação, trazia melhores condições de vida, elevava o cidadão a co-autor das decisões governamentais. Seis meses depois, o Plano ruía e com ele toda a idealização do paraíso terrestre. Contudo, o imaginário popular deixou latente a atávica necessidade de um redentor.

Collor soube usar as fragilidades do País a seu favor e, ao mesmo tempo, valorizar suas qualidades, criando a figura do herói. Como diz Schneider (1991:323), entrou na campanha presidencial como uma curiosidade da mídia e logo se converteu no "anti-Estado, anti-partido, anti-tudo que está aí". "Like Jimmy Carter, he ascended from nowhere, making clever use of modern campaign methods, especially television and opinion polling."

Naquele ano de 1989, a Rede Globo levou ao ar em horário nobre a novela *O Salvador da Pátria*, que mostrou o processo de construção de um líder e a disputa de poder numa pequena cidade fictícia brasileira. Símbolo da cultura nacional, a telenovela frequentemente utiliza aspectos do cotidiano em seu enredo, de forma a se aproximar do telespectador e colocar em pauta assuntos da atualidade. Foi com isso em mente que Lauro Cezar Muniz escreveu *O Salvador da Pátria*. De acordo com o autor, a intenção era criar condições, a partir da novela, para que o público identificasse entre os grupos políticos da trama as opções disponíveis no Brasil real, uma vez que se vivia no País "um ano de um salvador da pátria"[6]. Para Tavares (1998:32), a novella, "apesar de colocar um bóia-fria no poder (o que poderia remeter a eventual posse de Lula), chegou a ponto de comparar a ficção à realidade, e, nela, quem se apresentou para tornar o país mais próximo daquele que a ficção mostrava foi Collor de Mello".

O Salvador da Pátria veio substituir *Vale Tudo*, trama que conquistou o público ao expor a corrupção e a falta de ética entranhadas na sociedade brasileira daquele período, denunciando uma inversão de valores. A novela rejeita o final moralizador, ao apresentar desfechos promissores para os personagens de má-fé.

[6] Entrevista de Lauro Cezar Muniz concedida à *Folha de S.Paulo* e publicada em 8 de janeiro de 1989, p. F-1.

A cena em que Marco Aurélio (personagem de Reginaldo Faria) “dá uma banana” para o Brasil ao fugir do País de avião fretado ao lado de sua esposa, Leila (Cassia Kiss), assassina de Odete Roitman (Beatriz Segall), após ter aplicado um grande golpe financeiro se tornou uma das mais emblemáticas da teledramaturgia brasileira.

Visto como o “salvador da pátria” por grande parte da população, Collor soube tirar proveito da imagem de herói não só para ganhar a eleição, mas também para colocar em operação um plano econômico controverso (vide quadro 1). De acordo com Ferreira (1993: 201), o brasileiro via como herói não o cidadão comum, portador de ideais e projetos capazes de fortalecer a coletividade, mas aquele que aparentava ter as condições necessárias para resolver os problemas da sociedade. Esta era a avaliação tanto da base da pirâmide social quanto das camadas mais abastardas.

Quadro 1
Collor, o salvador (amostra das cartas analisadas)

O Globo, 29/03/90, p. 4

● Desde sempre ouvimos dizer que Deus é brasileiro, afirmação pouco convincente ante a calamitosa situação que o País atravessa. Agora, no entanto, com a derrota das forças do mal e a eleição do jovem Presidente Fernando Collor, passamos a acreditar que realmente Deus é brasileiro, principalmente ante a determinação de Sua Excelência de governar também e principalmente para os descamisados e pés-descalços. Praza aos céus (e que o Congresso não atrapalhe) possa o nosso Presidente realizar todas as metas que se propõe.

Arturo Guilhen Moll, Rio

Jornal da Tarde, 09/05/90, p.4

Sr.: A regra no nosso querido Brasil sempre foi ter como políticos uns irmãozinhos que dispensam maiores comentários. Deu até pra desconfiar que aqui era a exceção das regras, ou seja, a regra sem exceção.

Porém, Deus tarda, mas não falta. Mandou o moço Collor como um novo Messias, com a diferença de que o primeiro foi o mensageiro da paz, e esse o terror dos pilantras.

Que Ele não permita que façam com esse o que fizeram com o outro...

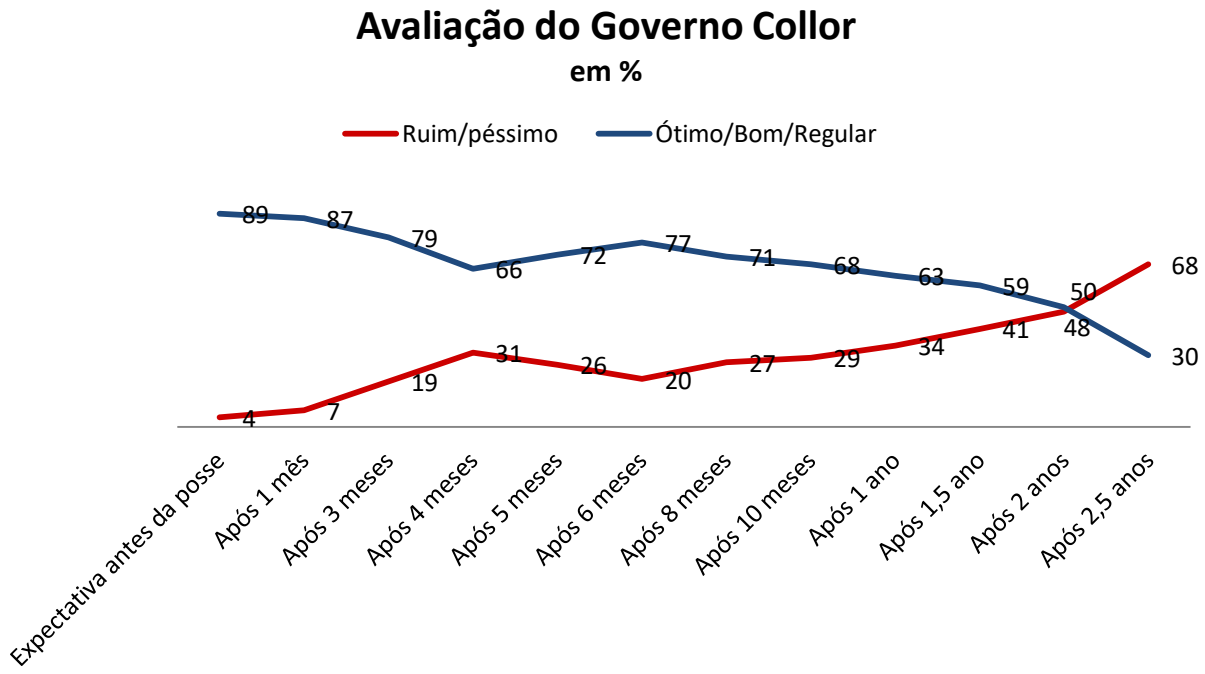
Renato Antônio Liberatori, Capital.

Mais do que um pai provedor, a expectativa era de que Collor seria o libertador. Seria ele que, além de colocar o Brasil na rota da modernidade e garantir melhores condições de vida à população, livraria o País da corrupção e da inflação que escravizava principalmente os mais pobres, que comprometiam quase toda sua renda com despesas de consumo (Neri,1990).

Até a posse de Collor, 89% dos brasileiros acreditavam que o governo seria bom, regular ou ótimo (vide gráfico 3). O confisco das aplicações financeiras, que tanto assombrou os eleitores durante a campanha presidencial e que se tornava realidade não pelas mãos de Lula, mas de Collor, curiosamente não derrubou o apoio ao novo presidente, que contava com 87% de aprovação um mês após o anúncio do pacote econômico. Sua popularidade se manteve ao redor dos 70% durante todo o ano de 1990 e só passou a cair no ano seguinte, quando a revelação de seu envolvimento em casos de corrupção afetou sua imagem de messias. Observa Tavares (1998:28) que

> A trajetória messiânica de Collor atendeu aos três períodos detectados por Girardet (1987, p.66): o apelo, o poder e a glória, e o martírio. O primeiro período apresentou um jovem governador que se descobre diante de um grande destino, a partir de uma decisão política – a Caça aos Marajás – que o destacou diante do país inteiro; o segundo período colocou o jovem governador em constante evidência, confrontando-o com grandes nomes da política nacional na mais aguardada disputa presidencial das últimas três décadas, fazendo-o vencedor do pleito e legitimando-o como pioneiro de uma "Nova Era"; o terceiro período identificou o jovem presidente com tudo aquilo que ele negava no primeiro período e que provou seu afastamento e desprezo dos seus eleitores.

Gráfico 3



Fonte: DataFolha

Capítulo 2: O Plano Collor

2.1 - A concepção

Collor ganhou a eleição de 1989 sem ter apresentado aos eleitores um programa de combate à inflação. Uma vez vencida a batalha nas urnas, tornava-se necessário apresentar um plano de ação que colocasse em prática as promessas de campanha. Assim, após a vitória no segundo turno, a equipe do novo presidente passou a desenvolver um plano econômico que, de acordo com Carvalho (2006:101),

> (...) foi provavelmente muito influenciado por um documento discutido na assessoria do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, e depois na assessoria do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, entre o primeiro turno e o segundo. Apesar das diferenças nas estratégias econômicas gerais, as candidaturas que se enfrentavam em meio à forte aceleração da alta dos preços, submetidas aos riscos de hiperinflação aberta no segundo semestre de 1989, não tinham políticas de estabilização próprias. A proposta de bloqueio [das aplicações financeiras] teve origem no debate acadêmico e se impôs às principais candidaturas presidenciais.

Não existe, segundo Carvalho (2006:121), uma versão oficial sobre a decisão pelo confisco das aplicações financeiras. Sua hipótese é a de que “os economistas de Collor adotaram a proposta de bloqueio por terem se convencido de que as demais alternativas eram inviáveis ou arriscadas em demasia, juízo a que teriam chegado, com base nos argumentos do debate da época”.

A biografia romanceada de Zélia Cardoso de Mello escrita por Fernando Sabino (1991:135) traz como teria sido determinado o limite 50 mil cruzados novos para saques fixado pelo Plano Collor, supostamente definido na véspera da divulgação do pacote, durante as celebrações de posse do presidente:

> A noite de 15 para 16 foi inesquecível. Enquanto a festa continuava lá embaixo, Zélia e seus companheiros, metidos numa salinha, trocando ideias e comendo sanduíches, ainda davam os últimos retoques no plano. Desde cedo vinham divergindo em relação ao máximo de retirada permitida nas cadernetas de poupança: vinte mil? Cinquenta? Setenta? Ela, como Ministra, daria a última palavra. Sempre que tem um problema, gosta de dar uma trégua para se distrair, deixando o subconsciente trabalhar. Escreveu num papel os números 20, 50 e 70 e voltou à festa. Deixou-se fotografar com suas

amigas, sempre a segurar o papel. Ao regressar à salinha, havia optado pelos cinquenta mil cruzeiros. Encontrou a equipe ainda discutindo o plano.

Quadro 2

O bloqueio da liquidez no Plano Collor
Medida Provisória 168, 15/03/1990, depois Lei n. 8.024, 12/4/1990

Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel-moeda em poder do público. Os valores em cruzados novos bloqueados ficariam recolhidos ao Banco Central do Brasil por dezoito meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em doze parcelas mensais a partir do 19° mês.

Os haveres financeiros seriam convertidos ao par, de cruzados novos (NCz$) para cruzeiros (Cr$), após a cobrança extraordinária de 8% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nos haveres não monetários e na venda ou transmissão de ações e ouro, isentos os depósitos à vista e os títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras.

A conversão em cruzeiros deveria ser feita no momento da liberação dos valores retidos, com regras diferenciadas:
• papel-moeda, conversão imediata, sem bloqueio;
• depósitos à vista e cadernetas de poupança, liberação imediata de até Cr$ 50 mil (pela taxa de câmbio oficial de 13/3/1990, US$ 1.300,00; pela taxa do câmbio paralelo, US$ 610,00 em 13/3, US$ 1.110,00 em 19/3 e US$ 770,00 em 30/3);
• aplicações *overnight* e contas remuneradas, liberação imediata de Cr$ 25.000,00 ou de 20% do total, valendo o maior;
• fundos e depósitos a prazo, 20% do total.

Todos os limites deveriam ser calculados por aplicador e por instituição financeira. Títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras submetiam-se ao mesmo regime.

Nos depósitos a prazo, debêntures e cotas de fundos, a conversão para cruzeiros da parcela liberada deveria ser feita apenas no vencimento do título. Nos fundos, a conversão ficava condicionada à disponibilidade de liquidez em cruzeiros. As parcelas não convertidas deveriam permanecer denominadas em cruzados novos até seu vencimento. Títulos com prazo superior a dezoito meses permaneceriam denominados integralmente em cruzados novos até o vencimento.

Os cruzados novos bloqueados poderiam ser usados por sessenta dias (até 18/5/1990) para pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e por 180 dias podiam ser transferidos
entre pessoas físicas e jurídicas, “para fins de liquidação de dívidas e operações financeiras comprovadamente contratadas antes de 15/3/1990”, processo denominado de “transferência de titularidade”.

Recursos dos tesouros dos três níveis de governo ficaram livres do bloqueio e foram convertidos integralmente, com liberação imediata dos cruzeiros no caso de depósitos à vista e recursos em trânsito no sistema bancário, e liberação no vencimento, no caso de títulos. Para os três níveis de governo, recursos recebidos em cruzados novos até 18/5/1990, pelo pagamento de impostos, taxas e contribuições, seriam convertidos integralmente e liberados na data de vencimento da obrigação que lhes deu origem, ou de imediato, no caso de obrigações já vencidas.

Fontes: BCB; *Gazeta Mercantil* (edição extra, 17/3/1990, n. 19.299, p. 32); *Revista de Economia Política*, 1990. p. 117-120.
Elaboração: Carlos Eduardo Carvalho (2006)
Medida provisória 168, de 15 de março de 1990, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/168.htm
Lei 8.024, de 12 de abril de 1990, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/168.htm

2.2 – Principais personagens

Além do presidente Fernando Collor, alguns outros nomes tiveram papel de grande relevância no Plano Collor. A conferir:

Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia

Filha de Emiliano Cardoso de Mello, delegado de polícia e descendente de grandes proprietários de terras em Parati (RJ), e de Azuléia Castiglioni Martoni Cardoso de Mello, Zélia nasceu em São Paulo em 20 de setembro de 1953. Na juventude, se envolveu em movimentos de oposição ao regime militar e chegou a se filiar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cursou a Faculdade de Economia e Administração da USP, onde ministrou aulas e concluiu seu doutorado em Economia em 1981. Entre 1983 e 1987, Zélia integrou o Conselho Fiscal da Companhia Energética Paulista (Cesp) e assumiu a Diretoria Financeira Administrativa da Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo. Em 1987, foi uma das fundadoras da ZLC Consultores Associados, que tinha o governo de Alagoas, sob o comando de Fernando Collor, como um de seus maiores clientes. Durante a campanha presidencial de 1989, Zélia foi assessora econômica do então candidato Fernando Collor e, com a vitória dele, tornou-se a primeira mulher a comandar a economia brasileira.

Antônio Kandir, secretário Especial de Política Econômica

Antônio Kandir nasceu em São Paulo em 2 de maio de 1953. Seus pais, Said Kandir e Farida Kandir, eram ambos de origem armênia. Kandir formou-se em engenharia na USP e fez mestrado e doutorado em Economia na Unicamp. Antes de integrar o governo Collor, Kandir lecionou na Unicamp, na PUC-SP e na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos; foi coordenador de Estudos Econômicos no banco Itaú e consultor do Banespa. Também prestou consultoria à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1983-1986) e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1985).

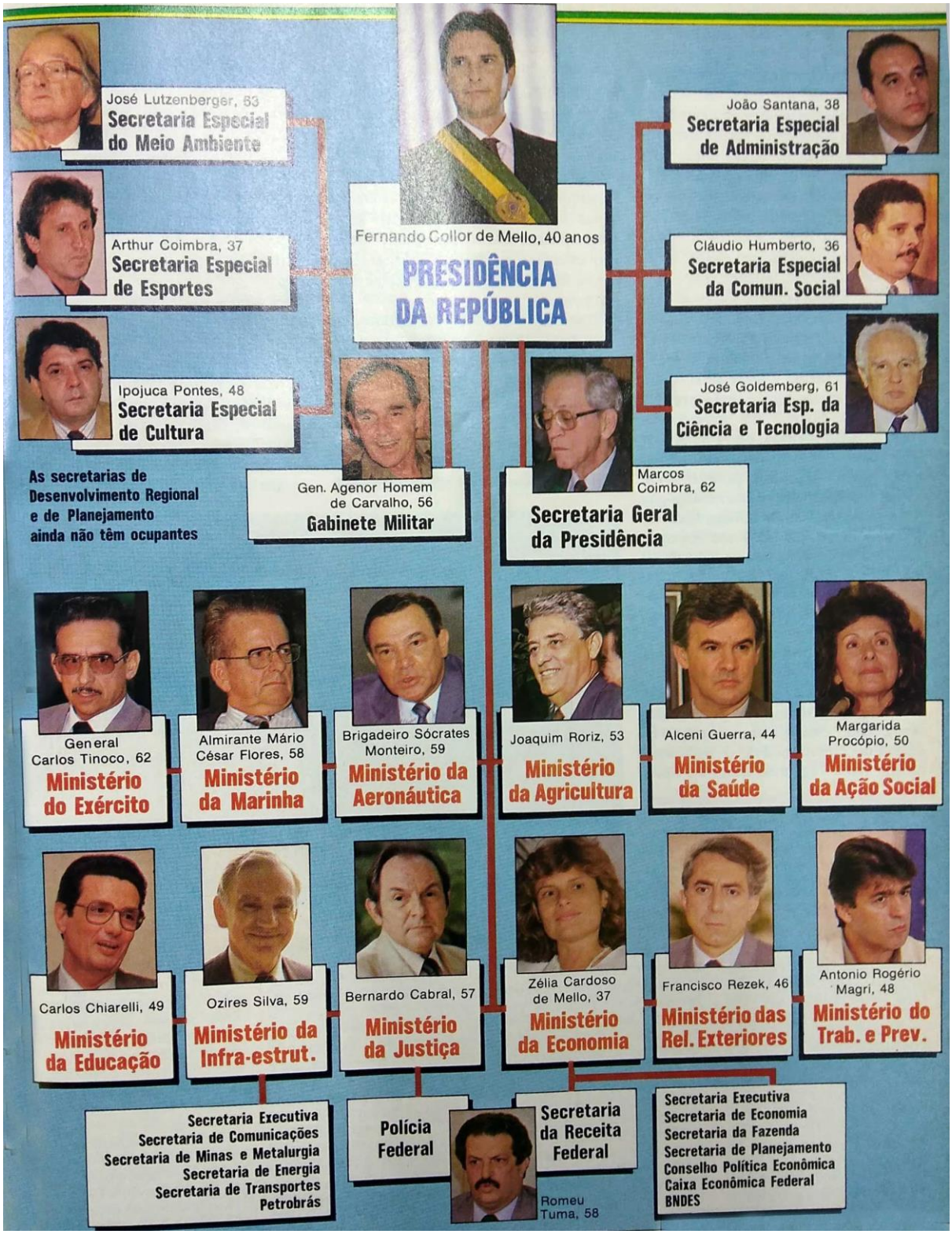
Ibrahim Eris, presidente do Banco Central

Nascido em Bafra, na Turquia, em 1945, Ibrahim Eris mudou-se para o Brasil em 1973, onde naturalizou-se no mesmo ano. Antes disso, formou-se em Economia e Estatística na Universidade Técnica do Oriente Médio, em Ancara, e fez pós-graduação na Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos, onde também lecionou. No Brasil, foi professor na USP e assessor do ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto (1979-1985). Durante a campanha presidencial de 1989, foi convidado por Zélia Cardoso e Mello a integrar a equipe que prepararia o programa econômico do então candidato Fernando Collor.

Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal e secretário da Receita Federal

Descendente de sírios, Romeu Tuma nasceu em 4 de outubro de 1931, em São Paulo. Ingressou na Polícia Civil de São Paulo em 1951 e, em 1967, após se formar em Direito pela PUC-SP, tornou-se delegado. Dirigiu a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) nos anos 1970, respondendo pela repressão a opositores do regime militar e, na década seguinte, assumiu o comando da Polícia Federal. Durante sua gestão, defendeu uma atuação mais ampla da Polícia Federal, levando o órgão a atuar, durante o governo Sarney (1985-1990), no combate à remarcação de preços especialmente em supermercados. No início de 1990, Tuma foi convidado pelo presidente eleito Fernando Collor para assumir o cargo de secretário da Receita Federal em seu governo, ao mesmo tempo em que o novo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, anunciava sua continuidade no comando da Polícia Federal.

Equipe de governo de Collor (primeira formação)



Fonte: Isto É Senhor, 21/03/90, p. 43

2.3 – O confuso anúncio

O anúncio do Plano Collor foi feito em 16 de março de 1990, dia seguinte à posse do presidente. O pacote econômico tinha como objetivo declarado tirar a nação do ciclo vicioso em que se encontrava, derivado, sobretudo, do descontrole inflacionário, do aumento da desigualdade social e da corrupção entranhada nos setores público e privado. Seu anúncio, entretanto, envolveu também outros objetivos, não declarados.

Collor, como comunicador que era, aproveitou o momento para transmitir mensagens que iam além das medidas econômicas, de forma a conquistar a simpatia da população antes de revelar a parte mais dura de seu programa de governo. Iniciou seu primeiro dia de trabalho como presidente da República com uma reunião ministerial transmitida ao vivo por rádio e televisão às 7 horas da manhã de uma sexta-feira, deixando claro para todo o Brasil que não perderia tempo e que não daria espaço para "marajás". Ao levar as câmeras para dentro da sala de reuniões e, de lá, anunciar seu plano econômico, tendo todos os ministros à sua volta, o presidente sinalizou que não somente ele, mas toda a equipe de governo trabalharia para que as medidas fossem bem sucedidas, ao mesmo tempo em que dava um recado para os membros de seu gabinete: eles também seriam responsáveis por fazer o pacote dar certo e seriam cobrados por isso, não só pelo presidente, mas pelo povo que era testemunha do que ocorria naquela sala.

Tendo as câmeras e os microfones apontados em sua direção, Collor levou a público as primeiras medidas de sua gestão[1]. O pacote, dividido em três partes, teve como ponto de partida o que o presidente chamou de "saneamento moral", envolvendo os seguintes tópicos:

> 1 – Abuso econômico passa a dar até cinco anos de cadeia neste país. Esconder mercadorias, exagerar nos preços, iludir o consumidor levará para atrás das grades o gerente, o diretor e o dono da empresa.

[1] Vide material editado pela Rede Globo para o *Jornal Nacional* de 16 de março de 1990 em anexo 4 (JN – Plano Collor 1 e 2). O discurso de Collor está disponível na biblioteca da Presidência da República, em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990. Acesso em 11 de setembro de 2016. Vide anexo 6.

> 2 – O funcionário público que participar de atos lesivos ao Fisco será demitido e preso.
>
> 3 – Extinção de todas as mordomias, pagamentos disfarçados de salários etc.
>
> 4 – O anonimato da riqueza escusa, conseguida com sonegação, está extinto. Acabaram os títulos ao portador e o sigilo protetor até de criminosos.
>
> 5 – As grandes fortunas passarão a pagar a sua contribuição para sanear o país.
>
> 6 – Os ganhos de capital obtido nas bolsas de valores passam a ser tributados, encerrando-se, assim, uma odiosa discriminação.

Munido de um ar de super-herói, com voz firme e imponente e postura de quem está pronto para combater o mal, Collor determinou que o déficit público no Brasil fosse zero em 1990, após três anos consecutivos de saldo negativo nas contas do governo (Jaloretto, 2009: 27). Para tanto, seria realizada uma reestruturação de gastos por meio de reforma administrativa, que incluiria o fechamento de ministérios, autarquias e empresas públicas, além do afastamento de “maus funcionários”. Ao mesmo tempo, seriam suspensos todos os subsídios e os agricultores passariam a pagar impostos sobre seus lucros. Os ganhos de receita também viriam da indexação dos impostos devidos à União e com a atualização das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os preços administrados pelo governo seriam reajustados e haveria a cobrança de mais impostos sobre aplicações no mercado financeiro.

A terceira frente consistiria na modernização da economia. Para se alcançar tal objetivo, Collor estabeleceu cinco pontos principais:

> 1 – A flutuação cambial sob controle do governo.
>
> 2 – Redução das barreiras à importação e estímulo à participação de capital estrangeiro no desenvolvimento nacional.
>
> 3 – Demarragem de um ambicioso programa de desestatização.
>
> 4 – Privatização de débitos para com a União, através de leilões de indivíduos interessados em receber dívidas atrasadas do Governo Federal.
>
> 5 – Criação de certificados de privatização, instrumento de viabilização rápida do processo de desestatização, que serão adquiridos compulsoriamente por instituições financeiras, fundos de pensão, companhias seguradoras etc.

Os salários receberiam a correção inflacionária de fevereiro e os preços no comércio deveriam voltar aos praticados em 12 de março, sendo reajustados apenas mediante autorização do governo. Em 15 de abril, começaria a política de prefixação de salários, que instituiria a livre negociação entre empresas e funcionários quando a inflação ultrapassasse o índice de reajuste salarial estipulado pelo governo.

Collor não entrou em detalhes sobre como as medidas seriam aplicadas. Não era seu objetivo destrinchar o Plano, nem se posicionar como um profissional altamente qualificado, com profunda *expertise* em sua área de atuação, que teria todas as capacidades técnicas necessárias para tornar o Brasil um *case* de sucesso econômico, político e social. Sua intenção era se mostrar como um salvador, o escolhido para tirar o Brasil do atraso e da pobreza e levar prosperidade aos lares dos 147,3 milhões de habitantes do País. Para isso, bastavam as linhas gerais do chamado "programa de estabilização" e muitas frases de efeito.

"As medidas são de grande profundidade. Mas, na sua dureza, elas buscam, sobretudo, preservar os direitos adquiridos pelos cidadãos", justificou Collor, fazendo alusão aos direitos constitucionais recém-conquistados, mas que seriam afrontados pelo seu pacote econômico. "Não temos mais alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas. Agora, é vencer ou vencer. Que Deus nos ajude", disse ao finalizar seu discurso, já justificando as medidas que ainda seriam anunciadas e, ao mesmo tempo, invocando a benção divina para sua "guerra santa". Naquele momento, nem mesmo o mais fervoroso dos ateus iria contestar tão nobres objetivos. Até então, no entanto, o ponto que causou maior alvoroço na sociedade e que seria a principal fonte de questionamento quanto à constitucionalidade do Plano – o bloqueio dos depósitos financeiros – permanecia desconhecido. Ele seria revelado apenas horas mais tarde pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Antes disso, Collor teve o cuidado de entregar pessoalmente o texto do plano econômico, composto de 27 medidas provisórias, ao Congresso Nacional. As medidas, embora tivessem efeito imediato, deveriam passar pelo aval dos congressistas e Collor queria evitar que mudanças fossem feitas no texto. Acompanhado por dezenas de jornalistas numa cena também transmitida ao vivo

pela televisão, o presidente deixou o Palácio do Planalto e caminhou os poucos metros que separam a sede do Poder Executivo do Parlamento, em Brasília, depositando o documento nas mãos do presidente do Senado, o senador Nelson Carneiro, e lembrando aos líderes dos partidos que aquelas medidas tinham o aval de 35 milhões de votos. Mais uma vez, Collor usava sua habilidade de comunicador para pressionar possíveis adversários, buscando a aprovação do polêmico pacote de medidas que ainda não havia sido totalmente apresentado à população.

Na tarde daquela sexta-feira, Zélia, acompanhada pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, pelo secretário especial de Política Econômica, Antonio Kandir, e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, complementou a apresentação do Plano Collor numa confusa e tumultuada coletiva de imprensa no auditório do Ministério da Economia. Com uma hora de atraso e demonstrando nervosismo, Zélia buscou, antes de apresentar as medidas, justificar os motivos pelos quais elas seriam adotadas. Sem encontrar uma linha clara de argumentação, a ministra falou do desequilíbrio financeiro do Estado brasileiro, da necessidade de reformas, do fracasso dos planos econômicos anteriores, da "natureza" da economia brasileira e dos "mecanismos" que impediam a aplicação de uma política monetária mais rígida – tudo em alguns poucos minutos, sem entrar em detalhes, antes de introduzir as medidas do Plano Collor. Pigarreando e esfregando com frequência as mãos, Zélia caçava as palavras antes de proferi-las, procurando escapar de termos como bloqueio, sequestro ou confisco. Mas os jornalistas presentes não titubearam em utilizar a palavra "confisco" em suas perguntas. Em um português falho e carregado de sotaque, Ibrahim Eris prontamente contestou o uso da palavra "confisco", o que só fez acirrar os ânimos na plateia. Nascido na Turquia, o presidente do Banco Central fez questão de dizer que "nada está sendo confiscado". "Todas os ativos que um cidadão tem ele terá daqui a 18 meses, corrigido monetariamente, acrescido de 6% de juros, que é exatamente regra aplicado ao ativo mais nobre que existe nessa economia brasileira que é a caderneta de poupança [*sic*]"[2], enfatizou Eris. A devolução dos recursos seria feita a partir de 16 de setembro de 1991, em 12 parcelas mensais e consecutivas.

[2] Vide anexo 4: Plano Collor - coletiva

Além de já não mais poder dispor de seu patrimônio da forma que desejasse, os brasileiros também ficariam com seus salários congelados até 15 de abril, quando o Ministério da Economia passaria a divulgar um índice de correção salarial que seria aplicado a partir de maio e que não obrigatoriamente acompanharia a inflação do período. Como a última correção salarial havia sido feita com base na inflação de fevereiro, as perdas que resultassem do avanço dos preços em março simplesmente não seriam repostas. Em um período de inflação galopante, deixar de receber esta correção era o mesmo que ter uma significativa redução salarial.

A moeda vigente, o cruzado novo, seria substituída pelo cruzeiro, que voltaria à praça na proporção de um para um, quatro anos depois de ter sido abolido pelo Plano Cruzado, em 1986. Durante os 18 meses de bloqueio das aplicações financeiras, entretanto, as duas moedas coexistiriam, mas com usos distintos. Enquanto nos bancos o dinheiro confiscado continuava em cruzado novo, podendo ser usado apenas na quitação de dívidas anteriores a 15 de março de 1990, no comércio e em todas as transações do dia a dia o que passava a valer era o cruzeiro. Durante a entrevista coletiva, faltou ao governo palavras que explicassem como a transição de moeda se daria no cotidiano. Como usar o salário recebido em cruzado novo para pagar contas ou fazer compras em cruzeiros nos supermercados? O que fazer com os cheques em cruzados novos que não puderam ser descontados devido ao feriado bancário? Os bancos trocariam os cruzados novos que estavam nas mãos da população por cruzeiros? Já havia disponível nos bancos cédulas e moedas em cruzeiros? Quem precisasse de dinheiro para uma emergência, como deveria agir? As respostas para estas e muitas outras perguntas que o Plano Collor suscitava ficaram no ar. Sem condições para esclarecer todos os aspectos do Plano, Zélia buscou minimizar o desconforto resumindo a questão da seguinte forma:

> Não há, nesse conjunto de medidas, nenhuma penalização aos milhões de brasileiros que ganham menos que cinco salários mínimos, ou que ganham menos que três salários mínimos, ou aos 60 milhões de brasileiros que ganham menos que cinco salários mínimos. Não há nenhuma penalização à classe trabalhadora e não há nenhuma penalização aos pequenos poupadores. Então, ganha a sociedade brasileira, porque a gente vai ter um País com mais justiça, com mais justiça fiscal, com mais justiça social.

> E perdem, evidentemente, todos aqueles que ganharam com a inflação nos últimos anos.[3]"

Assim como muitos dos que acompanharam aquela entrevista coletiva, Collor percebeu a dimensão do problema e agiu com rapidez. Determinou uma força-tarefa, colocando a equipe econômica à disposição dos jornalistas para esclarecimentos no fim de semana, ao mesmo tempo em que uma cartilha para explicar o Plano era produzida às pressas. Zélia participou de uma maratona de entrevistas, saltando dos estúdios de uma emissora de televisão para outra e conversando com jornalistas da mídia impressa entre as gravações. Durante uma das muitas entrevistas concedidas, Kandir calculou que dos cerca de US$ 150 bilhões existentes naquele momento na economia, entre US$ 110 bilhões e US$ 115 bilhões ficariam bloqueados junto ao Banco Central[4]. Ou seja: de um dia para outro, aproximadamente 75% do dinheiro em circulação no País seria retirado de operação, baixando a liquidez de algo em torno de 35% do PIB para 9% do PIB.

Apesar do esforço de última hora, a estratégia de Collor teve efeito contrário ao supostamente esperado: ao invés de dissolver as dúvidas sobre o funcionamento do Plano e acalmar os ânimos, contribuiu para a desinformação e o desespero da população. A impressão deixada pela equipe econômica na divulgação do Plano Collor foi expressa nas cartas enviadas a jornais e revistas (vide exemplos no quadro 3) e pelas peças humorísticas. Nelas, destacam-se as percepções de inexperiência e incapacidade do governo para gerir a economia e se comunicar com a população.

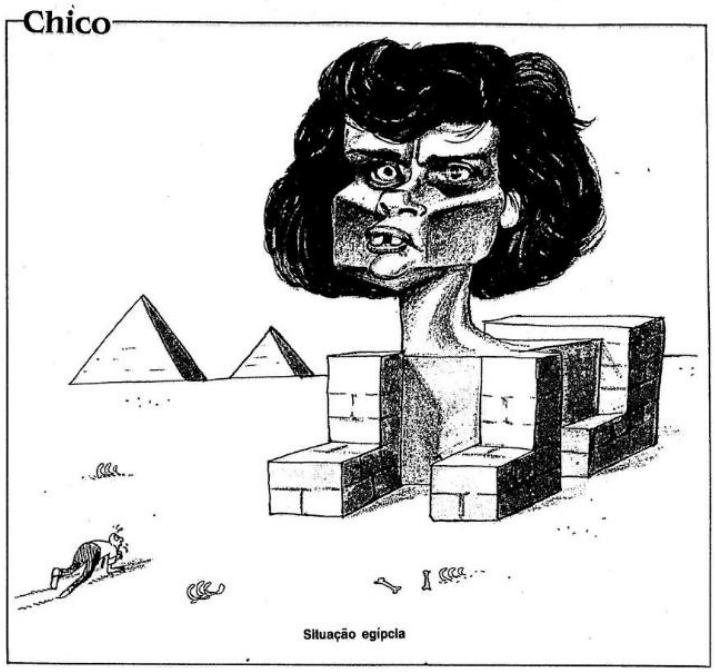
A falta de clareza nas explicações do governo é o ponto central da figura GLB902904P4, que apresenta Zélia como a Esfinge de Tebas, conhecida na mitologia por desafiar todos aqueles que se aproximavam com a frase: "decifra-me ou devoro-te". O Plano Collor, assim como a pergunta feita pela Esfinge àqueles que por ela passavam, era um enigma que, se não desvendado, levaria à morte.

---

[3] Vide anexo 4: JN - Plano Collor 2

[4] Diante da alta inflação no Brasil naquela época, era comum as autoridades utilizarem o dólar como referência monetária, embora a moeda americana não fosse meio de pagamento aceito no País. Vide anexo 4: Kandir - Plano Collor (Rede Globo, 1990)

Figura GLB902904P4
O Globo, 29/04/90, p.4



Quadro 3
A primeira impressão (amostra das cartas analisadas)

Folha de S.Paulo, 20/05/1990, p.A-3

"O time da ministra Zélia pode até ser competente na direção de empresas privadas. Na vida pública, porém, é absolutamente necessário algo mais, jogo de cintura, traquejo político. E isso eles não possuem em mínima dose, inclusive capacidade didática. Assim, ao que parece, vão continuar dando com os burros n'água"
Laerzio Campelli (Curitiba, PR)

O Globo, 29/03/90, p. 4

Ao ficar sabendo das medidas econômicas tomadas pelo Presidente, aplaudi sua coragem e, apesar de ter tido parte de minha Conta Ouro retida, apoiei o pacote econômico, visando a um País melhor. O que me indignou não foi o fato de ter parte do meu dinheiro retido, mas a desorganização do novo Governo na divulgação das medidas, o que provoca balbúrdia até mesmo nos orçamentos já adequados ao novo pacote.
Jessemine Veloso de Carvalho, Brasília, DF

O Estado de S.Paulo, 22/03/1990, p. 2

A julgar pela entrevista coletiva da ministra Zélia Cardoso de Mello e seus assessores, nem mesmo o governo está entendendo o plano econômico.
Cacá Rosset, Capital

O Globo, 31/03/1990, p. 4

● Para um plano tão bem elaborado em sua essência, como o Brasil Novo, não se compreende que não se tenha previsto, com antecedência, casos de exceção e outros que, com certeza, gerariam dúvidas. (...) Quando da implementação do plano, uma simples e precisa cartilha, com instruções claras e concisas, específicas para o Banco Central, evitaria a confusão generalizada que envolve bancos e clientes e cujos reflexos ainda ecoam.
Carlos Rogério B. Nobre, Rio

Nas figuras FSP901703A2 e OESP902003P2, vemos que, ao jogar com as palavras, o cartunista escancara a confusão mental provocada por aqueles que deveriam esclarecer as medidas do plano econômico, evidenciando a incapacidade do governo de se comunicar de forma eficaz com a população.

Na figura FSP901703A2, o humor é produzido a partir da palavra “Estado”, que no primeiro quadro se refere a instituição governamental, enquanto no segundo significa a condição em que as coisas se encontram. A expressão facial de Zélia, que enxuga o suor do rosto com um lenço enquanto conversa com o presidente, evidencia seu nervosismo, sinal de que algo não estava correndo bem. O segundo quadro mostra o efeito das explicações de Zélia, que deixaram as pessoas desnorteadas, embasbacadas.

Figura FSP901703A2
Folha de S.Paulo, 17/03/90, p.A-2

Na figura OESP902003P2, o trocadilho se dá com as palavras cruzado e cruzeiro, a partir das explicações da ministra sobre a troca de moeda no Plano Collor. Além da dificuldade do governo em explicar a conversão monetária e o funcionamento da sociedade diante da coexistência de duas moedas diferentes, a charge evidencia a instabilidade gerada pelas sucessivas mudanças de moeda, que alimentam desconfianças sobre o sistema financeiro do País.

Figura OESP902003P2
O Estado de S.Paulo, 20/03/90 p. 2

A mesma lógica é utilizada no programa *Cabaré do Barata*[5], que satiriza a incapacidade de esclarecimento das medidas pelo governo. Com o auxílio de um boneco caricato de Zélia Cardoso de Mello, o programa mostra a dificuldade enfrentada pela ministra para encadear ideias e utilizar o vocabulário popular – uma fonte de dúvidas sobre o Plano Collor, que coloca em xeque a credibilidade do governo (vide vídeo em anexo 4 e transcrição 1).

Transcrição 1

Cabaré do Barata - Zélia explica o Plano (Rede Manchete, 1990)

Palco do Cabaré do Barata, diante de uma plateia. Apenas o boneco Zélia e Barata estão no palco, sentados numa cadeira. Sem cenário (fundo neutro)

.

Barata: Zélia, agora que você se transformou numa atração brasileira, eu gostaria que você desse um "alô" para o pessoal que está nos assistindo pela última vez. É o seguinte, Zélia, que plano maluco é esse que você inventou, hein?

(Inserção de trilha sonora ao fundo)

Boneco Zélia: Tá certo, Barata. Alô pessoal. O Plano é muito simples. A gente "desbetenizou" a economia a partir de uma pequena contenção de liquidez, visando um maior controle sobre a progressão do processo inflacionário. A meu ver, muito pior que a atual política de austeridade dos

[5] O *Cabaré do Barata* foi um programa humorístico apresentado por Agildo Ribeiro - que interpretava Barata, o dono do Cabaré -, exibido pela Rede Manchete de 1989 a 1991. Agildo Ribeiro contracenava com fantoches de políticos relevantes e expunha em seus quadros as contradições e incongruências políticas e econômicas do Brasil, além das dores e particularidades do cotidiano. Barata é um dos sobrenomes do humorista, que se chamava Agildo da Gama Barata Ribeiro Filho e faleceu em 28 e abril de 2018.

gastos públicos. Tudo isso na tentativa de minorar o déficit das estatais e promover uma política econômica voltada para o bem-estar do Tesouro e a felicidade geral do PRN.

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Zélia, seu discurso está muito bonitinho, mas eu queria saber se a gente consegue entender o que você está falando...

Boneco Zélia: Mas Barata, eu não fui clara?

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Não, não foi não. Nem um pouco. Nem pra quem entende de "economês".
Boneco Zélia: Então o que a gente faz? Fala sobre a Copa do Mundo?

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Não é assim, né, Zélia. Eu proponho o seguinte: podemos fazer uma entrevista pingue-pongue.

Boneco Zélia: Xiiii, não vai dar não, Barata.

Barata: Não vai dar por que?

Boneco Zélia: Eu esqueci minha raquete em casa.

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Você não vai precisar de raquete nenhuma, não.

Boneco Zélia: Tá bom. Se você prefere assim...

Barata: O negócio é o seguinte: que ideia foi essa de vocês transformarem o cruzado novo em cruzeiro?

Boneco Zélia: Bem, isso aí foi por causa da saudade, Barata. A gente ficava com tanta saudade de quando o cruzado não existia que aí resolveu mudar para cruzeiro de novo.

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Ah... boa troca de cruzado novo para cruzeiro, de novo.

(Trilha sonora de risadas)

Boneco Zélia: É isso aí. É isso mesmo.

Barata: Tá ótimo... E me diga uma coisa, Zélia. E a dívida externa, como fica?

Boneco Zélia: Vai ficar russa, Agildo.

Barata: Russa por que, hein?

Boneco Zélia: Porque agora, ao invés de pedir dinheiro para os Estados Unidos, nós estamos pensando em fazer os empréstimos na União Soviética.

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Que ideia porreta, hein?!

Boneco Zélia: É, bota porreta nisso, Agildo.

(Trilha sonora ao fundo)

Barata: Agora, Zélia, eu queria fazer uma pergunta de ordem pessoal. Posso fazer?

Boneco Zélia: Pode fazer, Barata.

Barata: Você acha que esse Plano realmente vai dar certo?

Boneco Zélia: Olha, eu acho que não vai dar não, viu Barata.

Barata: Não! (fazendo cara de desespero)

Boneco Zélia: Calma. Eu tô falando que não vai dar porque, na verdade, pra mim o Plano já deu certo.

(Trilha sonora de risadas)

Barata: Senhor, "zelai" por nós.

(trilha sonora ao fundo)

Boneco Zélia: Xi, eu acho que o Barata anda muito nervoso.

A trilha sonora inserida ao fundo das falas de Zélia, juntamente com as risadas, induz à percepção de que as explicações não serão bem sucedidas, mesmo antes de a ministra terminar seus comentários. Logo em suas primeiras palavras, Zélia faz uso do "economês", reforçando a ideia de incapacidade do governo em se comunicar com a população, ao mesmo tempo em que a eficácia do pacote econômico é colocada em dúvida – afinal, como avaliar um plano e seguir as medidas sem entendê-las? A observação de Barata de que o Plano não está claro nem mesmo para quem entende "economês" mostra que governo e população não falavam a mesma língua.

A situação deixa Zélia desorientada, sugerindo que o governo estava perdido, sem saber como agir frente às dificuldades impostas pelo pacote econômico – dificuldades estas que começavam pela lógica do Plano, visto como "maluco". Ao invés de estudar formas de melhor se comunicar com a população, a saída vislumbrada por Zélia foi trocar de assunto – falar da Copa do Mundo. O diálogo assim cogita que a persistência na falha de comunicação poderia ser proposital, com o governo optando por deixar o Plano indecifrável, de forma a fazer com que as pessoas desviassem a atenção a outros temas mais palatáveis. Não há, porém, sinalização de má-fé, mas sim de dúvidas quanto à competência do governo, não só

em se comunicar, mas também em relação à consistência do pacote econômico. Quando Barata propõe uma entrevista pingue-pongue, Zélia se esquiva, afirmando que tinha esquecido sua raquete – ação que pode ser interpretada tanto como ignorância (pelo suposto desconhecimento do que seria uma entrevista pingue-pongue), como temor (por saber o que seria uma entrevista pingue-pongue, mas não se sentir confortável em participar dela). As respostas da ministra às perguntas sobre a escolha do cruzeiro como moeda e a situação da dívida externa, associadas à trilha sonora utilizada, reforçam a ideia de amadorismo do governo na condução da economia brasileira. A crise de confiança fica evidente no momento em que Barata apresenta a Zélia uma dúvida coletiva: "você acha que esse Plano realmente vai dar certo?" A resposta de Zélia (inspirada em fatos reais) causa apreensão, pois diante de uma situação de alta gravidade e claramente incerta, o excesso de confiança do governo se mostrava não só prematuro, como também soava falso.

Pelas fontes percebemos o importante papel desempenhado pela mídia na comunicação do Plano Collor, não só ao divulgar as medidas e palavras do presidente e de sua equipe econômica, mas também ao expor as diversas análises e opiniões sobre o assunto – tanto de letrados como da população em geral. No que se refere à imprensa, notamos significativa influência sobre o cotidiano da população, dada a relativa frequência com que foram mencionadas nas cartas dos leitores e representadas nas charges e cartuns analisados (veja mais no capítulo 3).

A cartilha criada para explicar as medidas, preparada de um dia para outro, começou a ser distribuída na segunda-feira, 19 de março, quando os bancos reabriram. Ao invés de auxiliar, ela gerou ainda mais confusão nas agências bancárias, devido a uma série de incorreções e informações incompletas, que contradiziam as medidas econômicas divulgadas pelo próprio Ministério da Economia. A cartilha dizia, por exemplo, que contas como as de luz, telefone, condomínio, aluguel e mensalidade escolar deveriam ser pagas em cruzeiros, mas não explicava que os boletos vencidos até 15 de março poderiam ser quitados em cruzados novos (vide anexo 8).

Naquela mesma semana, a distribuição da cartilha foi suspensa. A falta de habilidade do governo para lidar com uma crise que ele mesmo criou ampliou ainda mais as dúvidas quanto à competência da nova equipe econômica. Essa situação

foi satirizada na figura OESP902303P2, que ressalta a incapacidade de esclarecimento e a falta de discernimento do governo, além da punição à população pela “burrice” de não compreender a lógica do pacote econômico.

Figura OESP902303P2
O Estado de S.Paulo, 23/03/90 p. 2

Com uma cartilha na mão, a professora Zélia se aborrece ao ver a cara de espanto do aluno às suas explicações na lousa, que envolvem complexas fórmulas, ao invés de simples palavras ou desenhos – como seria de se esperar numa aula baseada em uma cartilha. A irritação da professora Zélia contempla tentativas frustradas de explicar o Plano, que levaram três alunos ao castigo no canto da sala, de costas para a parede, com “chapéu de burro” – como se fazia antigamente.

O esforço de divulgação do governo também envolveu a abertura de um contato direto da população com o Banco Central, tema da figura OESP902903P3. A ideia de que o governo não tinha clareza do que estava fazendo – e, portanto, não conseguia prever as consequências, sendo por isso necessário recorrer aos búzios para fornecer respostas às perguntas dos cidadãos – é expressa pela caricatura do

então presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, caracterizado de pai de santo, enquanto realiza o serviço de atendimento à população por telefone[6].

Figura OESP902903P3
O Estado de S.Paulo, 29/03/90 p. 3

Ao brincar com a comunicação – do outro lado da linha telefônica e do além – a charge mostra que a falha não se encontrava nos meios de transmissão das informações (cartilha, televisão, rádio, jornais, atendimento presencial ou por telefone), mas sim em suas fontes (membros do governo). A falta de coordenação e planejamento no lançamento do pacote econômico criou um grande imbróglio na cabeça das pessoas diante de informações desencontradas, explicações inadequadas e da incapacidade do governo de oferecer soluções para as dificuldades do dia a dia. Ao invés de resolver problemas, o atendimento caso a caso prometido pela ministra Zélia (vide anexo 4 - Zélia explica o Plano Collor - (Rede Manchete, 1990)) gerava frustrações, deixando as pessoas desamparadas e sem ter a quem recorrer. As páginas dos jornais registravam em texto e foto as gigantescas filas formadas em frente às unidades do Banco Central, onde pessoas

[6] Em 1992, apenas 19% das residências tinham linha de telefone fixo, segundo o IBGE, o que leva a crer que a maior parte da população dependia dos telefones públicos, existentes em centros urbanos, para este tipo de comunicação.

passavam horas à espera de atendimento e, na maioria das vezes, saíam com as mesmas dificuldades que tinham quando entraram e sem a perspectiva de solução.

2.4 - Quem foi afetado?

Em maior ou menor grau, todos os 147,3 milhões de habitantes do Brasil naquele momento foram afetados pelo Plano Collor. Embora o pacote econômico fosse válido em todo o território nacional de forma igualitária, os efeitos das medidas não eram homogêneos. Vemos maior impacto nas cidades, onde a população bancarizada e as empresas sofreram diretamente a restrição de acesso a seu patrimônio. De forma indireta, entretanto, podemos inferir que toda a população brasileira foi afetada, uma vez que o choque de liquidez teve forte reflexo na atividade econômica do País, promovendo uma reação em cadeia que levou a uma severa recessão nos meses seguintes ao anúncio do Plano Collor.

Para fins de estudo, focaremos nas experiências vividas pela população urbana. Quando Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência, em março de 1990, a maior parte dos brasileiros já morava nas cidades, como é possível verificar na tabela 2.

Tabela 2
Distribuição da população brasileira de 1950 a 1990

Década	População Urbana	População Rural
1950	36,2%	63,8%
1960	45,4%	54,6%
1970	55,9%	44,1%
1980	67,7%	32,4%
1990	74,1%	25,9%

Fonte: IBGE

Ainda que questões relacionadas à urbanização não estivessem entre as prioridades do governo[7] e tampouco fossem o cerne das medidas econômicas, o estudo das fontes indica que as cidades não apenas foram o principal espaço onde o Plano Collor foi vivenciado como também se converteram em peça-chave do pacote econômico, sem a qual ele se tornaria inviável.

O discurso de apresentação do Plano Collor (vide anexo 6) dá pistas neste sentido. Entre as quase duas mil palavras ditas por Collor ao anunciar o novo pacote econômico, nenhuma era cidade. Não foi preciso, entretanto, fazer alusão explícita à cidade - ou às cidades - para se verificar a importância do ambiente urbano para o Plano. As medidas anunciadas deixavam transparecer isso. Ao tratar, por exemplo, de abuso econômico, o Plano estabelecia punição – "até cinco anos de cadeia" – para quem escondesse mercadorias e exagerasse nos preços, algo que pressupõe condições próprias das cidades, que dispõem de uma estrutura de comércio, fiscalização de preços e estoques, sistemas prisional e judiciário.

Também são típicas das cidades as bolsas de valores e o mercado financeiro, alvo de algumas das medidas anunciadas pelo presidente. A mais marcante delas – o bloqueio das aplicações financeiras – implica na existência de uma rede bancária.

Em seu discurso, Collor afirma ter tido "a preocupação de não atingir, de forma alguma, o poder liberatório dos ativos monetários de 90% da população" e que somente "os 10% mais ricos" teriam que seguir novas regras de liquidez. De acordo com a equipe econômica, na ocasião, havia no País 60 milhões de cadernetas de poupança, nas quais estariam depositados 717 bilhões de cruzados novos. Destas, 90% teriam saldo inferior a 50 mil cruzados novos[8]. O número difere do estimado pela Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), que calcula a existência de 45,8 milhões de contas poupança

[7] É possível notar isso pela reforma ministerial realizada no mês seguinte à posse de Collor. O Ministério do Interior, que até então tratava de assuntos relativos às cidades entre outros, foi extinto e suas atividades foram incorporadas pelo recém-criado Ministério da Ação Social. Não houve a criação de um Ministério das Cidades ou algo semelhante. Estudos da época mostram que áreas críticas para o desenvolvimento das cidades, como é o caso da habitação, tiveram seus problemas agravados, diante de programas "caracterizados pela má utilização dos recursos públicos" (Ipea: 1999, 21).

[8] *Veja*. "O choque de Zélia", 21 de março de 1990, p. 60 -69

em 1990, mas não detalha quantas delas estariam ativas, nem quantas teriam saldo superior ao limite de saque de 50 mil cruzados novos imposto pelo governo[9].

De qualquer modo, a quantidade de cadernetas de poupança existentes em 1990 se mostrava muito superior a de outras contas bancárias. Segundo o Banco Central[10], neste ano estavam ativas 16,7 milhões de contas bancárias (exceto caderneta de poupança), sendo que mais de uma conta poderia pertencer a uma mesma pessoa. Não há informações disponíveis sobre a quantidade de contas por CPF, nem sobre o número de pessoas que detinham contas naquele ano. Também não foram disponibilizadas informações sobre quantas destas contas tiveram recursos bloqueados pelo Plano Collor. Na época, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, informou que a maior parte dos cruzados novos bloqueados pertencia a pessoais físicas e estava depositada em cadernetas de poupança[11].

Um estudo realizado pelo McKinsey Global Institute mostra que apenas cerca de 20% da população brasileira era bancarizada no começo da década de 1990[12]. A maior parte dos brasileiros (quase 70%) não apresentava renda suficiente para manter relacionamento bancário ou era menor de 18 anos, segundo o levantamento. Havia, ainda, uma pequena parcela (ao redor de 10%) que tinha renda e idade suficientes para manter uma conta bancária, mas preferia não fazê-lo.

Por estes dados podemos constatar que, apesar de a maior parte da população à época apresentar renda bastante baixa, insuficiente para manter uma conta corrente, uma parcela conseguia economizar e proteger seu dinheiro da inflação por meio da caderneta de poupança, mesmo sem manter outras relações bancárias. Essa avaliação é reforçada por reportagens jornalísticas da época e pelas cartas dos leitores, que mostram casos de pessoas de baixa renda que tiveram suas economias confiscadas pelo Plano Collor. Nas filas das agências bancárias encontravam-se pessoas de diferentes idades, classes sociais, profissões, escolaridade e faixas de renda em busca de informações sobre os valores bloqueados de suas poupanças – e não apenas os ricos, que supostamente

---

[9] Informações fornecidas pela Abecip à autora da dissertação.

[10] Informações fornecidas pelo Banco Central à autora da dissertação.

[11] *Folha de S.Paulo*. "Bloqueio de cruzados atinge mais pessoa física". 17 de julho de 1990, p. B-11

[12] *McKinsey Global Institute*. "Productivity - The key to an accelerated development path for Brazil". São Paulo, Washington, março de 1998, p. 360.

seriam os únicos a ter recursos bloqueados (veja mais no capítulo 3). O abismo da desigualdade social no País classificava como “os 10% mais ricos” pessoas muito distintas em termos de patrimônio pessoal.

O discurso de Collor abordava, ainda, outros pontos que reforçavam a ideia de que o pacote foi concebido pensando-se na vida nas cidades. Ao citar funcionários públicos, patrões e assalariados e diferenciar o setor público do privado, o presidente mais uma vez fez referência implícita ao meio urbano. Na crítica à ordem vigente, na qual “o assalariado pagava Imposto de Renda sobre o seu salário de fome e o patrão obtinha seus ganhos especulativos sem recolher um centavo aos cofres da União”, ele expõe as relações laborais, que embutem a ideia de trabalho formal, e a prática de obtenção de rendimentos via mercado financeiro. Por todo seu discurso, Collor faz alusão à vida nas cidades no Brasil, apontando práticas e costumes da época, deixando evidente que a essência de seu Plano está na cidade – e, portanto, esta seria a população mais afetada por ele. Apenas para que se tenha uma base de comparação, sem outras implicações teóricas, observemos alguns aspectos do ambiente rural. Em seu livro *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Cândido (2010: 76, 119, 123, 139,140), aborda a vida caipira no Estado de São Paulo durante a década de 1950. Diz ele:

> Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade paulista caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em grupamento de vizinhança. (...) Em 1954 a situação se encontrava pouco mudada. Os rádios tinham penetrado bem como as geladeiras, em um ou outro bar. Havia um posto de saúde; dos 287 prédios da vila, 147 possuíam abastecimento de água e 165 eram servidos por luz elétrica – mas ainda não se cogitava esgoto. Havia 2 automóveis, talvez uns 10 caminhões e uns 4 jipes, tornando algumas fazendas acessíveis ao denodo destes últimos. Mas o resto continuava como antes, inclusive no setor da cultura espiritual, não havendo jornal, associação, venda de livro, cinema. Houve apenas aumento no número de escolas, que passaram a 5, de 4 que eram em 1945. (...) Sobre a superfície total das propriedades, vimos que a pequena representa 16,1%, a média 26,08%, e a grande 57,17%. Esta, porém, se apresenta não raro, atualmente, despida das características de iniciativa econômica e produção em larga escala. Técnica e economicamente, muitas

> fazendas não passam de sítios em ponto maior, deixando sem exploração partes consideráveis, obtendo rendimento medíocre e, sobretudo, sendo exploradas indiretamente – recorrendo o proprietário ao arrendamento e à parceria. (...) Essencialmente, a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro. (...) O ritmo da sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela "revolução da lua", que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e o contato com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. A vida do caipira é fechada sobre si mesma, como a vida destas. A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas.

É certo que mudanças significativas ocorreram no ambiente rural neste intervalo de quatro décadas entre a análise de Cândido e o governo Collor, inclusive o processo de migração já citado, mas os aspectos centrais da vida no campo – aquilo que a caracterizava como tal – ainda se mostravam presentes. Um dos mais marcantes dizia respeito ao tempo. Enquanto no campo a vida era guiada pelo ciclo da natureza, nas cidades ela seguia a lógica do relógio (tempo padronizado e sincronizado), sem se preocupar com fatores meteorológicos.

De acordo com Simmel (1902,1967), as diferenças de hábitos e de ritmo de vida entre o campo e a cidade implicam em um profundo contraste no que se refere a fundamentos sensoriais e psíquicos. Enquanto no campo a vida é guiada por relacionamentos próximos, carregados de emoções, que se desenvolvem ao ritmo dos hábitos locais e se enraízam nas camadas do inconsciente, na cidade a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social demanda o intelecto, exigindo um maior grau de consciência. É para lidar com a vida acelerada e em constante mudança na cidade que o homem "desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam. Ele reage com a cabeça, ao invés de com o coração" (Simmel 1967: 11).

A racionalização do cotidiano na cidade, marcada pelo relógio, transformou o mundo num problema aritmético, criando um modelo de vida prática e objetiva. Collor, em seu discurso, coloca uma maior aceleração do tempo urbano como condição necessária para a solução dos problemas da sociedade brasileira naquele

momento. A eficiência de sua política dependeria da tomada imediata de ações. Assim, seu discurso repete à exaustão palavras como “agora”, “já”, “urgência”, “rapidamente”. Transmite-se a mensagem de que é preciso agir sem perda de tempo, diante dos riscos iminentes ao funcionamento da economia e, por consequência, à vida da população. O desperdício de tempo – visto como a falta de ação – é atrelado ao sofrimento das pessoas, que tinham que conviver com a “violência da inflação” – ou seja, com o brusco e rápido aumento de preços. O tempo é convertido em arma, que fere ao ser perdido, mas tem o potencial de “salvar” se utilizado com presteza, por meio da economia.

“Tempo é dinheiro”, dizia Benjamin Franklin (1706-1790). As palavras do pensador americano se tornaram ditado popular no Brasil, um país que em 1990 ainda contava com taxa de analfabetismo de 19%, de acordo com o IBGE[13]. A máxima de Franklin foi estudada por Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nesta obra, publicada pela primeira vez em 1904, Weber destaca a ideia de custo de oportunidade, ou seja, quem tem tempo e não o utiliza em algo proveitoso, deixa de ganhar algo[14].

Para Collor, porém, mais importante que a lógica do pensamento de Franklin e Weber era o efeito que suas palavras e sua postura, transmitidas pela televisão, teriam. Com um discurso indignado e cheio de frases de efeito, Collor rompe as barreiras do intelecto e chega ao coração, não só dos mais humildes, mas também daqueles mais instruídos. Esse era o seu lucro.

---

[13] O analfabetismo funcional mostra um quadro mais grave, com o dado mais antigo disponibilizado pelo IBGE, de 2001, apontando que 27,3% da população não conseguia compreender textos simples, ainda que fosse capaz de lê-los. Essa taxa pode estar subavaliada, uma vez que estudo do Instituto Pró-Livro mostra que neste mesmo ano a taxa de analfabetos funcionais chegava a 39%. Vide http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf . Acesso em 29 de maio de 2018.

[14] Exemplifica Weber (2004:42): “Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.”

Capítulo 3: O impacto do Plano Collor na vida da população mais afetada

> *Numa sociedade em que as relações sociais são mais importantes do que a experiência e competência, não é de se estranhar que muitos economistas que tanto contribuíram para a tragédia do sofrimento de grande parte da população brasileira encontrem espaço e guarida na mídia para prescreverem fórmulas de combate à inflação que ignoram o fato de que a inflação brasileira é uma doença social provocada pela disfunção das nossas instituições monetárias.*
>
> Roberto DaMatta[1]

3.1 – À espera do Plano Collor: expectativa por mudanças

Antes mesmo de ser anunciado, o Plano Collor já influenciava a vida das pessoas. A vitória de Collor nas urnas gerou expectativas sobre como o novo presidente agiria para cumprir a promessa de campanha de domar a inflação no Brasil, e especulações em torno do plano econômico que seria revelado apenas após a posse ganharam força com a confirmação de Zélia Cardoso de Mello no comando do Ministério da Economia, na primeira semana de março de 1990. Em entrevista coletiva, a futura ministra evitou antecipar o novo plano econômico, mas afirmou que "o pouco dinheiro" que tinha estava aplicado no overnight, que não via motivo para tirá-lo de lá e que haveria uma desindexação da economia. Os comentários foram feitos em meio aos mais diversos boatos que circulavam à época, incluindo os de bloqueio de fundos de curto prazo e das aplicações no overnight, calote na dívida pública, maxidesvalorização do cruzado novo, congelamento de preços e feriado bancário.

As teorias sobre como o governo agiria para retirar o excesso de dinheiro existente no mercado e, assim, controlar a inflação chegavam a ser contraditórias: uns falavam em confisco das poupanças, outros cogitavam promessas de ganho efetivo para quem poupasse. Havia rumores sobre a criação de uma caderneta de poupança bimestral ou trimestral, que ofereceria rendimentos mais elevados. O que

[1] DAMATTA, Roberto. "Para uma sociologia da inflação". In: *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*. Org. VIEIRA, José Ribas; BARBOSA, Lívia Neves de Holanda; PRADO, Luis Carlos Delorme; LEOPOLDI; Maria Antonieta P.; D'ARAUJO, Maria Celina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 36.

se tinha como certo até então era, apenas, que o novo pacote econômico seria publicado na edição do dia 16 de março de 1990 do *Diário Oficial*.

As dúvidas sobre o que aconteceria com a economia e seus reflexos sobre o cotidiano levaram a indústria a desacelerar a produção, o comércio a reajustar preços e reduzir estoques e os investidores a buscarem proteção para seu patrimônio na caderneta de poupança. Supunha-se que, sendo a poupança uma aplicação popular, as chances de alteração de regras ou imposição de novos impostos seriam menores que as incidentes sobre o overnight e os fundos de investimento. Uma parte da população preferiu simplesmente sacar dinheiro dos bancos e guardar em casa ou ir ao supermercado. "É melhor aplicar o dinheiro em produtos de primeira necessidade do que pôr o dinheiro no mercado financeiro", disse o administrador Paulo Shiroma à reportagem da revista *Veja*[2], enquanto empurrava pelos corredores de um supermercado um comboio de carrinhos lotados de mantimentos, suficientes para alimentar sua família durante três meses.

O mercado imobiliário ficou paralisado. Proprietários de imóveis para aluguel retiraram suas ofertas da praça temendo o novo pacote de medidas econômicas: uns consideravam a possibilidade de congelamento de preços, que amarraria o valor dos aluguéis, enquanto outros temiam mudanças na Lei do Inquilinato, que poderiam prejudicar os locadores em prol dos locatários. Ao mesmo tempo, porém, havia aqueles que acreditavam que as possíveis alterações na Lei do Inquilinato poderiam beneficiar os locadores em novos contratos e, portanto, valeria a pena esperar o anúncio do Plano Collor antes de assinar qualquer documento. Quem dependia de imóvel locado buscava negociar com o proprietário para manter as condições de locação.

Na tentativa de minimizar a ansiedade da população, o então presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, informou estar contribuindo com a equipe do novo governo, passando a ideia de uma transição harmoniosa. "Ninguém vai confiscar a poupança", disse Bucchi quatro dias antes do anúncio do Plano Collor,

[2] *Veja*. A armadilha do over. 21 de fevereiro de 1990, p. 68-70

acrescentando que a caderneta era garantida por dois governos: o que entrava e o que saía. “Não há razão para preocupação”, enfatizou.[3]

No dia seguinte às declarações de Bucchi, porém, o governo anunciou feriado bancário de três dias, que se somou ao final de semana, totalizando cinco dias de paralisação dos serviços nos bancos. A notícia surpreendeu até mesmo aqueles que apostavam na decretação de um feriado bancário, mas neste caso, cogitava-se a suspensão dos serviços bancários por, no máximo, dois dias.

Na noite daquela terça-feira, 13 de março, Zélia foi a público explicar a decretação do feriado bancário. Segundo ela, a medida era necessária para manter a estabilidade do mercado até o anúncio do plano econômico e para proteger a economia popular. “Nos últimos dias foram percebidos movimentos especulativos que poderiam causar intranquilidade”, comentou a futura ministra.[4] Questionada sobre se haveria confisco das aplicações no overnight, Zélia respondeu: “Meu dinheiro continua depositado no over.” Pressionada a ser mais explicita, a futura ministra respondeu com um “não” à pergunta sobre se haveria confisco de dinheiro no mercado financeiro. Não evitou, porém, uma corrida aos caixas eletrônicos, num sinal de desconforto e desconfiança em relação às medidas que seriam anunciadas pelo novo governo. As enormes filas que se formaram nos caixas eletrônicos eram o prenúncio do que viria a seguir.

3.2 – A desorientação no dia a dia: dificuldades de entender e conviver com o Plano Collor

Como vimos, as cidades foram componente fundamental do Plano Collor, sem as quais o pacote econômico não se concretizaria. Assim, para facilitar a análise das informações, adotaremos o esquema operacional proposto por Meneses (2006:36), que prevê “três dimensões em que toda cidade se realiza. São dimensões intimamente imbricadas e que agem solidariamente: a dimensão de artefato, a do campo de forças e a das significações”.

[3] *Folha de S.Paulo*. BC prepara medidas para novo governo. 13 de março de 1990, p. B-8.
[4] *Jornal da Tarde*. A ministra descarta confisco no mercado financeiro. 14 de março de 1990, p. 8

A primeira, do artefato, aborda o aspecto físico da cidade, como “coisa feita, fabricada”. A segunda, do campo de forças, parte do entendimento de que o “artefato não se gerou numa atmosfera abstrata: foi produzido no interior de relações que os homens desenvolvem uns com os outros”. Já a terceira, das representações sociais, considera que “as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”.

Uma vez que nosso foco não é estudar a cidade em si, mas sim as experiências vivenciadas no ambiente urbano derivadas do Plano Collor, sua dimensão de artefato perde relevância. Neste estudo, a importância da cidade se revela no campo de forças, na interação entre os homens, que a transforma em componente da experiência com o Plano Collor. A cidade é o espaço das manifestações sociais, culturais, econômicas e políticas. Estas manifestações, por sua vez, são expressas também por meio das representações, dentre elas, as peças humorísticas que servem de fonte para este trabalho e que carregam consigo significados.

3.2.1 – A cidade como artefato

Apesar de ser a dimensão mais evidente, por ser empírica, a cidade como artefato é pouco representada nas fontes analisadas e os problemas tipicamente urbanos (habitação, infraestutrura, transporte público, educação, saúde etc.) não se configuram foco das questões tratadas. Ainda que, eventualmente, tais assuntos apareçam, o ponto central retratado não está na estrutura física ou nos serviços oferecidos, mas no jogo de forças derivado da implantação do Plano Collor. Isto é perceptível, inclusive, no discurso feito por Collor ao apresentar o pacote econômico. E, como já visto, não é necessário fazer alusão explícita às estruturas da cidade para constatarmos sua existência.

Nas fontes visuais, são retratados predominantemente os espaços públicos ou privados de livre acesso, alguns deles com apenas algumas sinalizações urbanas. O que é marcante em todos eles é o fato de se tratarem de espaços que permitem a interação social. Mesmo quando não há estruturas urbanas

representadas ou qualquer preocupação de identificação icônica é possível reconhecer o espaço como urbano, uma vez que a cena fornece elementos para tanto. Tomemos como exemplo a figura JB901204P11.

Figura JB901204P11
Jornal do Brasil, 12/04/90 p. 11

Não há na figura citada qualquer traço que identifique o local onde se passa a cena. Entretanto, é possível concluir que se trata de uma cena urbana a partir de outros elementos de identificação presentes na charge: a caricatura de uma das personagens, que permite reconhecer a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello; a vestimenta das personagens – *tailleur,* salto alto, pasta executiva – itens inapropriados para o campo, mas comuns nas cidades; o tema explicitado – fala-se em carteira e documentos, itens relevantes nas cidades, mas não no campo; e a situação vivenciada, que remetem a um assalto, forma de violência frequente nas cidades.

Nas charges, cartuns e programas humorísticos estudados, as referências urbanas, quando apresentadas, são genéricas, podendo ser creditadas a qualquer cidade. Não existe, portanto, a preocupação em se localizar geograficamente a

cena, mas apenas de diferenciar o ambiente urbano do rural. Vale pontuar que, em nenhuma das fontes visuais estudadas, a natureza é representada de forma significativa – o que reforça a ideia de que o foco está na interação entre as pessoas, e não com o ambiente. Também convém notar que os elementos apresentados tratam de centros urbanos, e não de periferias, como é possível notar pelas avenidas largas e pelos conjuntos de edifícios, pela aglomeração de pessoas nas agências bancárias e pela oferta farta de serviços (restaurante, bar, supermercado, hospital, escola etc).

3.2.2 – Campo de forças

A importância da cidade para o Plano Collor se revela por meio do confronto de forças. As fontes nos permitem constatar que a cidade atua como catalisador das ações sociais e, desta forma, se torna componente do impacto do pacote econômico. É possível identificar três aspectos principais de força no material analisado. São eles: poder e resistência, modos de vida urbana e comunicação e percepção.

3.2.2.1 – Poder e resistência

> O Brasil vive numa situação de 'quase-democracia' onde não se permite fazer o que se quer, mas pode-se fazer o que não se deve.
>
> Adriana Aracy Karady – Belo Horizinte – MG
> *Folha de S.Paulo*, Painel do Leitor, 18/07/1990, p. A-3

Espaço de tensões, conflitos e interesses diversos, a cidade se apresenta nas fontes analisadas como o *locus* do poder (político e econômico, principalmente) e da resistência. É o local das manifestações, onde se apoia, se questiona e se contesta o *establishment*. O Estado, essa entidade abstrata, se materializa por meio do jogo de forças. É possível notar nas fontes analisadas o predomínio do espaço público ou privado de livre acesso, onde os mais afetados pelo Plano Collor reagem,

de forma explícita ou contida, por meio da razão e/ou da emoção, verbalmente e/ou corporalmente, às mudanças provocadas pelo pacote econômico. O confronto de forças se dá entre os diferentes atores sociais – homens, mulheres, famílias, empresários, trabalhadores, estudantes, pobres, ricos, locadores, locatários, políticos, magistrados, sindicatos, forças de segurança, cidadãos etc.

****

Traição. Este é um sentimento recorrentemente expresso quando o assunto é o confisco das aplicações financeiras. A decisão de Collor de bloquear ativos financeiros, contrariando uma promessa de campanha e afrontando a Constituição, gerou mal-estar em grande parte da sociedade, que confiou nas palavras do jovem político e de sua equipe (vide quadro 4).

A perplexidade se misturava ao arrependimento e a uma certa culpa pela ingenuidade de ter acreditado na mudança, despertando o questionamento: teria Collor feito uso da recém-reconquistada democracia para promover o autoritarismo? Teria sido criado um "paradoxo da liberdade", no qual a conquista de um direito (de escolher o presidente por eleição direta) acabaria se convertendo em perda de direito (à propriedade privada, ao uso do próprio patrimônio, ao fruto do trabalho)? Estaria a tão desejada democracia no Brasil fadada ao totalitarismo diante do perfil pouco confiável de seus políticos, que sem peso na consciência ou medo da reação pública faziam uso da mentira como ferramenta de trabalho?

As aproximações entre Collor e o totalitarismo foram reforçadas por comentários do próprio presidente. Questionado sobre quais seriam as garantias de devolução do dinheiro confiscado, Collor extrapolou seus poderes de presidente ao afirmar "a garantia é que eu assino embaixo"[5], fazendo lembrar a célebre frase do rei Luís XIV "o Estado sou eu". A diferença é que, ao contrário da França do século XVII, o Brasil de 1990 vivia uma democracia, ainda que recente, e como tal, a figura do chefe de Estado nunca deveria se confundir com a de um líder divino, que tudo pode, de acordo com seus desejos.

[5] Entrevista concedida ao *Fantástico*, da Rede Globo, em 19 de março de 1990. Informações disponíveis em http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/plano-collor/-assino-embaixo.htm. Acesso em 8 de setembro de 2018.

Quadro 4

A traição de Collor e Zélia e o "paradoxo da liberdade" (amostra das cartas analisadas)

Jornal do Brasil, 25/03/90, p. 10

( ) A realidade brasileira sempre me deixou perplexa Uma perplexidade que aumentou com o novo pacote Não quero ajudar a pagar a divida externa com minhas economias Não sou responsável por ela, nem pela inflação Não sou burguesa, sou povo Collor prometeu não tocar na poupança Mentiu O presidente do BC é um estrangeiro, que nem sabe falar o português. Um homem que foi assessor do Delfim Netto não merece credito ( ) Preciso de minhas economias A submissão ao FMI (29 12 89) só nos trouxe miséria e analfabetismo ( ) É revoltante saquearem as economias do povo e deixarem intocáveis os depositos nas contas secretas da Suíça **Norma Miglietti — Porto Alegre.**

O Estado de S.Paulo, 03/04/90, p. 2

Infelizmente, neste País não é possível acreditar em homem público. Fui traído, enganado, tapeado, enrolado, esbulhado e roubado, por acreditar no homem que ajudei a eleger. Em toda sua campanha Collor enviou mensagens dizendo que a poupança era intocável (santa ingenuidade a minha e quem sabe de milhões de pessoas honestas e corretas). Se Collor e Zélia, à última hora, quisessem punir quem fez grandes depósitos na poupança dias antes da posse, deveriam deixar claro nas normas que baixaram. As cadernetas abertas ou grandes depósitos efetuados no mês de março não seriam considerados e estariam dentro das regras para overnight e demais aplicações. Asciudeme Joubert, Capital

Folha de S.Paulo, 21/03/90, p.A-3

"O presidente Collor pede crédito à população para as medidas que serão adotadas e em seguida toma ação contrária, prejudicando o povo. A dra. Zélia dá entrevista dia 12/03 afirmando que não haveria feriado bancário e no dia seguinte decreta-o. Quando será que o povo vai ser tratado com respeito?"
Durvalino S. Ferreira (Santos, SP)

Jornal do Brasil, 24/06/90, p. 10

Quando refletimos sobre as medidas provisórias tomadas pelo governo eleito pelo povo, ( ) constatamos severa restrição ao lidimo direito de propriedade que reveste o *usar* e *fruir* os valores que nos pertencem Podemos então afirmar que a liberdade é o caminho mais curto para o totalitarismo

Alguém já escreveu que "todo sistema politico tende a ruir pela hipertrofia de seu principio basico"

A liberdade é o mais caro postulado da democracia A liberdade de opinião, de crença, ( ) enfim, todas as formas de liberdade são o objetivo fundamental dos governos democraticos Ha entretanto um risco considerável de que todas as formas de liberdade, por mais legitimas que sejam, possam ser utilizadas pelos inimigos da democracia. A propria História nos adverte de tal risco — o fascismo na Italia de Mussolini, o nazismo na Alemanha de Hitler e o comunismo na Russia de Stalin são exemplos, no mundo moderno, de como se valeram os inimigos da liberdade, para destruí-la, à custa das facilidades que por ela lhes foram proporcionadas. Todos eles usando as liberdades que lhes foram confiadas e asseguradas, suprimiram-na impiedosamente mergulhando suas patrias em uma longa noite totalitaria ( )

Jornal da Tarde, 30/03/90, p.4

Sr.: Todos se lembram de quando em sua campanha o atual presidente alertava o povo para que não votasse em Lula, porque ele iria apropriar-se de poupanças e over e de suas propriedades. Todos se lembram de quando este mesmo atual presidente xingava Sarney com insultos pesados, para se nomear um presidente da Nação e, por fim, em acordos com o presidente xingado fez aquilo que dizia que Lula faria, aconselhando o povo a acautelar-se.

Portanto, traiu e mentiu para o povo logo no primeiro dia de governo, pois,enquanto recomendava não votar em Lula para não termos nossa pequena riqueza — poupanças — seqüestrada, ele mesmo já tinha o seqüestro destas poupanças com a ministra Zélia Cardoso em sua pasta.

Quem vai ter confiança num cruzeiro alicerçado no assalto ao pecúlio de todos? Quem vai ter confiança de abrir novas poupanças? Quem vai se arriscar ainda a depositar seu dinheiro em contas bancárias?

Eis que no dia 16, ainda com o doce sabor de festa democrática na boca, somos aviltados por uma ditadura comunista, e o doce transformou-se em amargo, todo mundo teve dor de barriga.

Socorro! No bolo de nata tinha veneno! **Susy Hamilton, Capital.**

Jornal do Brasil, 15/04/90, p. 8

Toda a minha família — a meu pedido — e eu, votamos no candidato Collor. Hoje, estou arrependido de haver acreditado em seus propósitos, entre os quais, o de ser um intransigente democrata, e de que jamais mexeria nas cadernetas de poupança. (...)

Continuamos num regime democrático, em que todos são iguais perante a lei, ou será que entramos num regime de força? Impedir o cidadão de utilizar o que lhe pertence é democrático? (...) Impedir que o dinheiro amealhado mensalmente ao longo dos anos, a custa de pequena parcela de salário, (e com tanto sacrifício), seja utilizado pelo cidadão, não é cercear-lhe um direito?

Como pagar a casa de saúde ou o dentista (hoje tão caro, mesmo não sendo o Dr. Faissol), ou até mesmo viajar ou fazer um tratamento numa estação de águas, se o presidente o despoja de suas economias?

Dizem os bajuladores do governo que irão estudar e atender os casos especiais. Mas como, obrigando o cidadão a mendigar de um lado para outro, até desistir? (...) **Dr. Camillo Borges de Castro — Rio de Janeiro.**

O tom autoritário do novo governo se fazia notar também pelos atos calcados na ação policial, por vezes truculenta e exagerada, mas legítima, uma vez que o Estado detém o monopólio da violência (Weber, 1982) . Os chamados “crimes contra a economia popular” levaram para a cadeia gerentes de bancos e supermercados, por supostamente tentarem boicotar o pacote econômico, assim como teriam feito diretores do jornal *Folha de S.Paulo*, que também foram parar atrás das grades. Numa estranha mistura de responsabilidades, a Polícia Federal

assumiu a tarefa de fiscalizar o cumprimento das medidas econômicas. O órgão era chefiado por Romeu Tuma, que também dirigia a Receita Federal. Com um jogo de palavras (a partir da palavra “baixar”), a figura OESP902803P2 ironiza essa mescla de funções, apontando um erro de gestão na alocação dos recursos humanos (escolha inadequada de pessoas para execução de determinados trabalhos) ao mesmo tempo em que denuncia a violência policial nas ações. O porte do policial – homem grande e musculoso, com o corpo mais pronunciado do que a cabeça (indicando que a força se sobrepõe à inteligência) e o jeito mal-encarado por trás dos óculos escuros (sinalizando maior disposição à ação do que ao diálogo) complementam a ideia de autoritarismo.

Figura OESP902803P2
O Estado de S.Paulo, 28/03/90 p. 2

Nas cartas enviadas por leitores a jornais e revistas é comum encontrar comentários sobre como a postura de Collor se assemelhava à vista durante a ditadura militar, contrariando as expectativas de um Brasil novo a partir da volta ao regime democrático (vide quadro 5). Ainda que atos e palavras do presidente remetessem àquele período recente da História brasileira, a simples publicação de cartas contendo tais avaliações, com críticas explícitas ao governo – assim como ocorria com editoriais e artigos assinados na mesma linha, além de reportagens que apontavam falhas do governo e charges e cartuns com sátiras à nova administração pública – indicava que, diferentemente do que ocorrera durante a ditadura militar (quando jornais publicavam na capa receitas de bolo para preencher o espaço de

notícias censuradas), naquele momento os veículos de comunicação tinham liberdade para atuar sem censura, ainda que as pressões políticas se mostrassem presentes. Naquela época, como agora, faz parte do jogo democrático o confronto de interesses e opiniões. Muitas vezes, as jogadas são discretas, para não chamar a atenção do adversário. Nas primeiras semanas após a posse de Collor e o lançamento de seu plano econômico, porém, os lances não foram velados.

Quadro 5
Lembranças da ditadura (amostra das cartas analisadas)

Jornal da Tarde, 28/03/90 p.4

Sr.: O País está ferido de morte. Após tantos sacrifícios para se implantar a democracia, e, conseqüentemente, o estado de direito constitucional, o presidente eleito em seu primeiro ato atenta contra todos os princípios democráticos, contrariando tudo o que havia prometido em campanha: governar em estrita obediência à nossa Constituição e respeito às instituições.

Não houve surpresa de minha parte. Tinha razão o sr. Leonel Brizola ao chamá-lo de filhote da ditadura. Agora compreendo o significado de suas palavras e, mesmo não concordando com as idéias políticas do ex-governador do Rio e candidato derrotado nas recentes eleições presidenciais, tenho que admitir o seguinte: **voltou a ditadura por meio do voto direto**, numa campanha bem urdida com ajuda de uma rede de televisão que, infelizmente, manipula a opinião pública deste país, graças à falta de cultura do nosso povo. Foi de causar inveja aos criadores dos atos institucionais durante o regime militar, pois o povo agoniado com esta inflação galopante, e de tão curta memória, só vê salvação num regime autoritário. Podem estar certos: nenhum país do mundo terá prosperidade e bem-estar social sem o respeito à ordem jurídica. Sinto que o povo mais uma vez foi enganado, principalmente os eleitores do atual presidente e desconfio que seremos obrigados a engolir em seco, pois não teremos condições de reclamar.

Sou um brasileiro democrata e convicto de que a Justiça está em primeiro lugar. Não vejo perspectivas de se mudar o atual estado das coisas; portanto, só me resta a resignação, pois contra a força não há resistência. Não votei em nenhum dos candidatos no segundo turno, por considerá-los incapacitados para governar esta grande nação. Basta de autoritarismo! **Antônio dos Passos Silveira, Santos, SP.**

Veja, 28/03/90, p. 10

O Brasil mostrou a democracia com a posse do presidente eleito pelo voto direto. Cabe, entretanto, analisar a posição do presidente, não admitindo mudanças no pacote econômico e ameaçando setores, num autêntico papel de ditador, em nome de um Brasil novo. O Congresso precisa fazer os ajustes necessários e a correção das injustiças cometidas. *Luiz Pasqualini*
Porto Alegre, RS

Folha de S.Paulo, 08/04/90, p.A-3

"Nos últimos dez anos poupei, honestamente, e com sacrifício, para formar um mínimo de patrimônio para mim e para os meus. Num ato ditatorial, absurdo, violento e injusto o governo toma o meu patrimônio legítimo, igualando-me ainda por cima, a sonegadores, traficantes e especuladores."
Jorge Martins (São Paulo, SP)

O Estado de S.Paulo, 04/04/90, p. 2

No instante em que o presidente da República vai à televisão anunciar ao povo que a Receita Federal terá muito interesse em examinar as contas das empresas que se recusarem a colaborar com o plano econômico, começo a temer pelas instituições. Precedentes nesse sentido ocorreram na época da ditadura militar, com a diferença de que então se anunciava, apenas se fazia. Terá sido em vão o esforço dos últimos 26 anos? Roberto V. Calvo, Capital.

O Estado de S.Paulo, 11/04/90, p. 2

Nos últimos 10 anos poupei, honestamente e com sacrifício, para formar um mínimo de patrimônio. Num ato ditatorial, absurdo, violento e injusto o governo toma o meu patrimônio legítimo, igualando-me a sonegadores, traficantes e especuladores. Estes últimos nem ao menos foram identificados. Parece um pesadelo, só imaginável nos países mais totalitários e atrasados do mundo. Nem mesmo no mais negro período da repressão se viu algo assim. Jorge Martins, Capital

Se mostrando insensível a críticas e pouco disposto a discutir e tratar os "efeitos colaterais" do Plano Collor, o governo minimizou ou até mesmo desconsiderou problemas como a falta de dinheiro em espécie para atender a todos os pedidos de saque, a ausência de informações claras sobre as medidas, a necessidade de tempo para treinamento de funcionários e adequação de sistemas e operações nas empresas. Os pedidos dos banqueiros para que o feriado bancário fosse estendido, a fim de se ter tempo para ajustar processos, foram sumariamente negados. Os bancos que se recusassem a abrir os guichês ficariam sujeitos a intervenção estatal.

Ao se dirigir ao Congresso, o tom de Collor e sua equipe também foi de ameaça, colocando sobre os parlamentares a responsabilidade pelo possível fracasso do pacote econômico, caso as medidas não fossem aprovadas na íntegra, sem alterações. A irredutibilidade do presidente foi o tema da figura FSP900304A2: ele não aceitaria "engolir sapos", nem mesmo em doses homeopáticas – ou seja, não cederia em sua posição.

A indisposição de Collor à negociação foi captada por diversos cartunistas, que mostravam a "força" do presidente e seu pouco compromisso com os direitos constitucionais, ao bater, pisar, rasgar e jogar a Constituição no lixo (vide figuras FSP902403A2, FSP902703A2, FSP901509A2 e OESP902203P3).

Figura FSP900304A2
Folha de S.Paulo, 03/04/90, p.A-2

Figura FSP902403A2
Folha de S.Paulo, 24/03/90, p.A-2

Figura FSP902703A2
Folha de S.Paulo, 27/03/90, p.A-2

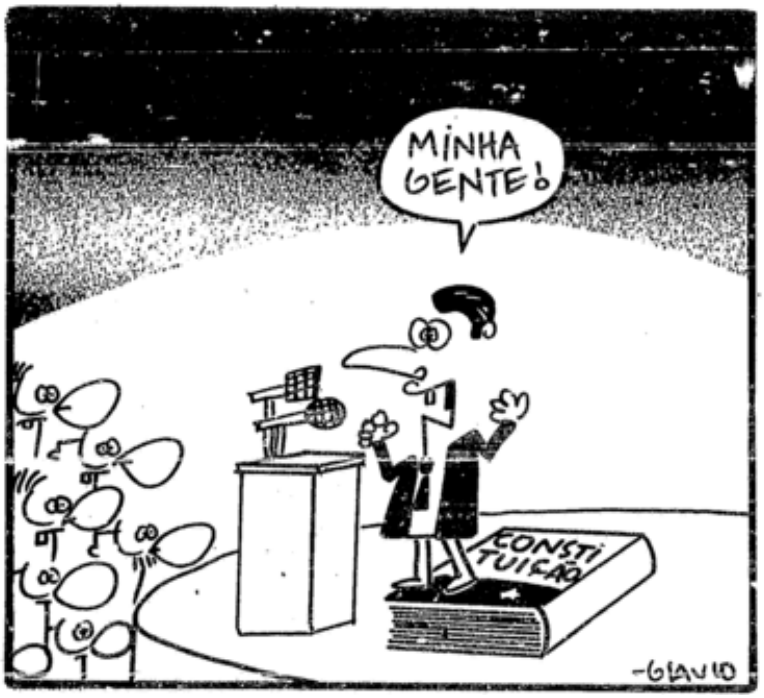


Figura FSP901509A2
Folha de S.Paulo, 15/09/90, p.A-2

Figura OESP902203P3
O Estado de S.Paulo, 22/03/90 p. 3

Diante da mídia, o governo se posicionava como numa cruzada, defendendo os interesses do povo (sobretudo dos “descamisados” e “pés descalços”, ou seja, dos mais pobres) e tachando de inimigo todos aqueles que discordassem ou apontassem falhas em sua estratégia econômica. Tal discurso tocava fundo grande parte da população (inclusive não eleitores de Collor), que cansada de pagar pelos erros dos governos anteriores e farta da corrupção deslavada defendia com ardor o “caçador de marajás” e o plano econômico que prometia acabar de vez com a inflação, colocando um freio no avanço da desigualdade social. Para estes, os “inimigos da nação” precisavam ser combatidos, pois colocavam em risco o sucesso do Plano Collor e, naquele momento, nada era mais importante do que fazer o pacote econômico dar certo. Nada assustava mais do que o risco da hiperinflação. Por isso, era “vencer ou vencer”, qualquer que fosse o custo (vide quadros 6).

Quadro 6

Combate aos “inimigos” da Nação (amostra das cartas analisadas)

Jornal do Brasil, 23/03/90, p. 10

(...) Com as primeiras medidas adotadas pelo novo governo percebi que o plano estabelecido para destruir a inflação apresentava alta dose de criatividade, inteligência, bom senso e justiça social, tendo todas as condições reais para dar certo.

No entanto, a irresponsabilidade de alguns políticos que participam do Congresso Nacional (...) deixaram-me a nítida convicção de que tudo fariam para que o plano econômico não fosse aprovado. Por isso, sugiro que sejam denunciados publicamente todos aqueles políticos que votarem contra as medidas de recuperação da nossa economia e da integridade de nosso país, para que não recebam nosso voto nas eleições. (...) O momento exige a participação de todos. (...) Agora não é hora de represálias, perseguição e oposição declarada. (...) **Dra. Solange Maria Rodrigues da Costa — Niterói (RJ).**

O Estado de S.Paulo, 21/06/90, p. 2

Todos os planos econômicos do governo passado fracassaram. Para tentar salvar o País do caos econômico, o novo governo trouxe o Plano Brasil Novo, ou Plano Collor. Com ele, tenta colocar em ordem, mesmo com sacrifícios da população, as finanças nacionais. Nossos representantes, porém, por não terem seus pedidos de nomeações dos afilhados atendidos, estão fazendo o possível para que o Plano Collor fracasse. Se fracassar, tudo estará perdido. Infelizmente, os interesses pessoais dos congressistas, da CUT e dos demais opositores são prioritários em relação aos do País. **Ibrahim Felippe**, Altinópolis

Folha de S.Paulo, 08/04/90, p.A-3

“Se é necessário sacrifício para que o país saia da estagnação, por que não colaborar? Alguns congressistas, de olho na eleição de outubro, não pensam assim! Espero que os brasileiros sejam conscientes e não reelejam esses congressistas. Chega de fisiologismo no Congresso!”

Lauro Fujihara (Carapicuíba, SP)

Jornal do Brasil, 23/03/90, p. 10

Como aposentado o que mais temo é a hiperinflação. Por isso é essencial que o Congresso e o povo aprovem p plano econômico na sua integra. Se precisar de ajustes, a equipe econômica saberá fazê-los. **Werner Kubelka — Niterói (RJ).**

O Estado de S.Paulo, 21/04/90, p. 2

Este é o Brasil: os que estão contra o Plano Collor não se envergonham? Pelo Brasil é preciso lutar e a arma é o Plano Brasil Novo.

Cada um de nós que tem tudo deve pensar na população esquálida, que poderá ter um pouco se dermos a nossa contribuição. Seria a redenção dos egoístas e o reconforto de milhões de almas também esquálidas.

Eu teria vergonha de mim mesma se não aplaudisse um plano que luta pela organização econômica da sociedade.

Penso no bem-estar social e na justiça da distribuição de rendas. Todos os que se diziam socialistas, morenos ou vermelhos, se não aplaudem o esforço titânico, quase desesperado, pelo nosso país, são mascarados. Queriam o poder, não a busca real do bem.

Com a recuperação da economia, será possível engrandecer a Nação. **Isis Hauer**, Rio de Janeiro

Folha de S.Paulo, 05/04/90, p.A-3

"Existe um segmento da sociedade a quem interessa a completa falência do Plano Collor. São aqueles que lucram proporcionalmente à inflação, ou seja, os bancos. É nítida a estratégia dos mesmos para gerar o caos, divulgando boatos, não obedecendo as regras mais simples do plano, a título de desinformação."

Sergio Merofa Jr. (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 01/05/90, p.A-3

"O Plano Cruzado teve o maior apoio do povo, mas infelizmente uma minoria de grandes empresários de diversos setores, visando seus interesses pessoais, pressionaram e conseguiram deteriorá-lo. Espero que não aconteça o mesmo com o Plano Brasil Novo."

Luiz Carlos Casoni (Guariba, SP)

O Globo, 05/04/90, p. 4

O caos econômico que assola o País se constitui na resultante de fatos antipatrióticos há anos produzidos pelas classes política, empresarial e de banqueiros. Nenhum programa econômico terá efeitos positivos a não ser através de um Governo forte representado por um Executivo que não se submeta às pressões e ambições dos segmentos citados, e com apoio irrestrito da sociedade. O Presidente Collor deve conclamar seus eleitores, convocando-os, inclusive, em praça pública, se necessário, para combaterem unidos e ferozmente aqueles que já se articulam para inviabilizar o seu Governo. Não há outra alternativa — é vencer ou vencer.

Sergio Martins Vianna, Rio

O Globo, 25/03/90, p. 4

● É lamentável o que os Bancos andam fazendo para atrapalhar a vida dos usuários, a fim de irritá-los e assim achar uma forma impatriótica de minimizar o sucesso do novo plano econômico. Temos a certeza de que o Presidente Collor vai, mais uma vez, fazer valer sua coragem e determinação para obrigar o Dr. Tuma a tratar banqueiros com o mesmo rigor da legislação que ele aplica a supermercados, açougues, padarias etc. Nada de chamar banqueiro a Brasília para conversar, porque o Plano Brasil Novo tem tudo para dar certo, e vai dar certo.

Adail Coaracy de Aquino, Rio

Assim, ao mesmo tempo em que uma parcela da população denunciava e criticava abusos de autoridade por parte do governo, uma outra fatia apoiava o "pulso forte" de Collor. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) dias depois da divulgação do Plano Collor mostrou que 94% dos entrevistados eram favoráveis à onda de prisões decorrentes de supostos crimes contra a economia popular, mesmo diante dos questionamentos quanto à constitucionalidade do pacote econômico. Para 89% dos consultados, o Plano deveria ser aprovado pelo Congresso, ainda que uma parcela significativa discordasse do confisco das aplicações financeiras (vide tabela 3).

Tabela 3

Sobre o Plano Collor

	Concorda	Discorda	Não tem opinião	Não opinou
Prisão dos que aumentam preços sem autorização do governo	94%	3%	2%	1%
Tabelamento da cesta básica com preços de 12 de março	93%	5%	2%	0%
Acha uma atitude correta a pré-fixação de preços e salários	82%	9%	8%	1%
Bloqueio de valores que passam de Cr$ 50 mil na poupança	47%	43%	8%	2%
Bloqueio das contas correntes com mais de Cr$ 50 mil de saldo	45%	44%	9%	2%
Bloqueio por 18 meses do dinheiro aplicado no over e em fundos	57%	31%	11%	1%
Quer que o Congresso aprove o Plano	89%	7%	4%	-

Fonte: Ibope/*O Globo*, 24/03/1990 p.8

Tais dados sugerem que a maior parte dos brasileiros estaria disposta a abrir mão de direitos e assumir perdas em troca do controle inflacionário, embora não se pudesse descartar a possibilidade de distorção dos resultados da pesquisa, uma vez que a postura radical do governo associada ao uso da força policial e às lembranças ainda frescas do tempo da ditadura pode ter inibido parte daqueles que discordavam do plano econômico a se posicionar abertamente. O receio de ser apontado como antipatriota, por priorizar interesses pessoais em detrimento do bem comum, ou de simplesmente destoar do grupo também pode ter influenciado as respostas dos entrevistados. Como observa Amartya Sen (1992: 118):

> Ações baseadas na lealdade de grupo podem envolver, em certos aspectos, um sacrifício de interesses puramente pessoais, assim como também podem facilitar, em outros aspectos, a realização mais plena de interesses pessoais. O peso relativo de cada elemento pode variar. (...) A combinação de egoísmo e comportamento desinteressado é uma das características importantes da lealdade ao grupo, e essa mistura pode ser observada numa grande variedade de associações, desde relações

> de parentesco e de comunidade até sindicatos e grupos de pressão econômica.

Para as pessoas mais sensíveis à opinião dos outros e que apresentam maior necessidade de aceitação, a rejeição ao Plano Collor poderia se converter em fonte de conflito e sofrimento, uma vez que a empatia com aqueles a seu redor poderia ser comprometida. Assim, a tendência seria seguir o grupo, no intuito de obter a simpatia e aprovação dos demais – os objetos de maior desejo da natureza humana, segundo Adam Smith (1759,1999).

Além disso, Kim Witte e Mike Allen (2000:594) mostram que a reação das pessoas diante de situações que despertam medo depende de como elas avaliam o risco ao qual estão expostas. Dizem eles:

> First, individuals appraise the threat of an issue from a message. The more individuals believe they are susceptible to a serious threat, the more motivated they are to begin the second appraisal, which is an evaluation of the efficacy of the recommended response. If the threat is perceived as irrelevant or insignificant (i.e., low perceived threat), then there is no motivation to process the message further, and people simply ignore the fear appeal. In contrast, when a threat is portrayed as and believed to be serious and relevant (e.g.,"I'm susceptible to contracting a terrible disease"), individuals become scared. Their fear motivates them to take some sort of action—any action—that will reduce their fear. Perceived efficacy (composed of self-efficacy and response efficacy) determines whether people will become motivated to control the danger of the threat or control their fear about the threat. When people believe they are able to perform an effective recommended response against the threat (i.e., high perceived self-efficacy and response efficacy), they are motivated to control the danger and consciously think about ways to remove or lessen the threat. Typically, they think carefully about the recommended responses advocated in the persuasive message and adopt those as a means to control the danger. Alternatively, when people doubt whether the recommended response works (i.e., low perceived response efficacy) and/or whether they are able to do the recommended response (i.e., low perceived self-efficacy), they are motivated to control their fear (because they believe it's futile to control the danger) and focus on eliminating their fear through denial (e.g., "I'm not at risk for getting skin cancer, it won't happen to me"), defensive avoidance (e.g.,"This is just too scary, I'm simply not going to think about it"), or reactance (e.g.,"They're just trying to manipulate me, I'm going to ignore them").

Preocupados em manter suas operações e temendo represálias do governo, empresários tardaram a se mobilizar. Os bancos, entre a ameaça de intervenção do governo e o receio de convulsão popular, que poderia resultar em depredação de agências e violência contra funcionários, apenas se esforçaram para normalizar o

atendimento à população o quanto antes. As empresas, temendo uma devassa fiscal e a ação da polícia no comércio, também optaram pelo silêncio num primeiro momento. Os trabalhadores, com medo de perder seus empregos e ainda tentando lidar com as medidas em seu orçamento doméstico, não buscaram os sindicatos. No Congresso, o receio de ter o nome atrelado ao título de "inimigo da nação" – algo que poderia levar à perda de votos num ano eleitoral – deixou muitos parlamentares mudos por algum tempo, até que as esperanças de um novo Brasil passaram a dar lugar à decepção com os fatos.

Naquele momento, porém, se intensificava a percepção de que, após tantas tentativas frustradas, o caminho traçado por Collor era o único possível para se combater os males da sociedade e, em especial, o risco de hiperinflação. Essa avaliação foi reforçada por um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgado à época, que alertava que, se o Plano implodisse, o resultado imediato seria a hiperinflação[6]. O Plano Collor seria, portanto, um mal necessário, exigindo um voto de confiança na esperança de que o sacrifício do presente se convertesse em um benefício no futuro. Esta teoria, defendida por alguns economistas sob a denominação TINA (sigla em inglês para *There Is No Alternative)* suportava a disposição de parte da população de abrir mão de direitos constitucionais – muitos dos quais apenas recentemente recuperados, após um longo período de ditadura militar – em troca de estabilidade econômica e ética nas relações sociais (vide quadro 7).

Quadro 7
Não havia outra alternativa: mal necessário, em prol de um bem maior (amostra das cartas analisadas)

Folha de S.Paulo, 01/04/90, p.A-3

"O que o governo poderia fazer a não ser mexer na poupança para apanhar os espertalhões que transferiram seu dinheiro do over para a poupança acreditando que a poupança não seria atingida? Queremos ou não sair do buraco?"
Lairton Almeida (São Paulo, SP)

O Estado de S.Paulo, 08/04/90, p. 2

O Plano Collor apresenta aspectos normalizadores imperiosos e se destaca por sua grande coragem. Possui supreendente composição: a fase temporária, com sacrifícios suportáveis, e a fase definitiva, com benefícios permanentes. Francisco Salles Junior, Casa Branca

[6] *Folha de S.Paulo*. "Medo da hiper modera ânimo de empresários". 21 de março de 1990, p. B-3

Veja, 28/03/90, p. 10

A falta de um suporte a longo prazo sempre foi o ponto de desestabilização de planos econômicos promissores e viáveis. O plano Collor ("O presidente dispara sua bomba", 21 de março) é nossa única chance de sobreviver ao imediatismo e aniquilar de vez o estigma da inflação.

André Charak
São Paulo, SP

O Globo, 01/04/90, p. 4

● O Brasil está doente, agonizante, precisamos salvá-lo o mais rápido possível. Já contratamos o médico e ele já receitou o remédio, porém o remédio é muito caro e precisa de ajuda e sacrifício de todos os brasileiros. Mas este sacrifício será recompensado em dobro ou triplicado depois que o nosso querido País estiver são e salvo. O nome do médico é Dr. Fernando Collor de Mello. O nome do remédio é Brasil Novo. E para nosso orgulho teremos o nosso Brasil forte, rico e belo.

João Evangelista Vieira, Rio

O Globo, 06/08/90, p. 4

(...) Não ignoramos que o Governo, diante do quadro que encontrou, (...) não tinha outra alternativa se não adotar as medidas trágicas e corajosas que adotou, atingindo grandes e pequenos. Quando nos referimos a pequenos atingidos pela medida, queremos dizer a gente da classe média baixa e os pobres, já quase juntos no infortúnio em que vivem. (...) Não houve distinção de classe nem de seus propósitos. (...) O certo é que aqueles que de longa data vieram economizando com grandes sacrifícios (...) foram penalizados igualmente. (...) Acreditamos que o Presidente Collor (...) não ficará indiferente à situação aflitiva daqueles que, da noite para o dia, ficaram praticamente sem nada. O déficit público está zerado, havendo até superávit. Então, Sr. Presidente, os descamisados e os meio descamisados esperam que a nossa situação seja revista.

Alladir Ramos Braga, Rio

O Globo, 12/04/90, p. 4

No primeiro turno dei meu voto ao Maluf, mas no segundo dei meu voto de confiança a Collor de Mello. E apesar de ter tido NCZ$ 675 mil bloqueados, e praticamente ter de começar do zero, não estou nem um pouquinho preocupado com as duras medidas, porque eu sempre comentava com amigos que para salvar o Brasil deste inferno de inflação, corrupção, empreguismo, estatais deficitárias, violências etc. (...) só se aparecesse um "louco" corajoso e destemido que não aceitasse de forma alguma negociatas (o toma lá dá cá). O "louco" apareceu. Mas vai aqui um alerta ao Collor: o povão está esperando mesmo é a demissão dos funcionários públicos e a venda das estatais. (...) Se o Collor conseguir isto, sua popularidade vai a 90% e o Brasil sairá desta lama...

Lamir de Vasconcelos, Rio

O Estado de S.Paulo, 25/03/90, p. 2

Sou um dos que está pagando a conta. Não sou especulador, mas defendia meu dinheiro da inflação desvairada. Creio que não havia alternativas e o presidente Collor tem meu incondicional apoio. Apenas, como cidadão que respeita as leis, gostaria que meus filhos tivessem uma Constituição para valer. Proponho uma emenda para que as medidas propostas por ele não sejam feitas ao arrepio da Constituição que no ato de posse ele jurou cumprir. Carlos Roberto Nogueira de Freitas, Capital

O Globo, 26/03/90, p. 4

● É hora da união de todos os 140 milhões de brasileiros para que o plano dê certo. Idéia de inconstitucionalidade e confisco era a antiga ciranda financeira, com uma inflação esmagadora ultrapassando a marca dos 80% e no rumo dos três dígitos. Não havia outra saída. Só assim entraremos em ordem, preparando-nos para uma nova era de desenvolvimento em todos os setores e segmentos, dando uma vida e um futuro mais digno ao brasileiro. Não faço parte dos especuladores, porém me enquadro dentro dos 10%. Nem por isso deixo de votar pela terceira vez no nosso Brasil Novo. Podia ser pior...

Nivaldo Pessoa Pires, Rio

Esse conformismo com a perda – não só de dinheiro, mas de sonhos, projetos e também direitos – e a crença de que somente algo radical como o Plano Collor seria capaz de tirar o País do atoleiro em que se encontrava nos dá a medida de quão doloroso era conviver com a corrupção e a inflação galopante. A maior parte da população se mostrava disposta a contribuir com uma cota de sacrifício. Numa escala de importância, a manutenção do poder aquisitivo e a honestidade se encontravam, naquele momento, acima de outros direitos. Este ponto pode ser chave para se compreender por que o confisco executado por Collor não despertou tanto medo quanto a possibilidade de confisco por Lula levantada na disputa eleitoral de 1989. No caso de Collor, a medida foi vista como técnico-econômica, necessária para o controle inflacionário, em prol de toda a sociedade. Já no caso de Lula, o confisco seria ideológico, para promover o comunismo – sistema de organização social temido pela maior parte da população brasileira naquele período.

Ao tomar decisões com rapidez, sem dispensar muito tempo à análise das questões envolvidas, Collor procurava dar movimento ao governo e atender à expectativa por mudanças. A sensação de trabalho sendo feito favorecia Collor nas pesquisas de opinião, sustentando sua autoridade. Um mês após o anúncio do pacote econômico, 87% da população avaliava o governo como bom, ótimo ou regular. Mas o “jeito Collor de governar” apresentava suas falhas: na ânsia de mostrar trabalho, decisões equivocadas, precipitadas ou exageradas eram tomadas com frequência, exigindo correção posterior. A figura OESP902803P3 aborda essa questão ao brincar com a palavra “medidas”.

As medidas (econômicas), ainda que fossem corretas, resultaram em um plano desalinhado – como o terno, com sobras num lado e faltas de outro –, que exigia ajustes. O problema é que o alfaiate – ou seja, o governo – demonstrava dificuldade em perceber as falhas e, portanto, tardava em agir ou simplesmente deixava de tomar as providências necessárias. Assim, a competência da equipe econômica era colocada em xeque.

Figura OESP902803P3
O Estado de S.Paulo, 28/03/90 p. 3

Para alguns, o governo poderia até ter boas intenções e estar acertando o remédio, mas ao errar na dose, acabaria por matar o paciente, ou seja, a sociedade (vide quadro 8 e figuras JB902605P10 e JB902204P11). Diante da falta de planejamento prévio adequado – que poderia ser justificada pela necessidade de se guardar absoluto segredo a respeito das medidas que seriam anunciadas, sob risco de perda de sua eficácia – problemas na implantação do pacote econômico se tornaram frequentes, criando situações de conflito que exigiam ação imediata. As chamadas “torneiras de liquidez”, casos de exceção ao bloqueio das aplicações financeiras, surgem com o intuito de corrigir as imperfeições do Plano Collor, mas acabam por gerar novas distorções. Alguns economistas atribuírem a elas o fracasso do pacote econômico.

Figura JB902605P10
Jornal do Brasil, 26/05/90 p. 10

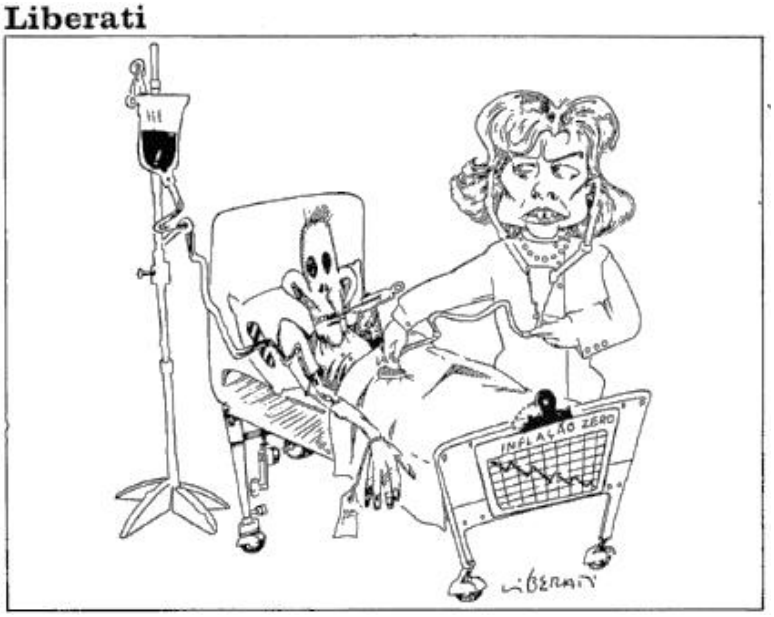
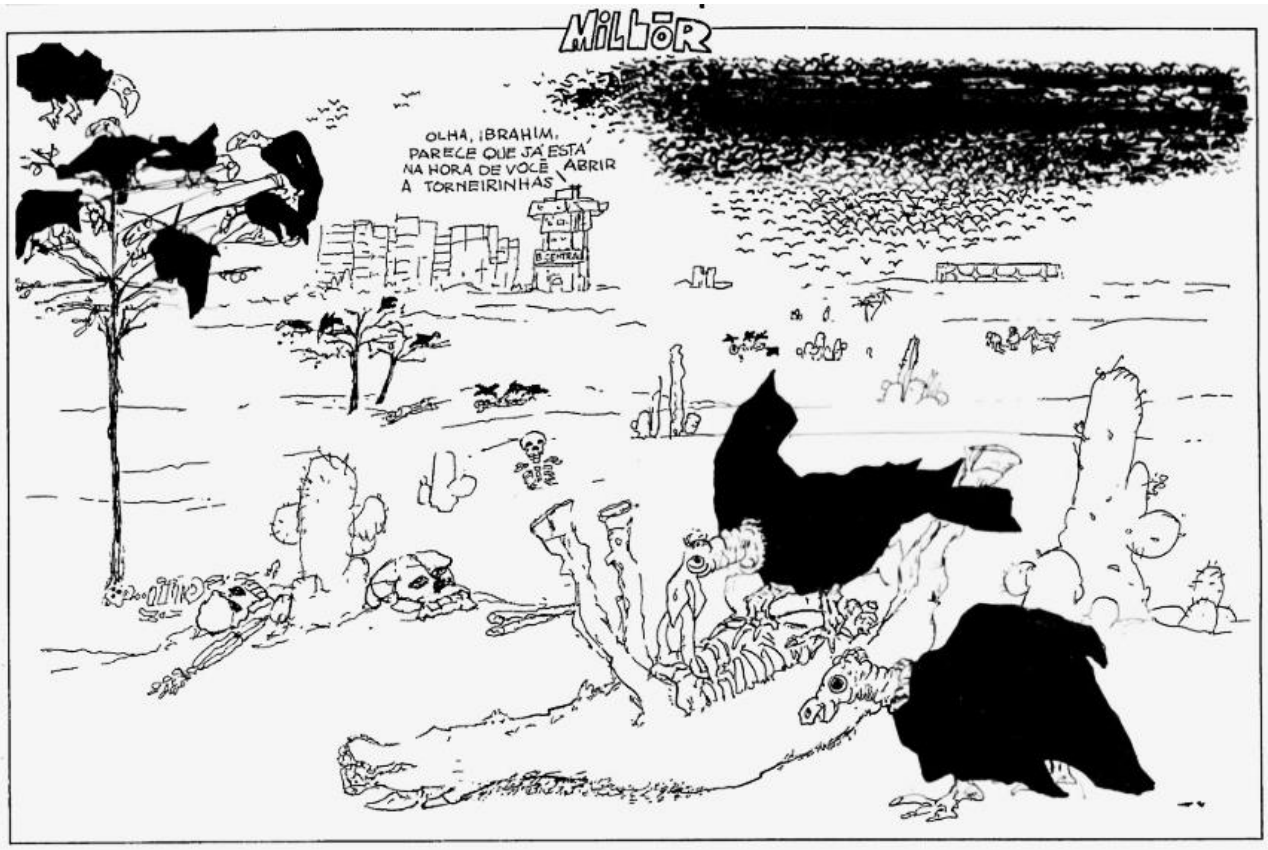


Figura JB902204P11
Jornal do Brasil, 22/04/90 p. 11



Quadro 8
Remédio mata o paciente? (amostra das cartas analisadas)

Folha de S.Paulo, 09/12/90, p.A-3

"Pela brutal recessão que se avizinha em decorrência do famigerado Plano Collor, quando a inflação chegar ao patamar ideal estabelecido pela atual equipe econômica, restarão só os frequentadores da Casa da Dinda para a comemoração."
Joaquim Luiz Gonçalves (Maringá, PR)

O Globo, 17/04/90, p. 4

O Plano Collor foi recebido com otimismo pela maioria dos brasileiros (...). A situação do País era insustentável e reclamava providências radicais (...). O Plano Collor chega a ser radical demais, atingindo, inclusive, da classe média para baixo. É certo que pegou muita gente pelo pé. É certo, também, que estamos vendo o justo pagar pelo pecador. (...) Não falta quem esteja torcendo para que o plano fracasse, e portanto é necessário que o Governo esteja atento, embora, lentamente, possa aliviar a carga que o povo carrega, facilitando (...) maior numerário.
Serafim Alonso Garcia, Rio

O Estado de S.Paulo, 11/05/90, p. 2

O presidente Fernando Collor de Mello disse que iria acabar com a situação do "descamisado" e do "pé descalço". Pelo que está aí, não estava brincando. Suas medidas econômicas realmente acabaram com eles ao tirar a única coisa que ainda tinham, o emprego. Hoje são milhares de desempregados que perambulam atônitos diante de uma situação instável e caótica. O País precisava de uma medida drástica, mas não recessiva ao ponto de matar todas as ilusões de milhões de pessoas que votaram no atual presidente. **T.A. de Moraes**, Capital

Forças desiguais

Como vimos, apesar da alta taxa de aprovação do Plano Collor, a população se mostrava dividida em relação ao confisco das aplicações financeiras. As cartas enviadas a jornais e revistas e as peças humorísticas são ricas em mostrar o sofrimento imposto pelo sequestro das cadernetas de poupança, mesmo àqueles que não se opunham ao confisco. Tortura, constrangimento, humilhação, impotência, desespero, arrependimento são alguns dos sentimentos relatados (vide quadro 9) e que estão também presentes nas peças humorísticas analisadas, evidenciando a discrepância de forças entre aqueles que determinaram o bloqueio das aplicações financeiras e os que se viram obrigados a acatá-lo. O confisco, como se nota, não foi apenas de dinheiro, mas também da dignidade das pessoas.

Quadro 9

As dores do Plano Collor (amostra das cartas analisadas)

O Estado de S.Paulo, 21/03/90, p. 2

Sobre o pacote econômico determinado pelo presidente Fernando Collor de Mello, verificamos que a medida mais constrangedora foi o confisco das cadernetas de poupança. Será que a ministra Zélia Cardoso de Mello sente na sua alma de economista essa torturante ironia de que os poupadores com mais de 100, 200, 300 mil cruzeiros são ricos?

Poupança nunca foi especulação. Quem poupa o seu dinheiro está pensando num futuro melhor. Não poupa para especular nem para ser pilhado de forma brutal. As economias do poupador foram levadas pelo arbitrio, prolongadas por 18 meses; são 30 meses dentro da restituição parcelada.

A abominável medida só pode passar pela cabeça de quem nunca lutou duramente pela sobrevivência. Por que não restringiram a liquidez das cadernetas de poupança no prazo de três meses? O empréstimo compulsório trará traumas para o funcionamento econômico. O direito de propriedade dos poupadores foi impiedosamente apunhalado.

Concordamos com as demais medidas, mas as que atingiram as cadernetas de poupança foram tremendamente desumanas. **Antonio Nettuzzi**, Capital.

Folha de S.Paulo, 15/07/90, p.A-3

"Sequestro neste país não é só de pessoas. Há os sequestros tão ou mais violentos que o de pessoas. São os sequestros dos salários, dos aumentos, da conta corrente, da poupança, da dignidade humana que o governo tenta encobrir, alegando estar favorecendo os descamisados e pés descalços."

Raul Cândido da Silva Filho (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 15/04/90, p.A-3

"Como me sinto depois do plano collorido? Como um réu que foi julgado e condenado por si mesmo. Como? Votei no homem e ele condenou-me a passar fome."

Dionísio Martins Olgado (São Carlos, SP)

Veja, 04/04/90, p. 10

Tive um (mau) sonho. Nele, o assaltante jovem, atlético, entrou em minha casa pela porta da frente. Apanhou-me totalmente de surpresa. Ele estava armado somente com um bastão e uma faixa. O bastão emitia raios paralisantes que ele chamava de MP. Ele era o cabeça de uma equipe muito bem montada. O plano, por sua eficácia, foi perfeito — levaram tudo o que eu tinha em casa. A lista que preparei para a polícia parecia algo assim: cotas de um fundo nominativo; um talão de cheques (conta remunerada); meia dúzia de ações; um pé-de-meia numa caixa. Qualquer um perceberia que os itens furtados representavam as economias sofridas de um assalariado. Acordei suado, angustiado, atônito, traído, violentado. Eram 7 horas da manhã do dia 16 de março ("O presidente dispara sua bomba", 21 de março).

Richard Bird
São Paulo, SP

Veja, 11/04/90, p. 10

Acreditei nas palavras do presidente de que não prejudicaria os pequenos poupadores. Hoje, sinto-me ludibriada com o confisco de minhas economias.

Sylvia Thais Cartaxo de Sousa
Brasília, DF

A violência do pacote econômico é expressa na figura JB900904P8 por meio de uma inusitada situação de assalto, praticada num centro cirúrgico. Num momento de fragilidade, aquele que deveria garantir a vida (o médico / o presidente) é quem atenta contra ela.

Figura JB900904P8
Jornal do Brasil, 09/04/90 p. 8

O médico criminoso, no caso, é Collor, o presidente da República, aquele que utiliza os instrumentos em seu poder para tirar proveito financeiro (se apoderando do bolso alheio) de uma sociedade indefesa e moribunda – representada pelo homem sem rosto, deitado com as mãos cruzadas sobre o corpo, como num caixão. O uso da faixa presidencial para cobrir parte do rosto (como uma máscara cirúrgica, mas também como um lenço utilizado pelos fora-da-lei) sugere que, neste caso, a ação do governo não era legítima.

Na figura JB901204P11, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, é assaltante não só do dinheiro, mas também da identidade (documentos) e da memória (carteira, que guardava o dinheiro quando ele ainda existia) do assaltado. A expressão facial da ministra, que denota perplexidade, e sua postura corporal inerte (braços imóveis junto ao corpo) sugerem que ela não percebia a violência imposta pelo plano econômico, que não era física, mas psicológica, percebida em razão do confisco provocado pelo Plano Collor, que gera um sentimento de

subtração involuntária, de roubo, não só do dinheiro – um bem material –, mas também de tudo aquilo que ele representava (sonhos, expectativas, projetos de vida). Ao solicitar “só a carteira e os documentos”, a mulher de costas adota uma postura conformista em relação ao dinheiro, que não poderia ser recuperado, ainda que fosse fruto de trabalho e sacrifício. Mas não aceita abrir mão de sua identidade e de sua memória. Assim como na figura anterior (JB900904P8), a falta de um rosto permite considerar que a mulher de costas não representava um indivíduo, mas a coletividade, a sociedade.

Figura JB901204P11
Jornal do Brasil, 12/04/90 p. 11

Ainda que a violência faça parte do ambiente urbano e o senso comum caracterize a cidade capitalista como opressora, por exigir de seus habitantes um certo padrão de comportamento, nas situações apresentadas pelas figuras JB900904P8 e JB901204P11 a fonte da agressão é outra: o Estado, representado por Collor e Zélia. Da mesma forma que Brasília (centro do poder) se distancia dos grandes centros urbanos, onde as medidas econômicas foram mais fortemente sentidas, Collor e Zélia (os detentores do poder) se dissociam da população.

A forma antagônica como as duas mulheres na figura JB901204P11 se posicionam passa a ideia de embate, que é reforçada pelo texto na caixa de diálogo. A expressão “por favor” não assume o tom de cordialidade e bons modos, mas de súplica, colocando a mulher de costas (a sociedade) em posição de vítima, que resiste e tenta “negociar” com seu agressor. Este, por sua vez, não demonstra reação, por não se dar conta da situação em que se encontrava – um sinal de quão distante estavam os governantes de seus governados.

Temos, portanto, o confronto de dois universos distintos: o primeiro, do Estado, que faz e aplica políticas econômicas, atuando no âmbito da macroeconomia. O segundo, da sociedade, que convive com as medidas e lida com seus efeitos, atuando no âmbito da microeconomia.

Esta dicotomia é reforçada por um segundo elemento presente na charge, que pelo seu posicionamento e tamanho (pequeno, no canto direito inferior do quadro, que pela ordem convencional de leitura é o último local a ser visto) atua apenas como um adendo, um recado do cartunista. Nele, o destaque é o texto, que cita o turco, referência ao então presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, nascido na Turquia. Ainda que a sede do Banco Central estivesse em Brasília, há referência a outro local - São Paulo, conhecido como o coração financeiro e industrial do Brasil. Nele se encontrava o “stud” do turco, que se chama “macro”, e seu “cavalo” preferido, “gelo seco”. Ou seja: o stud – local onde se cria e treina cavalos para a prática do hipismo, esporte de elite – em questão é a macroeconomia, que tem sua gestão atrelada à elite de São Paulo. Seu cavalo – ou ferramenta – preferido é o gelo seco, que faz fumaça e turva a visão, útil para desviar a atenção. Era “coerente” porque quando não há um conteúdo sólido, que convença, busca-se uma distração – e ganha-se tempo.

Retomando a questão dos sentimentos, ainda vemos nas figuras OESP901205P2, OESP902207P2, FSP902103A2 e FSP900708A2 expressões de vergonha, humilhação, angústia, desespero e impotência diante do confisco das aplicações financeiras. Numa situação de sequestro, a desolação por não conseguir reaver os valores depositados na poupança é semelhante à frustração derivada de uma tentativa infrutífera de resgate de um ente querido (figura OESP902207P2). A angústia provocada pela impotência também surge na figura OESP901205P2, com

o mutuário de mãos e pés atados, sem ter o que fazer para manter sua moradia. A palavra “embrulhado” dá sentido à charge, ao expressar desconforto e, ao mesmo tempo, fazer alusão ao pacote econômico. Já na figura FSP902103A2, numa tentativa desesperada de obter algum dinheiro, uma pessoa visivelmente envergonhada evoca a misericórdia divina e apela a um intermediário (a transportadora de valores, que presta serviço aos bancos), na esperança de conseguir descontar um cheque e ter acesso ao dinheiro que lhe é de direito. No supermercado, a agressividade é a forma encontrada pela mulher para mascarar a humilhação por não ter condições de comprar os produtos que a família necessita para sobrevivência (figura FSP900708A2).

Figura OESP902207P2
O Estado de S.Paulo, 22/07/90 p. 2

Figura OESP901205P2
O Estado de S.Paulo, 12/05/90, p. 2

Figura FSP902103A2
Folha de S.Paulo, 21/03/90, p.A-2

Figura FSP900708A2
Folha de S.Paulo, 07/08/90, p.A-2

Ainda que alguns se dissessem assaltados, extorquidos ou tapeados, e muitos reclamassem que o plano não era democrático, eram relativamente poucos os que demonstravam preocupação com a constitucionalidade do pacote econômico (avaliação jurídica). Na maior parte das cartas estudadas o confisco é tratado em termos do que é ou não "justo" (avaliação moral) - vide quadro 10.

O entendimento predominante era o de que bloquear o dinheiro obtido com suor e sacrifício não era justo, pois o fruto do trabalho era "sagrado". Este mesmo argumento foi utilizado em processos judiciais, mas, neste caso, com o intuito não apenas de mostrar que o impetrante fez por merecer o dinheiro bloqueado, mas também de embasar a tese de que o confisco era ilegal, pois feria o direito à propriedade e, em algumas situações, o direito à saúde, uma vez que os recursos sequestrados poderiam ter como destino o pagamento de tratamento médico-hospitalar (vide anexo 5). Em todos os casos, se tratava de direitos adquiridos que estariam sendo violados pelo Estado. A questão seria agravada pela percepção de má-fé, destacada tanto em processos judiciais quanto nas cartas dos leitores, tendo por base a forte campanha publicitária realizada principalmente pelos bancos

públicos nos meses que antecederam o confisco para incentivar aplicações em cadernetas de poupança (vide anexo 4).

Algumas das cartas de leitores, entretanto, destacavam que, pela primeira vez, o governo cobrava a conta do ajuste econômico de quem deveria pagá-la (os mais ricos) – o que era visto como algo louvável. Ao mesmo tempo, o tratamento igual dado a desiguais era alvo de questionamento, por gerar situações consideradas injustas, como o bloqueio da renda de aposentados e pensionistas e de recursos para capital de giro de microempresários.

A unanimidade, como se pode ver, não é algo fácil de se obter nem mesmo em situações extremas, como no caso do confisco das poupanças. As diferenças de crenças e estilos de vida, derivadas dos mais diversos fatores que compõem a personalidade de um indivíduo e sua forma de interagir com o mundo, influenciavam a maneira como as pessoas assimilavam as medidas econômicas e reagiam a elas. Por isso, não é possível apontar um comportamento único perante o choque provocado pelo Plano Collor, mas sim sinalizar aqueles que se mostraram mais evidentes no período.

Quadro 10
Justiça e constitucionalidade do Plano Collor
(amostra das cartas dos leitores)

O Estado de S.Paulo, 08/08/90, p. 2

Estou de acordo com o presidente Fernando Collor e seus assessores no que diz respeito à diminuição da liquidez no País. Mas não bloqueando o dinheiro do povo e deixando diversas pessoas em total dificuldade financeira. Pessoas como eu e minha família, que trabalhamos com turismo, deixaram de viajar e passear durante todo o verão, trabalhando quase 24 horas por dia, para que o rendimento ficasse retido com o governo... Um atraso de vida deixado pelo Plano Brasil Novo. **Hamilton dos Passos**, Capital

O Estado de S.Paulo, 14/06/90, p. 2

É patente a boa vontade do presidente Fernando Collor em arrumar a casa. Os cínicos que dizem ter ele "usurpado" a economia de toda uma vida de idosos aposentados não notam o ridículo da afirmação. Por acaso valeria a pena ter em mãos quilos e mais quilos de cruzados apodrecidos, minando a economia, a produção e engordando a especulação? Não houve nenhum atentado à propriedade — muito pelo contrário, o governo está fazendo tudo para preservar o dinheiro bloqueado e conter a inflação. **Luís Alexandre Faccin de Arruda Miranda**, Capital

Jornal do Brasil, 24/03/90, p. 10

Sou uma modesta secretária que trabalhou arduamente durante anos, economizando centavo por centavo para gozar merecidas férias, viajando. De repente, vem o novo presidente e com o plano econômico leva o pouco que eu tinha economizado para comprar passagem de ida e volta. Para recuperar o que o governo levou terei que pagar ágio. Além de contribuir com todos os impostos, diretos e indiretos, vou pagar para ter minhas parcas economias? É justo? **Nilce Souza — Rio de Janeiro.**

O Estado de S.Paulo, 22/03/90, p. 2

Sou uma cidadã comum, cuido de minha família e trabalho muito. É justo que este governo enfie a mão no meu bolso e tire o que é meu e diga a mim o que fazer daqui por diante? Não seria mais fácil que este mesmo governo pedisse (em nome da Pátria) 10, 20 ou 30% do que é meu para pagar as burrices e roubos de governos anteriores? O que está acontecendo é antidemocrático, ilegal e um crime. **Janete Souza Pádua**, São Miguel Paulista

O Globo, 26/04/90, p. 4

Não sei. Parece que moro num país diferente dos demais brasileiros. Será que ninguém enxerga que o Plano Collor é um amontoado de violações à Constituição federal, para a qual cantamos o Hino Nacional em verso e prosa, a liberdade e a democracia? Onde será que ficaram os conhecimentos jurídicos do Ministro Cabral? (...) Já fomos Estado Novo, Nova República e agora fala-se em Brasil Novo. Será que é novo mesmo? Acho que deveríamos firmar os passos na Nova República e dar andamento ao que julgamos ter começado.

Lúcia Nascimento, Rio

Folha de S.Paulo, 20/05/90, p.A-3

"O governo é o maior responsável pela ciranda financeira do país. No intuito de cobrir seu déficit causado por gastar mais que arrecada, descobrem que a solução é saquear na calada da noite milhares de contas correntes de inocentes. Não satisfeitos, humilharam os aposentados e trabalhadores com medidas e comunicados inconstitucionais e absurdos. Pergunto: isso é justiça social?"

Chateaubriand B. Diniz Filho (São Paulo, SP)

Jornal da Tarde, 05/06/90 p.4

Sr.: Não dá para entender esses deputados e senadores, para os quais (com raras exceções) o Plano Collor é inconstitucional, antipopular demais e outras coisas que lhe atribuem.

O que não compreendo é que, quando um presidente eleito pela maioria do povo constitui uma equipe econômica com elementos de refinada capacidade técnica e de conceito elevado — como é esse que aí está —, e que passa noites e noites em claro com o objetivo de montar um plano coerente que busque tirar o País do lodaçal, da corrupção, da mutretagem, da malandragem e do "ganha-fácil", logo aparecem esses oportunistas ou políticos de ocasião com suas demagogias baratas, com o fim de tentar comprar a opinião pública no sentido de desviar o rumo original das medidas tomadas.

Será que inconstitucional não é a própria atitude desses deputados que promulgaram uma constituição que até hoje depende de leis complementares para poder ser levada a sério? Será que inconstitucional não era a atitude dos especuladores que, como uma espécie de cupim, vinham corroendo toda a nossa economia, sugando para si todo o dinheiro do setor produtivo, tornando-o especulativo e podre? (...)

Portanto, senhores "parlamentares", fiquem espertos, pois em nome da "inconstitucionalidade" os senhores poderão colocar em risco até mesmo a Constituição. **Antenor Pereira de Assis, Capital.**

O Estado de S.Paulo, 13/04/90, p.

Com relação às alegações de inconstitucionalidade das normas editadas pelo Plano Brasil Novo, levantadas pela camada mais privilegiada de nossa sociedade, lembro que inconstitucional é o horror da fome, que já assola grande parte da população brasileira; é o terror de não se ter um teto para abrigar a família; é a penúria do choro de uma criança doente, sem que os pais tenham condições de proporcionar-lhe tratamento adequado e humano; é a desgraça do trabalhador aposentado que, após décadas de suor em benefício de sua pátria, recebe minguado salário que mal dá para se manter. Aires Gallego Garcia, Birigüi.

O Estado de S.Paulo, 09/05/90, p. 2

Durante as últimas décadas, a incapacidade, negligência, descaso, inoperância e impatriotismo dos nossos políticos levou este país ao caos. Votei no presidente nos dois turnos. Votaria outra vez. Nada me foi confiscado, portanto não sou suspeito para opinar. É uma tremenda injustiça obrigar grande parte de um povo honesto a pagar uma dívida que não contraiu. Seria fácil para os governantes de todo o mundo. Joga-se o dinheiro público pela janela e, para arrumar a casa, o povo é obrigado a pagar. **Luiz Antonio Bandeira**, Piracicaba

Folha de S.Paulo, 22/03/90, p.A-3

"Milhares de pessoas e empresas estão desesperadas pelo que está acontecendo com a caderneta de poupança. Elas foram cerceadas no seu direito inalienável de utilizar o que é seu. É seu porque assim sempre foi, e a nova Constituição Federal preserva o direito de propriedade. Não acreditamos e não podemos aceitar que objetivos tenham que ser alcançados com este custo."
Mitsunori Danno (São Paulo, SP)

Veja, 28/03/90, p. 10

Estou perplexo ao ver que, pela primeira vez, o governo federal cobrou a conta acumulada nos últimos anos de quem realmente devia.
Mario Gonçalves Jr.
São Paulo, SP

O Estado de S.Paulo, 01/04/90, p. 2

As medidas saneadoras da economia atingiram os seus objetivos. Ficou mais fácil do que a própria equipe econômica poderia imaginar identificar alguns "aplicadores" anônimos. Viúvas e aposentados criticaram o plano sem conhecer em profundidade as medidas do governo. Acusaram ter sido atingida a magnitude das normas constitucionais e legais do País. Não é verdade. Mas, se assim fosse, não haveria uma causa superior e mais justa a ser atingida? José Maria Sampaio, Atibaia

O Globo, 25/06/90, p. 4

Assim como eu, acredito que grande parte do povo aprovou o Plano Collor, mas não posso deixar de criticar um ponto que penso ser terrivelmente injusto com a classe média. (...) O percentual disponível de 20% das aplicações no **overnight** e conta corrente remunerada, é absurdamente indiscriminado, pois um milionário especulador que tenha NCZ$ 100 milhões pode dispor de Cr$ 20 milhões, (...) enquanto um profissional liberal de classe média que tenha NCZ$ 500 mil só poderá sacar Cr$ 100 mil. (...) Os bens de consumo têm os mesmos preços tanto para o milionário como para um pobre. (...) Quem tem Cr$ 20 milhões poderá comprar imóveis, carros etc., a preços baratíssimos, enquanto quem tem pouco terá que vender seus bens aos mais ricos, e por preço abaixo do valor real. Espero que o Governo, na hora de devolver o dinheiro, estabeleça critérios classificando de forma justa os investidores, poupadores e especuladores.
Walter Costa, Rio

O desvio do debate da questão legal para o juízo moral pode ter desencorajado a parcela da população que obteve ganhos no mercado financeiro, ainda que de forma lícita, a se manifestar contra o bloqueio dos recursos, diante da conotação pejorativa que a especulação assumiu na sociedade. Embora o especulador desempenhasse um papel fundamental no mercado financeiro, por garantir a liquidez dos negócios ao se dispor a tomar risco em troca de um prêmio, não era com esses olhos que a maior parte da população o via em 1990. O entendimento mais comum era o da má-fé, daquele que se aproveita da fragilidade, ingenuidade ou desinformação do outro para tirar proveito próprio. Este significado para especulador constava nos dicionários da época[7] e era reforçado pela existência, naquele período, de investimentos que dispensavam a identificação de seus proprietários, podendo servir à obtenção de ganhos em negócios escusos tanto no mercado financeiro quanto fora dele.

Os documentos analisados mostram que, na avaliação de alguns, o governo se aproveitou da aversão popular aos especuladores para, de forma engendrada, lançar sua estratégia de conquista da simpatia popular ao Plano Collor. Seria mais fácil simplificar a questão, transformando-a numa luta do bem (os patriotas) contra o mal (os especuladores). A dificuldade estaria em definir quem seriam os especuladores (vide pg. 199) – e este pode ter sido o "calcanhar de Aquiles" do Plano Collor. Vale pontuar que as fontes estudadas não nos permitem afirmar – nem é este nosso objetivo – se esta era ou não a real intenção de Collor e sua equipe ao estruturar o plano econômico.

Ao estudar o comportamento das pessoas por meio de jogos, Fehr e Schmidt (1999) observaram que, frequentemente, as pessoas se mostram avessas à desigualdade. Embora existam pessoas que ajam de forma completamente egoísta, visando apenas seus próprios interesses, há também aquelas que guiam suas atitudes de acordo com o que entendem por justiça – e, muitas vezes, justiça significa maior equilíbrio ou maior igualdade. A noção de justiça geralmente está relacionada à reciprocidade: a tendência é retribuir a ação de uma pessoa com

[7] Os dicionários Aurélio, Michaelis e Silveira Bueno definiam especulador como "observador", "explorador" e também como "negociante ladrão", "aquele cuja atividade comercial tem por base a má-fé para com os outros, enganando-os numa tentativa constante de obter lucros abusivos".

outra equivalente – positiva ou negativa –, embora a resposta possa ser amplificada ou minimizada de acordo com as motivações envolvidas.

Vimos nas fontes analisadas que alguns rebatiam o argumento da inconstitucionalidade do Plano Collor com a defesa do combate à inflação e à especulação (no sentido negativo da palavra, relacionado a práticas ilícitas e corrupção), apontados como os maiores males da sociedade naquele momento e, portanto, seria justo utilizar as ferramentas disponíveis para liquidá-los. A ilegalidade e a violência do pacote econômico eram, assim, aceitas, diante da suposta boa intenção do governo em promover melhorias nas condições de vida no País. Os fins justificariam os meios.

Fehr e Schmidt (1999: 819) mostram que o comportamento das pessoas é flexível e varia de acordo com as circunstâncias, podendo ser influenciado por outros ao redor.

> A main insight of our examination is that the heterogeneity of preferences interacts in important ways with the economic environment. We show, in particular, that the economic environment determines the preference type that is decisive for the prevailing behavior in equilibrium. This means, for example, that under certain competitive conditions a single purely selfish player can induce a large number of extremely inequity-averse players to behave in a completely selfish manner, too. Likewise, under certain conditions for the provision of a public good, a single selfish player is capable of inducing all other players to contribute nothing to the public good, although the others may care a lot about equity. We also show, however, that there are cincumstances in which the existence of a few inequity-averse players creates incentives for a majority of purely selfish types to contribute to public good.

Desta forma, dada a forte aprovação do governo antes do anúncio do Plano Collor e o desejo declarado do presidente em acabar com a inflação por meio do pacote econômico, podemos supor que a opinião pública tenha conferido algum suporte à aceitação das medidas, mesmo daqueles que não se mostravam plenamente de acordo com elas. Percebemos a existência de um conflito entre o que seria justo e o que seria legalmente correto, a ponto de uns questionarem a legitimidade da própria Constituição, diante do entendimento de que a lei maior do País não prezava pela justiça.

Assim, podemos constatar a partir das fontes analisadas que a estratégia do governo de utilizar o discurso moralizador para justificar o Plano Collor se mostrou eficaz, uma vez que encontrou respaldo em grande parte da população, apesar de todo o sofrimento gerado e da potencial perda de direitos adquiridos, que poderia colocar em risco a retomada da democracia no Brasil.

A polêmica sobre o confisco das aplicações financeiras, como foi possível notar, se concentrou na fonte do dinheiro sequestrado, e não propriamente no ato do confisco, uma vez que não se percebia oposição ao bloqueio de recursos que não fossem resultado de trabalho ou da venda de um bem familiar (como imóvel ou automóvel, por exemplo), presumivelmente adquirido com trabalho. Como veremos adiante, a distinção entre poupadores e especuladores tornou-se um ponto crucial para o Plano Collor.

A partir deste raciocínio é possível compreender a aparente incoerência entre a aprovação do Plano Collor (que chegou a superar 80% logo após seu lançamento) e a demanda por grande parte da população de que seu patrimônio particular não fosse afetado. Assim, ao invés de uma reação coletiva imediata contrária ao Plano Collor por ferir direitos garantidos pela Constituição – como seria de se imaginar – o que se verificou foi uma mescla de atitudes. Enquanto uns se resignavam – às vezes com sentimento de culpa por ter votado em Collor – e aceitavam um prejuízo pessoal em prol de um bem coletivo, outros se diziam injustiçados e buscavam uma saída “justa” para os dramas pessoais provocados pelo confisco. As cartas enviadas aos jornais relatam as dificuldades enfrentadas por seus autores, que apelavam ao presidente e à ministra Zélia em busca de autorização para sacar os recursos bloqueados, certos de que seus casos se diferenciavam da maioria e, por isso, mereciam tratamento especial. Como toda regra tem sua exceção, surgem as barganhas, mas nem sempre em primeira pessoa. Por vezes, elas apareciam na forma de defesa de grupos supostamente prejudicados pelo Plano Collor ou como sugestões para melhorar o pacote econômico (vide quadro 11).

Quadro 11

Barganhas (amostra das cartas dos leitores)

O Estado de S.Paulo, 14/07/90, p. 2

Estamos preocupados com a inflação. Algumas torneiras podem segurar os preços ou fazê-los subir. Algumas são inócuas. A que controla os saldo bloqueado dos idosos acima de 70 anos devia ser liberada. Não influiria no aumento da inflação. Vejam o meu caso: eu e minha mulher resolvemos morar no interior. Os proprietários da casa pediam para esperar para depois da posse do novo presidente. Não houve negócio. Ninguém aceita a transferência de titularidade. O interiorano prefere comprar boi magro do que aplicar na poupança.

Liberadas as contas bloqueadas dos idosos acima de 70 anos, acredito que voltará a confiança no governo Collor e na caderneta de poupança. **Victorio Estefano**, Capital

O Globo, 26/05/90, p. 4

Assim como foi liberada a poupança dos aposentados, por que não liberar também a dos universitários que precisam dela para continuar suas faculdades e comprar seus livros? É triste ver meu filho ter que parar com a faculdade, pois está há dois meses desempregado e sua reserva para os estudos está bloqueada. **Edna de Freitas Santos**, Rio

O Estado de S.Paulo, 01/09/90, p. 2

Milhares de pessoas das classes média e baixa estão passando necessidades com suas poupanças bloqueadas. Esperamos que o governo Collor deixe pelo menos os poupadores tirarem todo mês seus juros. Será uma atitude humana e justa, pois eles confiaram nas palavras do presidente. **Luís Barbosa de Lima**, Ribeirão Preto

Jornal da Tarde, 26/03/90, p.4

Sr.: Sra. ministra da Economia, Zélia Cardoso:

Como representante comercial autônomo recebi no dia 15 do corrente dois cheques referentes ao pagamento de comissões sobre vendas, já com o desconto do devido imposto de renda retido na fonte. Ocorre que, com o anúncio das medidas econômicas do Plano Brasil Novo (...), vi meu salário referente a um mês de trabalho limpo e honesto ser totalmente confiscado. Com os cheques em mãos argumentei com a empresa emitente e esta nada pôde fazer. Além de não ter a mínima culpa, também está sem dinheiro.

Então, sem ter a quem apelar e nada mais a fazer, simplesmente depositei os cheques em conta corrente para conseqüente bloqueio, antes que seja também proibido depositar cheques emitidos em cruzados novos.

Portanto, gostaria que a senhora revisse casos como este e que sei é comum a muitos brasileiros, inclusive feirantes, açougueiros, farmacêuticos, donos de padarias, enfim a todos os comerciantes que na boa fé aceitaram e até trocaram cheques de seus clientes.

Será que não há maneira de reparar essa injustiça? Está visto que se os cheques emitidos em cruzados novos não foram depositados nos dias 14, 15 e 16 não foi por culpa dos portadores deles e sim porque evidentemente os bancos estavam fechados. **João M. Moreno, Capital**.

O Estado de S.Paulo, 28/06/90, p. 2

Em 1985, 1986 e 1990 fui operado de doença grave. O fruto do trabalho de toda uma vida estava aplicado em cadernetas de poupança de onde retirava o necessário e o digno para sustento meu e de minha mulher. Com o advento do Plano Brasil Novo, as economias ficaram bloqueadas no Banco Central. A retirada permitida possibilitou recursos para minha manutenção por quatro meses, pois não tenho qualquer outra fonte de renda. Deixei de trabalhar por absoluta falta de condições físicas. As aberturas do Plano não me alcançaram. Por dever de justiça e humanidade, espero que sejam liberados os recursos existentes nas minhas cadernetas. **Gilberto Celsius Verdussen Andrade**, Promissão

O Globo, 19/06/90, p. 4

Apelo ao Sr. Presidente da República (...) no sentido de poder resgatar minhas próprias economias em contas de poupança (...) já que, em estado de senilidade (70 anos), vejo com tristeza tudo se desmoronar em virtude das medidas injustas que atingiram a nós, velhos de classe média baixa que estiveram na guerra e hoje são portadores de neuroses e outras enfermidades que surgem com os anos. Eles não são os responsáveis pela situação a que chegou nosso país. (...) Poupanças iniciadas em 1963 e 1973, no caso minha e de minha esposa, jamais poderiam se enquadrar como especulação financeira. (...) Alguns jovens da equipe econômica não eram nascidos, e já o missivista se privava dos prazeres de sua mocidade para (...) dar seu sacrifício na guerra entre 39 e 45, quando entraram em ação. (...) Os poucos que ainda vivem foram esquecidos, e agora penalizados sem discriminação...

Paulo da Silva Cunha, Rio

O Globo, 14/08/90, p. 4

O Governo federal poderia pensar sobre o seguinte: para cada cruzado desbloqueado o poupador depositaria em poupança o mesmo valor em cruzeiro. Esses valores ficariam retidos em poupança por certo período, sendo que inferior ao período estipulado pelo Governo para os cruzados novos. (...) Entre as vantagens, o poupador conheceria com precisão o prazo de devolução dos seus cruzados novos, (...) e o Governo teria uma poupança maior...

Iran Viana Carvalho, Rio

O Globo, 18/08/90, p. 4

No momento muitas pessoas físicas e jurídicas estão com dificuldades para obter dinheiro, e estão com seu dinheiro bloqueado. Nada mais justo, portanto, liberá-lo para pagamento de impostos tais como INPS, ICMS, IR, IPVA e outros. Também uma prorrogação para pagamento da prestação da casa própria. Tudo em cruzados novos. Tenho certeza que a equipe da Ministra Zélia procurará solucionar esse problema o mais rápido possível.

Jorge Barboza Salvatore, Petrópolis,

O Globo, 26/07/90, p. 4

Sou francesa, tenho 77 anos, 33 dos quais morando no Brasil. Fui autorizada pelo Banco Central (5/7/90), pela Portaria 207, a retirar Cr$ 25 mil por mês durante três meses. E agora, o que faço? Sou viúva, doente, não tenho qualquer parente aqui ou na França, e o dinheiro depositado é fruto da venda de objetos de minha propriedade. É o único com o qual eu conto para minha manutenção, bem como para as despesas do apartamento onde moro. As retiradas periódicas (mensais) faziam as vezes de pensão, pois a poupança sempre foi o socorro das pessoas sós e idosas. Espero que, por esta carta, a Ministra Zélia de Mello tome conhecimento da minha aflição. Liberar a poupança de necessitados como eu não vai prejudicar o Plano Collor, mas resolver nossas vidas.

Claire Madeleine Husson Dubois, Rio

Globo, 28/09/90, p. 6

Voltados para a data magna da cristandade, que já se aproxima, os brasileiros mais pobres em dinheiro, com idade superior a 65 anos, isentos de IR e sem vínculo empregatício, apelam para os bons sentimentos da Ministra Zélia no sentido de que lhes seja permitido sacar até 40% dos rendimentos (excluído o capital) de suas cadernetas de poupança confiscadas em março. Tal autorização, que não alcançará além de 3,5% do total de titulares de cadernetas bloqueadas, não acarretará nenhum prejuízo à área econômica e vigoraria de 3 a 22 de dezembro (...). E com isso seria bem menor o montante a ser restituído aos poupadores (...).

Célio Viana do Couto, Belo Horizonte, MG

Entre a expectativa de mudança nas condições de vida no País, com o controle da inflação, e o intento de preservar o patrimônio pessoal auferido ao longo de anos de sacrifício criou-se um cenário que tornou incompatível a poupança privada com a estabilidade econômica. Para aqueles que acreditavam na teoria TINA e não se enquadravam nas "torneiras" criadas pelo governo, restava a aceitação do bloqueio das aplicações financeiras ou o "jeitinho" – uma transgressão ou brecha legal que permitisse driblar a lei. Este comportamento, já comum na sociedade brasileira naquele momento, era identificado e criticado por aqueles que aceitavam o prejuízo pessoal em prol do bem comum, sinalizando a existência de divergências mesmo entre os apoiadores do Plano Collor. Os críticos do "jeitinho" diziam que ele comprometia os resultados do pacote econômico, prejudicando todos aqueles que "cumpriram com o dever para com sua pátria". A prática do "jeitinho", como mostra Roberto DaMatta (1993), resulta em uma crise de confiança que se converte em inflação. O custo da incerteza, derivado não só do "jeitinho", mas também da corrupção governamental e do "mudancismo" nas leis brasileiras, era repassado aos preços de produtos e serviços, mantendo a inflação em níveis elevados[8].

Em Brasília, o "jeitinho" era potencializado pelo lobby de setores poderosos da sociedade, se convertendo em novas "torneira de liquidez", que atendiam a interesses específicos. Como disse o economista Eduardo Albertal, que em 1990 era diretor de programas econômicos da Organização das Nações Unidas (ONU) para a América Latina, "somos frutos de nossos antepassados, para quem ser amigo do rei era mais determinante do que produzir alguma coisa"[9], referindo-se aos costumes herdados dos colonizadores portugueses e espanhóis. O jogo de interesses envolvendo governo e setor privado é o tema da figura FSP902604A2. Nela, a ministra Zélia regula a abertura das "torneiras" para empresários, que se mostram sempre sedentos. O encanamento remendado sugere a adoção de soluções alternativas (ou paliativas) para as questões que se apresentam.

[8] DaMatta (1993:158,159) observa que no Brasil é mais fácil mudar as leis do que as práticas sociais, situação que dificulta o aprendizado com erros e mantém a legislação do País em constante alteração, tornando-a pouco confiável.

[9] *Veja*. "A Cultura da Inflação". 11 de julho de 1990, p. 46-53.

Figura FSP902604A2
Folha de S.Paulo, 26/04/90, p.A-2

Em menos de dois meses, foram criadas quase 50 “torneiras”, por onde escoava o dinheiro confiscado. Conforme as “torneiras” iam sendo abertas – e posteriormente fechadas –, crescia a percepção de que os políticos apenas defendiam os próprios interesses e de seus aliados, em detrimento do bem comum, “dançando” conforme a música e levando o plano econômico a “fazer água” (vide figuras JB901204P10 e OESP902306P2). Aos poucos, a falta de confiança no governo, no Congresso e nos setores mais poderosos da sociedade foi minando as expectativas com o Plano Collor. Enquanto os setores com lobby potente conseguiram em poucas semanas desbloquear seus recursos por meio das “torneiras de liquidez”, os pequenos poupadores, sem voz em Brasília para defender seus interesses, continuaram por meses com suas economias sequestradas.

Figura JB901204P10
Jornal do Brasil, 18/05/90 p. 10

Figura OESP902306P2
O Estado de S.Paulo, 23/06/90, p. 2

Quadro 12

"Torneiras" e "jeitinhos" (amostra das cartas dos leitores)

Jornal da Tarde, 12/04/90, p.4

Sr.: Li no **Jornal da Tarde** do dia 5/4/90, página 7, que "Zélia abre a torneira para os partidos".

Vejo ainda que Zélia abre para isto, para aquilo, para estes, para aqueles etc. Mas quando é que a ministra vai abrir para os pequenos poupadores que tinham em poupança em 16/3/90 quantias inferiores a NCz$ 200 mil?

É justo operários terem o seu saldo bloqueado?

Tem gente passando necessidade e com dinheiro retido. É justo? **Carlos Eduardo Santana, Osasco, SP.**

O Estado de S.Paulo, 17/06/90, p. 2

Quando o governo liberou o dinheiro confiscado para determinados setores da economia e da população, passou a ser injusto com aqueles não favorecidos pela força da persuasão, certamente os mais pobres. As regras para poupar e investir foram iguais para todos. Portanto, se algum segmento pode reaver seus recursos, os demais têm o mesmo direito. Os que ainda possuem recursos bloqueados têm razão de ficar revoltados e direito lhes cabe de lutar pela imediata liberação de seus bens. Sylvio F. Calçada, Capital

Folha de S.Paulo, 12/06/90, p.A-3

"Devido aos maus brasileiros, os bons cidadãos continuam sendo prejudicados, pois os saques de ilícitos de cruzados foram feitos em grande escala, comprometendo o plano e prejudicando os que cumpriram com o dever para com sua pátria."

Chateaubriand B. Diniz Filho (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 20/08/90, p.A-3

"Bancos, comércio, indústria, mutuários, aposentados etc. conseguiram desbloquear os seus cruzados. Já a minha tia, que economizou durante toda a sua vida, depositando na caderneta de poupança, encontra-se totalmente dependente de favores de familiares e amigos."

Joceli Rodrigues Vianna (Campinas, SP)

O Estado de S.Paulo, 13/04/90, p. 2

Muito se tem dito e desdito sobre o Plano Brasil Novo. Há incerteza e desconfiança do povo. Onde será que certas medidas provisórias vão chegar? Refiro-me às que visam privilegiar pessoas e quase sempre o político brasileiro. Por que teria sido aprovada a liberação integral dos cruzados novos dos partidos políticos? Será que nessa onda muitos peixes não vão escapar? Não seria mais correto os partidos políticos lutarem somente com sua vontade, civismo e idealismo nas próximas eleições? Marize Fontolan Garcia, Capital

Folha de S.Paulo, 14/12/90, p.A-3

"Leio na **Folha** *de 7/10 que o sr. Paulo Octávio, amigo do presidente da República, está adquirindo quatro mansões pertencentes ao Banco Central, usando para isso NCz$ 176,6 milhões que conseguiu desbloquear junto à mesma instituição. Sinto-me pessoalmente ofendida com o fato, uma vez que há meses tento desbloquear cruzados novos para tratamento médico de meu pai, sofrendo de grave enfermidade. Durante anos meu pai reuniu uma pequena poupança exatamente para enfrentar uma situação como essa. Demandas judiciais que promovemos encontram-se em lenta tramitação. Não sei se adiantarão alguma coisa quando forem finalmente julgadas."*

Monica Grasso (São Paulo, SP)

Não eram poucos os que encontravam dificuldades para arcar com as despesas do dia a dia devido à escassez de dinheiro, combinada ao crescente desemprego. Nas filas bancárias que dobravam quarteirões, muitos aguardavam atendimento por horas, debaixo de sol e chuva, na expectativa de ter acesso ao próprio dinheiro ou, ao menos, obter informações corretas sobre as medidas de restrição às aplicações financeiras. Enquanto isso, Collor se exibia para as câmeras de televisão ao comandar jato supersônico, fazer manobras de jet ski, passear de ultraleve ou desfilar seu variado e fino guarda-roupa. Se para uns o "estilo Collor" de governar transmitia jovialidade, modernidade, disposição, coragem e competência – motivos para orgulho e confiança em um governo renovado – para outros era uma afronta, um deboche, o total desrespeito ao povo que sofria para manter a comida no prato e as contas em dia (vide quadro 13).

Quadro 13
Confronto de mundos (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 25/03/90, p. 10

Ditador para ser respeitado tem que dar o exemplo tem que despojar-se antes de confiscar os bens dos seus governados, como Fidel Castro Tirar do povo e exibir sua riqueza, seus filhos em colégio suíço, suas roupas de luxo, etc., não é coragem, e deboche A classe média, como em outros planos econômicos, foi a sacrificada. Nem se fala em overnight, mas meter a mão na conta bancária do cidadão e surrupiar até o seu salário! O ditador foi longe demais. Será que o Congresso apoiará tão indigna violação a nossa Constituição? **Sandra Camargo — Rio de Janeiro.**

O Estado de S.Paulo, 23/05/90, p. 2

Quando criança e leitor do **Gibi**, imaginava como seria para nós se o Super-Homem e Lois Lane tomassem o poder. Agora que a dupla assumiu, estou vendo: o povão passou a ser considerado Lothar, o inimigo público nº 1, enquanto os Super-Heróis, entre descidas em submarinos, passeios em pedalinhos ou brincando de casinha, transformaram-se nos cientistas malucos que, à maneira de Hitler, torturam o povo com galhofentas medidas provisórias. Parabéns aos salvadores da Pátria. **Ganymédes José**, Casa Branca

Veja, 18/04/90, p. 10

Como pode um presidente que se diz defensor dos pés-descalços pedir o sacrifício de um povo e se exibir em motos importadas ou pilotando jet-ski? ("E se o Tuma aparecer?", 11 de abril).
José Carlos P. Ferreira
Brasília, DF

Veja, 25/04/90, p. 10

Numa hora em que milhões de brasileiros estão sendo condenados ao desemprego e à miséria, aparições públicas do presidente pilotando moto importada, jet-ski e ultraleve mostram uma insensibilidade só comparável à dos seus assessores econômicos.
Ricardo Guilherme Busch
Florianópolis, SC

Jornal da Tarde, 09/04/90, p.4

Sr.: Sou apenas um, dentre as centenas de milhares de brasileiros indignados, que, em virtude deste malfadado pacote, acabou perdendo aquilo que de mais digno, s grado, sublime e valioso uma pessoa pode ter nesta terra: — meu emprego!

Acho que um presidente — eleito às custas de promessas tão repetidas no sentido de caçar marajás — não deveria, nunca, "caçar" formiguinhas tão indefesas como nós, que damos um duro desgraçado pra sobreviver.

É impossível que na elaboração deste "plano" nenhuma daquelas cabeças "privilegiadas" tenha percebido que se tratava de medidas altamente recessivas e desastrosas a curto, médio e longo prazos...

Pra quem foi acabar "sôbrando" novamente?

— Pra classe trabalhadora, é lógico!

Esta história do plano "não ter volta, de haver atravessado o rio e explodido a ponte", só pode ser um pesadelo a mais povoando as noites do povo brasileiro.

Tem que haver algum jeito de recolocar as coisas nos devidos lugares.

Urge que alguém faça qualquer coisa neste sentido.

Eu não perdi nada no **over** nem na poupança, pois nunca os tive. Mas sem emprego... francamente, presidente, como haveremos de viver?

Não é justo ir empurrando medidas na gente, goela abaixo, sem as haverem passado pelo crivo do Congresso que nos representa, enquanto os mentores do plano ficam no "bem-bom" andando de motocicleta e **jet-ski** como se nada estivesse acontecendo com a classe trabalhadora.

Preciso trabalhar para viver, sr. Fernando Collor! **Dante José Ulivieri, Capital.**

Folha de S.Paulo, 24/06/90, p.A-3

"Gostaria que o sr. presidente Fernando Collor de Mello e a ministra da economia se dignassem a descer até o Brasil dos descamisados."

Célia Rosangela F. Rozalez (Americana, SP)

O Globo, 23/09/90, p. 6

Fiquei bastante sensibilizada com o apelo do nosso Presidente, na televisão, no dia 10 9 90, quando pediu dramaticamente ao povo: "Não comprem supérfluos e pechinchem na hora da compra". Devo lembrar ao nosso Presidente que, com o salário congelado desde março (e só o salário), já estou cortando o essencial há dois meses, quanto mais o supérfluo (que para mim consiste em uma ou outra saída nos fins de semana para um pagode com cerveja, refrigerante e tira-gosto, não chegando ao ponto de passeios de jet-sky ou lanchas voadoras ou caças supersônicos ou submarinos ou etc., etc., etc). Quanto a pechinchar fica difícil por causa dos cartéis. Também não consigo imaginar um descamisado que more em Queimados, por exemplo, pegar um táxi (?) ou seu carro (?) para comprar mais barato nas promoções do supermercado que aniversaria na Barra da Tijuca. Presidente, olhe um pouco para os assalariados que o elegeram. Por que eles sempre pagam as contas?

Sonia Maria M. Oliveira, Rio

Charges e cartuns da época também destacam o descompasso entre o estilo de vida do presidente e o cotidiano da população. O sofrimento daqueles que carregavam nas costas o peso do pacote econômico contrastava com o desprendimento do presidente (tanto nas palavras, quanto nas atitudes), que apenas observava “de cima” as consequências das medidas, sem demonstrar grande preocupação com os outros, fossem eles pessoas físicas ou jurídicas (vide figuras OESP902504P2, JB901004P10 e JB901204P10). O ultra-leve remete tanto ao avião (um luxo para poucos), quanto ao aparente estado de espírito do presidente, em contraste com o peso das dificuldade do dia a dia dos homens comuns. Com o tempo, porém, tais extravagâncias custariam caro ao presidente (vide pg. 231).

Figura OESP902504P2
O Estado de S.Paulo, 25/04/90, p. 2

Na foto, o presidente Collor a bordo de um caça F-5B, no exato instante em que eram quebradas a barreira do som e centenas de pequenas e médias empresas.

Figura JB901004P10
Jornal do Brasil, 10/04/90 p. 10

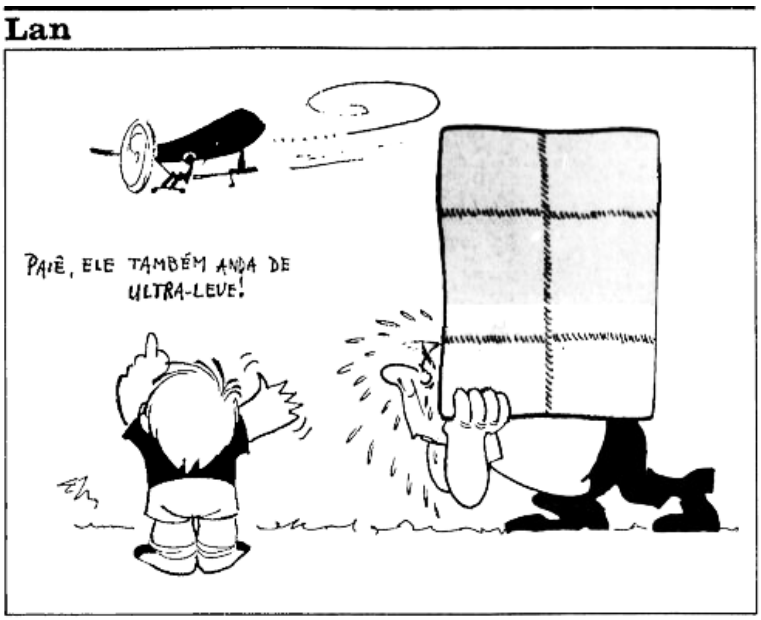
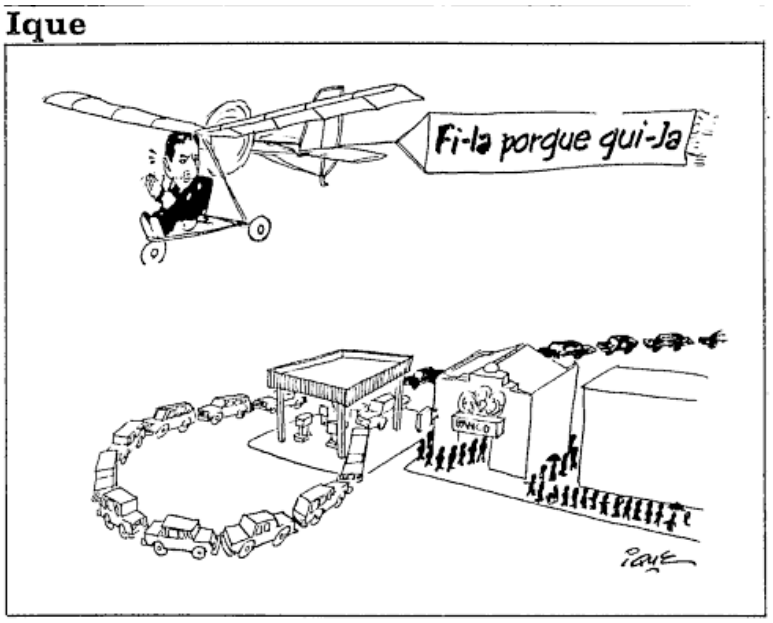


Figura JB901204P10
Jornal do Brasil, 12/04/90 p. 10



Diferentemente das demais cidades do País, Brasília, sede do governo federal, parecia imune ao Plano. No *locus* do Poder, parlamentares mantinham o padrão de vida, intocáveis, com mordomias garantidas e vencimentos sendo reajustados, enquanto a maior parte da população sofria com o arrocho salarial e o bloqueio de suas economias. Distoando do que se via na iniciativa privada, no setor público os empregos eram preservados, dadas as leis que garantiam a estabilidade do funcionalismo e outros benefícios. A parcela da população mais atenta às cartadas políticas identificava e apontava as inconsistências do governo Collor em mensagens enviadas aos jornais, questionando o quão justo seria o plano econômico, levantando dúvidas sobre sua eficácia e pedindo "um basta a esses abusos praticados pelos sanguessugas do poder" (vide quadro 14).

Quadro 14
Os intocáveis (amostra das cartas dos leitores)

O Globo, 03/04/90, p. 4

● O Plano Collor de ajuste monetário expressa uma relação evidentemente emocional, não intelectual. Remete ao empresariado e à classe média a carga de sacrifícios no primeiro momento, com o tratamento diferenciado para o setor público sem os constrangimentos de liquidez impostos à economia privada. O pilar em que se assenta o sistema continua intacto. As autoridades monetárias são pelo menos tão responsáveis pela atual situação com os erros dos seus predecessores que já esgotaram as possibilidades da confiança da sociedade. O que faz sucesso hoje, amanhã poderá transforma-se em um grande fiasco.
Abraham Benemond, Rio

Jornal do Brasil, 09/04/90, p. 8

As novas medidas econômicas adotadas, apesar de solucionarem muitos problemas deixarem que outros ficassem com soluções antigas e injustas. O trabalhador terá seus salários corrigidos pelo governo, com perdas salariais que já vêm de longe. Há muito o salário mínimo não consegue comprar as coisas mais essenciais para uma pessoa sobreviver. Porém os deputados, vereadores, juízes, fixam seus vencimentos, ou seja, eles estabelecem quanto vão ganhar. E como são benevolentes com seus aumentos. Devia haver uma lei para corrigir essa grande injustiça. **Marlene Marques da Cunha — Ponte Nova (MG).**

Veja, 09/05/90, p. 10

Enquanto assalariados reduzem seus vencimentos para garantir seus empregos, deputados e vereadores baianos reajustaram seus gordos salários em quase 85%, para indignação de toda a nação ("Mamata parlamentar", 25 de abril).
Cláudio Batista Carvalho Filho
Teresina, PI

Folha de S.Paulo, 11/05/90, p.A-3

"Os funcionários de empresas privadas sempre arcaram com os ônus dos planos econômicos. Os empresários e os trabalhadores aguardam com grande ansiedade o corte dos funcionários ociosos do governo e o corte de salários e funcionários dos parlamentares federais e estaduais."
Giro Kataguire (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 01/05/90, p.A-3

"Muitas empresas reduziram a jornada e os salários. Por que, já que para promover a reforma administrativa prometida diz-se que é necessário todo um trabalho de levantamento de dados sobre pessoal etc., o governo federal não promove também a sua redução de jornada e de salários? O próprio presidente já disse que em abril de 1990 o governo mal conseguiria pagar os salários com aquilo que recebesse. Vamos dar o exemplo, presidente!"

Manoel Batista Bueno (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 12/05/90, p.A-3

"Já que a população está dando sua cota de sacrifício, esperançosa de dias melhores, o presidente da República deveria conclamar os poderes Legislativo e Judiciário a uma drástica contenção de despesas, e que a proposta seja extensiva aos governadores e prefeitos, com ampla divulgação para esclarecimento da opinião pública."

Eduardo Monteiro (São Paulo, SP)

Jornal da Tarde, 17/04/90, p.4

Sr.: Foi lamentável deparar com a notícia no dia 06/04/90 p.p., anunciando reajuste salarial de Cr$ 690 mil aos deputados estaduais da Paraíba, estado paupérrimo, berço de d. Luíza Erundina.

Não há governo que consiga debelar essa inflação que tanto aflige o brasileiro, enquanto persistirem políticos que não façam autocrítica dos seus ganhos, resultando o que estamos presenciando.

Até quando vamos conviver com essa falta de vergonha, sem que a comunidade possa interferir, dizendo um basta a esses abusos praticados pelos sanguessugas do poder?

Democracia não deve ser isso. E o que é mais desalentador é saber que o governo federal, que no momento está bloqueando saldos de poupança de infelizes poupadores, não tenha poderes para impedir essas injustiças.

O nosso atual presidente, que tanto combateu os "marajás" de Alagoas, talvez possa encontrar uma solução para pôr fim a essa vagabundagem de certos deputados. Contamos com isso. **Arnaldo Citero, Santo André, SP.**

O Globo, 07/11/90, p. 6

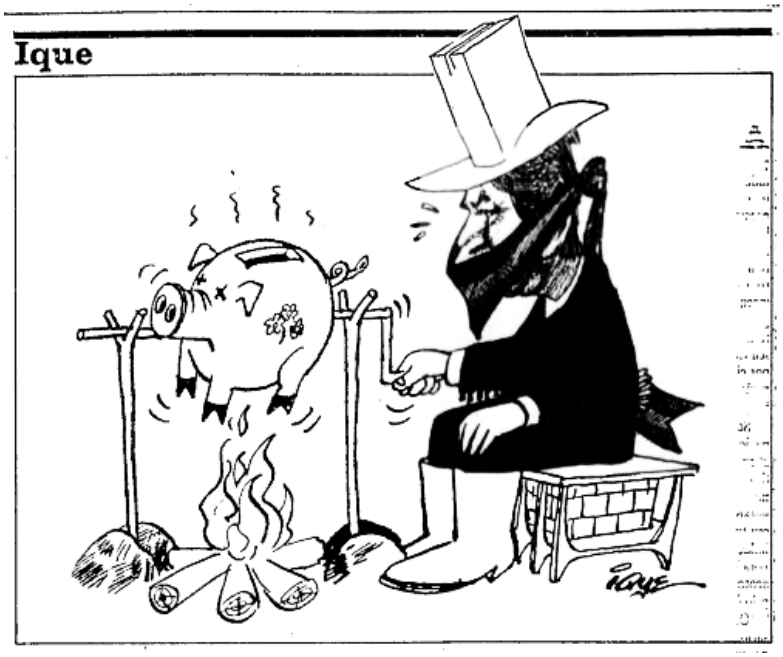
É inconcebível que parlamentares reajustem seus próprios salários enquanto os trabalhadores somente consigam os seus depois de longas greves. Conforme tornou transparente O GLOBO de 28/10/90, deputados de diversos Estados, além dos altos salários conseguidos em fração de segundos, ainda contam com mordomias e privilégios como nenhum outro trabalhador, como é o caso da aposentadoria precoce com apenas dois anos de mandato, e com salários de valor igual a 80% do que ganhava em atividade, enquanto o trabalhador somente depois de 35 anos e com salários irrisórios. Inconcebível ainda é ser o parlamentar beneficiado com os reajustes dados aos funcionários públicos na mesma proporção, já que fabricam seus próprios aumentos, e neste caso o funcionário não é beneficiado em nada. O trabalhador está sendo sacrificado em nome do plano de estabilização econômica, enquanto as mordomias e os privilégios continuam sem retoques para os parlamentares.

Eglair Siqueira Soirom, Rio

A desconexão entre os "donos do poder" e os "homens comuns" também era exposta pelas charges e cartuns. Na figura JB902103P10, vê-se que, em Brasília (atentar para o chapéu e o banco, que remetem à arquitetura do Congresso e do Palácio do Planalto, respectivamente), o cofrinho continuava sendo queimado (dinheiro era gasto de forma indiscriminada) por aquele que teria assaltado a população (Collor, o fora da lei). O "porquinho", decorado com flores, indica

poupança privada – aquela que foi confiscada pelo governo, ficando disponível apenas para o pagamento de dívidas, sobretudo impostos, que engordam os cofres públicos.

Figura JB902103P10
Jornal do Brasil, 21/03/90 p. 10



Esse confronto de mundos pode, ainda, ser observado por outro ângulo, que relaciona o macro e o micro. Enquanto os “donos do poder” preparavam e aplicavam os planos econômicos – atuando no âmbito da macroeconomia –, a população em geral, que tinha por obrigação cumprir as medidas, apenas convivia com seus efeitos, se situando no âmbito da microeconomia. Esta relação se mostrava conflituosa, sobretudo, diante da percepção de que os primeiros, além de definirem por meio de regras o que era certo e errado na sociedade sem dar o exemplo, colocando seus interesses pessoais acima das demandas e necessidades da coletividade, sustentavam ar de superioridade por se considerarem “autoridade”, como se as leis fossem feitas apenas para os outros. Desta forma, a lógica da representatividade numa democracia era deturpada, uma vez que o papel dos políticos é o de representar o eleitor (aquele que lhe confere poder), e não de fazer dele seu subordinado.

Essa inversão de papéis, que sustentava tal pretensa superioridade, era aceita e alimentada por membros da própria sociedade pela força (física ou psicológica), ambição (você me ajuda que eu te ajudo), ignorância ou até mesmo ingenuidade (promessas que nunca seriam cumpridas ou percepção de que o político é mais inteligente ou mais influente, por exemplo), conferindo à classe política poder intimidatório que resultava em frases como "você sabe com quem está falando?". A proximidade com os "donos do poder" permitia estender o poder intimidatório a parentes e amigos, os chamados "costas quentes". Roberto DaMatta (1993: 159) afirma que a sociedade brasileira sofre do que ele chama de "dilema brasileiro": "um sistema igualitário em nível de ideologia mas, sobretudo no que diz respeito à sua dimensão cívica mais explícita, acoplado a práticas e valores hierárquicos profundamente internalizados." Desta forma, somos (coloco no presente porque isto continua sendo válido nos dias atuais) individualistas quando fazemos uso do "jeitinho" e das "costas quentes" para resolver nossos problemas pessoais, mas universalistas quando demandamos leis e instituições confiáveis.

> É como se o universalismo moderno fosse demandado em público, mas o particularismo continuasse a funcionar nos planos pessoal e privado. Daí as nossas oscilações entre universalismo e particularismo, igualitarismo e hierarquia, individualismo e holismo, que parecem estar no centro dos paradoxos que enfrentamos. (...). Nas sociedades modernas, obedecer a tais normas não é apenas dever do homem comum ou do joão-ninguém, como acontece nas sociedades tradicionais. E mais: todos devem segui-las em todos os contextos e situações, no universo público e no mundo privado; na *casa* e na *rua*. A impessoalidade de tais regras, portanto, cria uma esfera pública neutra e divorciada de suas relações de equilíbrio compensador com a esfera privada. (...) [No Brasil], a desvalorização do papel de cidadão nos faz ficar mofando numa fila para em seguida sermos tratados com visível descaso e falta de profissionalismo por algum funcionário que discute mecânica e desinteressadamente o nosso caso. A impressão que temos é que o Estado deseja sempre nos punir, humilhar ou, o que é pior, nos assaltar. Sabendo disso, evitamos esse papel universal quando vamos a certos lugares, procuramos nos apresentar não como o "cidadão fulano" que tem certos direitos impessoais, desinvestidos (e universais) relativamente a tal ou qual coisa ou assunto, mas como primo, amigo, compadre ou irmão – esses papéis que conferem direito imediato à visada personalizada, localizada e particularista do *nosso caso* e da *nossa pessoa*, o que garante acesso à "consideração", ao "empenho", ao "pistolão", ao "favor" e ao "jeitinho" (grifos do autor).

O ciclo vicioso do poder se retroalimentava e abocanhava não só o cidadão, como também as empresas e instituições civis, que faziam no passado e continuam fazendo no presente uso do tráfico de influências em suas operações – às vezes como estratégia de sobrevivência num ambiente em que a corrupção é um problema crônico. Collor, que foi eleito a partir da imagem do "caçador de marajás", fazia uso da política do medo (com ameaças de intervenção, prisão e devassa fiscal), ao invés do diálogo e da negociação, como ferramenta de trabalho, sendo esta uma das formas de o Estado se esquivar de suas responsabilidades e de encobrir suas deficiências, além de pressionar o setor privado a ceder a seus interesses. Ao mesmo tempo, o presidente da República e outros membros do governo buscavam conquistar o apoio e a simpatia da população ao se mostrarem numa guerra contra os supostos "inimigos da nação", grupo do qual os empresários fariam parte, atribuindo a eles a culpa por qualquer falha ou possível fracasso do pacote econômico. "Eles" estariam apostando contra o Plano Collor, "eles" seriam o motivo pelo qual o Brasil não conseguiria derrotar a inflação e avançar rumo a um futuro glorioso. "Eles" lucrariam com o insucesso do Plano e com a manutenção da ordem vigente, enquanto o "povo" continuaria sofrendo e pagando a conta.

As grandes empresas respondiam às pressões do governo com seu poder econômico. Este confronto é apresentado nas figuras IES901804P74 e FSP900504A2, que ressaltam a tensão existente na relação entre o governo e os principais setores industriais do País. Ao bloquear as aplicações financeiras também de empresas, o Plano Collor distorceu a lógica capitalista de que quem detém os meios de produção, detém poder. Sem acesso a recursos financeiros para sustentar suas operações, as empresas, sobretudo as grandes (cujos controladores faziam parte da elite do País), se tornaram um "mico", uma fonte de problemas, ao invés de lucros, como mostra a figura IES901804P74. Já a figura SP900504A2 destaca a indisposição do governo à negociação. Percebe-se pela charge que as empresas, em dificuldades, tentavam dialogar com o governo (neste caso representado pela figura da ministra da Economia), mas a resposta era agressiva. A postura de Zélia (pulsos cerrados e braços levantados) e seu semblante desafiador remetem a uma disputa de forças, na qual o governo teria saído vencedor. O humor nesta figura nasce do trocadilho com a palavra cruzado, que remete a um golpe de boxe, mas também à moeda brasileira em 1990.

Figura IES901804P74
Isto É Senhor, 18/04/90, p. 74

Figura FSP900504A2
Folha de S.Paulo, 05/04/90, p.A-2

Em ambas as figuras, a falta de dinheiro é o gatilho para a situação apresentada. As dificuldades financeiras, no entanto, não retiravam poder dos grandes empresários, apenas o deslocavam. O poder econômico que antes era conferido pela produção, passa a ser dado pela ausência dela, diante do potencial impacto negativo que uma paralização industrial poderia gerar na economia. Apesar da resistência do governo em negociar, os riscos derivados da possibilidade de demissões em massa e falências garantiam poder de barganha aos grandes empresários (na figura IES901804P74 representado pela caricatura de Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, um dos maiores complexos empresariais brasileiros na década de 1990) permitindo a eles exigir “um refresco pro mico” sob a ameaça de “quebrar tudo” – demanda que acaba sendo ouvida pelo governo (ainda que existam divergências de visões entre os membros da equipe econômica, como mostra o último quadro do cartum, que tem como personagens as caricaturas de Zélia Cardoso de Mello e Ibrahim Eris), resultando nas “torneiras de liquidez”.

Este poder de barganha, entretanto, ficou restrito aos grandes empresários – aqueles que eram grandes demais para quebrar e colocavam em risco todo o sistema produtivo do País. Os pequenos empreendedores, como veremos adiante, enfrentaram uma realidade distinta.

Outro conflito que ficou bastante evidente naquele período – e que também acabou exigindo alguma flexibilização por parte do governo – era o que envolvia o sistema financeiro e seus usuários. A tensão gerada nas agências bancárias nas semanas que sucederam o Plano Collor, diante dos dramas pessoais que emergiam com o confisco das aplicações financeiras, fez o governo abrir algumas "torneiras" para atender casos de saúde, gravidez, desemprego, necessidades de parte dos aposentados e pensionistas do País. Mas, como as medidas eram incapazes de atender a todos, as críticas continuavam, reforçadas pela ideia de discriminação (vide quadro 15).

Quadro 15
Torneiras e discriminação (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 14/06/90, p. 10

Venho protestar contra a discriminação que os desempregados antes de 15 de dezembro estão sofrendo com o Plano Collor. A ministra Zelia Cardoso de Mello baixou uma portaria liberando a poupança apenas para os desempregados de 15 de dezembro de 89 a 16 de março de 90. Fiquei desempregado em outubro e não consegui o emprego que estava prometido para janeiro, por causa da recessão. Agora vou sobreviver de que modo? Estou com Cr$ 80 mil presos na poupança — tinha uma caderneta aberta em 87 (...) para uma emergência — e não posso lançar mão para pagar aluguel, supermercado, etc. ( ) Dos Cr$ 90 mil que tirei em março só restam Cr$ 17 mil. ( ) A ministra deve sensibilizar-se com os desempregados antes de 15 de dezembro, que estão totalmente desamparados. **Antonio Meireles — Rio de Janeiro.**

Folha de S.Paulo, 18/06/90, p.A-3

"Tenho 75 anos e como trabalhei sempre em fazenda não tenho aposentadoria nem outra fonte de renda. Minhas economias estavam na poupança e foram bloqueadas. Por que essa discriminação: o aposentado pode retirar o seu dinheiro, e o não-aposentado com a mesma idade não pode retirar?"

Mário S. Gomes (Ribeirão Preto, SP)

As medidas beneficiavam, por exemplo, mulheres que dessem à luz até 1º de junho de 1990, mas não aquelas que tivessem bebês depois desta data, mesmo já estando grávidas quando o Plano Collor foi anunciado. Ou, ainda, liberavam recursos para desempregados que tiveram o contrato de trabalho rescindido a partir de 15 de dezembro de 1989, mas não para aqueles que já se encontravam nesta situação antes desta data.

A busca por informações após o anúncio do Plano Collor transformou a vida das pessoas, que passavam horas e horas de seus dias nas filas das agências bancárias e, muitas vezes, saíam delas sem respostas nem mesmo para perguntas simples como o saldo em conta ou o valor disponível para saque. Durante meses, clientes peregrinaram em busca de um extrato bancário, de explicações sobre cobranças, de orientação sobre como proceder diante dos problemas que se apresentavam. Atividades antes corriqueiras, como o pagamento de contas ou o saque de dinheiro nos caixas, se transformaram em tarefas complexas, que demandavam tempo e paciência, gerando um profundo desgaste físico, metal e emocional, principalmente para idosos e gestantes.

Devido ao caráter generalizador do Plano Collor (bloqueio de todas as contas bancárias com saldo acima de um determinado valor, independentemente de seu uso ou de quem fosse o proprietário), pessoas de diferentes perfis se encontraram em situações semelhantes – aglomeradas num mesmo espaço, sofrendo angústias e preocupações por terem sido desprovidas de suas reservas financeiras e partindo em busca de esclarecimentos e soluções para seus problemas. Sentimentos de humilhação e revolta eram comumente relatados, assim como a percepção de falta de sensibilidade do governo, sobretudo com os idosos. A troca de experiências, as manifestações públicas de descontentamento (verbais e corporais) e os boatos surgiam durante as horas de espera nas filas como algo quase natural, expressões que serviam de válvula de escape (Shibutani, 1966) para a pressão provocada pelo Plano Collor. Neste contexto, o espaço (público ou privado de livre acesso) atuava como um catalisador das ações sociais, propiciando a manifestação de sentimentos e pensamentos e, desta forma, contribuía não apenas para a dissipação das pressões emocionais, mas também para o esforço coletivo de encontrar alternativas para os dramas pessoais.

As dificuldades enfrentadas pelas instituições financeiras para implementar o Plano Collor e controlar as operações alimentavam rumores, contribuindo para o caos nas agências bancárias. Entre os boatos ouvidos nas filas dos bancos estavam o de necessidade de se carimbar “cruzeiros” em todas as notas de cruzados novos para que elas continuassem valendo; de que os bancos estavam prestes a quebrar; de que seria decretado novo feriado bancário e que outro confisco iria ocorrer; de que o governo iria repatriar de forma compulsória os depósitos no exterior e que as joias e dólares guardados nos cofres de segurança dos bancos também seriam sequestrados.

Situações de grande incerteza e descontrole são campo fértil para os boatos, na medida em que as pessoas tendem a procurar explicações por meio de suposições e especulações. A falta de agilidade e competência do governo em orientar os agentes econômicos e esclarecer a população garantia espaço para que os boatos se espalhassem e estes, por sua vez, eram alimentado conforme novas informações surgiam. Este foi o caso, por exemplo, da suspensão das operações da Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (Cetip) e do Sistema de Liquidação e Custódia de Títulos Federais do Banco Central (Selic), responsáveis por informar diariamente a situação de caixa de cada instituição financeira. Com os sistemas fora do ar, rapidamente começaram as especulações em torno da solidez dos bancos, que poderiam estar em crise devido ao pacote econômico – e este seria o motivo pelo qual a Cetip e o Selic estariam a tantos dias com suas operações suspensas (a paralização se estendeu por duas semanas a partir do anúncio do Plano Collor). Dizia-se que o Banco Central estaria estudando se seria o caso de resgatar os bancos ou deixa-los falir.

Aqueles que depois de muita persistência conseguiam informação sobre suas contas, se revoltavam ao descobrir a cobrança de impostos sobre saques e as perdas decorrentes da mudança na forma de remuneração das poupanças (vide quadro 16). Até 15 de março de 1990, os valores depositados em caderneta de poupança eram corrigidos integralmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo IBGE. Com o anúncio do Plano Collor, em 16 de março de 1990, os valores que ultrapassaram 50 mil cruzados novos foram bloqueados e transferidos para o Banco Central. Esses valores passaram a ser remunerados pelo

Bônus do Tesouro Nacional (BTN-F), que seria o novo indexador da poupança a partir de abril. Assim, em março, os detentores de poupança com aniversário entre os dias 16 e 30 tiveram uma parte de suas aplicações corrigidas pelo IPC e outra pelo BNT-F – o que não aconteceu com as cadernetas com aniversário entre os dias 1 e 15, que foram corrigidas apenas pelo IPC. As regras distintas de remuneração acabaram por prejudicar os poupadores com cadernetas que aniversariavam na segunda quinzena do mês.

Quadro 16

Bancos X clientes (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 16/07/90, p. 8

No dia 13/3/90, dia útil normal, pedi o resgate total da minha conta-ouro no Banco do Brasil. Vieram feriados bancários, Plano Collor, etc., e apareceu na minha conta em cruzados novos uma importância 8% a menos do que a devida. Justificativa fornecida: imposto retido no Banco Central.

Eu adoraria ter algumas explicações: esse IOF não foi considerado ilegal? Podem ser cobrados impostos retroativos? Esses 8% não deveriam ser devolvidos à minha conta em cruzados novos? Quem *papou* o meu dinheiro?

Helena Londres — Rio de Janeiro.

O Globo, 09/08/90, p. 4

Depois de muito custo consegui obter o saldo em cruzados novos da minha caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal, agência Barata Ribeiro. Quase desmaiei de susto. Minha poupança vence no dia 18 de cada mês, e no dia 18/4/90 não recebi o correspondente à inflação de 85,24% de março. Durante anos recebi no dia 18 de cada mês a inflação total do mês anterior mais um pequeno juro. Uma funcionária disse-me que esse procedimento era uma determinação das autoridades. Será que as autoridades pensam em recuperar a poupança lesando os poupadores?

Alice Maria Ribeiro de Castro, Rio

O Globo, 17/06/90, p. 4

Tenho duas cadernetas de poupança com aniversários nos dias 14 e 21, respectivamente. Sou aposentado, isento do imposto de renda, e parte dos saldos em cruzados novos bloqueados foi liberada e transformada em cruzeiros por me enquadrar nas condições para isso. (...) Mas os rendimentos do mês de abril foram creditados pela variação do BTNf, e não pelo índice de inflação de 84,32% mais 0,5% de juros. Ao reclamar, o banco me informou que apenas as cadernetas com aniversário entre 1 e 13 teriam rendimentos pela inflação, e as demais, entre 14 e 28, exatamente como foi a minha. (...) Para onde irão os rendimentos creditados a menor nas cadernetas? (...) Se a Ministra Zélia não tomar nenhuma medida para que os bancos reponham esses rendimentos, (...) dificilmente conseguirá recuperar a credibilidade da poupança.

Nacib Antonio Nejaim, Rio

Jornal do Brasil, 21/05/90, p. 8

Quero denunciar um grande desequilíbrio (...) com relação aos rendimentos em abril, das contas de poupança. Eu e minha mãe tínhamos, até março, contas de poupança com valores parecidos — cerca de NCz$ 3 milhões. Em abril, minha caderneta, que é do dia 9, recebeu 85,24% de reajuste, e passei a ter um saldo por volta de cinco milhões e meio. Já minha mãe, que tem poupança no dia 17, só recebeu 0,5% de juros e tem hoje, em relação a mim, pouco mais da metade do patrimônio que possuía. Só os 50 mil liberados para ela é que foram reajustados pelo IPC. (...) Para piorar, o IOF que temos a pagar é igual, pois se baseia em valores de março, quando nossas cadernetas estava com os valores quase iguais.

O mínimo que o governo devia fazer era dispensar do IOF aqueles que receberam somente os 0,5% de juros.

Antonio Pedro de Medeiros Correa Fortuna — Rio de Janeiro.

O despreparo do governo na implantação das medidas econômicas se traduzia em mais uma violência contra o cidadão, transparecendo não só pelas reclamações e filas nos bancos, mas também pelo exercício profissional daqueles que tinham como função o atendimento ao público e, sem a orientação e o suporte operacional necessários, se viam explorados, intimidados e expostos (vide quadro 17). Estes eram duplamente agredidos, pois além de ter que enfrentar os ânimos exacerbados dos clientes, sentiam as mesmas angústias daqueles que estavam do outro lado do balcão, uma vez que, como poupadores, os atendentes também tiveram suas economias bloqueadas.

Quadro 17
Agressores e agredidos (amostra das cartas dos leitores)

Jornal da Tarde, 28/03/90 p.4

(...) "Na verdade, no momento de materializar as instruções do Banco Central cada bancário — ao menos os que atenderam ao público em São Paulo, na reabertura dos bancos — tinha uma leitura própria das mesmas, tendo como resultado a baixíssima produtividade e os inúmeros erros e falsas informações prestadas, exatamente por quem tinha obrigação de prestá-las corretamente. Este é o subproduto do grevismo: rotatividade de mão-de-obra no sistema bancário, que agrega contingentes de jovens e os coloca detrás dos caixas, sendo que os mesmos não têm a menor noção dos serviços a serem prestados ao público." Maurício Tuck Schneider, Capital. JT *de 27/03/90.*

Sr.: A propósito da carta publicada no último dia 27/03/90, com o título "Subproduto do grevismo", gostaria de esclarecer ao leitor que os bancários e banqueiros não têm culpa pela falta de informação, causada com este plano econômico. A cada dia que passa recebemos novas instruções e elas sempre chegam minutos antes da abertura dos bancos, isto é, quase às 12h. Outro detalhe importante é que a contabilidade deste novo plano é muito mais complicada que de todos os outros anteriores.

Mesmo assim, gostaria de dar uma sugestão ao sr. Maurício: se está descontente com os bancários, por que não se preocupa em esclarecer suas dúvidas antes de ir ao banco?

Em uma fase como esta que o país atravessa seria interessante mais compreensão e menos arrogância. **Rafael Alboreno Júnior**, gerente de operações do **Banco Nacional**.

Veja, 11/04/90, p. 10

Quem colaborou mais intensamente que nós, bancários, com o Plano Brasil Novo? Fomos simplesmente empurrados para a guerra, na qual nos aguardava um fogo cruzado. De um lado, as informações da televisão, de outro, a morosidade dos detalhes vindos do governo. Tínhamos que trabalhar muito e manter a calma, como se também não tivéssemos sido confiscados ("O cerco ao cruzeiro", 28 de março).

Ismael Oliveira Santos
Itaúna do Sul, PR

“Os bancários estão exauridos. Estão esbagaçados pela quantidade de trabalho e desgastados psicologicamente pelos desaforos que têm ouvido”, afirmou o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) na época, Léo Cochrane, em reportagem publicada pela *Veja* em 28 de março de 1990[10] que cita, ainda, casos de agressão física contra atendentes nas agências bancárias em meio ao desespero dos clientes. O exemplo mais emblemático talvez seja o do agricultor Valdecir Ferreira Lima que, acompanhado de sua esposa, acelerou o motor de seu Chevette e com ele atravessou as vidraças de uma agência do Banco Safra em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Algum tempo antes, Lima havia vendido um imóvel da família e aplicado o dinheiro no banco para pagar os estudos dos filhos. Os recursos foram bloqueados pelo Plano Collor.

A figura FSP901903A2 mostra como o Plano Collor estava enlouquecendo as pessoas. De um lado, clientes da rede bancária desesperados pelo bloqueio de suas reservas financeiras. De outro, atendentes temerosos de enfrentar a multidão enfurecida – sobretudo aqueles que trabalhavam nos caixas. A confusão ainda era alimentada pela desinformação. De acordo com a documentação estudada, as circulares e resoluções do Banco Central sobre o confisco das aplicações financeiras começaram a ser enviadas aos bancos apenas no domingo, 18 de março, véspera da reabertura das agências bancárias. Desta forma, não houve tempo hábil para que as medidas fossem devidamente compreendidas (os textos pecavam pela falta de detalhamento técnico, havia conflito de informações e dúvidas não puderam ser esclarecidas), tampouco para que funcionários recebessem o treinamento necessário e os processos fossem ajustados. Diante da corrida bancária, muitas instituições diziam temer não dispor de dinheiro suficiente nos cofres para atender a todos os pedidos de saques, argumento que foi usado como justificativa para a recusa dos bancos em cumprir as medidas anunciadas pelo governo, mesmo diante do risco de intervenção e prisão de gerentes – tema da figura OESP902503P2, que representa o conflito entre bancos, governo e clientes em decorrência das medidas impostas pelo Plano Collor.

[10] VEJA. “O cerco ao cruzeiro”. 28 de março de 1990, p. 42-45.

Figura FSP901903A2
Folha de S.Paulo, 19/03/90, p.A-2

Figura OESP902503P2
O Estado de S.Paulo, 25/03/90 p. 2

Assim, nos dias que se seguiram ao anúncio do pacote econômico, cada banco operou como desejado, sem cumprir regras ou adotar procedimentos padronizados em suas agências, provocando enormes transtornos aos clientes. Dentre as reclamações mais frequentes observadas nas cartas enviadas a jornais e revistas estavam a impossibilidade de saques mesmo dentro dos limites fixados pelo Plano Collor e a recusa no pagamento de contas e impostos com cruzados novos bloqueados, além da indisponibilidade de informações sobre saldos e remuneração das contas e a qualidade inadequada do atendimento (vide quadro 18). As dificuldades se estenderam por meses, impactando o orçamento doméstico e, por consequência, o consumo.

Ainda que os bancos não fossem os responsáveis pelo imbróglio causado pelo Plano Collor (de certa forma, eles foram tão vítimas do pacote econômico quanto os poupadores), tal situação atrelava as instituições financeiras ao governo como geradores do problema (agressores), diante de uma importante característica das cidades modernas – o sistema financeiro estruturado a partir de redes bancárias, criadas para atender um grande número de clientes, de forma a estar sempre presente na vida das pessoas. A capilaridade e a multiplicidade que garantem a onipresença – e o poder – dos bancos eram conferidas pelos mesmos clientes que sofriam a violência (agredidos). Trata-se de um ciclo que se retroalimentava: em busca de agilidade e facilidade nas transações do dia a dia, os clientes depositavam sua vida financeira nos bancos e, à medida que a bancarização crescia, aumentava também o poder dos bancos sobre a vida das pessoas, que com a criação de novos produtos e serviços tornavam os clientes cada vez mais dependentes das facilidades por eles oferecidas. Mesmo aqueles que não detinham conta bancária se viam em alguma medida dependentes do sistema bancário, seja para pagamento de contas e impostos, desconto de contracheque, recebimento de valores referentes a programas sociais ou outros serviços.

Quadro 18

Sem serviços bancários (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 10/04/90, p. 10

O Banerj se recusa a receber cheques em cruzados novos de outros bancos, para pagamento de impostos. (...) Tenho DUT para pagar, e cruzados novos em banco que não é o Banerj. A medida provisória nº 168, art. 13º, permite a utilização de cruzados novos para pagamento de impostos (...) mas o DUT só pode ser pago no Banerj. O Dr. Helio Saboya, muito diligente, fez valer sua autoridade para liberar cruzados novos de amigos, em outros bancos. O Sr. Marcio Fortes, presidente do Banerj, vem se tornando febril defensor do Plano Collor, mas ao que parece, apenas para faturar alguns votinhos na popularidade do plano. **Lucia Maria Lopes de Carvalho — Rio de Janeiro.**

O Globo, 22/06/90, p. 4

Tenho com minha mulher e filho cadernetas de poupança no Banerj bloqueadas pelo Banco Central. Ao contrário de outros bancos privados, até hoje o Banerj não nos enviou sequer um único extrato das contas bloqueadas. Por isso sugiro à administração do Banco Central que também aperte os bancos oficiais, exigindo-lhes o envio mensal dos extratos, principalmente das cadernetas de poupança bloqueadas. Afinal, já nos aproximamos dos 100 dias de vigência do Plano Collor/Zélia sem que tenhamos qualquer informação oficial da rentabilidade de nossas economias "raspadinhas" pelo Governo.

José Soares da Silva, Rio

O Estado de S.Paulo, 22/03/90, p. 2

É lamentável a discriminação que a sociedade sofre nos bancos. Nesse período de transferência de governo, com os bancos fechados, fico sem alternativa de sacar dinheiro. O Banespa, que também é órgão do governo, somente contempla os clientes especiais nos caixas eletrônicos. Nem talão de cheques é possível utilizar: para requerer, mesmo tendo uma conta comum, exige-se um bom saldo médio, o que não é meu caso. **Gil Garcia dos Santos**, Capital

Jornal do Brasil, 13/05/90, p. 10

(...) Meus cruzados de uma caderneta de poupança da CEF foram bloqueados, ou melhor, confiscados, como os de milhões de brasileiros. Minha caderneta foi aberta em 1973, o que me exclui da pecha de especulador. O governo federal estabeleceu a data limite de 18 5 90 para o uso desses cruzados bloqueados no pagamento das taxas e serviços. Emiti o cheque nº 804.865, de Cr$ 9.610,56, para pagamento do IPVA do meu veículo utilitario, cujo vencimento é em 26 6 90. O Banerj alegou que recebeu ordens superiores para não aceitar cruzados até a data do vencimento da taxa. No dia 26 6 90, o Banerj aceitará os cruzados, porém nesta data, o prazo oferecido pelo governo já estará vencido. Indago: faz parte da estratégia do Plano dar com a mão direita e tirar com a esquerda? **Luiz Moura — Rio de Janeiro.**

O Estado de S.Paulo, 10/04/90, p. 2

É inacreditável o péssimo atendimento que a maioria dos bancos dá aos seus clientes. Antes mesmo do Plano Brasil Novo era habitual o cliente ficar de 30 a 40 minutos na fila para fazer qualquer operação bancária, o que só existe em países do Terceiro Mundo ou do fim do mundo. A partir da reabertura dos bancos, o atendimento (na maioria deles) primou pela descortesia aos clientes. Tentei sacar Cr$ 50.000,00 da Caderneta de Poupança da Agência Augusta do Banco Itaú. Fui insultado por palavras e ameaçado de agressão física. É necessário que se tome providências para que os bancos dêem um melhor atendimento aos seus clientes. **Mateus M. Romeiro Neto**, Capital

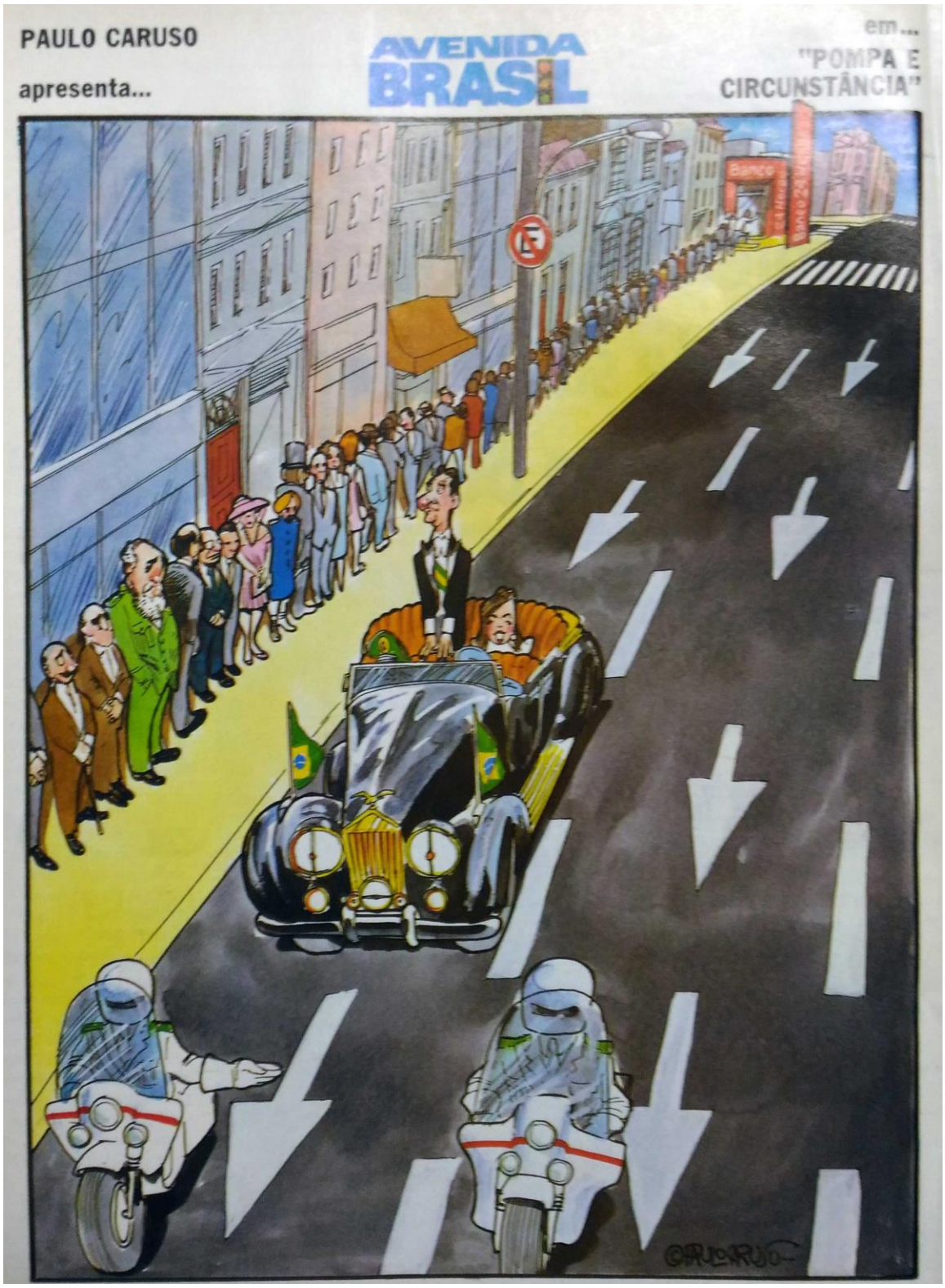
A figura GLB902903P4 ironiza essa relação entre bancos e clientes utilizando o próprio slogan do banco, escrito a partir do desenho de pessoas em fila, nas longas horas de espera por atendimento nas agências bancárias. Nas charges e cartuns (vide figuras JB902303P11, IES902803P82, IES902103P122), as filas são comumente representadas, despontando como símbolo do desrespeito aos cidadãos, pegos de “calças-curtas” pelo Plano Collor, sendo expostos a uma “esperaestoika”, enquanto o presidente desfrutava sua glória, ignorando aqueles que sofriam com as decisões de seu governo.

Figura GLB902903P4
O Globo, 29/03/90 p. 4

Figura JB902303P11
Jornal do Brasil, 23/03/90 p. 11

Figura IES902803P82
Isto É Senhor, 28/03/90, p. 82

Figura IES902103P122
Isto É Senhor, 21/03/90, p. 122



A complicada situação vivenciada pelos clientes nos bancos, com filas e dificuldades para saques, foi representada pelo humorístico TV Pirata (Rede Globo, 1990) a partir de uma sátira do telejornal esportivo *Esporte Espetacular*, que no quadro se tornou *Esporte Especular* (vide anexo 4 e Transcrição 2 - TV Pirata - Esporte Especular (Rede Globo,1990*)*. A abertura do programa já traz o tom de seu conteúdo, ao apresentar cenas de esportistas se acidentando – ao contrário da abertura original, que mostrava saltos e manobras esportivas perfeitas. Ao afirmar que aquele programa era destinado a "você, que assim como eu, estava com seu dinheiro aplicado no over e dançou bonitinho", o quadro passa a ideia de generalização: o Plano Collor prejudicou tanto quem estava de um lado da tela quanto do outro. As cenas esportivas serviram de metáforas para o que acontecia nas agências bancárias.

Transcrição 2
TV Pirata - Esporte Especular (Rede Globo,1990)

Vinheta de abertura baseada na do telejornal esportivo *Esporte Espetacular*, mas que apresenta cenas de acidentes esportivos no lugar de saltos e manobras perfeitas.

Apresentador: Boa noite. Esse programa é pra você, que assim como eu, tinha dinheiro aplicado no over e dançou bonitinho. O presidente entrou de slap, beliscando a poupança de muita gente esperta. E no mundo dos esportes não foi diferente.

Nota coberta:
Sequência de imagens de saques por time de voley patrocinado pelo Bradesco.
Apresentador: Depois do feriado bancário, as filas para saques eram muito grandes. Mas no Bradesco, por exemplo, a dificuldade para sacar era enorme.

Apresentador: Com toda essa confusão, muita gente decidiu apela para o Banco do Brasil, que apesar do nervosismo permaneceu impacível.

Nota coberta:
Imagens do banco de reserva da seleção brasileira de futebol e de jogadores em aquecimento.
Apresentador: O presidente do Banco do Brasil resolveu aquecer a economia e dois reservas, para qualquer emergência.

Apresentador: Mas a verdade é que muita gente se deu mal com as novas medidas.

Nota coberta:
Imagens da torcida do Botafogo em estádio e do time comemorando em campo a vitória de um campeonato.
Apresentador: O Botafogo, por exemplo, que demorou mais de 20 anos para conquistar o título vai ter que transferi-lo para pagar uma dívida antiga contraída em cruzados novos.

Nota coberta:
Imagens de luta de boxe
Apresentador: Parece que com as novas medidas econômicas, muita gente que se aplicou cruzados acabou ficando na lona.

Apresentador: É isso aí garotinho. Não tem lero-lero, nem vem cá que eu também quero. E pra você que curte Esporte Especular, nós voltamos daqui 18 meses, em 12 prestações mensais, se o Tuma deixar.

Repete vinheta de abertura.

Embora mais comumente representado pelas enormes filas, o conflito entre o sistema financeiro e seus usuários também aparece em expressões como a figura FSP902103A2, na qual uma pessoa, com toda sua fragilidade, se põe à frente de um carro forte – símbolo de poder físico (é forte, robusto), econômico (tem dinheiro, algo raro e valioso naquele momento) e psicológico (domina a situação) – e suplica para ter acesso a seu próprio dinheiro. O carro forte indica que existia circulação de dinheiro pela cidade, mas ele não se encontrava disponível a todos. O Plano Collor, portanto, não era tão igualitário como poderia se supor.

Figura FSP902103A2
Folha de S.Paulo, 21/03/90, p.A-2

Ainda que existam particularidades, é possível observar pelas fontes uma tendência homogeneizante: todos foram, de alguma maneira, atingidos pelo Plano Collor – pessoas físicas e jurídicas, ricos e pobres. Assim, são pouco frequentes as representações que fazem referência explícita a classe social, o que gera a sensação de unificação e equalização da sociedade pela vitimização. Às vezes, como nas figuras OESP901307P2, OESP901005P2 e OESP900411P2, a referência à classe social serve para reforçar a ideia de empobrecimento, que atingiu tanto ricos quanto pobres, mas de formas distintas.

Figura OESP901307P2
O Estado de S.Paulo, 13/07/90, p. 2

Figura OESP901005P2
O Estado de S.Paulo, 10/05/90, p. 2

Figura OESP900411P2
O Estado de S.Paulo, 04/11/90 p. 2

Pelo material pesquisado é possível constatar a percepção de que os ricos, ainda que também tivessem sido atingidos pelo Plano Collor e passado por um processo de empobrecimento, não sofriam privações tanto quanto as classes mais baixas, já que contavam com outras fontes de recursos além das aplicações bloqueadas – como imóveis, carros de luxo, moeda estrangeira, joias, ouro, obras de arte, gado, investimentos no exterior – e não temiam o desemprego, uma vez que não dependiam de salário para sobreviver. Eles, entretanto, viam seus negócios minguarem com a perda de clientes, mas tentavam manter o padrão de vida e o status social, apesar das dificuldades (vide quadro 19 figuras JB900411P12e JB900211P10)[11.]

[11] A novela *Rainha da Sucata*, que foi ao ar pela *Rede Globo* em abril de 1990, logo após o anúncio do Plano Collor, exemplifica isso por meio de suas principais personagem: Maria do Carmo e Laurinha Albuquerque Figueiroa. Maria do Carmo, interpretada pela atriz Regina Duarte, uma mulher que enriqueceu negociando sucata e que conseguiu escapar do confisco do plano econômico por ter investido todo o seu dinheiro em imóveis e nos negócios da família. Apesar de não ter perdido dinheiro com o confisco, Maria do Carmo precisa enfrentar uma crise financeira em sua empresa, diante da retração das vendas devido à recessão econômica. Já Laurinha, vivida por Glória Menezes, é uma *socialite* falida, que tenta manter as aparências, mas vê a situação da família ficar ainda mais complicada após o Plano Collor (vide anexo 4). *Rainha da Sucata* estreou duas semanas após o anúncio do pacote econômico e precisou ter alguns de seus capítulos reescritos para que fosse possível adaptar o enredo ao cotidiano sob a influência das medidas.

Figura JB900411P12
Jornal do Brasil, 04/11/90 p. 12

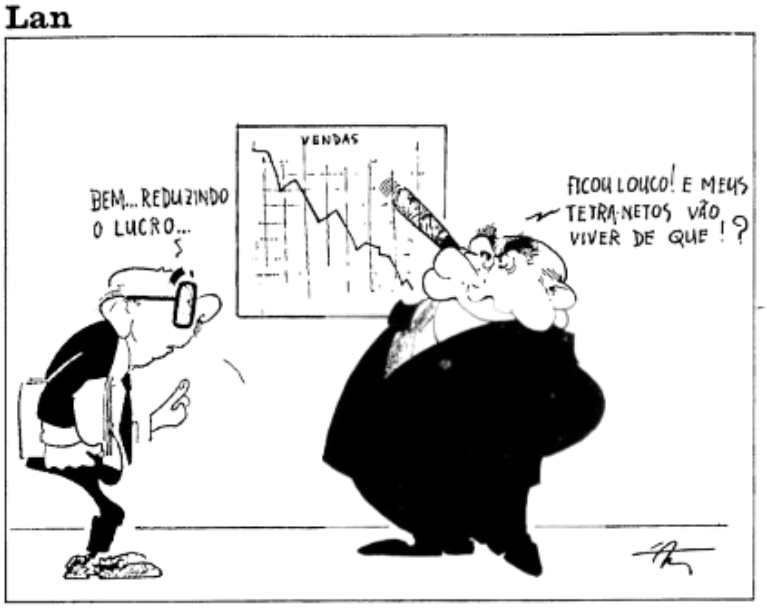
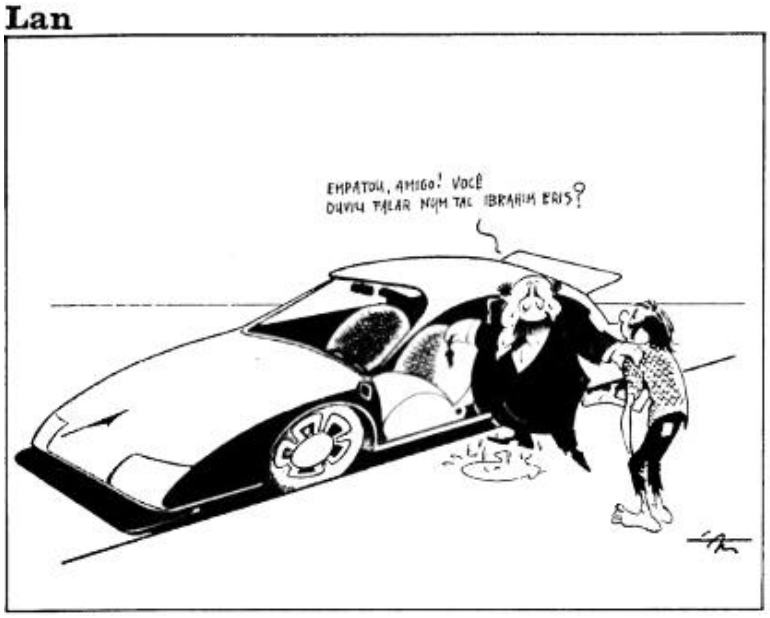


Figura JB900211P10
Jornal do Brasil, 02/11/90 p. 10



Quadro 19

Ricos e pobres (amostra das cartas dos leitores)

Veja, 04/04/90, p. 10

Como todo brasileiro consciente, votei e fiz campanha para o presidente Collor. Creio, porém, que as medidas por enquanto anunciadas venham a penalizar muito mais os pobres e a classe média do que os ricos e marajás.

José Ramos Baraúna
Duque de Caxias, RJ

Veja, 18/04/90, p. 10

Luís Eduardo Assis afirma que "o pobre não vai pagar a conta". Já está pagando, pois as demissões que se iniciaram atingem primeiramente os "descamisados" e "pés-descalços", que têm como único patrimônio justamente o seu emprego.

Nelson José Lages
Curitiba, PR

O Estado de S.Paulo, 19/04/90, p. 2

O povo brasileiro está esmagado pelo mais gigantesco confisco à propriedade privada já ocorrido no mundo, perpetrado por Collor, Zélia, Éris e Cia. A classe média foi mortalmente atingida e, mais adiante, com a depressão que se desenha no horizonte, não haverá nenhum beneficiado.
Kentaro Kato, Capital

Folha de S.Paulo, 15/04/90, p.A-3

"A classe média foi a que mais perdeu com o Plano Collor; era ela que colocava dinheiro na poupança. Deste modo, quem pagou o plano fomos nós da classe média."
Izabel Vera S. B. Garlipp (Campinas, SP)

Folha de S.Paulo, 15/04/90, p.A-3

"Cuidado, o Plano Collor vai matar o rico de raiva e o pobre de fome."
Jorge Oliveira (Mauá, SP)

Jornal do Brasil, 12/10/90, p. 8

(...) A equipe econômica, não podendo intervir no Congresso e no Judiciário, resolveu propor as medidas provisórias que só atingiram as cadernetas com datas anteriores a 31/12/89 — os verdadeiros poupadores. Os tais especuladores saíram de outros investimentos em fevereiro e março/90. Os especuladores de milhões e bilhões bloqueados já sacaram seus depósitos através das *torneiras* do próprio governo para folhas de pagamentos e outros expedientes, para evitar greves...Os "descamisados" da propaganda nunca tiveram NCz$ 50 mil, pois o que ganham gastam perdulariamente em roupa, diversão, comida, geralmente regadas a bebidas, e não querem saber se seus filhos têm educação, instrução ou saúde. A única classe prejudicada com o confisco foi a classe média que está até com o seu direito de ir e vir e ficar doente torpedeados, pois não se pode adoecer a partir de maio/90 e visitar um parente enfermo em outro estado, pois ninguém viaja sem dinheiro. **Ismael Leite Xavier — Rio de Janeiro.**

Jornal do Brasil, 20/04/90, p. 10

Estou com muita pena dos Srs. Mario Amato, Antonio Ermirio de Moraes e Eduardo Rocha Azevedo, ao saber que, cortados, não têm mais credito na quitanda e tiveram que despedir suas faxineiras. (JB-25/3/90). (...)

Quem vai acreditar que milionários, cujas riquezas estão a salvo de quaisquer planos, com seus milhões de dolares depositados em bancos no estrangeiro, estejam passando por qualquer restrição, minima que seja, em seu fausto padrão de vida?

(...) Com tais matérias o JB menospreza a avaliação critica de seus leitores e contribui para a já difundida lavagem cerebral veiculada por algumas emissoras de TV. As classe média e baixa, estas sim, sofreram na carne mais uma vez as conseqüências — recessão, confisco das poupanças, etc (...) **Flávia Sampaio de Souza Rezende — Rio de Janeiro.**

Na figura FSP901507A2, elementos como vestimenta (terno, gravata, vestido rebuscado), mobiliário (poltronas, ao invés de simples cadeiras), o assunto tratado (Economia) e a postura dos personagens (sentados confortavelmente, mas não de forma relaxada) indicam se tratar de um diálogo entre membros da elite. O objetivo da charge, entretanto, não é o de expor as diferenças entre ricos e pobres, mas de mostrar divergências de mundos a partir do olhar feminino (da microeconomia) e da perspectiva masculina (da macroeconomia).

Numa época em que 80% das famílias eram chefiadas por homens[12], chama a atenção o fato de que quem lê o jornal é a mulher. A vestimenta social do homem indica que ele podia ser o provedor financeiro da casa, mas o diálogo evidencia que era a mulher quem gerenciava os recursos. Era ela quem sabia o que acontecia na prática com os preços, quem comandava o orçamento doméstico e quem via fundamento na pesquisa de opinião noticiada pelo jornal, que apontava uma expectativa de avanço da inflação. Ele, por sua vez, distante da economia do cotidiano, contesta tal expectativa ao desqualificar o componente comportamental (a cultura inflacionária) como um fator de efetiva influência sobre os preços, mas percebe a falha em sua argumentação ao constatar, por meio da previsão sobre o que diriam os economistas (grupo no qual ele se enquadra), que não é preciso conhecer a fundo as teorias macroeconômicas para ter uma boa percepção do que virá pela frente.

Mais do que expor as diferenças de visões entre homens (os provedores financeiros) e mulheres (as gestoras das finanças domésticas), a charge aponta uma deficiência da economia tradicional, que ao se afastar do cotidiano, apresenta resultados limitados. Ao mesmo tempo, ressalta a importância do conhecimento advindo da experiência e a necessidade de incorporá-lo a estudos e projeções para que resultados mais precisos sejam alcançados.

[12] De acordo com a PNAD, do IBGE, de 1990.

Figura FSP901507A2
Folha de S.Paulo, 15/07/90, p.A-2

Um outro ponto de vista é abordado pela figura FSP902905A2, que contempla o conflito entre locador e locatário no momento de negociar o reajuste do aluguel, independentemente das classes sociais envolvidas. Em tempos de circulação escassa de dinheiro e de dificuldade orçamentária, o tema torna-se ainda mais sensível, transformando-se em operação de guerra (referência conferida pelas pesadas armas de fogo e pelo tanque militar), com o locador buscando garantir sua renda, enquanto o locatário luta para manter sua moradia e evitar um maior aperto nas finanças domésticas. Ambos necessitam da contraparte para atender a quesitos básicos de sobrevivência: de um lado renda, de outro, moradia.

Ao comprometer as reservas financeiras da população e provocar desemprego e redução de renda, o Plano Collor colocou em risco o teto de muitas famílias, que se viram em dificuldades para arcar com as despesas de moradia. São comuns relatados de pessoas que, devido às medidas econômicas e suas consequências, não conseguiam honrar o compromisso de compra e venda de imóveis, pagar as prestações do crédito imobiliário ou o aluguel – situações sempre acompanhadas de grande tensão, aflição e agonia, por também envolver tentativas

de negociação, geralmente frustradas, com a contraparte (locatário, imobiliária, banco financiador, vendedor) – vide quadro 20 e figura OESP901205P2.

Figura FSP902905A2
Folha de S.Paulo, 29/05/90, p.A-2

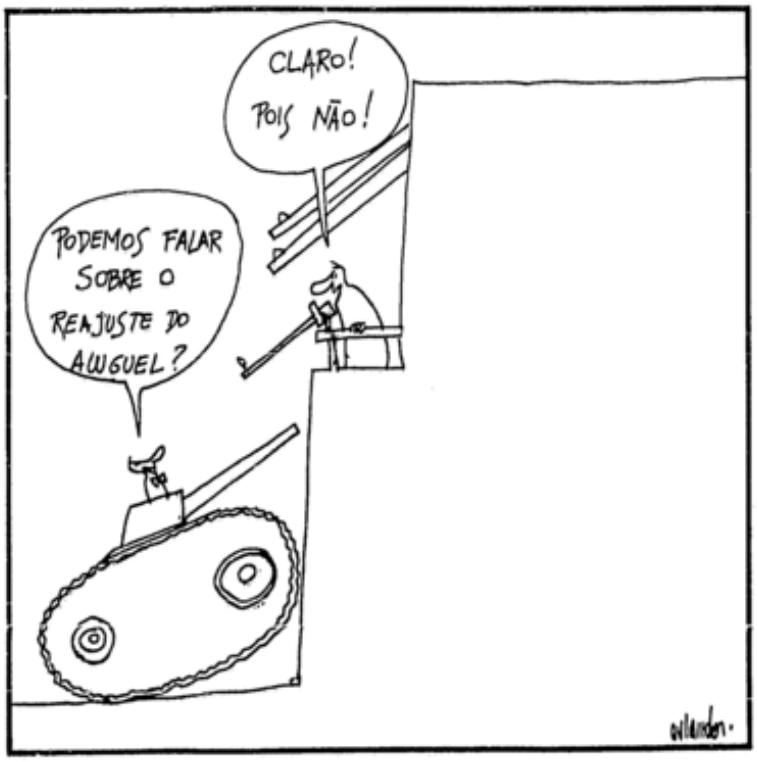


Figura OESP901205P2
O Estado de S.Paulo, 12/05/90, p. 2

Quadro 20
Sem teto (amostra das cartas dos leitores)

O Estado de S.Paulo, 27/06/90, p. 2

Estou com quase 83 anos, não trabalho, não tenho renda e não sou aposentado, por não ter contribuído para o INPS, em virtude de lei que isentava diretores de firmas da contribuição. Investia nos fundos de curto prazo ao portador, o que me rendia o suficiente para manter uma vida confortável. Devido ao bloqueio dos investimentos estou numa situação precária, especialmente porque o proprietário do apartamento em que moro entrou com uma ação de despejo, o que é lastimável, pois não possuo imóveis de qualquer espécie. Teria sido mais justo que os autores do Plano Brasil Novo tivessem excluído do bloqueio pessoas com idade superior a 70 anos e que não recebem aposentadoria. **Norman Shayer**, Capital

Jornal do Brasil, 23/05/90, p. 10

Em 9 4 meu pai, de 82 anos, depois de muito esforço para resgatar do open e da caderneta parte do dinheiro da venda de sua velha casa, único bem que possuía, comprou um modesto apartamento da D'Classe Imobiliaria Ltda , á Rua Bernardino Campos nº 30, Piedade. Deu uma entrada, ficando o restante para ser entregue com as chaves, que ele deveria receber no dia 9 deste mês, o que não aconteceu.

O dono da imobiliaria, Sr. Santos, depois de várias desculpas e dizendo por três dias "amanhã o senhor recebe as chaves", por três dias, informou que a senhora que vendeu o apartamento não tinha para onde ir e não entregava as chaves. Acontece que o mesmo Sr. Santos vendeu a essa senhora uma casa, recebeu o sinal de meu pai como entrada, mas ela até hoje tambem não viu a casa que comprou. Portanto, foram dois golpes de uma só vez. (...) E meus pais estão dormindo no chão de minha sala. (...) **Gloria de Almeida Bastos — Rio de Janeiro.**

Disputa Judicial

Sob a justificativa da guerra contra a inflação, do "vencer ou vencer" e de impedir "um verdadeiro ataque impatriótico"[13] contra o plano econômico, Collor lançou mais uma medida provisória[14], que impedia a Justiça de conceder liminares para desbloqueio das aplicações financeiras, colocando em xeque a independência dos Poderes. O princípio da separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e

[13] *O Globo*. "Medida proíbe que Justiça acolha ações contra o plano". 19 de março de 1990, p.1

[14] Medida Provisória 173, de 18 de março de 1990, reeditada pela Medida Provisória 181, de 17 de abril de 1990, revogada pela Medida Provisória 182, de 23 de abril de 1990, reeditada pela Medida Provisória 186, de 23 de maio de 1990, reeditada pela Medida Provisória 192, de 22 de junho de 1990, reeditada pela Medida Provisória 197, de 24 de julho de 1990, revogada pela Medida Provisória 198, de 26 de julho de 1990, convertida na Lei 8076, de 23 de agosto de 1990.

Judiciário), ou Tripartição dos Poderes Políticos, presente na Constituição de 1988, permite evitar a concentração de poderes e os abusos que disso poderia resultar, por meio do sistema de freios e contrapesos.

Apesar de ter ganhado as páginas dos jornais, a investida de Collor contra a Justiça foi praticamente ignorada pelos leitores em suas cartas, talvez pela falta de familiaridade dos brasileiros com os princípios democráticos, após duas décadas de ditadura militar, pela incapacidade de compreender a magnitude de tal medida ou pela opção de priorizar críticas ao confisco em si – dos leitores ou dos editores das seções de cartas dos jornais. As peças humorísticas também não dispensaram grande atenção ao assunto. Não houve, porém, falta de informação. A produção de conteúdo jornalístico foi ampla, envolvendo não só reportagens factuais como também de serviços, apontando possíveis caminhos para a contestação do bloqueio das aplicações financeiras e ouvindo juristas e magistrados sobre o assunto.

Não há números consolidados sobre a quantidade de processos abertos e julgados com pedidos de desbloqueio de aplicações financeiras em 1990. Dados do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região (TRF3), segunda instância da Justiça Federal nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, mostram que foram distribuídos 155.950 processos sobre desbloqueio de valores em poupança e outras aplicações financeiras em virtude do Plano Collor, sendo que aproximadamente 7% ainda tramitam na Justiça[15]. A lentidão do sistema judiciário brasileiro[16] pode ter sido uma arma em favor do governo: até que os processos passassem por todas as esferas necessárias, o prazo de 18 meses de bloqueio das aplicações financeiras já teria transcorrido. Assim, a pergunta que muitos podem ter se feito na época é se valeria a pena gastar tempo e o pouco dinheiro disponível com uma ação judicial

[15] Informações obtidas pela autora desta pesquisa junto ao TRF3.

[16] Uma estimativa feita pelo escritório de advocacia Mattos Filho e Suchodolsky à época apontava que uma ação do tipo levaria pelo menos seis anos para chegar ao fim e, após isto, a liberação dos valores poderia tardar mais 18 meses, sem que fossem feitos ajustes e correções monetárias (*Folha de S.Paulo*. "Ações contra bloqueio são morosas". 22 de julho de 1990, p. B-15). O primeiro levantamento em âmbito nacional sobre o tempo médio para que uma ação na Justiça fosse julgada em primeira instância foi divulgado no relatório *Justiça em Números 2016* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponível em http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbff344931a933579915488.pdf. Acesso em 5 de março de 2018. O estudo mostra que em 2015 a Justiça estadual do Brasil levava, em média, quatro anos e quatro meses para proferir a sentença de um processo em primeira instância. Apesar da carência de dados que comprovem a lentidão da Justiça brasileira em 1990, podemos inferir que o tempo médio para julgamento em 1990 era superior aos quatro anos e quatro meses acima citados, dada a falta de informatização dos sistemas naquela época.

que poderia acabar em nada. Para aqueles que decidiram encarar os tribunais, havia uma opção menos custosa e mais rápida: até o dia 13 de julho de 1990, era possível impetrar mandados de segurança contra a medida provisória 168, que determinava o bloqueio das aplicações financeiras no âmbito do Plano Collor.

Na primeira sentença que se teve notícia a respeito dos pedidos de liberação da poupança, datada de 9 de abril de 1990, o juiz José Ricardo de Siqueira Regueira, da 18ª Vara federal do Rio de Janeiro, determinou que as poupança dos requerentes ficassem à disposição da Justiça até que fosse julgada a constitucionalidade do bloqueio das contas. A medida provisória que proibia a Justiça de conceder liminares autorizando o desbloqueio das aplicações financeiras foi declarada por ele inconstitucional, sendo classificada como um ato de "arbítrio e ignorância jurídica" do Poder Executivo[17]. Para que a decisão fosse cumprida, o juiz recomendou o uso da força pública, se necessário, sinalizando resistência por parte das autoridades e dos bancos em acatar as determinações do Judiciário. Reportagens da época mostram que em diversos casos tanto o Banco Central como as instituições financeiras, em especial as públicas, se recusaram a cumprir as determinações da Justiça. Os julgamentos de outras ações do tipo tiveram desfecho semelhante, fazendo com que o Judiciário fosse percebido como um aliado dos poupadores. O Banco Central recorreu em todas as decisões e a questão foi julgada pelo Superior Tribunal Federal (STF) em abril de 1991, que determinou o desbloqueio das aplicações financeiras.

Outra disputa envolvendo governo, bancos e poupadores se deu em função dos valores de correção dos depósitos em caderneta. Neste caso, os processos se estenderam por anos e apenas em 2017 – passados 27 anos desde o lançamento do Plano Collor – foi possível fechar um acordo entre as partes para pagamento dos valores devidos, mas com desconto[18], reforçando a ideia de que a população sempre acaba pagando pela incompetência e irresponsabilidade de seus governantes. Em 2010, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estimava que 890 mil ações individuais e 1.030 coletivas tramitavam na Justiça exigindo a

[17] *Folha de S.Paulo*. "Juiz concede liminar para liberação da poupança". 17 de abril de 1990, p. B-7

[18] Analistas consultados pela Folha de S.Paulo calculam que o desconto poderia chegar a 80%, mas não há consenso sobre o assunto. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/poupador-deve-analisar-acao-antes-de-aceitar-acordo-de-planos-economicos.shtml

reposição de perdas com o Plano Collor, que somariam na época R$ 50,5 bilhões (aproximadamente R$ 81 bilhões em valores atuais), pelos cálculos do Ministério da Fazenda[19]. Em 2018, enquanto os poupadores individualmente decidiam se aderiam ao acordo, aceitando receber apenas parte do que lhes foi retirado indevidamente, ou se continuariam brigando na Justiça por tempo indeterminado, na expectativa de ter o valor integral devolvido, Fernando Collor de Mello se lançava como pré-candidato à Presidência da República.

3.2.2.2 – Modos de vida urbana

O Plano Collor impôs à população estudada mudanças bruscas e involuntárias de vida, que colocaram o cotidiano de cabeça para baixo (vide figura JB902203P10) – ou seja, subverteram a ordem então em vigor ao exigir das pessoas adaptação imediata às novas condições, resultando em alterações nos padrões de sociabilidade. As fontes analisadas revelam mudanças de hábitos e de comportamentos, acompanhadas de cargas exacerbadas de sentimentos, que em diversos casos culminaram em crises de saúde (física e mental) e até morte[20].

Como vimos, essas mudanças vieram acompanhadas de reações de descontentamento pacíficas (reclamações junto aos órgãos competentes, abertura de processos judiciais, críticas por meio dos veículos de comunicação) e violentas (como atravessar com um carro as vidraças de uma agência bancária lotada de pessoas ou agredir fisicamente o gerente do banco), além de transgressões ("jeitinhos"). O momento era descrito por alguns como um pesadelo, mas entre os

[19] *O Globo*. "Uma ferida aberta". 14 de março de 2010, p.27

[20] O filme *Terra Estrangeira*, dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas, mostra o efeito devastador do Plano Collor na vida de Manuela (Laura Cardoso), uma costureira modesta que tinha o sonho de visitar sua terra natal (San Sebastián, na Espanha) ao lado do filho, Paco (Fernando Alves Pinto). Para realizar este objetivo de vida, Manuela guardava todo o dinheiro que conseguia economizar na caderneta de poupança, mas morre subitamente ao ver pela televisão a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciar o confisco das aplicações financeiras, que inviabilizaria seu sonho. Paco entra em desespero com a morte da mãe e, sem dinheiro nem para pagar o funeral, comete uma fraude com cheque. Desnorteado e sem recursos sequer para comer, Paco decide conhecer a cidade onde nasceu sua mãe, mas acaba se envolvendo com o tráfico internacional de pedras preciosas. A peça de teatro *Coração Brasileiro*, de Flávio Marinho, apresenta situação semelhante: uma senhora sofre um enfarte fulminante ao saber da notícia do confisco das cadernetas de poupança. As histórias, embora fictícias, reúnem aspectos comumente relatados em documentos da época, desde o desespero por não ter dinheiro para alimentação e outras necessidades básicas, passando pela busca de um jeito para levantar dinheiro (legal ou ilegal), os sonhos e planos de vida destruídos pelas medidas econômicas, o desarranjo familiar e até a morte.

mais otimistas, havia a esperança de dias melhores – o que, por vezes, era tido como ingenuidade, ou como mostra a figura OESP900804P2, apenas os cegos não viam que todos estavam na sarjeta.

Figura JB902203P10
Jornal do Brasil, 22/03/90 p. 10

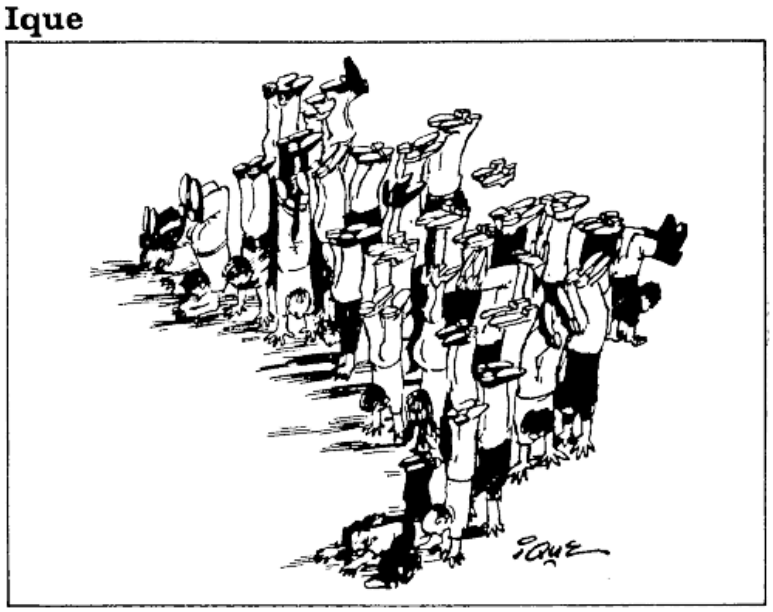
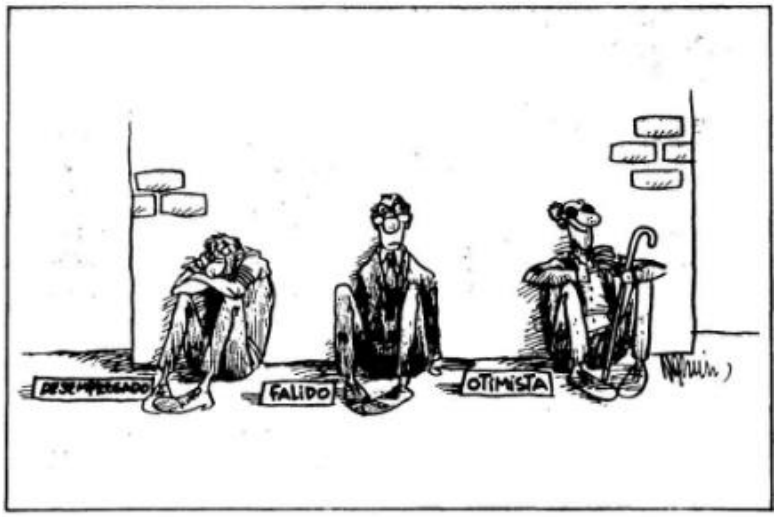


Figura OESP900804P2
O Estado de S.Paulo, 08/04/90, p. 2



A violência psicológica imposta pelo Plano Collor é assunto recorrente nas fontes analisadas. No momento em que o pacote econômico foi anunciado, parte considerável dos brasileiros – incluindo aqueles que não tinham ideia do que era especular no mercado financeiro – concentrava sua vida financeira nos bancos,

onde muitos depositavam o dinheiro resultante de seu trabalho, as economias de uma vida, os sonhos para o futuro. O dinheiro aplicado nas cadernetas de poupança não era um dinheiro qualquer. Para muitos, era a motivação para se viver, o meio para se atingir um sonho ou a esperança de cura de uma doença grave. Era a garantia de uma velhice digna ou a chance de ajudar um ente querido em dificuldade. E o governo tinha ciência disso: as campanhas publicitárias dos bancos, inclusive dos públicos, naquela época exploravam os desejos e necessidades das pessoas, apontando a caderneta de poupança como caminho para a felicidade, já que por meio dela seria possível a realização de todos os sonhos – a casa própria, a maternidade, a festa de casamento. Isso porque a poupança, destacavam as propagandas divulgadas pela televisão, era uma forma "segura" de proteger o dinheiro da inflação e acumular riqueza. Sem ela, corria-se o risco de ficar com "a mão abanando", pois como se sabia, "dinheiro na mão é vendaval" (vide anexo 4).

Assim, ao anunciar o bloqueio das poupanças, a ministra Zélia confiscou não apenas dinheiro, mas também – e principalmente – a motivação de vida destas pessoas, fazendo aflorar sentimentos de revolta e desespero em meio à quebra de confiança (vide quadro 21). Pesquisa realizada pelo Cesop/DataFolha mostra que apenas 15,4% dos entrevistados mantiveram seus planos de comprar ou realizar algo (vide tabela 4).

Tabela 4

Projetos após o Plano Collor

Você teve que mudar algum plano de comprar ou fazer algo nos próximos meses por causa do Plano Collor? Se sim, o que? Se não, não mudou porque não tinha ou porque ainda pretende realiza-lo?

Sim e desisti:	**34,3%**
Compra de carro	10,7%
Compra de imóvel	6,8%
Compra de eletroeletrônico	6,2%
Compra de telefone	0,2%
Reforma de imóvel	2,8%
Viagem ao exterior	1,2%
Viagem no País	1,3%
Outros planos	5,1%
Não tinha planos concretos	**49,8%**
Vou realizar meus planos	**15,4%**
Não se aplica	**0,6%**

Fonte: Cesop/DataFolha
* Pesquisa realizada junto a 1081 pessoas acima de 16 anos da cidade de São Paulo em 22/03/1990.

Quadro 21

Sonhos perdidos (amostra das cartas dos leitores)

O Estado de S.Paulo, 01/04/90, p. 2

Estou revoltada com o pacote econômico do governo Collor. Eu, como muitos brasileiros da classe média, tenho meu sonho adiado ou desfeito. O sonho de ter minha casa, meu carro e até a comida todos os dias. Estou desconfiada de que alguma coisa não vai dar certo. **Marcia Nascimento, Capital**

Jornal do Brasil, 24/03/90, p. 10

Sou uma modesta secretária que trabalhou arduamente durante anos, economizando centavo por centavo para gozar merecidas férias, viajando. De repente, vem o novo presidente e com o plano econômico leva o pouco que eu tinha economizado para comprar passagem de ida e volta. Para recuperar o que o governo levou terei que pagar ágio. Além de contribuir com todos os impostos, diretos e indiretos, vou pagar para ter minhas parcas economias? É justo? **Nilce Souza — Rio de Janeiro.**

Veja, 25/04/90, p. 10

Apesar de toda a dinastia de planos econômicos desastrados já executados, economizei, por mais de vinte anos, para a compra de uma casa própria. Poucos dias antes do Plano Brasil Novo, reuni recursos para comprá-la. Mas todo o meu pequeno patrimônio desapareceu das cadernetas de poupança (Ponto de Vista, 4 de abril).

Maria Estela Franco Gonçalves
Rio de Janeiro, RJ

Folha de S.Paulo, 05/04/90, p.A-3

"Aposentei-me em outubro do ano passado. Visando dar melhores oportunidades de escola e trabalho para meus filhos, vendi minha casa e saquei o FGTS para comprar outra casa em Curitiba. Com o Plano Collor perdi a casa, o FGTS e as economias de 32 anos de trabalho."

João Skorupa (Registro, SP)

Jornal do Brasil, 10/05/90, p. 10

Colegas aposentados de todas as classes sociais, pensionistas, deveríamos nos unir e fazer como na Europa e EUA, onde a força dos aposentados já é notada. Qual a razão do governo liberar a poupança dos aposentados, somente para aqueles que não pagam o Imposto de Renda na fonte? A ministra da Economia é moça — 36 anos — fez uma carreira meteórica, deve estar muito bem, e não pensa um minuto naqueles que ajudaram a construir este país. Quantos levaram uma vida inteira para economizar um dinherinho suado, trabalhando, confiando no governo, e agora estão com seus haveres confiscados. (...) Quando teremos esse dinheiro? (...) Somos gente de faixa etária avançada, 60 a 70 anos, e todos tínhamos um sonho, um projeto a realizar. (...) **Pedro Paranhos de Araújo — Niterói (RJ).**

O Globo, 25/03/90, p. 4

(...) O maior erro dessa medida, do congelamento das contas, foi acabar com a credibilidade do povo em relação à poupança. Mesmo que a medida seja tornada sem efeito, o povo não acreditará mais na segurança do dinheiro, nem mesmo na Caixa Econômica, que tinha todas as garantias. Os anúncios na televisão diziam isso, diziam venham para a Caixa, ela garante (...). Quando a Ministra Zélia Cardoso diz que a retenção do dinheiro atingiu somente dez por cento dos poupadores, está cometendo um grande engano. Qualquer pessoa que tenha trabalhado e poupado durante toda a sua vida tem mais de NCZ$ 50 mil retidos pelo Governo. (...) O Presidente afirmou, em sua campanha, que outro candidato iria tomar essa medidas e ganhou votos com essa afirmação. Agora tomou essa medida injusta, e ela é injusta porque há uma grande diferença entre o poupador e o especulador. O especulador tem milhões, o poupador tem o suficiente para realizar um sonho só, nem que seja assistir à Copa da Itália. Não é justo reter o dinheiro de ninguém. (...) Eu votei no Presidente Collor, ainda acredito nele. Mas essa retenção de minha poupança é injusta.

Marinho B. Queiroz, Rio

Nem todos tinham ciência da violência que estavam sofrendo. O discurso patriótico do governo, calcado em suas supostas boas intenções e luta ferrenha pelo fim da corrupção e da inflação no País, turvava a visão. Cientes ou não desta violência, conformados ou não com as perdas, a vida seguia e era necessário encontrar soluções para os problemas que se apresentavam. Muitas vezes, tais soluções passavam pelo “jeitinho”.

Quem tinha deixado o salário e o pagamento de férias na conta corrente, em montante que superava o limite de saque, também teve os recursos bloqueados, assim como aqueles que receberam, em cheque, a remuneração por serviços prestados ou vendas realizadas antes do anúncio do Plano. Estes, para escapar do bloqueio, tentavam convencer os emissores dos cheques a trocá-los por outros com data posterior a 16 de março de 1990 – o que permitiria o saque em cruzeiros nos bancos. Se os cheques com data anterior a 16 de março de 1990 fossem depositados, o dinheiro ficaria bloqueado na conta. Quem não conseguia trocar os cheques, procurava pessoas de confiança que tinham poupanças com saldo abaixo do limite de 50 mil cruzeiros e negociava com elas o depósito destes cheques. Após a compensação, o dinheiro poderia ser sacado, já convertido em cruzeiros.

Também pelas regras do Plano Collor – nem sempre cumpridas pelos bancos – as contas vencidas antes de 16 de março de 1990 poderiam ser pagas com os cruzados novos bloqueados, transferidos da conta do devedor para a conta do credor, mas permanecendo sob a tutela do Banco Central – transação denominada “transferência de titularidade”. Já as contas com vencimento após 16 de março de 1990 teriam que ser pagas em cruzeiros. Com o bolso praticamente vazio, a população buscava meios de pagar o máximo possível de dívidas com os cruzados novos bloqueados, procurando um “jeitinho” de enquadrá-las na regra da transferência de titularidade. Essa situação foi satirizada pelo programa *TV Pirata*, em quadro que mostra como a “transferência de titularidade” poderia ser usada para pagar a conta da padaria (vide transcrição 3 e vídeo em anexo 4).

Transcrição 3

Vídeo: TV Pirata - Transferência de titularidade (Rede Globo, 1990)

Num quarto a meia-luz, uma mulher vestida está deitada na cama. Um homem, carregando uma cesta de pães, vestido com avental e chapéu e usando um bigode bastante pronunciado (ao estilo português) se aproxima da cama, deixa a cesta sobre o criado-mudo, levanta o lençol, observa a mulher deitada por baixo do lençol e, olhando para a câmera diz: o plano é bom. O plano é muito bom!

A mulher estica os braços em direção ao homem, que se lança sobre ela na cama. Os dois, entre os lençóis, se abraçam e se beijam, até que a porta do quarto se abre e um segundo homem, vestido socialmente e segurando o terno sobre os ombros (como quem chega em casa após um dia de trabalho), entra no ambiente.

(efeito sonoro: congo)

Homem 2: Amélia! Seu Manuel da padaria! Mas o que significa isso?

O homem e a mulher se afastam e sentam na cama.

Amélia: Calma, Ananias, calma. Não é isso que você está pensando. Eu posso explicar tudo.

Homem 2 (Ananias): Ah é?! Então me explica o que é que esse padeiro está fazendo na nossa cama (puxando Manuel pelo braço para fora da cama).

Amélia: É que nós estamos só fazendo uma transferência de titularidade.

Homem 2 (Ananias): Ah é... Desculpa, por favor, desculpa (conduzindo gentilmente Manuel de volta para a cama com Amélia e, em seguida, se dirigindo para a porta do quarto). Ah, não mexe na poupança, não, que poupança é sagrado, né?!

(efeito sonoro)

Manuel tira as mãos das nádegas de Amélia.

A falta de romantismo da cena transmite a ideia de negócio, e não de um caso amoroso extraconjugal. Esta mensagem é reforçada pela reação de Ananias, que após ouvir as explicações de Amélia para a situação prontamente se desculpa com Manuel, sem duvidar das palavras e atos da esposa. Amélia estaria apenas pagando a dívida da padaria, colocando alimento na mesa da família – e não traindo o marido. O nome Amélia – que prontamente remete à música de Ataulfo Alves e Mário Lago, um símbolo da cultura popular brasileira e que traz o refrão “Amélia não tinha a menor vaidade; Amélia que era mulher de verdade” – indica se tratar de uma mulher comum, dona de casa, que não estava fazendo aquilo por desejo, mas por necessidade. A “transferência de titularidade” não seria paga com dinheiro, mas com sexo – recurso disponível no momento. A cena mostra como o plano econômico

expunha as pessoas a situações desagradáveis, deixando famílias sem dinheiro até mesmo para o pão (alimento, necessidade básica). Isso justificaria a aceitação do comércio do sexo – algo até então reprovável, sinalizando uma mudança de comportamento, mas dentro de um certo limite: a "poupança" continuaria sendo "sagrada". Ficava o recado para o governo: poderiam ter mudado tudo na política econômica e aplicado as mais obscenas medidas, mas nunca deveriam ter "passado a mão" na poupança alheia. A quebra de confiança na caderneta resultou também na perda da credibilidade do governo.

Na caça aos cruzeiros, quem tinha dinheiro bloqueado negociava com amigos, parentes e vizinhos o pagamento de impostos e outras dívidas vencidas antes de 16 de março. Não tardou para que essa prática se disseminasse, com pessoas físicas e empresas se oferecendo para pagar contas a um câmbio de meio cruzeiro para cada cruzado novo. As entidades beneficentes faziam doações para orfanatos e asilos em cruzados e recebiam de volta parte dos valores em cruzeiros. Por meio do "jeitinho", ao menos 89,5 bilhões de cruzados novos – equivalentes a 0,5% do PIB brasileiro – foram convertidos ilegalmente em cruzeiros até maio de 1990, pelos cálculos do Ministério da Economia[21]. Mas se, por um lado, as transgressões desbloqueavam irregularmente valores, por outro, o conflito de informações nas agências bancárias fazia com que, muitas vezes, o cliente não conseguisse se beneficiar da transferência de titularidade, mesmo se enquadrando nas regras – fator que pode ter sido um estimulante para o "jeitinho": se eu não consigo utilizar o meu dinheiro pelo caminho certo, recorro às vias tortas. Desta forma, vemos como a falta de planejamento e competência para implantação do plano econômico contribuía para o ciclo vicioso que servia de barreira para o controle inflacionário.

O humorístico o Cabaré do Barata também aproveitou este tema em um de seus quadros, mostrando como a transferência de titularidade se tornou forma corriqueira de pagamento, aceita até pelo ladrão (vide transcrição 4 e vídeo em anexo 4).

[21] *O Globo*. "Conversão ilegal atinge 0,5% do PIB". 12 de maio de 1990, p. 21.

Transcrição 4 **Cabaré do Barata - Assalto e Transferência de Titularidade (Rede Manchete, 1990)**
Num bar, um homem e uma mulher conversam: Homem: Patrícia, imagina você que eu fui assaltado e o ladrão exigiu um monte de cruzeiros. Mulher: E você deu? Homem: Como deu? Onde é que eu vou arranjar cruzeiro? Mulher: E como é que você se arranjou? Homem: Paguei em cruzados. Ele aceitou a transferência de titularidade.

O quadro relaciona duas questões presentes no cotidiano brasileiro naquele período: a violência urbana e a falta de dinheiro no bolso. O homem, ao dizer “onde é que eu vou arranjar cruzeiro?” mostra a dificuldade para o cidadão comum obter recursos para sua própria sobrevivência, num cenário de escassez generalizada de moeda. Todos os negócios – inclusive os do crime – foram afetados, mas sempre há uma forma – legal ou ilegal – de solucionar os problemas. O ladrão, ao aceitar a troca de titularidade, estaria aproveitando uma “oportunidade de negócio”, um sinal de que no Brasil sempre é possível driblar as normas.

Nesta mesma linha, a figura OESP902403P2 destaca um outro risco a que a população foi exposta: o de não ter o “dinheiro do ladrão”. Se ter dinheiro no bolso seria, supostamente, uma forma de minimizar a violência, ao se pagar para que o ladrão fosse embora sem provocar ferimentos físicos, com a indisponibilidade de moeda esse recurso se torna inviável, ampliando a sensação de impotência por parte da vítima e dificultando a “negociação” com o ladrão.

Figura OESP902403P2
O Estado de S.Paulo, 24/03/90 p. 2

O uso do conceito de transferência de titularidade em programas humorísticos voltados a um público geral indica que a prática era conhecida e difundida na sociedade – assim como o “jeitinho”. O mercado paralelo derivado do “jeitinho” mostra como a economia é um organismo vivo, capaz de se adaptar a partir da criatividade, dos costumes, crenças, valores e necessidades das pessoas, sendo, portanto, de difícil previsibilidade. É esta variável que fragiliza a teoria econômica tradicional e faz com que os resultados esperados muitas vezes não se concretizem. Mas, se observarmos este mesmo fenômeno pela lente da economia comportamental, encontraremos explicações possíveis para o que os economistas neoclássicos chamam de “anomalia”.

A teoria da perspectiva (Kahneman e Tversky, 1979 apud Ávila e Bianchi, 2015: 29) pressupõe que a nossa disposição a correr riscos depende do contexto e de como as escolhas nos são apresentadas. Ou seja, numa mesma situação, as pessoas podem tomar decisões diferentes dependendo de como elas enxergam a questão. Para uns, o “jeitinho” encontrado para utilizar o dinheiro bloqueado não era nada mais do que um direito, diante do entendimento de que o infrator era o governo, por impor o confisco. Outros viam essa busca de meios para livrar o próprio dinheiro do bloqueio como uma transgressão ou uma atitude impatriótica – sendo, portanto, condenável. Assim, o “jeitinho” era defendido por uns, hostilizado por outros e praticado, ainda que discretamente, por muitos (vide quadro 22). Driblar a legislação poderia ser impatriótico, mas passar fome por ter as economias de toda

uma vida de trabalho bloqueadas pelo governo era imoral, revoltante e doloroso. Ainda mais diante da suspeita de afronta à Constituição, como era o caso.

Quadro 22
Tem jeito? (amostra das cartas dos leitores)

O Globo, 28/06/90, p. 4

Leio na imprensa que o Governo constatou fraudes de aposentados para retiradas irregulares das suas próprias economias de poupança, e que ameaça processá-los. Se alguém tem um familiar seqüestrado procura por todos os meios e modos resgatá-lo; pechincha, entrega de dólares marcados etc. Mal comparando, só falta os seqüestradores processarem as famílias por fraude, se os dólares forem falsos ou sujeitos a outros "dolos". O aposentado que teve suas economias seqüestradas, procura libertá-las por todos os meios possíveis. É o paradoxo de ser ameaçado de processo por trazer de volta à sua casa aquilo que é e era seu de fato e de direito. Não tive poupança bloqueada e fui eleitor de Collor nos dois turnos. Mas certas medidas de sua "equipe" econômica estão desgastando esse "estupendo" Governo.

Lauro Lacroix, Rio

Folha de S.Paulo, 12/06/90, p.A-3

"Devido aos maus brasileiros, os bons cidadãos continuam sendo prejudicados, pois os saques de ilícitos de cruzados foram feitos em grande escala, comprometendo o plano e prejudicando os que cumpriram com o dever para com sua pátria."

Chateaubriand B. Diniz Filho (São Paulo, SP)

Além da necessidade, o risco da perda é outro fator que pode levar as pessoas a buscar o "jeitinho". Kahneman e Tversky estimam que a dor de perder algo é psicologicamente cerca de duas vezes mais poderosa do que o prazer de ganhar – o que explica porque as pessoas tendem a correr mais risco para evitar uma perda do que para buscar um ganho. O temor de não ter de volta os recursos bloqueados pelo Plano Collor ou de receber apenas parte do valor aplicado justificaria a decisão de muitos brasileiros de procurar alternativas – lícitas ou não – para a utilização de seus cruzados novos. O medo também explicaria porque inesperadamente houve um aumento nas vendas do varejo, principalmente de eletrodomésticos e eletrônicos, logo após o anúncio do Plano Collor. Com o bloqueio das aplicações bancárias, seria de se esperar que as pessoas imediatamente reduzissem seu consumo ao estritamente necessário, de forma a fazer render o máximo possível o dinheiro que tinham em mãos – expectativa que sustentava a previsão do governo de que a inflação baixaria a zero logo após o

pacote econômico entrar em vigor. Mas o que se viu num primeiro momento, no entanto, foi exatamente o contrário. Houve um aumento nas vendas, como revelam reportagens da época, puxado pelos consumidores de baixa renda (classes C e D), que ganharam poder aquisitivo com o congelamento de preços e, desiludidos de um dia conseguir realizar um sonho maior, decidiram usar o dinheiro que tinham antes que ele perdesse o valor. “Achei bobagem continuar poupando. A gente não ganha mais nada”, disse a paraibana Rita de Araújo, 37 anos, que sacou todo o dinheiro que tinha na poupança para comprar um aparelho de som, um liquidificador, um ventilador, roupas e discos. À reportagem da *Folha de S.Paulo*[22], Rita contou que costumava guardar todos os meses metade de seu ordenado de dois salários mínimos na caderneta de poupança para no futuro comprar uma casa em seu Estado. Com o Plano Collor, no entanto, desistiu deste objetivo. O pacote econômico retirou de Rita seu estímulo à poupança (a expectativa de compra da casa própria), ao mesmo temo em que introduziu um incentivo ao consumo imediato (o medo de perder tudo que havia poupado até então). A incerteza em relação ao futuro tende a fazer com que as pessoas optem pelo consumo imediato ao invés de economizar, a não ser que seja percebida alguma vantagem na formação de poupança (Frederick, Loewenstein e O’Donoghue, 2002 apud Ávila e Bianchi, 2015: 33). Ou seja, para abrir mão de um benefício no presente, é preciso que pessoa esteja convencida de que terá um retorno melhor no futuro. O confisco das aplicações financeiras rompe com a confiança no sistema de acúmulo de capital e, assim, retira qualquer percepção de vantagem na formação de poupança.

Como Rita, outras pessoas optaram por gastar o pouco que tinham para não correr o risco de perder o patrimônio acumulado (vide quadro 23). Assim, o aumento do consumo gerado por este movimento não veio acompanhado de um sentimento de euforia e satisfação, como acontece ao se conquistar um bem material desejado, mas de uma certa frustração, por ser resultado da desistência de um projeto maior. Num sinal de desconfiança quanto à eficácia do Plano Collor, parte dos consumidores aproveitou o dinheiro que tinha em mãos para correr aos supermercados e estocar produtos não perecíveis, a fim de se proteger de um possível repique inflacionário.

[22] *Folha de S.Paulo*. “Consumidor de baixa renda invade as lojas e sustenta ritmo de vendas”. 23 de abril de 1990, p. B-1

Quadro 23

Melhor consumir do que poupar (amostra das cartas dos leitores)

Folha de S.Paulo, 31/05/90, p.A-3

"Apliquei Cr$ 55 mil dia 3 de abril de 1990 (portanto após o plano) no Banco Nacional. Quando pedi o resgate, um mês depois, o dinheiro tinha sumido. Fui informado que os Cr$ 55 mil tinham sido convertidos em cruzados novos. Êta aplicaçãozinha boa esta —confisco de cruzeiros para cruzados bloqueados. O nosso dinheiro está muito mais seguro embaixo do colchão ou empregado no consumismo do que na 'poupança' do sr. Ibrahim e do sr. Collor."

Michael A. Zieminski (São Paulo.

Jornal do Brasil, 01/05/90, p. 10

Vínhamos economizando há anos para que meu filho pudesse comprar sua casa própria. Um processo de transferência de titular de financiamento, com quitação, já se encontrava em fase final na CEF, quando fomos impedidos de consolidar a operação, devido ao Plano Collor.

Não nos conformamos com um candidato que empenhou sua palavra, de que não mexeria na caderneta de poupança, mas não a cumpriu, depois de eleito. Confundiu simples poupadores com especuladores, e impediu o sonho justo da aquisição da casa própria. Nada mais nos resta, senão o consumo imediato ou a compra de dolares! Poupar, nunca mais! **Telmo Vianna Fontes — Rio de Janeiro.**

Jornal da Tarde, 11/06/90 p.4

Charges, na trilha do que dizia o velho Horácio.

Sr.: O **Estadão** e o **Jornal da Tarde** trouxeram há poucos dias "charges" que satirizam a falta de credulidade do povo no sistema financeiro do País, principalmente na "poupança"; esta representada por um porco, e o povo por um pato. Diz o texto de **O Estado**: "Às moscas, hein? Bem feito, ora! Você não esperava que nós caíssemos, de novo, depois daquela 'sujeira', esperava?"

Tais caricaturas, diga-se, excelentes, parabéns pois aos seus autores, estão na trilha do velho lema, usado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, de autoria de Horácio: "Ridendo castigat mores", ou do ditado popular "Gato escaldado de água fria tem medo". O presidente Collor não honrou sua palavra quanto aos depósitos em poupança; a ministra Zélia, a gerontófoba, não deu garantia alguma de que restituirá em cruzeiros os cruzados bloqueados. Daí o povo não depositar na poupança, preferindo gastar suas pequenas economias a vê-las surrupiadas pelo governo. **Raul Schwinden, Capital.**

O temor da perda era reforçado por relatos de sequestro de aplicações financeiras em cruzeiros, feitas após 16 de março, que deveriam estar totalmente livre para movimentação, além das dúvidas sobre a devolução dos valores confiscados (vide quadro 24). Poucos dias após o anúncio do Plano Collor, membros do próprio governo informaram que as aplicações financeiras bloqueadas junto ao Banco Central seriam convertidas em títulos públicos, gerando questionamentos sobre a devolução dos valores. Embora o Ministério da Economia tenha prontamente informado que os recursos seriam devolvidos em cruzeiros a partir de setembro de 1991, o assunto continuou circulando na imprensa por meses, em meio a especulações quanto à capacidade do governo de efetuar a devolução com as devidas correções. Assim, a falta de confiança nos bancos e no governo, diante de informações desencontradas, boatos e falhas de atendimento nas agências, contribuía para o aumento momentâneo do consumo e minava qualquer tentativa de recuperação da credibilidade da caderneta de poupança.

Mesmo após a proibição, por meio de emenda constitucional[23], de novas medidas de bloqueio de patrimônio privado, como as estabelecidas pelo Plano Collor, permanece na sociedade brasileira o temor de que aquele episódio volte a ocorrer. A memória daqueles tempos, convertida em trauma, transparece em boatos sobre novos confiscos de poupança, que aparecem quando há sinais de crise econômica e influenciam a tomada de decisão das pessoas. A tradição de mudanças nas leis no Brasil, como destaca DaMatta (1993), gera uma perene insegurança na sociedade e, por desconfiarem dos sistemas legislativo e judiciário do País, muitos não veem garantias de benefício na postergação do consumo. Ao contrário: o consumo imediato, além de proporcionar o prazer da compra pela satisfação de um desejo, permite liquidar o temor da perda, oferecendo assim conforto psicológico. Além disso, para os investidores mais conservadores, a liquidez imediata é condição necessária para a reserva de recursos e, sem essa certeza, a disposição para geração de poupança fica comprometida. O incentivo, ainda que involuntário, ao consumo imediato em detrimento da formação de riqueza no longo prazo configura uma propensão à pobreza derivada desta insistente

[23] Emenda Constitucional n. 32, de 11 de setembro de 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc32.htm. Acesso em 8 de setembro de 2018.

instabilidade política e institucional, notada pela falta de transparência que abre espaço para a corrupção[24]. Como é sabido, a baixa poupança interna é um entrave relevante ao crescimento sustentável de qualquer país.

Quadro 24
Confisco

O Estado de S.Paulo, 20/05/90, p. 2

Sou capaz de apostar que o governo não irá devolver aos poupadores, a partir de setembro de 1991, os ativos financeiros bloqueados no Banco Central. Posso até adiantar os argumentos que poderão ser usados: a liberação, mesmo paulatina, dos recurso bloqueados, iria gerar um aumento de liquidez; com o aumento da liquidez haveria explosão da demanda; com a explosão da demanda haveria desabastecimentO e ágio; este aumentaria as pressões inflacionárias. Provavelmente o governo desbloquearia os ativos financeiros, emitindo Letras do Tesouro Nacional, nominais, não negociáveis, resgatáveis no prazo de 10 ou 20 anos. Medida de tal natureza pode ser adotada facilmente. É só promulgar mais uma medida provisória. Helio Rolim, Santos

O Globo, 14/12/90, p. 6

Mais uma vez a Ministra Zélia vem a público para dizer que os cruzados novos bloqueados serão devolvidos aos seus legítimos donos a partir de setembro do ano que vem, com correção monetária e juros. Mais uma vez ficamos sem saber se esse reajuste incidirá sobre todas as doze parcelas que dividirão o valor bloqueado, ou se será feito somente uma vez, em cima da quantia bloqueada, para depois ser dividida em dez parcelas iguais e irreajustáveis. Os poupadores precisam receber melhores esclarecimentos a respeito dessa devolução.

Antônio Sergio de Almeida, Rio

O Globo, 13/10/90, p. 6

Sou, como milhares de outros brasileiros, vítima do congelamento de uma pequena poupança de valor inferior a Cr$ 100 mil depositada na agência Leblon da CEF. Fui agora surpreendida com um aviso da agência: havia procedido a novo congelamento, sobre depósito novo, feito dia 4 de setembro, sob alegação de erro contábil anterior. Mais absurdo é que eu não havia sacado sequer os Cr$ 50 mil a que teria direito. Minha reclamação à gerência, ao lado de outros depositantes, não surtiu efeito. Essa incompreensível atitude não pode ter respaldo na lei...

Thereza de Jesus Baptista de Oliveira, Rio

O Globo, 07/12/90, p. 6

Possuindo duas poupanças na Caixa Econômica agência Nilópolis, tive uma delas bloqueada em cruzados em março, pelo plano do Governo. A outra, por não ultrapassar o teto máximo de Cr$ 50 mil, continuou liberada, conseqüentemente transformada em cruzeiros. Em setembro fui à agência a fim de fazer conta conjunta com minha esposa, tendo a surpresa de tomar conhecimento de que a poupança que deveria estar liberada e transformada em cruzeiros, encontrava-se também bloqueada em cruzados. Procurando o gerente este me disse que a poupança outrora liberada fora erro da própria agência, bloqueando-a posteriormente por ordem do Banco Central. Peço a alguém responsável melhores esclarecimentos, pois ainda não entendi.

João da Costa Silva, Rio

[24] De acordo com o ranking elaborado pela organização não-governamental Transparência Internacional, que considera a percepção que a população tem sobre a corrupção entre servidores públicos e políticos, o Brasil ocupou em 2016 o 79º lugar entre 176 nações pesquisadas.

A parte da população que preferiu ir às compras, diante do medo de perder suas economias, concentrou seus gastos em bens semi duráveis (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, vestuário e calçados) e não duráveis (alimentos, produtos de higiene limpeza etc.), ao invés de duráveis (imóveis, automóveis, joias) – por uma questão de valor disponível para utilização –, não configurando, portanto, formação de patrimônio. Ao promover o redirecionamento dos recursos que, a princípio, seriam destinados à compra de bens duráveis para a aquisição de semi duráveis e não duráveis, o Plano Collor reforçou a propensão à pobreza da sociedade brasileira, uma vez que esse consumo, por ser passageiro (cessa com o fim dos recursos acumulados) e não configurar investimento (não produz rendimentos ou ganho de capital), não se traduz em geração futura de riqueza.

Uma vez liquidadas essas economias, a solução para viver com pouco dinheiro era ajustar o orçamento doméstico. Com os salários sendo reajustados abaixo da inflação e o desemprego crescendo[25], era cada vez maior o desafio de chegar ao fim do mês com algum dinheiro no bolso – um processo de empobrecimento pelo qual passou grande parte da população naquele período (vide quadro 25). Reduzir a lista de compras do supermercado ao estritamente necessário e fazer os chamados "bicos" – trabalhos esporádicos para reforçar a renda – eram práticas corriqueiras para grande parte dos brasileiros em 1990[26]. As figuras FSP900110A2 e FSP900708A2 mostram que até mesmo o consumo de alimentos minguou e a lista de compras do supermercado praticamente sumiu (era preciso uma lupa para enxergá-la). As prateleiras cheias e o carrinho de compras vazio, apenas com as crianças dentro dele, sinalizam a falta de dinheiro inclusive para itens de primeira necessidade. Há uma resistência à nova realidade, que se mostra pela persistência do hábito de ir ao supermercado, mesmo quando este já não responde mais à função de manter a residência abastecida. Neste caso, a ida ao supermercado passa a ter outro objetivo, o de abrigo da memória (vide pg. 245).

[25] A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE junto às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mostra que a taxa média anual de desemprego subiu de 3,3% em 1989 para 4,3% em 1990 e 4,8% em 1991. Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Dieese/Seade, cuja metodologia difere da PME, aponta que na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego passou de 8,7% em 1989 para 10,3% em 1990 e 11,7% em 1991.

[26] Não há dados oficiais que apontem quantas pessoas faziam bicos em 1990. Reportagem da revista *Veja* ("Vivendo de bico", 13/06/1990, p. 21) estima que esse número chegava a 20 milhões. O IBGE informa que, em 1990, os trabalhadores sem carteira assinada respondiam por quase 40% dos empregados no Brasil, somando 15,5 milhões de pessoas, dando uma medida da informalidade no País.

Figura FSP900110A2
Folha de S.Paulo, 01/10/90, p.A-2

Figura FSP900708A2
Folha de S.Paulo, 07/08/90, p.A-2

Quadro 25
Empobrecimento (amostra das cartas dos leitores)

O Globo, 04/12/90, p. 6

Estamos plenamente de acordo com o Governo quando diz que a população não deve comprar móveis, objetos, enfim, gastar. É preciso economizar, poupar, isto é, poupar e "pechinchar o quanto puder". Tudo isto é válido. Mas, infelizmente, o que assistimos é terrível. Os alimentos estão com preços absurdos, incompatíveis com o salário da maioria dos chefes de família. Não está dando para viver. Poupar e economizar como? Não está dando nem para comer como se deveria...

Paulo Romeu de Azevedo, Rio

Folha de S.Paulo, 14/07/90, p.A-3

"A população (incluindo os descamisados, os pés-descalços e os pobres de espírito) está num ritmo acelerado de empobrecimento, que se desenha sem volta. Aquele que afirmava em palanques ter a solução para todos os problemas comprova pelos seus próprios atos o engodo a que foi levado seu exército de descamisados."

Miguel J. Bernardino Filho (São Caetano do Sul, SP)

O Globo, 29/11/90, p. 6

Votei em Fernando Collor nos dois turnos. Mais turnos houvesse, mais nele votaria. Dei um enorme crédito de confiança à nossa "dama de ferro". Acontece que ela está exagerando. Sei que a inflação é um mal. Todos sabem disso. Existe um mal maior: a "idéia fixa", o quase fanatismo de nossa Ministra. Com um pouco de inflação podemos conviver. Não me consta que alguém tenha morrido disso. De fome, sim. Não vejo mérito algum em conseguir-se uma coisa só — por melhor que seja — à custa de milhões de vidas. Não estou usando figura de retórica. Morre-se mesmo de fome no Brasil, atualmente mais do que antes. O desemprego aumenta, o salário diminui e os aposentados — entre os quais me incluo — foram escolhidos a dedo para morrer primeiro. Há uma certa lógica nisso: estão velhos, vão morrer mesmo... Acho até muito justo que os velhos morram primeiro, mas de morte natural. Morrer assassinado, pela arma da fome, em nome de um índice qualquer de inflação, juro que não me parece um fim digno de um cristão.

Olga Margaethe Meyer, Rio

Folha de S.Paulo, 16/06/90, p.A-3

"Até quando serviremos de cobaias? Vi hoje dentro do ônibus um pai de família que, desesperado por ter perdido seu emprego, se vestiu de palhaço para esmolar. Eu perguntei a ele o porquê da fantasia de palhaço, e ele me respondeu que a imagem do palhaço transmite 'humildade'..."

Maria I. Testone (São Paulo, SP)

Estudos sugerem que a privação econômica pode monopolizar recursos mentais e comprometer julgamentos e escolhas econômicas que, de outro modo, poderiam ajudar os pobres a melhorar sua condição financeira. Ávila e Bianchi (2015:55) destacam que "um experimento de laboratório feito por Mani e colaboradores (2013) mostrou que, em contraste com pessoas em boa situação econômica, os pobres têm funções cognitivas prejudicadas em consequência de serem forçados a pensar sobre dificuldades financeiras".

A falta de dinheiro na praça obrigou o comércio a rever sua política de vendas. Lojas passaram a fazer promoções e conceder crédito, retomando uma prática em desuso na sociedade naquele período devido à ferocidade da inflação:

reaparece o cartão de crédito e o crediário. O risco dessa estratégia revela quão delicada era a situação para as empresas, uma vez que eventual aceleração inflacionária poderia transformar em pó os valores a receber no futuro. Por outro lado, deixar de vender levaria à falência, diante da falta de caixa para manutenção das operações. Os esforços dos empresários para reativar as vendas e, quem sabe, encontrar uma oportunidade de crescimento em meio à crise fizeram parte do enredo da novela *Rainha da Sucata* (Rede Globo, 1990), com a empresária Maria do Carmo, personagem principal representada por Regina Duarte, apostando nas vendas no "varejão" e na diversificação dos negócios para superar a forte retração das vendas. Diferentemente de outros empresários, Maria do Carmo havia conseguido escapar do confisco das aplicações financeiras por ter investido toda sua reserva em um novo projeto antes do anúncio do Plano Collor (vide anexo 4: Rainha da Sucata - Maria do Carmo justifica o não confisco de seus bens (Rede Globo, 1990)).

Para fechar negócio, valia utilizar as mais variadas moedas – cruzeiro, cruzado novo, dólar – e mercadorias: móveis, automóveis, ações, linhas telefônicas, roupas e até sacos de areia. O escambo passou a ser feito com relativa frequência, garantindo negócios para empresas que se especializaram em promover e intermediar esta prática, permitindo que a economia não ficasse completamente travada.

A indisponibilidade de recursos afetava diversos costumes, como o de comer fora de casa, retratado pela figura FSP901709A2. O escambo servia à tentativa de manter vivo esse hábito, ainda que por um período limitado de tempo, evidenciando a resistência das pessoas em aceitar a nova realidade e a capacidade de buscar soluções alternativas para os problemas que se apresentam. A disposição em se desfazer de bens de valor afetivo ou utilitários, como no caso do canivete, em troca de algo que se costumava ter antes do pacote econômico, indica o apego à condição de vida passada, que não mais existe – outra evidência da violência psicológica provocada pelo Plano Collor. O estresse mental gerado pelo pacote econômico é assemelhado ao de uma situação de guerra, como enfatiza a caixa de texto "Depois do dia D" no canto superior direito da figura – referência ao termo militar usado para identificar o dia em que um ataque ou operação de combate deve

ser iniciado[27]. No caso da charge em questão, o “dia D” seria 16 de março de 1990, data de anúncio do Plano Collor, que teria tido efeito tão devastador sobre o cotidiano quanto uma guerra.

Figura FSP901709A2
Folha de S.Paulo, 17/09/90, p.A-2

A ausência de dinheiro nas operações de troca obrigava as partes a negociar equivalências em mercadorias, exigindo um exercício de empatia, uma vez que um precisava se colocar no lugar do outro para compreender e avaliar a lógica da formação de preço que definia, por exemplo, que um carro, uma linha telefônica e uma bicicleta valiam o mesmo que um terreno. À medida que práticas já em desuso nas cidades (sobretudo nas metrópoles) passaram a ser retomadas, observou-se um enriquecendo das relações sociais, que haviam sido esmorecidas pela introdução da moeda como intermediador nas trocas, minimizando assim a necessidade de contato entre comprador e vendedor. No dia a dia, o dinheiro funciona como um neutralizador de fatores emocionais nas operações comerciais,

[27] O termo “dia D” se popularizou a partir da Segunda Guerra Mundial, por ser comumente associado à invasão da Normandia pelos aliados em 6 de junho de 1944, operação militar que deu início à derrocada nazista.

por transformar qualquer produto ou serviço em número. É este número, o preço, que isento de qualquer conotação afetiva liga o comprador ao vendedor – basta que o vendedor determine um preço para sua mercadoria ou serviço que seja aceito pelo comprador, dispensando a necessidade de qualquer conhecimento sobre processos e custos envolvidos na produção. Mas, uma vez que a moeda desaparece, a impessoalidade dos números cede espaço à empatia e as transações comerciais adquirem um componente emocional, derivado da relação entre as partes envolvidas. O que antes era apenas uma questão de preço passa a envolver valor, ou seja, incorpora a importância que as pessoas atribuem a objetos e mão de obra, de acordo com seus conhecimentos, interesses, crenças e desejos[28].

Assim, ao retirar dinheiro de circulação brusca e amplamente, atingindo diversos níveis da sociedade ainda que de forma desigual, o Plano Collor rompeu com o individualismo e a frieza característicos das grandes cidades (Simmel, 1967) ao introduzir um problema – ou desafio – coletivo: encontrar formas de se viver dentro dos limites impostos pelo pacote econômico. Este ponto comum incentivava o diálogo e injetava empatia na sociedade, estimulando a afetividade nas relações interpessoais.

Ainda observando a figura FSP901709A2 é possível notar outra mudança que, se não provocada, foi ao menos amplificada pelo Plano Collor: a das relações de trabalho. Com a recessão e a indisponibilidade de moeda, manter o quadro de funcionários se tornou inviável para muitos empreendedores, sobretudo os de pequeno porte. Assim, o dono ou gerente do restaurante (aquele com autonomia para negociar condições de pagamento com o cliente) passou a acumular a função de garçom, numa alusão ao movimento de diminuição do quadro de funcionários visto em muitas empresas e também em algumas residências (com a dispensa de empregados domésticos), que resultou em maior desemprego e redução de renda da população. A charge chama a atenção para a flexibilização das condições de pagamento por parte dos comerciantes, condição naquele momento necessária para a manutenção dos negócios.

[28] O debate sobre preço e valor é amplo, envolvendo questões como percepção de marca e diversidade cultural, que não nos cabe no momento destrinchar, mas que vale pontuar.

Além das permutas e da reativação do cartão de crédito e do crediário, as lojas se dispuseram a fazer promoções que incluíam artifícios como leiloar estoques, deixando ao cliente a função de estipular os preços dos produtos, ou oferecer ao cliente a possibilidade de pagar com cartão de crédito e receber parte do valor da compra de volta em cruzeiros – uma forma de atrair aqueles que precisavam de "dinheiro vivo". Nas feiras livres, feirantes procuravam manter a clientela se dispondo a trocar cheque por dinheiro.

Mesmo com todo o esforço do comércio, empresários relataram que o movimento em bares e restaurantes chegou a cair pela metade. O programa *Cabaré do Barata* fez um quadro que apresenta esta situação e mostra como o Plano Collor afetou a confiança e as finanças do empresariado. Barata, o dono do Cabaré, bebia para esquecer o confisco da caderneta de poupança, num exemplo de como o pacote econômico comprometeu não só a saúde financeira, mas também física e metal das pessoas (vide anexo 4 e transcrição 5: Cabaré do Barata - Barata e Brizola falam do Plano (Rede Manchete, 1990)). O quadro ainda ressalta a mudança de comportamento dos consumidores, em busca de opções mais econômicas de entretenimento, os esforços dos empresários para atrair a clientela – Barata aceita cartão de crédito apesar de o dinheiro "custa a bater" – e a divergência de avaliações sobre o Plano Collor, com Brizola (dono de imóvel no exterior e de investimentos não afetados pelo pacote econômico) afirmando que "não era o fim do mundo", mas ao ser convidado a se colocar na posição de Barata, trocando apenas uma de suas boiadas por todo o patrimônio do amigo, ele muda de opinião e vê o fim do mundo. Ou seja: a aceitação do pacote econômico estava relacionada à intensidade do impacto das medidas na vida das pessoas – quanto mais comprometia a vida pessoal e profissional, maior era a resistência às medidas. Essa percepção também transparece nas cartas enviadas a jornais e revistas e em quadro do humorístico *TV Pirata*, que confronta a ira de quem teve a poupança confiscada com o apoio ao Plano por quem não tinha dinheiro depositado nos bancos para ser bloqueado (vide anexo 4 e transcrição na pg. 167 - TV Pirata – O segredo de Darcy - Quem passou a mão na minha poupança (Rede Globo, 1990).

Transcrição 5

Cabaré do Barata - Barata e Brizola falam do Plano (Rede Manchete, 1990)

Barata e boneco Brizola conversam no bar do Cabaré do Barata.

Barata: Brizola, você não está achando uma coisa esquisita no ar?

Brizola: Estou sim. O Cabaré anda meio vazio. Cadê o pessoal?

Barata: Eu acho que o pacote espantou, viu...

Brizola: Então traz o pessoal de volta. O cliente gosta de ser bem tratado. Sorria sempre.

Barata: Ai, muito difícil quando eu lembro do meu dinheiro no over...

Brizola: Começa a oferecer um drink de cortesia.

Barata: Ai, não me fala em bebida não, tá...

Brizola: Mas por que?

Barata: É porque eu abusei um pouquinho do copo para esquecer a caderneta de poupança.

Brizola: Outra medida é baixar os preços.

Barata: Você acha, é?

Brizola: Todo mundo vai onde é mais barato.

Barata: Ué, então vende a sua casa na Austrália e vai morar na baixada fluminense.

Brizola: O público gosta é de conforto.

Barata: E daí, Brizola?

Brizola: Aqui não tem estacionamento próprio.

Barata: Também, com a falta de álcool ninguém notou, né?

Brizola: Você não aceita cartão de crédito.

Barata: Aceito, mas é que o dinheiro custa a bater, né?

Brizola: De amigo para amigo, Barata.

Barata: Fala, Brizola.

Brizola: Esquece o pacote. Se se dinheiro ficou prezo, não é o fim do mundo.

Barata: Então vamos fazer uma coisa? Você troca tudo que eu tenho por uma boiada sua?

Brizola: Daí é o fim do mundo.

Diante das dificuldades de caixa enfrentadas pelas empresas, que também tiveram seus recursos bloqueados, mesmo aqueles que mantiveram seus empregos se viam, muitas vezes, sem salário no fim do mês, devido aos atrasos de pagamento – situação que constrangia os trabalhadores e enlouquecia os empresários, como mostra a figura ESP902303P3. As negociações de salário e jornada de trabalho entre empregadores e empregados se tornaram comuns e viraram tema de quadro do *Cabaré do Barata* (vide anexo 4 e transcrição 6: Cabaré do Barata - Barata e Zé Brasil falam de salário (Rede Manchete, 1990)).

Figura OESP902303P3
O Estado de S.Paulo, 23/03/90 p. 3

Transcrição 6
Cabaré do Barata - Barata e Zé Brasil falam de salário (Rede Manchete, 1990)

Barata (empregador) e Zé Brasil (empregado) conversam no bar do Cabaré do Barata.

Barata: Zé Brasil, preciso entrar num acordo com você. Sabe o que é... eu acho que eu estou "zeliado". Não tenho dinheiro para pagar você, não.

Zé Brasil: O que é que se há de fazer, não é doutor? E se eu trabalhasse menos?

Barata: Ótima ideia! Qual é seu horário aqui no Cabaré?

Zé Brasil: Pego às 8 da noite e vou até as 5 da matina. Mas posso largar às 4 horas.

Barata: Não pode ser mais cedo?

Zé Brasil: Saio às 3 da matina. Pronto.

Barata: Mais cedo ainda?

Zé Brasil: Tudo bem. Largo às 2.

Barata: Não é bem isso que eu quero não, viu Zé Brasil...

Zé Brasil: Ihhhh...Tá querendo que eu pare de trabalhar a 1 da manhã?

Barata: Não pode ser mais cedinho ainda?

Zé Brasil: Meia-noite, doutor? Sei não...

Barata: Não pode ser antes da meia-noite não?

Zé Brasil: Tá legal, doutor Barata. Onze da noite e não se fala mais nisso.

Barata: Quem sabe 9h30?

Zé Brasil: Não vem, não. 9h30? Que 9h30? Desse jeito eu vou pagar para trabalhar. É ou não é?

Barata: Zé Brasil, pelo amor de Deus, eu não posso passar sem tomar meu escocês.

Zé Brasil: Ih, sujou.

Nem mesmo as grandes companhias tiveram facilidade para conseguir empréstimos para pagamento de salários. Com pouco dinheiro disponível nos bancos, os juros foram às alturas, chegando a 35% ao mês, numa economia com inflação teoricamente em zero[29]. As empresas que podiam redirecionavam os recursos em caixa, tentando deixar o "dinheiro vivo" para os salários, enquanto tentavam lidar com os cancelamentos de encomendas e a queda no faturamento.

Como as medidas econômicas permitam pagar dívidas contraídas antes do anúncio do pacote com os cruzados novos bloqueados, por meio da transferência de titularidade, os empresários buscaram quitar o máximo possível de compromissos desta forma. Entretanto, quem recebia esses pagamentos ficava com o "mico" na mão, já que não poderia ter acesso a esses recursos antes do fim do confisco. Assim, se beneficiaram do Plano Collor as empresas mais endividadas,

[29] A então recém promulgada Constituição de 1988 proibia por meio de seu artigo 192, parágrafo 3º, a cobrança de juros reais acima de 12% ao ano nas operações de crédito, sendo que a "cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar". Na prática, no entanto, a lei não era cumprida, como é possível notar pelas reportagens jornalísticas da época e pelo destaque dado ao assunto na novela *Rainha da Sucata* (vide anexo 4: Rainha da Sucata - Gerente se recusa a emprestar dinheiro para Maria do Carmo (Rede Globo, 1990)).

enquanto aquelas com caixa mais equilibrado foram penalizadas. A essas empresas restaram algumas alternativas: 1-) ficar com o dinheiro parado na conta por até 18 meses; 2-) entrar nos leilões de liquidez, nos quais o governo trocava os cruzados novos por cruzeiros mediante deságio; 3-) antecipar créditos, mediante desconto no valor a receber; 4-) pedir ajuda para a matriz (válido para as multinacionais); 5-) buscar um “jeitinho” de utilizar o dinheiro bloqueado.

As fraudes podiam envolver o pagamento de contas de terceiros em cruzados novos e recebimento “por fora” de cruzeiros; doações para entidades filantrópicas (que devolviam parte do valor doado em cruzeiros); demissões de funcionários, que em acordo com os empregadores, devolviam as verbas rescisórias (convertidas de cruzados novos bloqueados para cruzeiros) em troca de uma porcentagem do valor; consórcios, que vendiam cotas com data anterior a 15 de março, para que o detentor pudesse pagar com cruzados novos, entre outras manobras contábeis.

Em busca de mais alternativas legais para o desbloqueio das aplicações financeiras, as grandes empresas faziam lobby junto ao governo para ter os recursos liberados, por meio das “torneiras de liquidez”. Os pequenos empresários não dispunham deste poder, mas tinham a vantagem de não precisar seguir normas rígidas de contabilidade. Para evitar o “mico”, feirantes, por exemplo, procuravam trocar na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) seus cheques em cruzados novos por mercadorias, que depois eram vendidas com descontos para não ficarem “encalhadas”.

Outra estratégia de sobrevivência das empresas consistia em encontrar clientes com condições de pagamento. Este filão se concentrava nos governos municipal, estadual e federal, que não tiveram seus recursos confiscados pelo Plano Collor. Por isso, era grande a disputa entre as empresas privadas para fixar contratos com estatais e órgãos públicos, mas poucas conseguiam penetrar neste segmento.

Como consequência de todos os infortúnios enfrentados pelo setor privado, o que se viu foi uma onda de demissões, acompanhada de um salto na inadimplência e seguida por concordatas e falências. As dívidas não quitadas dentro do prazo

quase triplicaram, com a taxa de empréstimos em atraso passando de 1,8% no início de 1990 para 4,8% no fim daquele mesmo ano, de acordo com a Associação das Empresas de Crédito ao Consumo[30]. Um levantamento da consultoria Arthur Andersen mostrou que, de março a outubro de 1990, mais de 1500 empresas em São Paulo e no Rio de Janeiro pediram concordata ou faliram e a tendência apresentada pelos números era de aceleração (vide tabela 5). Considerando que a informalidade atingia grande parte das micro e pequenas empresas no País naquele período[31], não seria exagero imaginar que este número fosse muito maior, uma vez que o estudo contempla apenas as empresas formalizadas.

Tabela 5

Balanço das concordatas e falências

Empresas de São Paulo e do Rio de Janeiro (de 15 de março a 26 de outubro)

Setores	Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Total	
	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.	Fal.	Conc.
Agrícola	1	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	5	—
Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—
Metalurgia	8	2	12	—	13	—	17	1	11	—	26	2	21	—	27	5	135	10
Mecânica	—	—	2	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	5	—
Material Elétrico e de Comunicação	—	—	—	—	1	1	—	—	1	—	6	—	2	—	1	—	11	1
Material de Transporte	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	1	—	—	—	3	—	7	—
Madeira e Mobiliário	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	1	—	1	—	7	—
Química	2	—	—	—	5	—	—	—	3	—	5	2	2	4	2	4	19	10
Produtos de Materia Plástica	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Textil, Vestuário, Calçados, Couro	21	—	9	—	9	—	19	1	8	1	45	—	25	4	29	2	165	8
Prod. Alimentares	29	—	14	2	19	—	13	1	22	3	43	1	34	—	38	1	212	5
Bebidas e Fumo	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Editorial e Gráfico	4	—	3	—	4	—	3	—	2	—	3	—	5	—	7	—	31	—
Construção Civil	13	—	15	—	14	—	11	—	14	—	19	—	20	1	2	18	124	13
Comércio	19	—	41	—	23	—	35	—	34	—	48	—	57	—	74	9	331	9
Transporte e Comunicação	1	—	3	—	2	—	2	—	1	—	—	—	5	—	7	—	21	—
Indústria e Comércio	4	—	5	—	14	—	4	—	9	—	37	—	14	2	9	—	92	2
Informática	—	—	2	—	4	—	2	—	2	—	10	—	1	—	4	—	25	—
Eletroeletrônica	1	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—
Outros	7	—	21	1	15	—	10	—	37	—	50	—	54	1	76	4	270	6
Total Mensal	113	2	130	3	125	1	121	3	146	4	295	5	242	12	300	37	1472	64

Fonte: Arthur Andersen

Publicado em *O Estado de S.Paulo*, 06/11/90, p. 7

De acordo com levantamento do Sebrae[32], quando Collor chegou ao poder, 98% das empresas no Brasil eram de micro e pequeno porte, respondendo por 20,6% do PIB nacional. Neste segmento, até hoje é muito comum a mistura das

[30] *O Globo*. "Inadimplência triplica com o Plano Collor". 11 de novembro de 1990, p. 61

[31] Um estudo sobre economia informal urbana feito pelo IBGE mostra que em 1997 havia 9,5 milhões de empresas informais no Brasil, sendo que dentre estas 8,2 milhões se referiam a trabalhadores por conta própria e 1,3 milhão a empregadores. No total, 12,9 milhões de pessoas – 7,8% da população brasileira à época, eram trabalhadores informais. Não há dados disponíveis referentes a períodos anteriores.

[32] SEBRAE. *As empresas de menor porte na economia nacional – indicadores selecionados*. Nov/91, p.7.

finanças pessoais dos empreendedores com as da empresa. Números do Sebrae de 1999 mostram que 68% dos micro e pequenos empreendedores formais costumavam utilizar recursos próprios, de parentes ou amigos para cobrir despesas da empresa. A estreita relação entre o caixa da empresa e as contas pessoais dos empresários também se dava em sentido inverso, com 55% deles informando que faziam retiradas de dinheiro do caixa da empresa para pagar despesas pessoais. Nas empresas informais, sobretudo naquelas em que a empresa é o trabalhador por conta própria, essa separação se torna ainda mais tênue.

Desta forma, o Plano Collor, ao bloquear as aplicações financeiras dos micro e pequenos empresários, retirou deles não apenas suas economias particulares, mas também o capital necessário para funcionamento de seu empreendimento, ou seja, sua fonte de renda. Nas cartas enviadas aos jornais e em reportagens jornalísticas da época, empreendedores narram dramas sofridos pela falta de condições de manter seu trabalho e suprir suas necessidades básicas (vide quadro 26).

Se por um lado os profissionais liberais perdiam renda por não conseguir clientes, por outro, os clientes, por falta de dinheiro (derivada do desemprego, do achatamento da renda ou da perda de reservas financeiras) deixavam até mesmo de cuidar da saúde, adiando consultas e tratamentos médicos. De acordo com o IBGE, 40,4% da população acima de 10 anos no Brasil não tinha nenhuma fonte de rendimento em 1990. Daqueles que tinham, 30,3% ganhavam até dois salários mínimos por mês, apresentando rendimento médio mensal de 8.998 cruzeiros (equivalente hoje a R$ 1199,73).

Quadro 26
Profissionais liberais e autônomos

Jornal da Tarde, 02/04/90, p.4

Sr.: Como tem apregoado o sr. presidente Fernando Collor de Mello e seus ministros, "não foi e nem é intenção do governo penalizar aqueles que vivem do trabalho".

No entanto, não é o que está acontecendo com os médicos que prestam serviços às empresas de saúde, pois estes estão recebendo seus honorários médicos atrasados desde janeiro/90 em cruzados novos, o que inviabiliza a sobrevivência de cerca de 12 mil profissionais nesta situação.

Os médicos não têm outra fonte para obter cruzeiros senão a sua própria mão-de-obra. Providências urgentes são necessárias. **Dra. Maria Luiza A. R. Machado**, médica-diretora da A.P.M., **Capital.**

Jornal do Brasil, 02/05/90, p. 10

(...) Sou dentista e (...) atendo à classe média e baixa, já há vários anos. (...) Pago aluguel alto, matérias primas caríssimas, contas também altas, de luz, telefone e impostos, e o pior, a clientela diminuindo, pois não está a classe média a cada ano mais achatada?

Por esse motivo, a maior parte do que ganho é através dos convênios. Pois bem, todo o resultado de um mês de *trabalho* — palavra que grifo, pois não foi especulação — eu recebi destes convênios em *cruzados* — palavra que grifo, pois tudo o mais que paguei durante o mês de abril foi em cruzeiros.

Existe maior injustiça do que essa, para os médicos, dentistas, psicólogos, fonoaudiologos, etc? Devo ser punida, porque trabalhei? ( ) **Liliam Gomes Dapeto — Rio de Janeiro.**

Jornal do Brasil, 10/04/90, p. 10

(...) Não sou especulador, sou trabalhador autônomo (...), não tenho renda mensal, e o que ganho tenho que fazer render da melhor forma possível, até fazer novos negócios com meus produtos, que são a música e a pintura. Tenho 47 anos (...), quatro filhos, moro com minha sogra enquanto tento, com minhas economias, construir uma casa num subúrbio distante do Rio. Trabalho como artista plástico e músico compositor, e tudo o que consigo é com muito esforço e sacrifício. Neste início de ano vendi meu veículo de trabalho, um Fiat/81 a álcool, vendi também uns quadros meus, para comprar material de trabalho (tintas, telas, instrumentos musicais), e fiquei com NCz$ 200 mil aplicados no Itaú para enfrentar este início de década. Agora, o novo plano confiscou o meu único dinheiro, e estou passando dificuldades, sem material de trabalho, sem carro, sem dinheiro para custear ensino e alimentação dos meus filhos. (...) E agora, com o mercado de arte em recessão, estou à beira do desespero, pois minha renda de direitos autorais, do Ecad, não ultrapassa NCz$ 40, equivalentes a dois quilos de açúcar. (...) **Heitor dos Prazeres Filho — Rio de Janeiro.**

Jornal do Brasil, 20/04/90, p. 10

(...) Meu marido está com 55 anos, desempregado há cinco, e não conseguiu mais trabalho. Não tem aposentadoria e nem plano de saúde, pois as mensalidades estavam fora de nosso alcance. Para sobreviver fomos trabalhar com venda de salgados e sanduíches na praia, debaixo de sol causticante, e com o sacrifício que esse trabalho acarreta na nossa idade.

O que conseguimos arrecadar, empregávamos na caderneta de poupança, para que pudessemos suportar a inflação, e desse dinheiro provinha o nosso sustento. Juntamos em quatro anos de muito trabalho e sacrifício Cr$ 300 mil. Para nossa total infelicidade, eu não tenho CPF, o que diminuiu ainda mais a nossa retirada. Não concordo com o arguimento do governo de que aumentando o limite de retirada da poupança haverá mais dinheiro circulando no mercado, uma vez que a pessoa que só dispõe desse dinheiro para sua sobrevivência, mais do que nunca tentará poupá-lo, ou mesmo estiá-lo para que dure pelo menos 18 meses. ( ) **Regina Mendes Martins Costa — Rio de Janeiro.**

Folha de S.Paulo, 29/04/90, p.B-9

Honorários caem 70% para advogado

Da Reportagem Local

O advogado Ubiratan Rodrigues Braga, 47, tem escritório em São Paulo. Ele teve queda de honorários de 70% após a divulgação do Plano Collor. Apesar disso, o seu trabalho aumentou em se tratando de pessoas jurídicas, pois boa parte de seus clientes —micro e pequenos empresários— faz consultas sobre as medidas do Plano diariamente. "Não posso deixar de assessorar os meus clientes", afirmou Braga. Em relação aos assuntos familiares ele disse que as pessoas estão adiando divórcios, aberturas de inventários entre outros procedimentos judiciais por não terem dinheiro para pagar o advogado. "Tenho um cliente da classe média alta que adiou a sua separação por não ter como me pagar e ainda arcar com as despesas judiciais", contou.

Arquiteto dispensa quase toda a equipe

Da Reportagem Local

O arquiteto Paulo César Pereira Carvalho, 30, teve queda de faturamento depois do Plano Collor de 80%. A sua empresa "Carvalho e Almeida Arquitetos" demitiu 21 dos 26 funcionários. "Todos os trabalhos que terminei, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, ainda não recebi", afirmou Carvalho. Segundo ele, o pouco trabalho que apareceu nesta semana deu somente para garantir os salários dos cinco funcionários que ficaram na empresa. "Estou pegando serviços que normalmente não pegaria por não terem boa remuneração", afirmou. Ele contou ainda que foram cancelados sete negócios fechados no mês passado. "Esses projetos davam para trocar de carro. Agora só consigo dinheiro para por um pouco de gasolina no carro", complementou.

Médica combate a crise com desconto

Da Reportagem Local

A dermatologista Clarisse Zaitz, 37, contou que o impacto do Plano Collor fez com que caísse pela metade o número de consultas semanais. Ela tem consultório na Praça Oswaldo Cruz, zona Sul de São Paulo e só após um mês e meio recuperou 20% das consultas. Para driblar essa queda, ela decidiu fazer alguns descontos: baixou os preços das cirurgias e ainda incluiu gratuitamente no preço fixo da consulta alguns exames como o micológico (que verifica se a pele tem ou não fungos). "Normalmente eu cobraria esse tipo de exame, assim como outros do gênero. Mas tenho que me adaptar ao Plano, que deixou todo mundo sem dinheiro. Se não fosse isso as cirurgias teriam preços maiores e eu estaria cobrando os exames também", afirmou Zaitz.

Dentista baixa preço e teme levar calotes

Da Reportagem Local

A cirurgiã-dentista Eliana Dalva Fabri, 32, atende em seu consultório, na zona norte de São Paulo, 16 pacientes por dia. Apesar de não ter sofrido nenhuma redução no número de pacientes que fazem tratamento em seu consultório depois do Plano Collor, ela tomou três precauções: baixar os preços de tratamentos mais caros como prótese, dividir em três parcelas o pagamento dos tratamentos para garantir o honorário e ainda não arrumar nenhuma dívida. A causa dessas duas precauções é o fato de estar preocupada com o possível desemprego em massa. "Os meus pacientes são assalariados. Se houver recessão no país e consequente desemprego, provavelmente sofrerei também, pois muitos deixarão de me pagar", concluiu Fabri.

Ao menos entre os paulistanos, a crise econômica e o desemprego eram apontados como a principal fonte de angústia, de acordo com levantamento Cesop/DataFolha, de fevereiro de 1991[33]. Dentre os entrevistados, 74,4% diziam pensar com frequência na situação que se encontrava o Brasil e 63,8% afirmavam que este assunto lhes causava muita ansiedade e sofrimento. Sobre a possibilidade de perda dos bens materiais (dinheiro, casa etc) e não ter como se sustentar, os entrevistados se dividiam entre os que se viam frequentemente atormentados por este pensamento (38,2% diziam pensar sempre no assunto e 43% afirmavam que o tema lhes causava muita angústia) e os que preferiam ignorar tal hipótese (40,5% diziam pensar raramente no assunto e 31,6% afirmavam não se angustiar com o tema).

Os efeitos da recessão e do desemprego no dia a dia também se materializavam pelas peças de humor, que frequentemente retratavam as dificuldades derivadas da perda do emprego e da redução de renda, como nas figuras OESP901305P2 e FSP902706A2.

Figura FSP902706A2
Folha de S.Paulo, 27/06/90, p.A-2

[33] Pesquisa "Angústias do paulistano", realizada em 20/02/1991, com 1080 residentes na cidade de São Paulo.

Figura OESP901305P2
O Estado de S.Paulo, 13/05/90, p. 2

No quadro “O segredo de Darcy – Quem passou a mão na minha poupança”, a *TV Pirata* (Rede Globo, 1990) satiriza, com muita ironia e duplo sentido nas palavras, um conjunto de situações decorrentes do Plano Collor, abordando diversos aspectos do impacto o pacote econômico sobre o cotidiano. Darcy, interpretada por Luiz Fernando Guimarães, é uma mulher de personalidade forte e força física, que controla com mãos de ferro a vida do marido, Tavinho, homem pequeno, de aparência frágil, personagem de Pedro Paulo Rangel. Dona Celeste (Regina Casé), mãe de Tavinho, uma jovem senhora, faz uma visita ao casal no dia do confisco das aplicações financeiras (vide transcrição 7).

Transcrição 7
Vídeo: TV Pirata – O segredo de Darcy - Quem passou a mão na minha poupança (Rede Globo, 1990)

Num pequeno apartamento de classe média, com sala de estar/jantar e cozinha americana, Darcy, nervosa, segura o marido Tavinho pelo colarinho da camisa, empurrando-o em direção à cozinha.

Tavinho choraminga: O plano é bom.

Darcy responde com socos e pontapés no marido, que cai no chão.

Narrador: Episódio de hoje: “Quem passou a mão na minha poupança?”

Tavinho, tentando se levantar do chão: Mas não fui eu. Foi a Zélia.

Darcy, ainda surrando Tavinho: Não me fala o nome dessa mulher! Não me fala o nome dessa biscate! Sou capaz de cometer uma loucura...

Darcy ameaça jogar o filtro de água em Tavinho.

Tavinho grita: Não!

Toca a campainha.

Darcy, colocando o filtro de volta no lugar e pegando uma corrente que estava sobre o balcão: Vai lá atender a porta. Vai e volta aqui pra eu te bater, que eu ainda não acabei de te bater...

Tavinho vai cambaleante abrir a porta.

Tavinho: Mamãe, estamos quebrados.

Dona Celeste entra no apartamento.

Dona Celeste, colocando a carteira sobre a mesa, sentando-se e abrindo os braços em direção ao filho, para que ele se sentasse em seu colo: Ih, Tavinho... Ela te quebrou de novo? Vem cá com a mãe.

Tavinho, sentando-se no colo da mãe e olhando com ar de desejo para a câmera: Não, não foi a Darcy, não mamãe. Dessa vez foi a Zélia. Essa ministra... hummm... é um animal, mamãe...

Darcy atira um objeto na direção de Tavinho e Dona Celeste, que se levantam assustados da mesa.

Dona Celeste: Ai, socorro!

Darcy vai em direção a eles, segura a sogra pelo braço e empurra em direção ao sofá: Chega pra lá!

Darcy vai até Tavinho e lhe empurra em direção à cozinha. Tavinho cai no chão.

Darcy fala para Dona Celeste: Esse babaca do seu filho! Falei pra ele pegar o dinheiro todo e botar aqui, que eu botava na minha calcinha. Eu queria ver ela bota a mão na minha calcinha. Na minha calcinha ela não botava, não, que ela não é besta.

Darcy vai em direção a Tavinho e volta a surra-lo: O retardado, o filhote de lesma pegou o dinheiro e botou todo na poupança.

Tavinho, se apoiando no balcão: Como é que eu ia adivinhar, mamãe?

Dona Celeste, se levantando do sofá e pegando a carteira que estava sobre a mesa: Ah, que pena! O meu eu tirei todo, viu minha filha?! Eu tirei. Fui lá e raspei o cofre. Não quis nem saber. Não deixei um centavo velho lá para contar história. Agora, o plano é bom, né? Eu tô achando bom. É isso mesmo. Tinha que acertar a inflação com um tiro certeiro.

Darcy ameaça ir para cima de Dona Celeste, mas é contida por Tavinho: Tiro certeiro é o que eu vou dar na cabeça da sua mãe se ela não parar de falar.

Dona Celeste: Sabe essa moça, a Zélia...

Tavinho se ajoelha na frente da mãe: Mamãe, pelo amor de Deus, não fala mais o nome dessa mulher aqui em casa. A Darcy fica louca... Ela tá querendo ir à Brasília para dar um pau nessa mulher. Eu não sei mais o que faço, mamãe. Já escondi até o revólver aqui da casa.

Dona Celeste: Quem? A Zélia?

Tavinho: Mamãe!

Darcy ameaça jogar o filtro de água sobre Dona Celeste.

Dona Celeste: Mas a Zélia? A Zélia é muito boa. Eu acho ela muito bem preparada. E eu digo mais: nunca vi uma Zélia como essa que tá aí.

Darcy pega o rolo de macarrão e olha a sogra com expressão de ira. Tavinho corre em direção à mulher e a abraça.

Tavinho: Calma Nonhonha. Nosso dinheiro vai voltar. A nossa grana vai volta, tá bom?

Dona Celeste: É Darcy, você está muito nervosa, minha filha. Se acalma. Não é o fim do mundo. Eu vou fazer um café bem forte pra te acalmar, tá?

Dona Celeste vai em direção à cozinha e aponta para o filtro de água, que goteja: Olha lá! Olha o desperdício! É isso que eles estão falando. Olha lá a torneira pingando. Tem que fechar a torneira, Darcy! O negócio agora é fechar a torneira.

Darcy fala para Tavinho: Por falar em torneira, você vai lá embaixo na garagem e pega um cano bem velho pra acertar na cabeça da sua mãe, tá?

Tavinho fala para Dona Celeste: Mamãe, o que eu faço! O que eu faço?

Dona Celeste, sem dar atenção às ameaças: Ah, Tavinho! Nem te contei, menino! Sabe a Mirtinha, filha da dona Clotilde?

Tavinho: Sei.

Dona Celeste: Nem queira saber, meu filho... nem 15 anos completos a menina tinha... Disse que encontrou um vagabundo que estava encostado lá na Embrafilme. Aí começou a sair com ele, chegar tarde em casa... Bom, encurtando a história: diz que a liquidez da menina não veio. Tá atrasada, três meses que a liquidez não vem. A mãe dela diz que vai chamar o Tuma.

Darcy atira um objeto sobre a sogra, que se abaixa para desviar.

Darcy: Vamos parar e calar essa boca!

Tavinho: Calma, mamãe, calma! A Darcy já teve que cortar a análise, as aulas de boxe tailandês, o tai chi chuan, até a caracu com ovo dela, mamãe, agora é uma vez por mês, no dia do pagamento.

Darcy: É isso mesmo. Ovo agora aqui em casa está contado. Dois para cada um. O Tavinho tem os dois dele, eu tenho os dois meus. E olhe lá.

Tavinho: Pois é, mamãe... Teve que cortar o supérfluo.

Darcy volta a bater em Tavinho: Agora tem supérfluo de neguinho em casa que eu ainda não cortei. Porque neguinho escondeu as facas...

Tavinho morde os lábios e faz cara de dor, colocando as mãos entre as pernas.

Dona Celeste: Darcy, peraí... acho que você está exagerando, minha filha. Que isso! O plano é muito bem elaborado. Não precisa cortar tanto assim, não. Eu acho que não vai afetar o pequeno e médio empresário, como é o caso do Tavinho.

Darcy: Dona Celeste, deixa de frescura. Que médio, Dona Celeste? O Tavinho é micro. É micro empresário. O negócio dele é pequeno.

Dona Celeste: Nisso ele puxou o pai. Taí, Darcy, o negócio do pai também era mínimo. Nunca cresceu. Nem eu ali do lado, batalhando, não crescia. Mas agora, gente, acho que o negócio é apoiar. Vamos dar força pra esse plano para ver se dá certo. Eu confio na Zélia.

Darcy pega um revólver, segura Dona Celeste pelo vestido e a faz se ajoelhar em sua frente.

Darcy, apontando o revólver para a sogra: Dona Celeste, se a senhora repetir mais uma vez o nome dessa...

Tavinho interrompe Darcy e tira o revólver de perto de sua mãe.

Tavinho, puxando Darcy: Sem violência...

Dona Celeste, se levantando: Sem violência, Darcy, sem violência. Que é isso? Fica do lado da gente, dos descamisados, dos pés descalços. Vocês, jovens, que deveriam estar apoiando. A Zélia é muito corajosa. Ela está fazendo uma revolução russa sem pelotão de fuzilamento.

Darcy ameaça agredir a sogra, mas é novamente contida por Tavinho: Pelotão de fuzilamento você vai ver já já, sua jararaca!

Dona Celeste foge, saindo pela porta. Darcy começa a atirar.

Darcy: Não pode esquecer a tabela da Sunab (inaudível) sua jararaca!

Com bom humor, a *TV Pirata* mostrou o desespero e a raiva gerados pelo confisco das poupanças, abordou as divergências de opiniões sobre o Plano Collor e a equipe de governo, a desconfiança que levou algumas pessoas a sacar suas aplicações da poupança e guardar o dinheiro em casa, a popularização de termos econômicos como liquidez, as dificuldades impostas às empresas e às famílias, com cortes no orçamento e falências.

A falta inesperada e brusca de dinheiro obrigou muitas pessoas a não apenas alterar seus hábitos de consumo e ajustar as finanças domésticas, como a rever suas relações familiares. Casamentos, divórcios, filhos custam dinheiro e o Plano Collor inviabilizou o planejamento de muitas famílias. Sem recursos para custear processos judiciais e impostos, casais se viram obrigados a manter a união matrimonial, ao menos no papel, enquanto outros se uniram debaixo do mesmo teto, mas sem a festa para a troca de alianças. Mulheres que se preparavam para engravidar pensaram duas vezes e, possivelmente, muitas tenham decidido adiar a maternidade ou até mesmo desistido de se tornar mães. O que fica notório em todos estes casos é a interferência do Estado na intimidade das famílias, ao retirar delas os recursos por elas acumulados e que lhes possibilitaria tomar determinadas decisões.

Diante de toda a pressão psicológica desencadeada pelo Plano Collor, crises emocionais se mostraram mais frequentes e surgiram casos de suicídio

relacionados ao pacote econômico (vide quadro 27 e figuras OESP902303P3, ESP902403P3 e OESP900504P3). No fim de semana que se seguiu ao anúncio do Plano Collor, o Corpo de Bombeiros em São Paulo registrou um aumento de 10% na média de atendimentos relacionados a distúrbios emocionais[34]. As fontes indicam que esse percentual pode ter aumentado com o passar dos dias. De acordo com o cardiologista Ricardo Duprat Filho, dono do hospital Unicor de São Paulo, especializado em atendimento cardiológico, nas duas primeiras semanas de abril de 1990, o número de consultas médicas cresceu 25% e os casos de internação aumentaram 20%. Ainda que não seja possível afirmar que esse avanço tenha sido decorrente do Plano Collor, cabe pontuar que a maioria dos pacientes, segundo o doutor Duprat Filho, disse ter passado por tensão e ansiedade devido à perda de dinheiro[35].

Figura OESP902403P3
O Estado de S.Paulo, 24/03/90 p. 3

[34] *O Estado de S. Paulo*. "Um recorde de crises emocionais". 18 de março de 1990, p. 12
[35] *Veja*. "Pacote na cabeça". 18 de abril de 1990, p.46-52. A fonte não explicita a base de comparação ao apontar o aumento nos números de consulta, deixando em aberta a possibilidade de crescimento mensal (frente ao mesmo período do mês anterior) ou anual (frente ao mesmo período do ano anterior).

Figura OESP902303P3
O Estado de S.Paulo, 23/03/90 p. 3

Figura OESP900504P3
O Estado de S.Paulo, 05/04/90 p. 3

Quadro 27
Questão de saúde (amostra das cartas dos leitores)

O Estado de S.Paulo, 06/04/90, p. 2

Agora, precisamos estabelecer e manter no Brasil uma corrente mental contra o suicídio. Muitas pessoas têm cometido suicídio porque julgaram-se "empobrecidas" pelas recentes medidas do governo. Ora, o ato do suicídio a nada leva. Além disso, parece óbvio que o governo entenderá que precisa apressar o retorno do meio circulante ao mercado, para que o País não continue parado. Jorge Mirândola, São João da Boa Vista

Folha de S.Paulo, 19/04/90, p.A-3

"Após o choque econômico aumentou sensivelmente a frequência de pacientes com síndrome de insuficiência sexual (impotência e frigidez). Esses pacientes se apresentam estressados e com diminuição dos hormônios sexuais. A bala, ou melhor, o míssil detonado para liquidar o famigerado tigre da inflação atingiu também a genitália de ambos os sexos."
Attilio Zelante Flosi (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 20/04/90, p.A-3

"Por que o sr. Collor não incluiu um psiquiatra em sua equipe econômica antes de tomar medidas tão drásticas que mexeram tanto com a cabeça das pessoas? Estou me sentindo enlouquecida, uma louca impotente..."
Renata Ribeiro (São Paulo, SP)

Percebemos por meio das fontes analisadas que o desespero gerado pela ausência de recursos financeiros, derivada não apenas do bloqueio das aplicações financeiras, mas também do desemprego e/ou atraso de salários, levou à tomada de decisões indesejadas, que se converteram em sofrimento. Tomemos como exemplo o quadro 28.

A carta revela um homem que, como muitos assalariados, economizava para formar uma poupança destinada a suprir suas necessidades no futuro. Ele, como milhares de brasileiros, teve os recursos acumulados durante toda uma vida de trabalho (salário, indenização trabalhista, FGTS) confiscados pelo Plano Collor. Tal ato foi avaliado como injusto, pois afinal tal dinheiro não era proveniente de especulação no mercado financeiro, mas resultado de anos de trabalho e sacrifício. Ou seja, aquele dinheiro era merecido. Por isso, retirar esse dinheiro compulsoriamente de seu proprietário configurava ato de estrema violência, pois rompia com a lógica do merecimento, ao mesmo tempo em que fazia ruir todos os planos de vida daquela pessoa.

Quadro 28

Jornal da Tarde, 19/06/90 p.4

Sr.: Disse Abraham Lincoln: "Não criarás a prosperidade se desestimulares a poupança". Por outro lado, disse o presidente Fernando Collor de Mello, conforme li no **JT**: "Agora, somente com o trabalho será possível ganhar dinheiro. É o fim dos especuladores".

É a realidade. Fico com Lincoln, é óbvio.

Trabalho há 38 anos com contrato em carteira de trabalho. Poupei a vida toda e **guardei** em caderneta de poupança inclusive minha indenização trabalhista e meu FGTS. Sacrifiquei-me, juntamente com minha mulher e três filhos. Nunca viajei ao exterior, nunca comprei dólar ou ouro, nunca especulei. Parece que o meu perfil de assalariado, que venceu na vida, não agrada ao dr. Fernando Collor e equipe. Eles, talvez, nunca precisaram de um contrato de trabalho para manterem a família e poupar para o futuro como aprendi com meus humildes pais.

Preparei-me para o final de vida e fui injustamente "confiscado". O dr. Collor transformou-me num tomador de empréstimos em face à doença de meu velho pai e dos meus compromissos pessoais.

Não poupo mais. Não há como confiar no festival de mentiras que emana do governo federal, e nas suas contradições.

Sempre mantive conta de poupança com minha única mulher. O meu CPF valia também para ela, prendas domésticas.

E a correção dos cruzados retidos da conta poupança! Por que somente correção (março/90) para as cadernetas com aniversário até o dia 13? E as demais?

O dr. Collor **disse**: "Quem fraudou vai-se entender com o Poder Judiciário".

Logo ele, que castrou o Judiciário, vem com tal afirmativa.

Justiça e bom senso, dr. Collor!

Antônio Fernandes, Guarulhos, SP.

Diz o sr. Antônio Fernandes: "Preparei-me para o final de vida e fui injustamente "confiscado". O dr. Collor transformou-me num tomador de empréstimo em face à doença de meu velho pai e dos meus compromissos pessoais". Nota-se nas palavras do sr. Fernandes um amargor com a constatação de que ele, homem precavido, que a vida inteiro poupou para garantir um certo conforto financeiro para si e sua família, teria que se tornar um "tomador de empréstimo" para arcar compromissos assumidos e pagar tratamento médico para o pai doente. A conotação negativa dada ao termo "tomador de empréstimo" indica que aquela situação era insulto ao sr. Fernandes, algo que lhe machucava a alma e lhe revoltava. Pois, mesmo após todas as precauções tomadas ao longo do tempo, com a preocupação e os esforços para se formar uma reserva financeira, naquele momento o Plano Collor lhe colocava numa situação na qual ele trabalhou para

evitar a vida inteira: escolher entre tomar um empréstimo sem saber se haveria condições futuras de pagamento – o que poderia levar a dívida a se tornar uma "bola de neve" ao ponto do impagável, mas ao menos num primeiro momento permitiria para pagar o tratamento médico do pai doente e suprir as próprias necessidades – e não tomar o empréstimo e não ter imediatamente disponível o dinheiro para suprir suas necessidade e pagar o tratamento médico do pai, o que poderia resultar em complicações graves de saúde e até mesmo morte do idoso, além de colocar em risco a própria sobrevivência. Além do abalo emocional imposto pela situação, a limitação de informações (não é possível saber de antemão as consequências de cada uma das opções, dadas as diversas variáveis envolvidas) dificulta a avaliação das escolhas, tornando falha a identificação da melhor opção (Ávila e Bianchi, 2015). Ou seja, existem limites à racionalidade na tomada de decisões e a lacuna formada pela carência de informações pode ser preenchida pelo "feeling": a impressão que as pessoas têm de determinada situação a partir de suas experiências pessoais, daquilo que escutaram, leram, observaram ou sentiram – o que popularmente chamamos de "sexto sentido"[36].

Com o Plano Collor, pessoas que sempre se reconheceram como prudentes e moderadas em suas finanças foram abruptamente colocada ao lado dos irresponsáveis e inconsequentes em termos de planejamento financeiro, como se a formiga e a cigarra da fábula de La Fontaine fossem iguais[37]. A moral da história, de que é preciso abrir mão de prazeres no presente para assegurar conforto e estabilidade no futuro, foi distorcida pelo Plano Collor a partir do momento em que a formiga foi punida por sua prudência e a cigarra beneficiada pelo seu imediatismo, uma vez que aqueles que empregaram seus recursos financeiros no consumo não foram prejudicados pelo confisco das aplicações bancárias. A lógica do desconto intertemporal (tendemos a consumir no presente, a menos que exista um forte

[36] A partir dos anos 2000, a Psicologia se mostrou mais interessada em estudar a eficiência das primeiras impressões. Dentre as descobertas resultantes destas análises está a de que, em determinadas situações, a intuição se mostrava mais eficiente que o raciocínio na tomada de decisão. Dave Kenny, Maurice Levesque, Nalini Ambady, Robert Rosenthal, Mark Schaller e John J. Skowronski são alguns dos profissionais que se dedicaram a estes estudos.

[37] Escrita no século XVII pelo francês Jean de La Fontaine, a fábula *A formiga e a cigarra* mostra que as ações geram consequências. A formiga, que trabalha durante o verão para fazer uma reserva de comida para os dias de menor fartura, é recompensada pela segurança, conforto e tranquilidade quando o inverno hostil chega, enquanto que a cigarra, que aproveita os dias quentes cantando e se divertindo, sem pensar no amanhã, se vê em perigo com a chegada do frio intenso. Por ser amplamente contata para crianças no Brasil, esta fábula faz parte do repertório cultural comum dos brasileiros.

incentivo a poupar), que embasa qualquer investimento financeiro, incluindo a caderneta de poupança, havia sido quebrada pelo Plano Collor: já não fazia mais sentido a ideia de abdicar do uso do dinheiro por um certo período de tempo em troca de um prêmio (a remuneração do investimento), que possibilitaria o acúmulo mais rápido do capital necessário para a realização de projetos pessoais e/ou profissionais (vide quadro 29).

Quadro 29

Punição aos poupadores e trabalhadores (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 09/04/90, p. 8

Terremoto na economia (JB-17/3 90) e tumulto na vida das pessoas honestas, que economizaram para gozar férias felizes. Fiquei pesquisando agências de viagens, e no dia 13/3, à noite, o Sr. Sarney decreta feriado bancário. Logo depois, o Sr. Collor confisca nossas economias. Por que os cidadãos que pouparam foram punidos? (...) Sou assalariada, privo-me de certas coisas para poupar, pois vivo só, (...) e a caderneta era o meu recurso. Agora, só posso tirar Cr$ 50 mil. D. Zélia também mentiu, fomos enganados pelos poderosos. (...) **Isaura Santos Cardoso da Silva — Rio de Janeiro.**

Veja, 02/05/90, p. 10

Entre os poupadores sérios, arbitrariamente punidos através do bloqueio das cadernetas de poupança, estou eu: trabalhadora, assalariada, inquilina, que acreditou que com muito trabalho e sacrifícios seria possível adquirir um imóvel residencial. Apesar de toda a dinastia de planos econômicos desastrados já executados, economizei, por mais de vinte anos, para a compra de uma casa própria. Poucos dias antes do Plano Brasil Novo reuni recursos para comprá-la. Mas todo o meu pequeno patrimônio desapareceu das cadernetas de poupança. *Maria Estela Franco Gonçalves*
Rio de Janeiro, RJ

O Estado de S.Paulo, 28/04/90, p. 2

Quem desde a infância se esforçou, não faltou as aulas, estudou com dedicação e depois se formou em alguma faculdade, conseguindo um emprego um pouco melhor remunerado do que a grande maioria deste país, descobriu agora que durante toda a sua vida agiu errado. Essa pessoa, pela formação que recebeu, não gasta em coisas supérfluas o que sobra do salário mensal. Pensa no seu futuro e no de seus filhos, numa moradia melhor, em eventuais casos de doença, na sua velhice. Enfim, tem planos e para isso poupa. Mas agora é taxada de especuladora. A poupança sumiu e os planos em andamento ficaram comprometidos. E, como castigo por sua "brurrice", vem o IOF sobre suas economias já tributadas anteriormente na fonte, com o Imposto de Renda sobre o salário. Agiu certo quem todo mês gastou o seu salário até o último centavo. **Ingrid Maria Podolski, Capital**

Folha de S.Paulo, 19/04/90, p.A-3

"O plano Collor cassou as poupanças dos trabalhadores, ameaçou-os com o fantasma do desemprego, manteve a estabilidade dos marajás e praticamente dobrou seus salários! Em resumo: castigou as formiguinhas para poder premiar as cigarras!"

Pierluigi Piazzi (São Paulo, SP)

O Estado de S.Paulo, 05/04/90, p. 2

O open market, o overnight, as contas remuneradas e as cadernetas de poupança foram criações do próprio governo para captar recursos para seus programas e pagar a dívida interna. A caderneta de poupança tinha até a garantia do governo. Por que violentá-la? A aplicação de capital nesses fundos pelo cidadão brasileiro era, e ainda é, plenamente lícita. Os poupadores não são, por isso, marginais. Se tais aplicações eram espúrias, porque o novo governo continua permitindo a sua existência? Recriou os mesmos instrumentos de captação de dinheiro. Agora, em cruzeiros. Não entendemos a razão pela qual o atual governo pune indistintamente os cidadãos e empresas que procuraram resguardar apenas o poder aquisitivo do seu capital, especialmente o dos salários, diante da inflação. Paulo Malta Rezende, Rio de Janeiro

Diante desta ruptura de expectativas, muitos foram os casos relatados na mídia da época de profundo conflito metal, estresse e até suicídio supostamente relacionados ao Plano Collor. Ainda que não seja possível rastrear todos estes casos, um estudo realizado pelas pesquisadoras Fátima Gonçalves Cavalcante, Maria Cecília de Souza Minayo e Raimunda Matilde do Nascimento Mangas confirma o Plano Collor como um dos fatores associados ao suicídio de idosos[38]. A pesquisa revela a força dos fatores psicossociais e socioeconômicos na vida de idosos (brancos, das classes média e alta) e cita especificamente o Plano Collor em um dos casos analisados, destacando o "declínio na vida pessoal, profissional e social, quando uma queda gradual no padrão socioeconômico abalou a identidade masculina". O suicídio é caracterizado como um ato de causalidade múltipla – ou seja, vários fatores combinados levam a ele, não apenas um específico – e, "quanto maior for a soma de doenças associadas à depressão e quanto mais grave for o limite funcional real ou imaginado, maior o risco de autoaniquilamento".

[38] CAVALCANTE F.G., MINAYO M.C.S., MANGAS R.M.N. "Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos". In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Vol. 18, N.10, Outubro/2013, p. 2985-2994.

Possivelmente, muitos dos idosos que pouparam durante toda uma vida para poder ter uma velhice tranquila tenham se visto em condição de extrema vulnerabilidade, ao indispor dos recursos necessários para seu sustento e, ao mesmo tempo, não apresentar condições físicas para buscar novas opções de renda, dada a idade já avançada. Mesmo aqueles que apresentavam saúde e disposição para tanto podem ter se frustrado pela hostilidade do mercado de trabalho, ainda acentuada pela recessão. A dependência financeira de parente e amigos, por vezes associada à necessidade de cuidados de saúde, poderia desencadear um processo autodestrutivo diante da vergonha e do sentimento de invalidez, que se não causados, poderiam ter sido exacerbados pelo confisco das aplicações financeiras.

Entre as pessoas de meia idade, a percepção de que não haveria tempo suficiente para recompor a reserva financeira perdida às vésperas da chegada da velhice pode ter sido um dos fatores relacionados aos casos de suicídio reportados pela mídia da época, uma vez que muitos acreditavam que o dinheiro não seria devolvido. A falência dos negócios, a dificuldade de encontrar novos caminhos profissionais num momento de crise econômica e toda a sorte de conflitos sociais, familiares e pessoais derivados das dificuldades impostas pelo Plano Collor seriam potenciais fatores de risco.

Luta contra o relógio

É possível notar uma clara divergência entre o tempo do plano econômico (necessário para que as medidas surtissem efeito em termos macroeconômicos – medido em meses e anos e, portanto, relativamente lento) e o tempo do cotidiano (das necessidades diárias – medido em minutos e horas e, portanto, relativamente rápido), que transparece principalmente na atividade profissional daqueles que têm como objetivo salvar vidas. Poderia um médico aguardar 18 meses para comprar o instrumento de trabalho que garantiria o atendimento essencial à manutenção da vida?

Eram muitas as situações delicadas nas quais os envolvidos não dispunham dos 18 meses impostos pelo governo, diante do risco de sofrer consequências

sérias de saúde ou até mesmo vir a falecer. Este era o caso de doentes graves, que precisavam de suas reservas financeiras para o pagamento de tratamento médico (como o caso relatado no processo judicial de Barbara Rizk – vide anexo 5), de grávidas que necessitavam do dinheiro bloqueado para o parto e os cuidados com o bebê, e de idosos que dependiam de suas economias para pagar medicamentos, serviços médicos, alimentos e até mesmo as despesas de funeral (vide quadro 30).

Quadro 30

A vida em descompasso (amostra das cartas dos leitores)

Jornal do Brasil, 14/06/90, p. 10

O Plano liberou cruzados novos para gestantes, mas só para bebês nascidos até 1º 6.90. Meu bebê é para o mês de julho — mês 7. Liguei para o Banco Central e fui informada de que não houve prorrogação do prazo. Quando foi iniciado o Plano eu já estava grávida e juntando dinheiro na caderneta de poupança desde o começo do ano para gastos com o bebê, cirurgia e hospital. Gostaria de saber o que eu devo fazer para conseguir liberar meus cruzados novos retidos, porque Cr$ 50 mil não serão suficientes para os meus gastos. **Deise Cristina A. da Fonseca — São João de Meriti (RJ).**

O Estado de S.Paulo, 19/04/90, p. 2

Tenho 81 anos e o dinheiro que possuo na poupança é de origem lícita. Se fosse diferente não levaria para a poupança. Desrespeitando a minha idade e tantos anos de trabalho, o sr. Fernando Collor de Mello não fez distinção entre pessoas de 20 e 80 anos. Esqueceu que para um octagenário, três anos representam 20. Fico a pensar: quem não tem sensibilidade para fazer esta distinção, terá condições de governar um País? **José de Almeida**, Capital

O Globo, 26/03/90, p. 4

● No dia 12 de março de 1990 (48 horas antes do fechamento dos bancos), depositei em minha conta corrente um cheque no valor de NCZ$ 350.759,00 da Cia. Sul America de Seguros S.A. nominal à minha esposa, referente ao reembolso do nosso único carro que havia sido roubado. Não houve tempo para o cheque ser compensado, e nós comprarmos outro carro. Sou médico, trabalho com pacientes graves, internados em diversos hospitais, moro em área de difícil acesso, em Jacarepaguá, e atendo urgências. O carro faz parte dos meus instrumentos de trabalho, sem o qual muitas emergências ficarão sem atendimento imediato. Veja bem, não estava especulando, nem usando o dinheiro em investimentos como o over.

Guilherme Loja Kropf, Rio

Jornal do Brasil, 23/04/90, p. 8

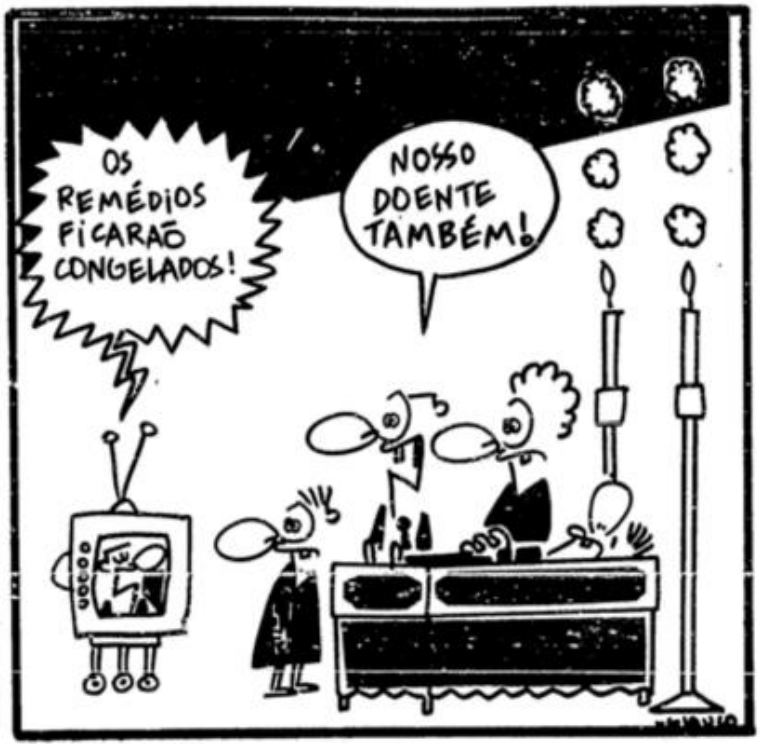
Numa dessas noites eu vi na televisão um senhor de 72 anos, aposentado, que só podia sacar a metade do que tinha na poupança, porque a conta era conjunta. Dona Zélia é jovem, e não sabe que as pessoas, depois de uma certa idade, nunca abrem uma poupança sozinhos, a menos que não tenham outra saída. Os idosos podem, de repente, ficar impedidos de sair de casa, ou até da cama.

Outra coisa: o contracheque não leva em consideração a idade do aposentado. Simplesmente, desconta o IR, mesmo se o teto não atinge o limite proposto pelo Ministério da Economia para maiores de 65 anos (JB-3/4/90). E o pobre do velho perde a vez, justamente na hora em que tem mais necessidade de algum dinheiro disponível. (...)

Eu não choro só pelos aposentados e pensionistas; choro por todos aqueles que foram enganados durante anos. (...)**Flavia da Silveira Lobo — Rio de Janeiro.**

A figura FSP902712A2 remete a essas situações extremas ao apresentar uma cena de velório, mostrando que de nada adianta manter os “remédios congelados” (o congelamento de preços era uma das medidas que compunham o Plano Collor) se o dinheiro necessário para comprá-los estiver indisponível no momento necessário. A charge deixa a mensagem de que os problemas de saúde não respeitam pacotes econômicos, ideia que confere duplo sentido à frase “os remédios ficarão congelados”. A palavra “remédios” pode ser entendida não apenas como medicamentos, mas também como soluções para os problemas. Em ambos os casos, teríamos algo fundamental para a cura, que não viria a tempo de impedir a morte (do doente ou da sociedade). Desta forma, ao invés de salvar o paciente, o plano econômico acabaria por mata-lo.

Figura FSP902712A2
Folha de S.Paulo, 27/12/90, p.A-2



A falta de percepção e sensibilidade do governo para tais casos indignava e angustiava tanto aqueles que se encontravam em situações delicadas como as relatadas acima, quanto pessoas próximas ou que tomavam conhecimento destes casos, que não raro chegavam aos jornais e telejornais. Ainda que alguma atitude fosse pontualmente tomada a respeito, o fato de o Plano Collor não contemplar em sua versão original tal contexto deixava uma mensagem negativa, de desatenção e

despreocupação com a vida das pessoas ou, ainda, de desqualificação da equipe econômica ao não considerar tais eventos. A impressão que ficava era a de que importavam apenas os resultados numéricos do pacote econômico e não as consequências humanas.

Investimento e poupança

Nenhum outro investimento no Brasil era tão popular na década de 1980 quanto a caderneta de poupança. Com sua facilidade de aplicação, isenção de imposto de renda e, sobretudo, confiabilidade, a poupança se tornou o principal abrigo daqueles que buscavam proteger suas economias do poder corrosivo da inflação. Até a chegada do Plano Collor.

O bloqueio das aplicações financeiras, como vimos, rompeu a confiança que a população depositava na caderneta e também no sistema bancário, se tornando um fator decisivo para a mudança de comportamento no que se refere a investimentos e consumo. Faz parte do ser humano a aversão a mudanças – o chamado "viés do *status quo*" (Samuelson e Zeckhauser, 1988 apud Ávila e Bianchi, 2015: 33) –, de forma que tendemos a evitar alterações de comportamento a menos que haja um forte incentivo a isso (Madrian e Shea, 2011 apud Ávila e Bianchi, 2015: 33). O confisco das cadernetas de poupança e outras aplicações financeiras foi este incentivo.

Observamos nas fontes analisadas relatos frequentes de pessoas que decidiram sacar todo o dinheiro que tinham disponível nos bancos para consumir ou guardar em casa, "debaixo do colchão", como se habituava dizer. Aqueles que contavam com uma quantia mais substancial trocavam os seus cruzeiros por ativos não sujeitos à inflação no Brasil, como moeda estrangeira (sobretudo dólar) e ouro – uma atitude muitas vezes vista como impatriótica, por revelar a descrença na moeda local e na capacidade do governo de domar a economia (vide figura FSP902705A2). O mesmo movimento foi visto na Alemanha no início da década de 1920, diante da hiperinflação que assolava o país (Coggiola, 2010: 54). Embora por motivos distintos, o que se verificou tanto no caso do Brasil de 1990 quanto no da Alemanha

dos anos 1920 foi uma profunda crise de confiança, que direcionou as decisões dos investidores.

Figura FSP902705A2
Folha de S.Paulo, 27/05/90, p.A-2

Um levantamento realizado pelo Cesop/DataFolha[39] de maio de 1990 mostra que, entre os paulistanos com renda mensal acima de 55 mil cruzeiros (equivalente a cerca de R$ 7330), 70,8% pretendiam investir em dólar nos meses seguintes. O ouro também era visto como uma boa opção de investimento para pessoa física (52,1% dos entrevistados tinham essa avaliação), mas poucos diziam ter a intenção de compra-lo nos próximos meses (25,1%). Desta forma, diante da falta de confiança da população nas instituições e no governo, percebia-se uma tendência à dolarização da economia, uma vez que poupança, over, bolsas de valores, fundos de curto prazo e CDB eram descartados pela maior parte dos consultados como opções de investimento. A pesquisa não esclarece os motivos da preferência dos investidores pelo dólar, em detrimento do ouro, mas podemos supor que estivesse relacionado a liquidez e precificação. Como o mercado paralelo de dólar era bastante ativo em 1990, com as cotações da moeda sendo publicadas diariamente nos jornais, era mais fácil e mais previsível comercializar a moeda num momento de necessidade, escapando da burocracia. O ouro também contava com um mercado

[39] Pesquisa "Aplicação financeira dos paulistanos/dolarização da economia", realizada pelo Cesop/DataFolha em 23 e 24 de maio de 1990 com indivíduos com renda acima de Cr$ 55.111,00 da cidade de São Paulo.

paralelo considerável naquela época, mas a negociação de valores era mais trabalhosa, uma vez que grande parte dos investimentos não era feito em barras, mas em joias. O design da peça, a mão de obra para confeccioná-la e as relações sentimentais existentes (joias de famílias, por exemplo) tinham valor para o vendedor, mas não para o comprador, que geralmente se interessava apenas pelo metal. Assim, as avaliações sobre o valor justo da peça podiam ser bastante distintas, dificultando um acordo satisfatório entre vendedor e comprador. As pessoas físicas também tinham a possibilidade de negociar ouro e dólar no mercado formal, por meio de corretoras, mas neste caso ficariam sujeitas a taxas e impostos, além do controle do Fisco.

Era o medo de se ter novamente as economias confiscadas que fazia com que as pessoas enfrentassem outro temor: o de manter quantias consideráveis de dinheiro em casa, sob o risco de ser assaltado. Mesmo com a desvalorização provocada pela inflação (no caso de moeda local), muitos preferiam correr este risco a depositar os valores num banco, por avaliarem que as chances de perda seriam menores. Tal comportamento sugere que, para parte dos brasileiros, somente aquilo que estivesse fisicamente fora do alcance do governo estaria a salvo. Essa percepção ganhava força com os relatos de bloqueios irregulares de recursos pelos bancos sem que houvesse qualquer manifestação pública por parte do governo, de forma que as instituições financeiras também passaram a ser vistas como uma ameaça, ao agir impunimente fora da lei. A impressão que se tinha era a de que o risco imposto tanto pelo governo quanto pelos bancos era maior do que aquele derivado de crimes praticados nas ruas, como roubos e furtos. Assim, nota-se que a violência moral e psicológica imposta pelo confisco das aplicações financeiras era percebida por muitos como mais agressiva que a violência urbana. E, frente ao cenário apresentado – com o temor da hiperinflação presente, recessão econômica, abuso de poder pelo Executivo, fragilização do Judiciário etc –, creia-se que as decisões ao alcance da população se restringiam à escolha de qual violência se submeter.

O medo de um novo confisco, gerado pela persistente lembrança do bloqueio das aplicações financeiras e por todos os transtornos por ele provocados, mostra como a memória de acontecimentos passados influencia o comportamento

presente: os esforços do governo para incentivar depósitos na caderneta de poupança nos meses seguintes ao lançamento do Plano Collor não só se mostraram infrutíferos como feriram ainda mais a já arranhada credibilidade dos governantes.

Na tentativa de atrair novos depósitos para a caderneta, o governo investiu em campanha publicitária e estudos de alternativas para melhorar a remuneração da poupança, além de incentivar o lançamento de novos produtos, como a poupança com seguro contra acidentes pessoais e a “casadinha”, uma modalidade de poupança que permitia ao poupador sacar o dinheiro bloqueado junto ao Banco Central – para cada cruzeiro depositado por dez meses na “casadinha”, quantia igual em cruzado novo era convertido a cruzeiro e disponibilizado para saque. Todos esses esforços, no entanto, foram infrutíferos. A reputação da caderneta de poupança continuou abalada e as medidas só geraram mais críticas ao governo (vide quadro 31). A falta de confiança nas ações que tinham por objetivo devolver a credibilidade à caderneta de poupança encontrava respaldo na memória: como ninguém sabia qual seria a eficiência dessas novas modalidades de poupança – por nunca terem sido testadas – as pessoas recorreram a experiências passadas e às suas crenças para formar uma opinião (Witte e Allen, 2000) e o retorno que tiveram as levaram à rejeição. A experiência com o Plano Collor mostrava que nenhuma campanha publicitária, seguro ou melhora de remuneração liquidaria o risco de um novo confisco, já que o governo não demonstrava compromisso com suas palavras. A memória servia como um atalho mental, fazendo com que a possibilidade de um evento acontecer fosse percebida como maior pelo simples fato de um exemplo vir rapidamente à mente (Tversky e Kahneman, 1974 apud Ávila e Bianchi, 2015: 31).

Quadro 31

Quem confia na poupança? (amostra das cartas dos leitores)

Folha de S.Paulo, 30/05/90, p.A-3

"A 'fuga' da poupança está relacionada à perda da confiabilidade em relação a esta aplicação devido ao confisco, e não à baixa remuneração que propicia. A poupança sempre ofereceu um ganho real de 0,5% ao mês. A equipe econômica poderá até encontrar fórmulas para aumentar a lucratividade do investimento, mas a tarefa de restituir-lhe a confiabilidade é bem mais complexa e exige uma sensibilidade psico-social que até agora o governo federal demonstrou não ter."

Simon Widman (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 09/06/90, p.A-3

"Li uma frase do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, dizendo que 'os que quiserem ficar com o dinheiro em casa estarão perdendo juros, correção monetária e segurança'. Será que os juros e a correção estipulados compensam o risco de um novo confisco das aplicações?"

Lenine C. Póvoas (Cuiabá, MT)

Folha de S.Paulo, 04/04/90, p.A-3

"Proponho a indicação da ministra Zélia para o prêmio Probel de Economia: conseguiu transformar o colchão em ativo financeiro."

Pierluigi Piazzi (São Paulo, SP)

O Globo, 01/06/90, p. 4

Seria cômica se não fosse trágica a campanha publicitária desencadeada nos meios de comunicação tentando atrair incautos para as desacreditadas cadernetas de poupança. Na maior arbitrariedade já cometida, investidores, sem qualquer culpa formada, foram condenados ao seqüestro de seus depósitos. Crime: dedicavam-se à especulativa atividade de poupar. O que estarrece é que a pena de seqüestro raramente é aplicada, mesmo nos tribunais, aos criminosos de colarinho branco. Agora o Governo promete incentivos. O poupador agradece penhoradamente mas abre mão de favores. Uma coisa exige: total garantia contra confiscos. E exige mais: os que desrespeitarem a palavra empenhada devem ser enquadrados no Código Penal.

Marcos Boaventura, Rio

O Globo, 27/03/90, p. 4

● (...) Agora desacreditada por esse ato que podemos considerar de rapina, querem impingir ao povo que a caderneta de poupança continua sendo o melhor investimento para os assalariados e pessoas da classe média, depois de transformado em cruzeiros. Mas após um confisco dessa ordem, (...) quem pode garantir que amanhã, por qualquer motivo, o Governo não venha a repetir a dose, e torne a confiscar também os cruzeiros depositados?

Theoclynenes Carreira Salgado, São Pedro da Aldeia, RJ

O Estado de S.Paulo, 19/04/90, p. 2

Credibilidade não se consegue só com palavras, mas com atos. Como acreditar no governo que toma para si minhas sobras de salários, anteriormente tributados na fonte, que procurei poupá-las da inflação, em vez de consumi-las? A idéia de aplicar cruzeiros para retorno dos cruzados nos próximos meses é ridícula. Apenas a classe mais favorecida teria esta condição.

Déborah de Mello, Capital

O Estado de S.Paulo, 14/06/90, p. 2

A perda da credibilidade na poupança é fato incontestável e vai muito além do que o governo imagina. A prova disso são os mais de 300 bilhões de cruzados sacados após o bloqueio, que não foram gastos, mas estão, na maior parte, guardados em casa. Não voltaram aos bancos porque é generalizado o temor que se tem de outro bloqueio. Se o governo mantivesse a promessa feita na campanha eleitoral de preservar a poupança, teria sido mantido o saldo registrado em 13 de março. **Durvalino Alves da Silva**, Araraquara

O Globo, 20/06/90, p. 4

Apesar da forte campanha promocional, a caderneta de poupança caiu no descrédito. (...) Ninguém pretende correr o risco de perder novamente o dinheiro ganho com sacrifício, e a opção é consumir, mesmo alimentando a inflação. A única fórmula de reverter esta situação e dar credibilidade à caderneta de poupança é o Governo liberar definitivamente o pouco que ainda está retido de alguns sacrificados e estabelecer leis claras e precisas que assegurem o direito de propriedade do investidor. Algumas pessoas, para atender a compromissos ou concretizar velhos sonhos, irão efetuar saques mas, por certo, os depósitos serão em valores bem superiores. Só assim a população voltará a ter confiança no sistema.

Júlio R. Coelho, Rio

Folha de S.Paulo, 04/08/90, p.A-3

"Quero ser o primeiro aplicador da primeira caderneta de poupança do primeiro banco que oferecer um seguro contra confiscos."

Yoshio Hada (São Paulo, SP)

O Globo, 05/07/90, p. 4

Ciente de que, em defesa da combalida caderneta de poupança o Governo estuda a possibilidade de agraciar seus depositantes com um seguro de vida e acidentes pessoais, não posso deixar de contribuir com uma sugestão: não seria mais apropriado um seguro contra roubo?

Alceu Gouveia, Rio

O Globo, 08/06/90, p. 4

É muito importante para o Governo a volta da crença popular de que a caderneta de poupança é intocável. Somente com essa credibilidade refeita é que os poupadores voltarão. Não adianta plano de sorteios, não adianta isentar do imposto de renda os grandes depositantes e especuladores, não adianta distribuir chaveiros nem contratar um bom cantor para dar um show gratuito. (...) O pensamento que está na cabeça do poupador é que o Governo está usando esses artifícios para conseguir um aumento substancial nos depósitos e depois confiscar tudo novamente. Acho que o melhor caminho (...) é começar a liberação. (...) Isto é, os que tiveram saldo bloqueado de até NCZ$ 150 mil. Isso agora em junho. Depois, em julho ou agosto, a liberação das cadernetas de poupança que têm até NCZ$ 200 mil de saldo bloqueado e assim por diante. É uma questão de bom senso. Todos eles, com suas cadernetas livres, voltariam a depositar suas economias. (...) As medidas precipitadas dão idéia de que o Governo já está sem dinheiro e precisa executar novo confisco. O golpe foi fundo e não cicatriza com facilidade.

Marcos Expedito Candido Gomes, Rio

Folha de S.Paulo, 08/07/90, p.A-3

"Seguros não vão estimular uma poupança que foi confiscada sem nenhuma garantia. A devolução do dinheiro, feita por imposição legal dos nossos legisladores, seria o melhor marketing para o poupador."

Maria Clara Braga (Marília, SP)

3.2.2.3 – Comunicação e percepção

A comunicação se mostra, nas fontes analisadas, como fator essencial das experiências com o Plano Collor, por influenciar diretamente as avaliações e expectativas em relação ao pacote econômico e, ao mesmo tempo, ser uma ferramenta de ação e reação. O comportamento da população no dia a dia variava de acordo com o que se lia nos jornais e revistas, se via pela TV ou se ouvida no rádio e nas conversas de bar ou nas filas de bancos.

A comunicação social desempenhava papel central na sociedade brasileira de 1990, tanto pelo jornalismo, que buscava informar a população de forma imparcial, quanto pela propaganda e pelo marketing, que atendiam a interesses específicos, dentre eles os do próprio governo. A maior parte do material estudado faz uso da linguagem escrita, mas pelas fontes visuais pudemos enriquecer nosso estudo ao ter acesso às linguagens oral e corporal, que revelam aspectos sentimentais geralmente ocultos na escrita. Os programas de TV, as charges e os cartuns fazem frequentemente referências à mídia, sinalizando a importância e inserção dos meios de comunicação no cotidiano: quadros da *TV Pirata* remetem a telejornais[1], enquanto diversas charges e cartuns retratam o exercício do jornalismo, evidenciando a familiaridade da sociedade com esta prática profissional. Jornais (impressos e televisivos) fazem parte do cotidiano retratado nas charges e aparecem até mesmo de forma inusitada, como num velório, indicando a assídua presença da imprensa na vida da população urbana[2]. Há, ainda, referências a empresas identificáveis por meio de logos e slogans - material publicitário e de identidade visual – que ajudam a dar sentido ao humor[3].

---

[1] Vide anexo 4: TV Pirata - Esporte Especular (Rede Globo,1990), TV Pirata - Por baixo do Plano 1 (Rede Globo,1990), TV Pirata - Por baixo do Plano 2 (Rede Globo,1990), TV Pirata - Jornal Paranormal (Rede Globo, 1991)

[2] Vide figuras FSP901405A2, FSP902705A2, FSP902706A2, FSP901507A2, FSP902507A2, FSP900611A2, FSP902712A2, OESP902003P2, OESP902903P2, OESP900305P2, OESP901005P2, OESP901605P3, OESP902705P3, OESP901605P3, OESP900206P2, OESP902406P3, OESP902606P2, OESP900107P2, OESP901107P2, OESP901307P2, OESP901407P2, OESP902209P2

[3] Vide figuras FSP902103A2, FSP900704A2, IES901103P66, GLB902903P4

Percebemos que o processo de comunicação não era unidirecional – de um emissor para um receptor –, mas difuso, com a forte presença de boatos e de trocas de informações entre os diversos membros da sociedade, ainda que os debates do dia fossem mais frequentemente pautados por autoridades públicas e formadores de opinião. Em diversos casos, porém, observamos que os rumores se tornavam agentes dos fatos, ao promoverem ações e desencadearem reações, como nos exemplos abaixo.

O Estado de S.Paulo – 06/04/1990 p. 30

Boatos causam corrida para os depósitos

BRASÍLIA — O primeiro contraboato do Plano Collor chegou ontem a Brasília: correu pela cidade que o governo mandaria carimbar todo o dinheiro depositado nos bancos ou aplicado na poupança e desvalorizaria em 20% o papel-moeda em poder das pessoas. O evidente absurdo do boato não impediu que algumas pessoas corressem para abrir cadernetas de poupança com todo o dinheiro que tinham nos bolsos.

Foi um contraboato porque entrou na contramão de todos os boatos a que os brasilienses já se acostumaram nestes últimos 20 dias: novo feriado bancário de até dez dias, bloqueio adicional de aplicações ou confisco dos bens depositados nos cofres de aluguel dos bancos, entre outros que estimulavam a retirada, e não o depósito de dinheiro no sistema. Nos últimos tempos do governo Sarney, os boatos das quintas-feiras insistiam sempre na queda do ministro Mailson da Nóbrega.

O Globo – 10/04/1990 p. 19

Polícia indicia dois por difusão de boatos

SÃO PAULO — A Polícia Federal indiciou ontem, pela primeira vez no País, uma funcionária de um banco e um comerciante, por difundirem boatos no mercado financeiro, prejudicando instituições. São eles Maria Alice Faraoni, que trabalha num posto bancário no Círculo Militar, e Antônio Marcos Penteado. Os dois foram indiciados no crime de colarinho branco, que prevê prisão de seis meses a dois anos. Ambos admitiram terem difundido os boatos, após terem recebido informações de que o banco em que trabalhavam estava em má situação.

Para o indiciamento, a Polícia Federal contou com a colaboração de uma instituição financeira, o Bamerindus, que ajudou no levantamento das informações sobre as origens de boatos. A informação foi confirmada pelo Diretor Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, o Delegado Marco Antonio Veronezzi. Segundo o inquérito da PF, Maria Alice Faraoni e Antônio Marcos Penteado, ao difundirem os boatos, provocaram saques em oito contas de poupança. Outra denúncia, a ser apurada hoje, e que poderá levar a novo indiciamento, é de que os boatos por eles difundidos levaram ao fechamento de mais 157 contas de poupança e 43 contas correntes, com a retirada total de Cr$ 2,2 milhões.

Essa é a primeira vez que a PF consegue detetar e indiciar responsáveis por boatos na área financeira. Outras pessoas serão indiciadas ainda esta semana e a PF deverá abrir mais um inquérito, já solicitado por outra instituição. O Delegado Veronezzi disse acreditar que os boatos são resultado do interesse de algumas pessoas de prejudicar o Plano Collor.

As cartas de leitores enviadas a jornais e revistas revelam uma avaliação crítica não apenas dos acontecimentos do cotidiano, mas também da cobertura jornalística e do posicionamento da mídia em relação ao Plano Collor (vide quadro 32). Desta forma, podemos observar que o caráter formador de opinião dos veículos de comunicação se fazia presente no sentido de prover informações e apresentar diferentes interpretações para fatos e situações do cotidiano, oferecendo ao público elementos para tirar suas próprias conclusões – e não no sentido de "moldar" um determinado posicionamento, a partir dos interesses de terceiros.

Podemos observar que a comunicação não era uniforme. A ampla circulação de boatos antes e durante a vigência do Plano Collor evidencia a falta de transparência na comunicação do governo com a população, que pode ter como base a deficiência de planejamento do pacote econômico[4]. Esta característica era tão marcante na sociedade brasileira naquele período que as quintas-feiras ficaram conhecidas como "dia do boato", fato satirizado pelas fontes visuais (vide figura OESP902309P3 e anexo 4: Cabaré do Barata - Boatos (Rede Manchete, 1990)) e mencionado pelas reportagens da época.

Figura OESP902309P3
O Estado de S.Paulo, 23/09/90 p. 3

[4] Era tão ampla, variada e frequente a circulação de rumores na sociedade que as quintas-feiras ficaram conhecidas como "dia do boato", como destacou o *Cabaré do Barata* em um de seus quadros (vide anexo 4: Cabaré do Barata - Boatos (Rede Manchete, 1990))

Quadro 32
Fato e opinião

O Estado de S.Paulo, 01/04/90, p. 2

Impecável e oportuno o editorial "A destruição da ordem jurídica" publicado pelo Estado na edição de 20 de março. Realmente, o Plano Brasil Novo subverteu o Direito com a medida provisória que impedia o judiciário de conceder liminares. Uma intervenção violenta e arbitrária, pois fere a independência dos poderes. Félix Cotaet, Capital.

Veja, 18/04/90, p. 10

Não posso concordar com a reportagem "Truculência nas ruas" (28 de março). Truculência eram remarcações três vezes ao dia nos supermercados. Barbaridades eram bancos terem virado balcão de agiotas. *Paulo César Oliveira Cruz*
São Paulo, SP

Folha de S.Paulo, 20/05/90, p.A-3

"Quero deixar o meu protesto contra os jornalistas da **Folha** *que escrevem criticando a política do governo Collor. É um absurdo, e revoltante, como esse jornal apresenta suas críticas. Vamos dar um tempo para que o presidente possa consertar tantos erros passados."*
Maria Elizabeth Bastos (Taubaté, SP)

Folha de S.Paulo, 23/04/90, p.A-3

"No meu prédio chegam 18 exemplares da **Folha** *toda manhã e a reclamação é sempre a mesma, que vocês (* **Folha** *) estão 'urubuzando' o plano. Perguntam se o comitê do PT é dentro da* **Folha** *."*
Ana Maria (Sorocaba, SP)

Folha de S.Paulo, 23/04/90, p.A-3

"Como se não bastasse o 'Jornal Nacional' agora também a novela 'Rainha da Sucata' faz apologia do Plano Collor."
Amarildo Severo (São Paulo, SP)

Isto é Senhor, 19/09/90, p.10

Sr. Diretor:
Excelente a pergunta de capa da revista *Isto é Senhor*, 1104: "O Plano tem conserto?" Nossa avaliação é que o plano de controle da inflação, nos termos ortodoxos em que ele foi colocado, não tem conserto, pelas seguintes razões:
1. Porque não leva em conta que o Brasil está estruturalmente dividido em um super-Brasil e um sub-Brasil.
2. Porque o sub-Brasil representa um supervácuo econômico, do tamanho de um continente, que produz uma inflação não enxergada pela ministra e sua equipe, que produz um movimento de sucção engolindo o plano; enquanto isso, a ministra procura bodes expiatórios nos trabalhadores e nos empresários da produção direta.
3. Porque o plano não contém nenhuma medida para corrigir o supervácuo econômico do sub-Brasil, nem a inflação dele decorrente.
Antonio Torre Medina
Jaboatão dos Guararapes – PE

O Estado de S.Paulo, 07/06/90, p. 2

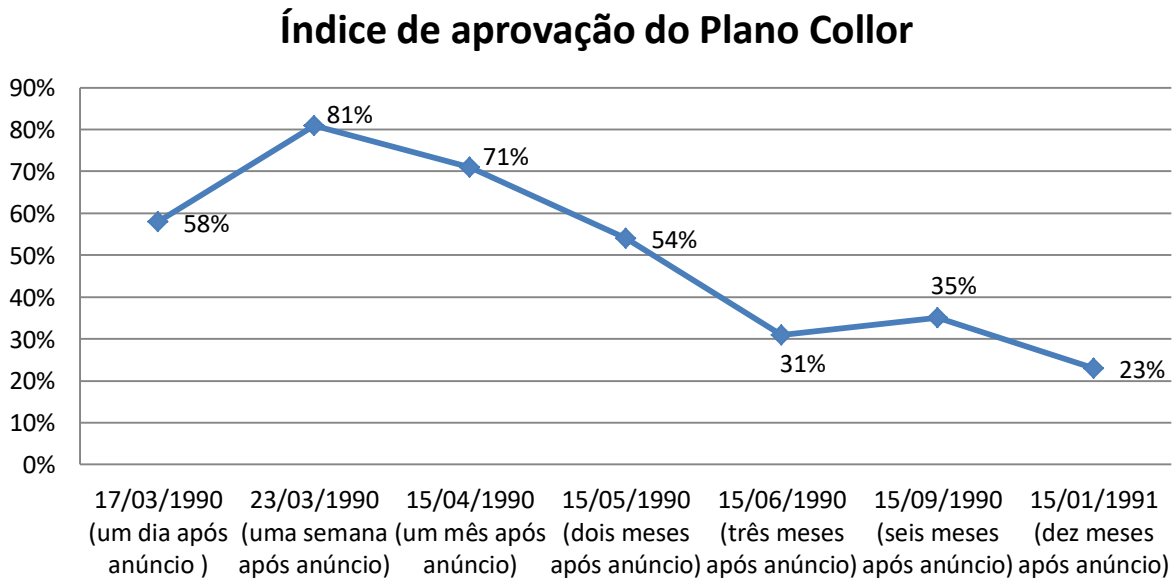
Espero que o **Estado** — imparcial como sempre se conduziu — não seja juiz e algoz, concorrendo prematuramente com sua máquina e seus recursos para o descrédito e inviabilidade do Plano Collor. Assim como milhões de brasileiros ajudaram (e para dar certo se orgulham de ter contribuído), espero que unidos possamos dar o respaldo que o governo necessita para a construção do novo Brasil. Milagres não existem. É preciso muito sacrifício, trabalho, e principalmente apoio do povo e da imprensa sadia e não comprometida de nosso Brasil. **Manoel Roberto Barbosa**, Capital

É possível notar cinco etapas no processo de mudança de percepção do Plano Collor no decorrer do tempo, desde a expectativa com o lançamento das medidas, passando pela ampla aprovação do pacote econômico até a total descrença em sua eficácia, como veremos a seguir.

Pelas cartas de leitores enviadas a jornais e revistas é possível perceber que, a princípio, existia um certo equilíbrio entre as críticas e as manifestações de apoio ao pacote econômico e ao governo[5]. Com o passar do tempo, entretanto, as críticas se tornaram dominantes e as expressões de apoio ao plano se escassearam da seção de cartas dos leitores. Se num primeiro momento o sentimento coletivo de patriotismo e a torcida pelo sucesso do Plano se mostravam como um inibidor a oposições explícitas ao pacote econômico, algum tempo depois ocorre uma inversão, com os sinais de fracasso se apresentando como um incentivo a tal comportamento.

A duração deste processo de mudança de percepção não é exata, mas por meio de pesquisas de opinião é possível notar um acentuado declínio na aprovação do Plano Collor entre uma semana e três meses após seu lançamento, mantendo-se um baixo índice de apoio após este período (vide gráfico 4).

Gráfico 4



Fonte: DataFolha

[5] Levantamento da revista *Veja* (18/04/90, p. 10) e as publicações analisadas apontam neste sentido, mas não podemos descartar a possibilidade de interferência editorial, com o equilíbrio nas publicações não correspondendo à proporção de cartas favoráveis e críticas ao pacote econômico.

Etapa 1: À espera do Plano - o que se dizia por aí

Visto como um “salvador da pátria”, Collor foi eleito em 1989 sob a expectativa de que seu governo seria capaz de tirar o Brasil do caos econômico e social em que se encontrava. Antes mesmo da troca de comando do País, entretanto, falhas de comunicação entre o governo de transição e a sociedade geraram ansiedade no mercado financeiro e receios na população, criando um ambiente propício para o surgimento e a circulação de boatos, que reforçavam o clima de incerteza e insegurança. Diversas ondas de boatos envolvendo os supostos planos do governo para a economia passaram a circular, algumas delas estimuladas pelos próprios integrantes da equipe de Collor. Falava-se em calote na dívida pública, taxação de rendimentos ou bloqueio das aplicações no overnight e em fundos de investimento, confisco de cadernetas de poupança, congelamento de preços, liquidação de fundos ao portador, criação de novas modalidades de caderneta de poupança. Alguns destes rumores ganhariam importância após a divulgação do pacote econômico, por colocarem em dúvida a boa fé do governo.

Cerca de um mês antes da divulgação do Plano Collor, o então presidente eleito concedeu entrevista coletiva após voltar de uma viagem ao exterior. Nesta época, o País já se encontrava agitado pelos mais diversos boatos, frutos não só de especulações sobre as possíveis ações do próximo governo, como também de informações que transitavam nos bastidores de Brasília. A movimentação no mercado financeiro fez o dólar paralelo saltar mais de 30% em apenas cinco dias. Os jornais noticiavam fuga de dinheiro depositado no over e em fundos de investimento para a caderneta de poupança, diante do temor dos investidores de que o novo pacote econômico atingisse as aplicações financeiras.

Entre os diversos episódios especulativos vistos nos dias que antecederam o anúncio do Plano Collor um, em especial, chamou a atenção: na manhã do dia 12 de março de 1990, a Telesp, empresa estatal de telefonia do Estado de São Paulo, divulgou uma gravação na qual informava, juntamente com as principais notícias do dia, que os dias 16 e 19 de março (sexta-feira e segunda-feira) seriam feriados bancários. A informação causou alvoroço no mercado financeiro, que já aguardava por ajustes assim que o novo governo tomasse posse – o que ocorreria em 15 de março –, levando operadores, analistas e investidores a especular sobre quais

medidas poderiam promover mudanças tão drásticas na economia a ponto de demandar a suspensão das operações bancárias por dois dias. Somando-se ao final de semana, haveria uma paralização do sistema financeiro por quatro dias. Não era algo trivial e, apesar disso, o governo não se pronunciou prontamente sobre a informação divulgada pela Telesp – o que manteve os negócios agitados durante toda a sessão. Havia no mercado um clima de vazamento de informação, já que a gravação da Telesp validava um rumor que já circulava entre os operadores e que o governo tentava desqualificar ao dizer que isso "era coisa que só existia nos jornais"[6]. A Telesp retirou sem demora a notícia sobre o feriado bancário de seu serviço, mas um desmentido foi feito somente no fim do dia. Descuido ou ação proposital? Isso não é possível dizer. É sabido apenas que, no dia seguinte, foi decretado feriado bancário de três dias, que somado ao fim de semana, deixou bancos e mercados financeiros parados por cinco dias, entre 14 e 18 de março de 1990.

A própria Zélia, às vésperas do lançamento do novo plano econômico, havia negado os boatos de que haveria feriado bancário. Esta estratégia poderia ter sido eficaz para, se não liquidar, ao menos atenuar a onda de rumores que agitava a sociedade (Shibutani, 1966). Isso se as palavras de Zélia não tivessem sido invalidadas pelo Banco Central poucas horas depois, com a decretação do feriado bancário. O episódio teve um agravante: a informação de que o feriado bancário havia sido decretado a pedido da ministra[7]. Com isso, ao invés de conter os boatos, o governo apenas forneceu mais combustível para sua circulação, além de colocar em risco a credibilidade da equipe econômica antes mesmo de assumir o posto – o que aconteceria dali dois dias. Ao menos naquele momento, esta parecia não ser uma preocupação para o novo governo, que continuaria agindo em discordância com suas próprias palavras.

Em mais uma tentativa de dissipar os boatos que só ganhavam força, o então presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, afirmou que a poupança estava garantida por dois governos – o atual e o que iria assumir nos próximos dias.

---

[6] MARTINS, Luciano. Culpa da imprensa. *O Estado de S.Paulo*, 14 de março de 1990, p.3. Disponível em http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19900314-35299-nac-0003-999-3-not. Acesso em 20 de maio de 2016.

[7] *Veja*. "Amarras do pacote". 21 de março de 1990, p. 72 e 73.

“Ninguém vai confiscar a poupança”[8], enfatizou. A própria Zélia tentou atenuar o desconforto causado pelos boatos de confisco das aplicações financeiras ao afirmar que seu dinheiro estava depositado no over. Tais comentários, associados às campanhas publicitárias que circulavam à época, inclusive de bancos públicos, para incentivar aplicações em cadernetas de poupança só fizeram crescer o sentimento de traição e revolta quando o pacote econômico foi finalmente revelado, confiscando as economias de boa parte da população brasileira.

Ao mesmo tempo, aflorava a percepção de improviso do Plano Collor, reforçada pelos rumores de que até horas antes do anúncio as medidas ainda estavam sendo formuladas, sem que tivesse existido qualquer estudo prévio para tanto. Ainda que as atitudes do governo pudessem ser justificadas pelo temor de vazamento de informações e pela necessidade de se assegurar a efetividade das medidas, nenhuma explicação neutralizaria a percepção negativa deixada pela falta de compromisso com as próprias palavras, principalmente num momento de redemocratização, quando as expectativas em torno do primeiro presidente eleito por voto direto no País em quase 30 anos eram bastante altas.

Ao deliberadamente mentir sobre o feriado bancário e o confisco das aplicações financeiras, a equipe de governo abriu mão de um ativo essencial à governabilidade: a confiança. Os efeitos da perda progressiva da confiança, alimentada por um constante descompasso entre discurso e ação, foram aos poucos minando a gestão Collor.

No dia da posse de Collor, o *Jornal do Brasil* trazia em sua primeira página uma informação que colocava em dúvida o sigilo do Plano que ainda seria revelado. O economista Daniel Dantas, que havia sido cogitado para ministro no novo governo, teria retirado do overnight e sacado em espécie 300 milhões de cruzados novos no dia anterior ao início do feriado bancário. O volume de dinheiro era fora do comum, “uma montanha de papel-moeda suficiente para entulhar uma sala[9]”, descreveu a revista *Veja*, que procurou Dantas para obter esclarecimentos. “Fiquei surpreso em ver meu nome na primeira página do jornal”, disse ele, sem dar qualquer explicação sobre a suposta movimentação. “Não há verdade alguma na

[8] *Folha de S.Paulo*. “BC prepara medidas para novo governo”. 13 de março de 1990, p.B-8.
[9] *Veja*. “Amarras do pacote”, 21 de março de 1990, p. 72-73.

notícia", afirmou. Verdadeira ou não, a notícia lançou mais um ponto de interrogação sobre a nova equipe de governo, ampliando uma especulação que se estendeu durante toda a administração Collor: houve vazamento de informação para beneficiar pessoas próximas ao governo? A resposta, obtida meses depois, foi sim.

Etapa 2: Quem consegue entender e conviver com o Plano Collor?

Como vimos, o anúncio do Plano Collor foi feito de forma midiática, mas pouco esclarecedora, uma vez que apenas o uso da tecnologia (rádio, TV, mídia impressa etc) não torna a comunicação eficiente. Propositadamente ou não, o governo se preocupou mais com a simbologia de seus atos do que com as explicações do pacote econômico e o impacto das medidas na vida das pessoas.

Ao apresentar o Plano, Collor buscou nos detalhes as mensagens que ficariam no subconsciente. Ainda que a documentação disponível não nos permita avaliar se houve ou não um estudo prévio sobre como se esperava que cada movimento do presidente naquela ocasião fosse interpretado pela população, o perfil de Collor nos dá margem para inferir que ele ao menos imaginava os efeitos de suas ações.

Ao chegar com o sol raiando ao Palácio do Planalto em seu primeiro dia à frente da Presidência, Collor passou a mensagem de que não perderia tempo e trabalharia duro para colocar o País em ordem. O dia e o horário do anúncio – sexta-feira, 7 horas da manhã – se mostraram estratégicos: naquele momento, muitas pessoas ainda não haviam deixado suas casas rumo ao trabalho. Por meio da televisão, Collor encontrou uma forma de coloca-las "dentro" da sala de reuniões do Palácio do Planalto, independentemente de onde elas realmente estivessem, fazendo com que se sentissem parte do governo. E, ali naquela sala, ele discursou não apenas como chefe de uma equipe de governo, mas como representante da população que era testemunha de seu empenho e dedicação para fazer valer o desejo de seus representados.

Com esta manobra midiática, Collor transmitiu a mensagem de que, finalmente, a população estava sendo ouvida e participaria da administração pública, deixando de ser apenas obrigada a cumprir ordens vindas de cima para

baixo e passando a fazer parte delas. Essa sensação ilusória era reforçada pelas palavras usadas no discurso, que colocavam Collor como o “escolhido” para promover a mudança que todos gostariam de ver, garantindo-lhe legitimidade. Apoiado pelo resultado nas urnas, e sem dispensar o tom messiânico, Collor se fez a personificação do ditado popular “a voz do povo, é a voz de Deus”. Ao mesmo tempo em que se mostrava como fruto da democracia, por ter sido eleito em votação direta, o presidente deixava transparecer uma postura autoritária no combate aos males da sociedade – o que era visto com bons olhos por parte da população, que sentia a necessidade de um pulso forte no governo, capaz de pôr fim à corrupção, ao desperdício e à ineficiência administrativa, mas que no futuro lhe renderia o apelido pernicioso de “filhote da ditadura”.

Nesta “guerra santa” – ou “guerra ética”, como alguns chamavam – os inimigos eram todos aqueles que se opusessem ao Plano, visto como “de salvação nacional” e que dizia ter como principais objetivos a inflação zero e o “saneamento moral” da economia. O momento era de volta da democracia ao Brasil, mas valores democráticos – como o de divergir sem medo de sofrer represália – ainda encontravam um ambiente hostil. As críticas existiam, como revelam reportagens da época e cartas enviadas a jornais e revistas, mas muitas vezes carregavam um tom envergonhado ou se transvestiam de sugestões de melhorias. Mesmo após sofrer um golpe, possivelmente fatal, cidadãos, em sua maioria, deram crédito ao governo e apoiaram as medidas nas primeiras semanas de Plano Collor, na expectativa de que dias melhores viriam (vide quadro 33).

Questões como “os fins justificam os meios?” surgiam neste contexto. Muitos viam o Plano Collor como a única saída para debelar a inflação e, assim, abrir caminho para melhores condições de vida. Por isso, a oposição ao Plano Collor era comumente interpretada como uma resistência ao controle inflacionário – o que só interessaria aos “especuladores”, aqueles que ganhavam com a inflação.

Quadro 33

Apoio a Collor e ao Plano (amostra das cartas analisadas)

O Estado de S.Paulo, 25/03/90, p. 2

Só os fracos estão pálidos e arruinados. Os verdadeiros homens estão coloridos, fortes, firmes e acreditando em dias melhores. Walter Maia (Maia Imóveis), Capital

O Globo, 27/03/90, p. 4

● (...) Nesses últimos dias só se fala em dois assuntos: cadernetas de poupança e perdas de salários por quinze dias. (...) Acho que não perderemos nada. (...) Não devemos nos esquecer que durante estes quinze dias, se houver perdas nos salários, ganharemos através dos preços tabelados, e em muitos casos tabelados para baixo. (...) Não nos deixemos iludir mais uma vez por aqueles que querem tumultuar e ganhar popularidade, tentando pôr areia num plano (...) que vai dar certo. (...) Vamos ajudar, e não atrapalhar. (...) Só assim voltaremos a ser um País, na verdadeira acepção da palavra.

Marina Gomes Abreu, São João da Barra, RJ

O Estado de S.Paulo, 19/05/90, p. 2

O Plano Brasil Novo vai dar certo? Não importa. O importante é que o presidente é um homem de bem com todas as características de vencedor, cujas qualidades são evidentes para os de mente aberta. Não se deve ter dúvida. No que o plano estiver errado, será corrigido. O ideal do jovem presidente é praticar o bem, revelando possuir bons princípios. Quando ele diz vencer ou vencer, é porque o bem sempre vence o mal. Quem é bom nunca pode ser derrotado. Que Deus proteja o sr. Fernando Collor de Mello. Renato Antonio Liberatori, Capital.

O Estado de S.Paulo, 10/05/90, p. 2

A inflação está somente detida. Se não for eliminada a causa, ela fatalmente voltará. A causa é a corrupção na forma de fraudes, subornos, falcatruas, apadrinhamentos, sonegação. O risco de vida que o presidente corre é sério, ao cumprir a tarefa de limpar a grande sujeira da casa. Ela apenas começou. Collor precisa da união de todos nós, interessados na ordem, justiça e valorização do trabalhador honesto. Devemos demonstrar publicamente o nosso apoio irrestrito a Fernando Collor de Mello. Não podemos perder a oportunidade de melhorar o nosso País. **Renato Antonio Liberatori**, Capital

O Estado de S.Paulo, 10/05/90, p. 2

Há uma cobrança constante ao presidente Fernando Collor de Mello. Em vez de ajudá-lo com soluções aproveitáveis, fica-se apenas fazendo alardes negativos. O povo precisa dar um tempo. Colaborar. O presidente está de parabéns, em tudo e por tudo. É preciso compreender que ele está no Palácio há pouco tempo. Será que antes estava melhor? O povo ia mensalmente verificar o que tinha rendido a caderneta de poupança? Vamos dar um tempo e não criticar por criticar como faz o sr. Luiz Ignacio Lula da Silva. **Aparecida Francelino**, Capital

Jornal da Tarde, 21/03/90, p.4

Sr.: Estamos dando os parabéns a Collor e a toda sua equipe pela ousadia do plano econômico, o qual afetará a todas as classes sociais, evidentemente às mais altas com maior profundidade.

Em contrapartida, pudemos observar que há um grande número de descontentes, sobretudo os que no decorrer dos últimos anos angariaram importâncias altíssimas, lucros exorbitantes. Os assalariados, de alguma forma, apóiam, mesmo sem saber em que proporções foram suas perdas. Mas mesmo assim procuram ter a consciência de que as medidas a serem aplicadas e toda sua composição têm como finalidade chegar ao único resultado, que é zerar a inflação ou estabilizá-la. No entanto as classes imperantes querem só ganhar, por isso nunca estarão dispostas a ceder, cooperar sem visar interesses próprios, levando com isso o Plano Collor a um possível fracasso.

Lemos que juristas se manifestaram quanto à inconstitucionalidade do plano. No entanto, quando "todos" estavam aproveitando a maré especulativa que lhes favorecia pela "ausência ou conivência" do governo para terem seus capitais multiplicados, nenhum deles, nem mesmo a OAB, se manifestou contra o assalto ao bolso do assalariado. Pelo contrário, mostraram-se indiferentes, deixando-nos à mercê da própria sorte (...)

Gostaríamos de advertir a todos os brasileiros, com relação a esse plano, de que é vital seu sucesso — "vencer ou vencer" —, segundo a afirmação do presidente Collor e não ficarmos alheios aos acontecimentos da Argentina. **Solange Aparecida Amaral e Sirene Moura Santana, Capital.**

Como nem todos pensavam desta forma – e os meios para se chegar ao controle inflacionário eram alvo de questionamento – surge uma enorme confusão com a tentativa de se definir quem seriam os especuladores na sociedade brasileira naquele momento. Nas fontes analisadas, essa questão é tratada, sobretudo, a partir da negação. Autores de cartas enviadas a jornais e revistas faziam questão de mostrar que não eram especuladores (termo usado com conotação pejorativa, às vezes empregado como sinônimo de criminoso), mas sim trabalhadores, cujas economias foram formadas ao longo de anos a partir do fruto do trabalho (vide quadro 34). As aplicações financeiras (poupança, over, fundos de investimento), portanto, teriam por objetivo apenas proteger o dinheiro do poder corrosivo da inflação, e não especular. Muitos contavam suas histórias e mostravam de que forma utilizavam ou pretendiam utilizar o dinheiro confiscado, a fim de provar que não eram especuladores e, por isso, não deveriam estar com suas aplicações bloqueadas – já que se dizia que apenas os especuladores seriam prejudicados pelo pacote econômico. O mesmo recurso era empregado por advogados nas ações judiciais que tinham por objetivo desbloquear o dinheiro retido pelo Banco Central (vide anexo 5). A questão se aprofundava quando relacionada à ideia de patriotismo, utilizada pelo governo para defender o Plano Collor. Como justificar o

confisco das economias de um oficial reformado e condecorado depois de toda uma vida de dedicação e serviços à Pátria?

Quadro 34
Poupadores X Especuladores (amostra das cartas analisadas)

O Globo, 26/03/90, p. 4

● Oficial reformado, eleitor do atual Presidente, apresento publicamente o meu protesto contra o confisco de minha pequena economia. (...) Que ninguém venha me dar lições de patriotismo, pois este o possuo no mais elevado grau. Voluntário para a Força Expedicionária Brasileira na Itália em 1944, condecorado com as medalhas Cruz de Combate e Sangue do Brasil, voluntário para comandar o Forte Coimbra, na fronteira Oeste, tendo servido ao Exército por 30 anos, (...) revolta-me ter sido nivelado a especuladores, sonegadores, remarcadores, atravessadores, contraventores e corruptos. (...) Espero que o Congresso Nacional atenue o excessivo rigor da Medida Provisória 168.

Togo Lobato, Niterói, RJ

Veja, 28/03/90, p. 10

Sou modesto funcionário bancário e, no ano passado, fiz planos de realizar uma reforma em minha casa. Todo o meu dinheiro estava depositado em conta remunerada, inclusive férias e 13.° salário, e agora ficaram com o que eu tinha poupado. Pergunto: eu sou especulador?

Rafael D. Klafke
Porto Alegre, RS

Jornal do Brasil, 21/03/90, p. 10

Não sou especuladora, nem faço parte da elite ou, de como a ministra Zelia falou, dos dez por cento da população que têm mais de 50 mil cruzeiros. Não tenho ouro, dólares ou ações. Os meus únicos bens são uma caderneta de poupança no valor de dois mil cruzeiros e um carro ano 1983 — os dois conseguidos com anos de trabalho.

No início do mês de março entrei de férias e recebi o adiantamento do salário e 33% de abono — garantidos pela Constituição. Isso tudo me deu pouco mais de 40 mil cruzeiros. Para que a inflação não acabasse com esse dinheiro, apliquei o cheque num fundo ao portador.

Com as novas medidas econômicas, 15 mil cruzeiros ficariam retidos no Banco Central — sobrando-me apenas cerca de 25 mil cruzeiros para viver até o final de abril, quando receberei o meu salario. Mas, para piorar ainda mais a situação, o Banco Real não está liberando os fundos de aplicação, e o gerente me informou que só vou poder tirar 20% da aplicação, ou seja, oito mil cruzeiros. É possivel eu comer, pagar condominio, as contas, me vestir e me locomover com essa quantia?

Inconformada resolvi tentar que toda a minha aplicação fosse liberada, já que ela nada mais é do que o salário adiantado que eu recebi. Perambulei durante dois dias, estive no Banco Central, telefonei para o Ministerio da Economia...Tudo o que consegui foram palavras de conforto, de que muitas pessoas estão na mesma situação, de que cada um tem que dar a sua parcela de sacrificio. (...) Não disponho de dinheiro para sobreviver nos próximos 40 dias, quanto mais para aproveitar um pouco o restante das férias. Ministra, a senhora acha isso justo? **Vera Lucas — Rio de Janeiro.**

Folha de S.Paulo, 01/04/90, p.A-3

"Sou um assalariado de classe média. Alguns assalariados dizem que o governo está certo, que eu sou elite, e para o plano ter êxito eu tenho mais é que perder aquela poupança feita com restos de salários, férias etc. Será que isso é apenas ingenuidade?"

Rogério Marques (Laranjeiras, RJ)

O Estado de S.Paulo, 04/04/90, p. 2

Milhões de pessoas que trabalharam e passaram a vida economizando migalhas do seu produto (que o governo prometeu guardar sob a forma de poupança) estão preocupadas e confusas. Uma coisa é investir parcelas generosas de até milhões. Outra é ter um milhão pela soma paulatina de alguns cruzados ou cruzeiros, durante 20, 30 ou mais anos. O governo sempre incentivou a poupança, inclusive para as crianças (lembram-se dos cofrinhos?). É preciso separar o pequeno poupador do grande especulador. Sylvio F. Calçada, Capital

O Estado de S.Paulo, 07/04/90, p. 2

Aposentei-me em outubro do ano passado. Visando dar melhores oportunidades de escola e trabalho para meus filhos, vendi minha casa e saquei o FGTS, para adquirir outra residência em Curitiba. Com o Plano Brasil Novo, perdi a casa, o FGTS e as economias de 32 anos de trabalho. O pior: ainda sou chamado pelos governantes de especulador e responsável pela inflação. É muita crueldade. João Skorupa, Registro

Jornal do Brasil, 14/05/90, p. 8

Apelo ao presidente Collor para que libere os cruzados novos do verdadeiro poupador. Sou viúva, aposentada, e não basta ser penalizada com o escorchante Imposto de Renda, descontado na fonte. Ainda fiquei com minha honesta poupança bloqueada, fruto de 30 anos de economia, com um objetivo determinado. Meu pai, respeitado historiador gaúcho, 90 anos, 40 economizando, e somando às economias a quantia obtida com a venda de pequeno apartamento, quando tomou conhecimento de que não poderia dispor de seu próprio dinheiro disse:

"Conheci o pai desse moço, pertence a uma família decente, e empenhou sua palavra de que não mexeria na caderneta de poupança, a coisa mais séria e antiga criada neste país. Deve haver algum engano, a medida é dirigida ao especulador, e não ao poupador de classe média e baixa". Oxalá meu pai tenha razão! (...) **Livia Ferreira de Armando — Rio de Janeiro.**

O Estado de S.Paulo, 10/05/90, p. 2

A impressionante fotografia publicada pelo **Estado** na edição de 1º de Maio, mostrando a corrida dos aposentados aos bancos, em dia chuvoso, deveria ter abrangido a primeira página inteira do jornal, encimada pelo título "Nós, os especuladores". Assim, talvez as nossas autoridades tecnocráticas tomem consciência de que não estão lidando apenas com números e estatísticas, mas com seres humanos. **Vergniaud Elyseu**, Capital.

O Estado de S.Paulo, 28/03/90, p. 2

O tratamento dado pelo novo governo às empresas não discriminou o que é lucro e capital de giro do que é especulação. As micro, pequenas e médias empresas enfrentaram nos últimos três anos diversas situações impostas pela irresponsabilidade do governo anterior. Remando contra a correnteza, tentaram sobreviver produzindo e vendendo para não fechar. Na maioria das vezes, se submeteram a altas taxas de desconto de duplicatas ou empréstimos de capital de giro, na vã esperança que, depois de vários anos de trabalho árduo, pudessem sobreviver com a economia livre de mercado. Nada. A pequena reserva financeira simplesmente desapareceu da noite para o dia, confiscada como se fosse dinheiro roubado ou ganho desonestamente. **Telma Delgado Monteiro**, Capital

Na cultura brasileira, as pessoas desde criança são educadas com base na ideia de recompensa e castigo: recompensa-se as atitudes desejáveis e pune-se as indesejadas – o que na Psicologia compreende o behaviorismo[10]. O Plano Collor, pelo discurso do governo, puniria apenas aqueles que seriam os causadores dos males morais da sociedade e da inflação. Mas, ao atingir poupadores e trabalhadores com o confisco, o desemprego e o empobrecimento, a mensagem que fica é a de que tais elementos seriam nocivos à sociedade – ideia que se choca com a lógica de recompensa pelo trabalho. Tal situação, inevitavelmente, leva à pergunta: vale a pena ser honesto e trabalhador no Brasil?

O *Cabaré do Barata* (vide anexo 4 e transcrição 8: Cabaré do Barata - Zélia e Zé Brasil falam do Plano (Rede Manchete, 1990)) explorou as incoerências relacionadas a esta questão confrontando dois mundos bastante distintos: dos eruditos – formuladores de política econômica (perspectiva macro) –, e dos "populares" – aqueles que vivenciaram a economia no cotidiano (perspectiva micro). O quadro apresenta um diálogo entre dois bonecos – Zé Brasil, um brasileiro comum (Zé, redução de José, um dos nomes mais utilizados por homens na sociedade brasileira; Brasil, o nome do País, que ao ser colocado como sobrenome remete a qualquer brasileiro) e "doutora Zélia", em referência à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. O uso do título "doutora" por Zé Brasil ao se referir a Zélia já marca uma separação entre os "eruditos" e os "populares".

Enquanto Zélia representa o universo dos letrados e abonados, Zé Brasil é o exemplo do "brasileiro médio", um trabalhador de baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade, que é atendente num bar. Essas características também podem ser percebidas pelo vocabulário de Zé Brasil e seu modo de falar, com frequente uso de gírias e muletas de comunicação ("aí", "né", "aê").

[10] O behaviorismo é um conjunto de abordagens que tem como foco de estudo o comportamento. Ele surge no começo do século XX nos Estados Unidos, a partir dos trabalhos desenvolvidos por John Broadus Watson e Burrhus Frederic Skinner. Entre as diversas linhas de estudo do behaviorismo desenvolvidas ao longo dos anos podemos citar a clássica, a filosófica, a metodológica, a radical e o neobehaviorismo mediacional.

Transcrição 8
Cabaré do Barata - Zélia e Zé Brasil falam do Plano (Rede Manchete, 1990)

No bar do Cabaré do Barata, Zé Brasil conversa com Zélia.

Zé Brasil: Oh doutora Zélia...

Zélia: Que é Zé Brasil?

Zé Brasil: O trabalhador se deu mal com o pacote. Inclusive eu, né?!

Zélia (com voz calma): De maneira alguma, Zé Brasil. As medidas atingiram somente os especuladores.

Zé Brasil (confuso): Ih! Não me diz uma coisa dessas, ministra. Então eu estava especulando, aê!

Zélia (surpresa): Até você, Zé?

Zé Brasil: Ué, eu "memo"! Ia pegar o dinheiro da poupança pra comprar uma geladeira e agora eu não posso mais, né?!

Zélia (sem graça): É, é, é... bem... quer dizer... eu...eu acho...

Zé Brasil (agitado, interrompendo Zélia): E tem mais, tem mais. Eu "tava" especulando também no setor imobiliário. É ou não é?

Zélia (surpresa): Não acredito!

Zé Brasil: Pode acreditar. Por causa do pacote, eu deixei de limpar a poupança para comprar o barraco. Era meu primeiro teto, ministra.

Zélia: Calma, Zé. A coisa não é bem assim.

Zé Brasil (impaciente, interrompendo Zélia novamente): A coisa é bem maior. Bem feito pra mim! Quem mandou especular!

Zélia: O que você andou fazendo, Zé Brasil?

Zé Brasil: Antes do dia 13 de março [quando começou o feriado bancário que antecedeu a divulgação do Plano Collor] eu vendi o rádio. Depositei o cheque em cruzados novos e só vou receber a grana daqui 18 meses, aí!

Zélia (guaguejando): A a a assim... deixe-me explicar...

Zé Brasil (ainda agitado, interrompendo Zélia): Não, não precisa explicar, não, ministra. Especulador tem mais é que sofrer, é ou não é?

Zélia: Tem certeza, Zé?

Zé Brasil: Absoluta. Tudo que é parente meu se deu mal.

Zélia: Aplicavam no dólar?

Zé Brasil: Não, era tudo trabalhador. Foi todo mundo pro olho da rua, graças à recessão, né?!

Zélia (estendendo a mão a Zé Brasil): Não se preocupe, Zé. Em setembro de 91 você ainda vai me dar a mão.

Zé Brasil (choramingando e estendendo a mão a Zélia): Não por isso, não. Para dar a mão eu dou até já. Uma esmolinha pelo amor de Deus! Uma esmolinha...

No começo do quadro, Zé Brasil afirma com convicção, por experiência própria, que o trabalhador “se deu mal” com o plano econômico. O vocabulário informal atesta a simplicidade de Zé Brasil, um trabalhador de baixa qualificação, que não apresenta qualquer familiaridade ou conhecimento do mercado financeiro. Zélia, ao contestá-lo, afirmando que apenas os especuladores – e não os trabalhadores – foram atingidos pelo pacote, provoca uma confusão metal em Zé Brasil, que sabia ter sido prejudicado pelo pacote, mas não se reconhecia como especulador. Ele conclui ter especulado pelas consequências sofridas, não pelos atos praticados. A reação de Zé Brasil mostra que ele sequer sabia o que era especular.

A ênfase de Zélia ao afirmar que “as medidas atingiram somente os especuladores” revela: 1 – já era possível saber os efeitos do pacote (a frase foi construída no tempo passado); 2 – as medidas tinham caráter punitivo.

A falta de discernimento de Zélia ao não estranhar a situação sugere o quão míope era o plano econômico e evidencia um desconhecimento da sociedade brasileira por parte dos formuladores de política econômica. Zélia só percebe o equívoco quando Zé Brasil conclui que estava especulando ao tentar usar o dinheiro da poupança para comprar uma geladeira e um barraco (bens considerados veículo de mobilidade social).

Os tripés poupança/compra/geladeira e poupança/compra/barraco podem ser compreendidos de forma semelhante: o trabalhador estava sendo punido por utilizar o dinheiro de seu trabalho na compra de um bem, seja por desejo ou necessidade. Por essa “especulação”, o trabalhador foi impedido pelo Estado de ter acesso ao seu dinheiro, fruto de seu trabalho - o que pode ser visto como uma afronta moral. A punição também se aplica aos recursos obtidos com a venda de um bem (rádio) e depositados na poupança, bloqueados por 18 meses.

Os três exemplos formam uma série, que mostra que o Plano Collor não agia de forma isolada, mas em cadeia. Isso reforça a ideia de Zé Brasil de que ele estava especulando, uma vez que em nenhum dos três casos foi possível utilizar o dinheiro da poupança como previsto. Considerando que somente os especuladores estariam sendo afetados pelo confisco, como afirmava o governo, a conclusão que se chega é a de que Zé Brasil era um especulador.

O Plano Collor se apresenta como uma violência simbólica[11] ao fazer as pessoas creem que estavam praticando atos condenáveis e, portanto, mereciam ser penalizadas. Desta forma, cria-se um sentimento de culpa. Zé Brasil assimilou o discurso do governo e, sem questionar as premissas impostas, entendeu que era merecedor daquele sofrimento. A falta de questionamento revela, de um lado, a dificuldade da população menos escolarizada e de menor renda de compreender e avaliar a situação e, de outro, a ineficiência do governo na comunicação com a sociedade.

Ao escancarar essa situação, o quadro mostra que, ao contrário do que pregava o governo, todos aqueles que se esforçaram por anos para economizar o dinheiro fruto de seu trabalho estavam sendo punidos, inclusive a população de baixa renda. Evidencia-se, assim, a incompetência ou hipocrisia por parte das autoridades que não previram – ou simplesmente ignoraram – que as medidas iriam afetar não só os especuladores, mas também os trabalhadores. Mesmo percebendo o equívoco, convinha não assumir o erro, pois isso poderia dar margem a questionamentos indesejados. Ao culpar os "especuladores" pelos problemas econômicos, o governo tentava se eximir de responsabilidade no fracasso da gestão pública. A solução proposta para a crise do País (visão macroeconômica) passava pela ruína de grande parte da população (visão microeconômica), algo incoerente para um governo que dizia lutar pela melhoria na qualidade de vida das pessoas, sobretudo dos "descamisados" e "pés descalços".

Quando Zé Brasil fala que seus parentes foram prejudicados pelo pacote econômico, Zélia automaticamente relaciona-os ao mercado financeiro, em mais uma amostra de confronto de universos. Em seu entender, se eles foram prejudicados, só poderiam ser especuladores. Mas, neste caso, o prejuízo se deu pela recessão, geradora de desemprego. Apesar de homem simples, Zé Brasil demonstrava algum entendimento da situação, ao relacionar o desemprego com a recessão decorrente do Plano Collor.

Para a equipe de governo, o sacrifício no presente compensaria o ganho no futuro. Mas para a população, não haveria futuro se a situação presente se

[11] Bourdieu (1997:22) define violência simbólica como "uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la."

estendesse por muito tempo. Mesmo após todos os pontos apresentados por Zé Brasil, que apontavam o rápido empobrecendo da população, Zélia insistia que o pacote econômico seria bom para o País (visão macro, não micro). Zé Brasil nega esta ideia e, ao mesmo tempo, reforça a mensagem de que a população está ficando na miséria ao estender a mão em direção a Zélia pedindo esmola. Nesta etapa final do quadro, o humor se faz pela inversão: o homem simples se torna o sábio, que percebe e alerta para o risco imposto pela política econômica, enquanto a mulher erudita se mostra ignorante, por não ver o destino trágico ao qual expôs a nação. A situação ainda expõe a incapacidade do governo de demonstrar empatia, o que distancia a população de seus governantes.

Diz Wagner (2012) que, ao reverter causa e efeito (a marca da racionalidade), o humor se torna "o conhecimento íntimo de todas as coisas"[12]. Ele rompe com expectativas e, desta forma, coloca em xeque a lógica vigente. Neste processo, se escancara as diferenças entre os universos "erudito" e "popular", tornando o confronto mais evidente. A comédia de erros em *Cabaré do Barata* sinaliza um profundo descompasso na interação entre Estado e sociedade em diversos aspectos (cognitiva, comunicacional, ideológica, política), que se mostrou dramático na escala do cotidiano.

Na tentativa de se identificar quem seriam os especuladores, outro fator contribuía para a confusão mental generalizada: a incoerência nas regras de saque das aplicações financeiras. Provocava questionamentos, por exemplo, o fato de que quem possuía conta poupança em diversos bancos podia sacar mais dinheiro do que aqueles que detinham diversas contas poupanças num mesmo banco. Ou, ainda, por que o valor de saque em contas conjuntas (que poderiam ter dois ou mais titulares) era o mesmo das contas individuais, ou por qual motivo se permitia a retirada de até 20% do total aplicado no overnight e em fundos de investimento sem limite de valor – o que para os mais ricos representava uma quantia muito acima do teto de 50 mil cruzados novos imposto para as poupanças. Somava-se a isso as falhas de comunicação das medidas, com a circulação de informações

[12] FERRARI, Florencia, DULLEY, Iracema, PINHEIRO, Jamille, VALENTINI, Luísa, SZTUTMAN, Renato, MARRAS, Stelio. ""O Apache era o meu reverso"- Entrevista com Roy Wagner". In: Revista de Antropologia. Vol.54, n° 2, 24 de agosto de 2012, p. 955-978.

desencontradas e equivocadas, que além de tumultuar o atendimento bancário minavam qualquer lógica que o Plano pudesse apresentar (vide quadro 35).

Quadro 35
As regras do jogo (amostra das cartas analisadas)

O Estado de S.Paulo, 24/04/90, p. 2

Meu primo aplicou na poupança em 16 bancos diferentes. Tirou a sorte grande, ou seja, sacou Crs 1.600.000,00. Meu vizinho aplicou toda poupança no Banco Itaú, pois ele não tinha tempo de cuidar de tantos bancos. Resultado: tirou Crs 50.000,00. Ambos tinham quatro milhões de cruzados aplicados. Isto é ilógico. Será que tudo na vida é sorte?
Abraham Kasynsky, Capital

O Globo, 02/04/90, p. 4

● Por que a discriminação entre as cadernetas de poupança abertas em diversos bancos (beneficiadas) e as diversas abertas num mesmo banco (sacrificadas)? (...) Qual a diferença para o Plano e para o Banco Central terem diversas cadernetas abertas num mesmo banco e não em bancos diferentes?
Angelo João Ferrari, Rio

Jornal do Brasil, 10/04/90, p. 10

Sou poupador de três cadernetas de poupança feitas na mesma agência bancária. Com o novo plano econômico, tive o direito de sacar Cr$ 50 mil, porque as três cadernetas se transformaram em uma. Se eu tivesse aberto conta em três bancos diferentes, teria o direito a três saques de Cr$ 50 cada. Pergunto: se uma pessoa pode fazer saques distintos em cada banco, por que não é dado o direito de retiradas na mesma agência bancária, independente do número de cadernetas possuídas? Não é o mesmo CPF? Não é a mesma pessoa? Fica caracterizado que quem tinha cadernetas em bancos diferentes está levando vantagem. Onde está a justiça social do governo Collor? (...) **Carlos A. Santana — Rio de Janeiro.**

Jornal do Brasil, 14/05/90, p. 8

( ) Possuía uma conta conjunta no Bamerindus, e tive meu dinheiro "confiscado" pelo Plano Collor. Era de se esperar que, por uma questão de coerência, cada titular da conta pudesse sacar Cr$ 25 mil, ou 20%. O gerente do banco me confirmou da possibilidade do saque, porém dependia de uma circular do Banco Central.

Ao ler notícias no **JORNAL DO BRASIL**, na semana de 30/4 e depois em 7/5, pag. 13, na coluna **Tire suas dúvidas**, voltei à agência do banco, levei o outro titular da conta, mas o gerente disse que estava aguardando a circular do BC, apesar de ter lido a informação do JB.

Ansioso, precisando do dinheiro, telefonei para o Banco Central. Atendeu-me o Sr. Jorge Comunale (...), disse-me que tinha sido erro de um diretor do Banco Central. Responsabilizou-se pela informação (...) e disse que tal liberação jamais esteve nas cogitações do Plano Collor. Que brincadeira é essa? **Manoel Malaguti de Souza Domingues — Rio de Janeiro.**

O Globo, 25/12/90, p. 6

O abaixo assinado é titular da caderneta de poupança nº 0129512, e no dia 7 de março tinha, em depósito, Cr$ 28.026,03. Logo, no dia 16 de março, tinha em conta quantia muito inferior a Cr$ 50 mil, verba que o tal plano permitiu liberar. Só no dia 7/4, quando foi imposta a correção monetária correspondente ao mês de março, é que sua conta, com a imposição do índice de 84%, chegou aos Cr$ 53.218,21. Assim, não há como entender que o Banco Nacional pretenda ser — na literal expressão da palavra — mais realista que o rei. Na época a conta tinha apenas Cr$ 28 mil e alguns quebrados. É inteiramente inaceitável que o banco tenha bloqueado minha caderneta de poupança.
Alberto de Souza Trindade Netto, Rio

A falta de consistência e planejamento do Plano Collor, aliada à incapacidade do governo de explicar as medidas à sociedade, provocou desorientação e mal-estar, deixando a cargo dos jornalistas a tarefa de destrinchar e esclarecer o plano econômico com o auxílio de especialistas, que se mostravam tão perdidos quanto as autoridades. Um quadro da *TV Pirata* (Rede Globo, 1990) satiriza essa situação, expondo a gravidade do problema (vide anexo 4 e transcrições 9 e 10: TV Pirata - Por baixo do plano 1 (Rede Globo,1990) e TV Pirata - Por baixo do plano 2 (Rede Globo,1990).

Transcrição 9
TV Pirata - Por baixo do Plano 1 (Rede Globo,1990)

Vinheta de abertura.
Na bancada do telejornal, a apresentadora Lilian Vit Cid (sátira da jornalista Lilian Witte Fibe).

GC: Lilian Vit Cid, comentarista e pianista

Lilian Vit Cid: Boa noite. Estamos aqui de plantão com o programa *Por baixo do Plano* (faz com as mãos sinal de afanar) para tentar explicar para você que ainda não entendeu (revira os olhos) o novo plano econômico como é que as coisas funcionam agora com a nova moeda. Dr. Simonsen e Garfunkel, como é esse plano?

GC: Simonsen e Garfunkel, economista e dupla pop star (sátira do economista, banqueiro e ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e da dupla Simon & Garfunkel).

Simonsen e Garfunkel: Bom, Lilian, eu vou tentar fazer uma metáfora para ver se o pessoal de casa entende melhor. Vamos imaginar que o presidente está sozinho numa floresta e dá cara a cara com um tigre que quer devorá-lo e o presidente só tem uma bala. Isso é o Plano.

Lilian Vit Cid: Mas vai dar certo?

Simonsen e Garfunkel: Depende. Se a bala for de hortelã e o tigre não for diabético...

Lilian Vit Cid (articulando braços e mãos, em tom de decepção): Bom, pois é, voltaremos a qualquer momento com mais explicações sobre o novo plano.

Simonsen e Garfunkel faz cara de quem não entendeu a reação de Lilian.

Lilian Vit Cid: Mas assim não dá...

Lilian Vit Cid e Simonsen e Garfunkel começam a discutir.

Sobe vinheta de abertura.

Transcrição 10
TV Pirata - Por baixo do Plano 2 (Rede Globo,1990)

Vinheta de abertura.
Na bancada do telejornal, a apresentadora Lilian Vit Cid (sátira da jornalista Lilian Witte Fibe).

GC: Lilian Vit Cid, repórter e medida provisória

Lilian Vit Cid: Boa noite. Estamos de volta com o programa *Por baixo do Plano* (faz com as mãos sinal de afanar) para tentar explicar para você que não entendeu até hoje (revira os olhos) o plano econômico como vão ficar os salários a partir de agora. Está aqui conosco a ministra do Trabalho Rogéria Maggi (sátira da atriz e transformista Rogéria, em referência ao então ministro do Trabalho, Rogério Magri).

GC: Rogéria Maggi, ministra que dá um caldo

Rogéria Maggi: Lilian, meu amor, vou ser breve porque eu, Rogéria, maravilhosa, divina, estrelérrima não estou podendo fazer hora extra.

Lilian Vit Cid: Ministra**,** nós queremos saber como é que o governo chegou a esse índice de zero porcento para o reajuste dos salários.

Rogéria Maggi: Realmente, meu amor, esse reajuste foi uma vitória para a classe trabalhadora. Foi maravilhoso. Agora, o importante é fazer com que as empresas, que são divinas, maravilhosas, chiquérrimas, não repassem esse aumento para o preço das mercadorias.

Lilian Vit Cid: Mas e o Plano, ministra? Como vai o Plano agora que já passou o primeiro mês?

Rogéria Maggi: Bom, meu amor, a situação do Plano é a seguinte: vamos supor que o presidente está tomando banho com vários banqueiros internacionais num vestiário quando de repente...uipt! O sabonete cai no chão. Isso é Plano.

Lilian Vit Cid: Mas, vai dar certo?

Rogéria Maggi: Depende, né meu amor. Se ninguém abrir a torneira antes da hora...

Lilian Vit Cid: Bom, vamos voltar a qualquer momento com mais explicações para tentar ver se nós entendemos (revira os olhos) o plano econômico. (Se dirigindo à Rogéria) Mas eu não estou entendendo esse negócio de sabonete...

Rogéria Maggi: Essa “mapoa” é burra...

Bate-boca entre Lilian e Rogéria, que rasga as folhas de papel que estavam sobre a bancada.

Vinheta de abertura.

Collor e sua equipe se mostravam cientes da falta de clareza do Plano para a população. Tanto que, no fim de semana que se seguiu ao anúncio do pacote econômico, membros do governo fizeram maratonas de entrevistas, participando dos mais diversos programas televisivos, desde os jornalísticos até os populares. Silvio Santos exibiu uma entrevista de 45 minutos com a ministra Zélia em seu

programa dominical e demonstrou apoio às novas medidas – uma importante vitória para o governo, diante do poder de influência do apresentador. Frente aos jornalistas, no entanto, Zélia ficou numa posição mais desconfortável, ao deixar transparecer seu desconhecimento e pouca sensibilidade quanto aos efeitos que o pacote econômico teria sobre a vida da população. Questionada sobre as dificuldades que comerciantes, como donos de restaurantes, poderiam enfrentar por não dispor de dinheiro para suas operações, a ministra afirmou em entrevista à Rede Globo (vide anexo 4 - Zélia explica o Plano Collor (Rede Globo, 1990)): "Os comerciantes colocarão os cheques em cruzados novos na conta e eles entrarão dentro dos limites. Dentro dos limites eles poderão fazer suas transações. A partir da semana que vem, outras pessoas irão aos restaurantes e pagarão em cruzeiros..." Neste momento, a jornalista Lilian Witte Fibe interrompe e pontua: "se tiver cruzeiros, não é ministra?" E Zélia responde: "Mas haverá cruzeiros, porque se eu retirar 50 mil cruzeiros da minha conta eu posso ir num restaurante e pagar 500 cruzeiros ou 1000 cruzeiros. Percebe? As transações continuam a ocorrer." Aparentemente, é Zélia quem não percebe que para muitos brasileiros 50 mil cruzeiros poderiam não ser suficientes nem mesmo para suprir as necessidades básicas, como pagar as contas do mês, as compras no supermercado e eventuais despesas médicas. Almoçar ou jantar em restaurantes passaria a ser um luxo para poucos. A ministra também parece não se dar conta de que, sem dinheiro suficiente em caixa, os donos de restaurante não teriam condições de pagar os salários de seus funcionários e estes, por sua vez, não teriam como sustentar suas famílias. Ao mesmo tempo, as empresas fornecedoras dos restaurantes deixariam de receber e, da mesma forma, ficariam sem recursos para pagar seus funcionários, gerando um ciclo vicioso na economia que resultaria em desemprego e levaria famílias à beira da miséria. Os primeiros a serem atingidos seriam os trabalhadores com menor qualificação, justamente aqueles que mais dependem de seus salários para sobreviver. Tentando se afastar das situações do cotidiano e buscando respaldo na impessoalidade da macroeconomia, Zélia prosseguiu: "Precisa ficar claro que nós temos uma moeda velha, contaminada que nós queremos isolar. Esses depósitos vão ficar lá, parados no Banco Central rendendo correção monetária. E temos uma outra moeda que vai começar a circular na economia, que é o cruzeiro, e que vai garantir um certo nível de transações que nós entendemos que é compatível com a inflação mais baixa." Mas, novamente, Zélia é interrompida, numa tentativa do

entrevistador de trazer a ministra de volta para a vida cotidiana: “Na verdade, vocês estão praticamente zerando a conta de todo mundo, deixando todo mundo com 50 mil cruzados novos e o salário de metade deste mês – e a pessoa que se vire como puder. Não é isso?” Sem demonstrar constrangimento ou qualquer preocupação com as dificuldades que o Plano Collor poderia gerar para a população, Zélia apenas confirma. “É isso. Ela vai fazer uma prioridade, uma orçamentação, e vai gastar esses 50 mil cruzeiros com aquilo que é mais importante para ela, com seus compromissos mais urgentes, até que receba o salário e possa continuar consumindo, enfim...” O jornalista, se mostrando desconfortável com a situação e com a falta de empatia da ministra, insiste: “Agora, o dono do restaurante, aquele que recebeu cheques, ele só está com seu patrimônio, um punhado de cheques e mais nada. Vai receber, a partir de segunda-feira, os cruzeiros que estão chegando. Mas ele tem que pagar uma porção de gente. Será que não vai fechar restaurante?” Neste momento, Zélia parece ter levemente se dado conta de que a questão não era sobre números, mas sobre pessoas. Após titubear e tossir, a ministra apenas diz: “É possível que até feche alguns restaurantes, restaurantes mais caros. É possível que feche.”

A pressão da mídia para que o governo voltasse sua atenção aos problemas do cotidiano não alterou a forma de comunicação da equipe econômica, que continuou explorando a macroeconomia para explicar e justificar o pacote econômico. O abismo que se formou entre governantes e governados, a partir da incapacidade do governo de lidar com os problemas do dia a dia e demonstrar real preocupação com dramas familiares, se refletiu na aprovação do pacote econômico, que desabou de 81% na semana seguinte ao anúncio para 31% três meses depois. Sacrifícios como os demandados pelo Plano Collor exigem um trabalho de convencimento, para o qual o governo se mostrou inapto. Sem saber como agir – e na ausência de orientações claras pelos órgãos competentes – as pessoas recorriam às seções de cartas dos jornais e revistas, na expectativa de receber alguma ajuda para seus problemas ou apenas para denunciar o descaso das autoridades (vide quadro 36).

Quadro 36
E agora? (amostra das cartas analisadas)

Jornal do Brasil, 21/07/90, p. 8

(...) Gostaria de saber como devo proceder com relação à minha poupança, uma vez que eu, como cardiopata e operado de coração há nove anos, deixei de pagar imposto de renda há dois meses apenas — (...) requeri a isenção, baseado em lei recente, e a consegui. (...)

A liberação das cadernetas de poupança dos aposentados que não pagavam o imposto de renda teve o seu prazo fatal em 18 de maio para a conversão em cruzeiros, ou os seus respectivos saques. Pergunto — no meu caso e de vários outros clientes, não haverá um efeito retroativo?

Fui ao banco onde mantenho a minha poupança, mas eles não sabem informar. Tenho papéis comprovando a minha doença e com o contracheque do mês, não estarei apto a iniciar o que pretendo? A quem devo dirigir-me? Ao Banco Central, ou ao banco do qual me aposentei? (...) **Pedro Paranhos de Araújo — Niterói (RJ).**

O Estado de S.Paulo, 10/04/90, p. 2

Gostariamos que o presidente Collor verificasse como andam as empresas de médio porte de todo o Brasil, especialmente na que trabalhamos (éramos 640 pessoas). Não só essa como todas as outras empresas nacionais enfrentam um grave problema de caixa para pagamentos. Isso afeta diretamente a população trabalhadora que não tem nem para comer, pois não recebe salário há mais de 30 dias. Como o sr. Fernando Collor de Mello pretende fazer a moeda rolar sem pagar aos que trabalham? **Maria Cecilia Marcuz, Capital**

Etapa 3: Apoio às medidas?

O Plano Collor foi lançado em meio à enorme expectativa de que, dessa vez, o pacote econômico daria certo – vale lembrar que o País vinha de outros três pacotes econômicos frustrados num período de apenas quatro anos que, como qualquer política econômica equivocada, deixa de herança um custo a ser pago pela população. Apesar das recentes decepções, acreditava-se que dessa vez seria diferente porque, pela primeira vez, tinha-se um presidente eleito pela maioria, o homem visto como certo para o desempenho da função: jovem, saudável, corajoso, disposto a acabar com os males do Brasil. Este clima de “vai dar certo” ofereceu ao Plano Collor uma predisposição positiva no recebimento das novas medidas, com grande parte da população aceitando de antemão algum sacrifício pelo controle inflacionário. A grande questão era saber qual seria o tamanho deste sacrifício.

A dificuldade da equipe econômica para apresentar e explicar o pacote econômico de forma clara e didática pode, num primeiro momento, ter contribuído para seu alto índice de aprovação devido à dificuldade de se identificar o custo do Plano para as pessoas. Como pudemos perceber pelas fontes analisadas, aqueles que não foram diretamente afetados pelo confisco das aplicações financeiras se mostraram mais receptivos ao Plano – e estes eram a maioria da população em 1990. É possível notar que a aceitação do pacote econômico não era uniforme e, numa escala de aprovação, observamos desde a plena concordância, calcada numa visão nacionalista defendida pelo governo, passando pela mera torcida daqueles que, não compreendendo as medidas, apenas desejavam que elas dessem certo e por aqueles que aceitavam dar sua "cota de sacrifício" para a estabilidade econômica, até chegarmos à completa rejeição.

Figura OESP901804P2
O Estado de S.Paulo, 18/04/90, p. 2

Assim, aqueles que acreditavam e apoiavam plenamente as medidas econômicas defendiam publicamente sua posição e pregavam a "conscientização" de todos para que o Plano fosse bem sucedido (vide quadro 37), enquanto que os mais temorosos de novas perdas buscavam alternativas para reduzir riscos, como o consumo imediato. O discurso de que apenas os 10% mais ricos seriam penalizados pelo pacote econômico pode, num primeiro momento, ter contribuído para uma visão positiva das medidas, diante da percepção de o custo do ajuste econômico recairia somente sobre a elite. Mesmo entre aqueles que tiveram suas

aplicações financeiras confiscadas era possível notar a tentativa de se manter uma postura otimista frente ao Plano, diante da percepção de que um fracasso naquele momento apenas agravaria a situação. Neste caso, o “apoio” ao pacote econômico se dava pelo temor de piora nas condições de vida e não pela confiança em sua eficácia. Sem convencer a população por argumentos racionais, o Plano Collor se tornou dependente de apelos emocionais, resultando na falta de convicção em resultados positivos. Essa fragilidade sobressairia adiante, quando abalada a confiança na figura de Collor.

Quadro 37

Sucesso do Plano depende de todos (amostra das cartas analisadas)

Veja, 28/03/90, p. 10

É imprescindível que não existam dúvidas sobre o alcance das medidas do Plano Brasil Novo. Esse plano — irretocável — deve merecer o apoio de todos nós. Nações que, hoje, têm suas economias estabilizadas mandaram seus filhos para a guerra.

Goiany Gomes Ribeiro
Vitória, ES

Jornal do Brasil, 21/05/90, p. 8

(...) Era preciso haver um choque que provocasse (...) redução da inflação. O Plano Brasil Novo chegou na hora certa, porque estávamos na iminência de uma hiperinflação e de uma recessão monumental. ( ) Cabe a todos nós participarmos dessa tarefa iniciada pelo nosso presidente, que é a reconstrução do Brasil Para isso é indispensavel que cada um se conscientize da necessidade de conter despesas e gastos. ( ) **Solange Maria Rodrigues da Costa — Niterói (RJ).**

O Estado de S.Paulo, 31/03/90, p. 2

Começa um novo governo. Não nos iludamos pensando que as novas medidas não irão “doer”. Se não cooperarmos, o presidente eleito não terá sucesso. Seja bem-vinda a “dor”, se for para consertar, justiçar e dar condições de viver em paz.
Francisco Galvão, Capital

O Estado de S.Paulo, 25/03/90, p. 2

Após 30 anos de abstenção do voto direto, o idealista Fernando Collor de Mello, mensageiro de nova geração, assume o poder pela explícita vontade popular com a determinação de colocar a casa em ordem. O êxito de sua missão dependerá da compreensão e do desprendimento de todos os brasileiros. Ele não é o milagreiro que chega. O milagre sempre esteve presente no trabalho e na exatidão de cada um. Aparentemente o mundo muda para melhor e o presidente apresenta proposta que pode transformar o Brasil num vasto campo de aperfeiçoamento com reflexos positivos para toda a Humanidade. Avante Brasil. Hercilio Tavares de Albuquerque, Capital

Figura OESP901004P2
O Estado de S.Paulo, 10/04/90, p. 2

Enquanto a população se dividia em sua avaliação sobre o Plano Collor, os setores com maior voz na sociedade evitavam um enfrentamento direto com o governo, receosos de possíveis consequências. Os bancos, entre a ameaça de intervenção e o temor de convulsão popular, que poderia resultar em danos físicos (agências depredadas, funcionários feridos etc) e de imagem, apenas se esforçaram para normalizar o atendimento à população o quanto antes. As empresas, temendo uma devassa fiscal e a ação da polícia no comércio, também optaram pelo silenciar num primeiro momento. Os trabalhadores, com medo de perder seus empregos e ainda tentando lidar com as medidas em seu orçamento doméstico, não se mobilizaram de forma significativa junto aos sindicatos. No Congresso, o temor de ter o nome atrelado ao título de “inimigo da nação” – algo que poderia levar à perda de votos num ano eleitoral – deixou muitos parlamentares mudos por algum tempo. E todos temiam que a alternativa ao Plano fosse a hiperinflação. Assim, a conclusão que se podia chegar era a de que se a vida estava dura com o Plano, poderia ficar pior sem ele.

Por ser o mais agressivo entre todos os programas de combate à inflação até então lançados, o Plano Collor despertava a esperança de que realmente poderia dar certo. Como muitas vezes o que aparentemente era melhor para a nação não coincidia com o que seria melhor para as famílias, criava-se uma situação de conflito, na qual era possível identificar divergências de comportamento entre o

público/coletivo e o privado/individual: seria bom bloquear as contas bancárias para conter a inflação (pensamento coletivo), mas não o meu dinheiro (pensamento individual). Coletivamente, havia o desejo de que as medidas endireitassem a economia, mas individualmente as pessoas se preocupavam com a própria sobrevivência, em colocar comida no prato, pagar a escola dos filhos, o plano de saúde e a prestação da casa e não ficar com a fama de caloteiro.

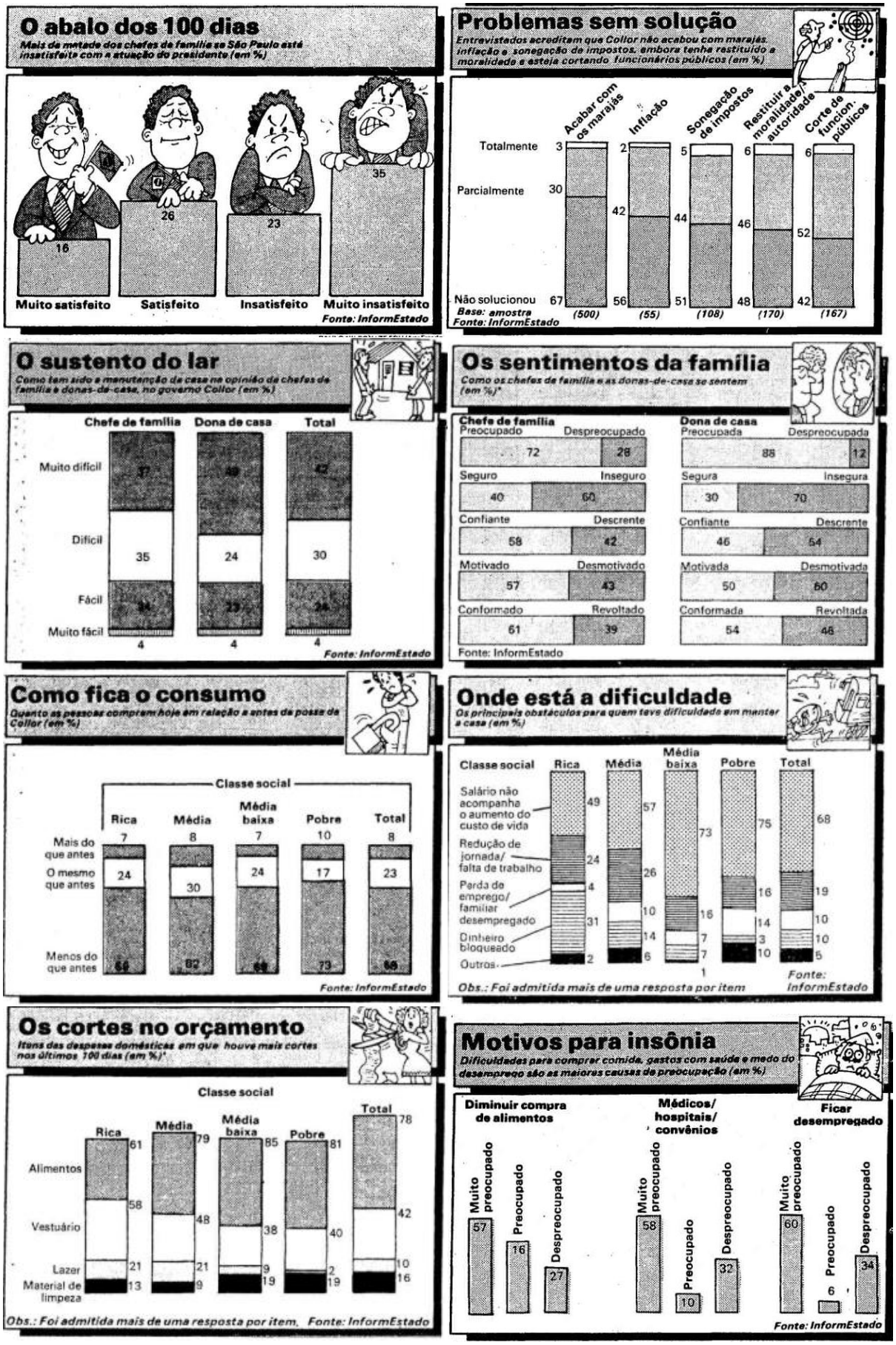
Em pouco tempo de vigência do Plano, os problemas de planejamento de comunicação se tornavam mais evidentes, conferindo munição para os agentes econômicos agirem. A estratégia era aguardar o melhor momento para, cuidadosamente, pleitear uma "torneira". As primeiras alterações no pacote econômico foram feitas apenas uma semana após seu lançamento.

Etapa 4: Descrença

Aos poucos, a expectativa de mudança no País foi se transformando em frustração. Após três meses, o "apoio" ao Plano Collor já havia se esvaído e a avaliação do governo, que antes da posse era visto como ótimo ou bom por 71% dos entrevistados em pesquisa do DataFolha, tinha despencado para 36%[13]. Na maior cidade brasileira, São Paulo, 58% dos entrevistados pelo InformEstado se diziam insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o governo Collor, que era reprovado por 66% do classe A e 60% das classes D e E[14]. O Plano Collor conseguiu desagradar a ricos e pobres. Os balanços dos 100 dias de governo (completados em 22 de junho de 1990) publicados por jornais e revistas, além de trazerem os resultados das pesquisas de opinião, ressaltavam o contraste entre as promessas de campanha e a realidade do cotidiano, destacando a perda de credibilidade de Collor e sua equipe.

[13] Pesquisa nacional do DataFolha realizada entre nos dias 18 e 19 de junho de 1990 com 5.251 pessoas em 202 municípios. Publicada no jornal *Folha de S.Paulo* de 23 de junho de 1990, p. A-7.

[14] Pesquisa do InformEstado realizada entre nos dias 14 e 19 de junho de 1990 com 500 chefes de família e donas de casa na cidade de São Paulo, distribuídos proporcionalmente ao universo por sexo e classe social. Publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* de 23 de junho de 1990, p.5.



Fonte: *O Estado de S.Paulo*, 23/06/90, p. 5

Como é possível ver, as dificuldades do dia a dia promovidas ou acentuadas pelo pacote econômico, associadas ao desencanto com as promessas de governo não cumpridas, geraram um sentimento de sacrifício em vão na população. Aos poucos, a resistência inflacionária e os casos de corrupção e mordomias denunciados pela imprensa envolvendo, inclusive, pessoas próximas ao presidente, foram minando a credibilidade do governo e dissipando o ímpeto patriótico, que deu lugar a um misto de revolta e conformismo. O abre e fecha de "torneiras" reforçava a impressão de amadorismo na gestão pública e gerava dúvidas quanto às reais intensões do governo, fazendo crescer o receio de que, mais uma vez, os ricos e poderosos seriam beneficiados, restando aos pobres e à classe média pagar a conta do pacote econômico. Nas seções de cartas dos jornais e revistas surgem as cobranças pelas promessas não cumpridas, ainda com alguma esperança de reação do governo, mas já numa evidente mudança de ânimo, que vai se consolidando com o passar do tempo (vide quadro 38).

Quadro 38
Promessa é dívida

O Estado de S.Paulo, 29/04/90, p. 2

Exigimos do presidente Fernando Collor de Mello o segundo tiro. Aliás, deveria ter sido dado junto com o primeiro. Atirou mortalmente na iniciativa privada e em grande parte do povo. Manteve vivo o monstro que deveria morrer primeiro: o déficit público. Perdeu a grande oportunidade de matar este monstro para sempre, pois era grande a expectativa nesse sentido e contava com apoio popular jamais imaginado. Se o segundo tiro não for dado, o nosso sacrifício atual terá sido em vão e a grande esperança e fé no futuro do Brasil resultará na frustração e decepção. **João Júlio Furquim Filho**, Fernandópolis

Jornal do Brasil, 02/06/90, p. 10

Acompanho, por força do meu trabalho — sou secretária de advogado — os atos publicados pelo governo, no D O , com relação ao Plano Brasil Novo Apenas como leitora, sem nenhuma avaliação técnica, é possível concluir que o espírito inicial de coesão e bom senso está se esvaindo sem que o nosso "vigoroso" presidente declare um *basta* à incompetência de seus assessores Lembramos que o presidente chamou para si a responsabilidade de todos os atos praticados por sua equipe Venho então cobrar do governo as promessas de um Brasil Novo — ganho real de salário (que matemática poderá explicar por que meu salário não alcança o fim do mês?) — os cortes na máquina governamental justiça social etc **Armeli dos Santos Almeida – Rio de Janeiro.**

Folha de S.Paulo, 14/08/90, p.A-3

"Estamos presenciando, mais uma vez, a classe média pagando a conta. Quando o governo vai pagar a sua parte? Até quando vamos aguardar?"

Antonio G. Fontes Filho (São José dos Campos, SP)

Folha de S.Paulo, 20/09/90, p.A-3

"O balanço dos seis meses do governo Collor apresenta um vasto repertório de fracassos e de metas não cumpridas. Onde está a inflação zero?"

Nillo Ignácio dos Santos (Aracaju, SE)

Os idosos, que desde o início do governo não escondiam seu descontentamento com o Plano Collor, ficaram ainda mais furiosos depois de 26 de abril de 1990, quando o governo publicou no *Diário Oficial da União* uma portaria na qual aposentados e pensionistas beneficiados com uma medida que lhes permitia sacar o dinheiro bloqueado nas cadernetas de poupança teriam apenas dois dias úteis para fazê-lo. A determinação, mais uma vez, provocou filas quilométricas nos bancos e, como seria de se imaginar, resultou em casos de desmaio e outros problemas de saúde diante do esforço físico e psicológico exigido dos idosos. Faltando apenas algumas horas para que o prazo se encerrasse – e depois de todo o sacrifício já feito pelos idosos – o governo decidiu estender o período para saques até 11 de maio daquele ano. A notícia da prorrogação começou a circular nas filas dos bancos e, embora verdadeira e oficial, foi tratada como mais um boato pelos ali presentes, que não conseguiam acreditar que todo esforço e sofrimento exigido até aquele momento seria, portanto, desnecessário. Era insensibilidade demais para um governo que, a todo momento, se dizia preocupado com os menos favorecidos. Reforçava a ideia de que tal informação só poderia ser um boato a declaração da ministra Zélia na manhã daquele mesmo dia, na qual descartava a possibilidade de ampliação do prazo para saque. Pouco tempo depois, porém, após uma reunião com Collor, Zélia foi obrigada a voltar atrás em suas palavras.

Episódios como este de desencontro entre membros do governo se tornaram cada vez mais comuns, fragilizando a cada dia a credibilidade da equipe econômica. Nos bancos, o manda e desmanda do governo tornava o atendimento aos clientes cada vez mais complexo, diante da dificuldade de acompanhar, entender e aplicar as medidas, além do estresse gerado pela falta de planejamento (vide figura OESP901005P2 e quadro 39).

Figura OESP901005P2
O Estado de S.Paulo, 10/05/90, p. 2

Quadro 39
Desrespeito ao idoso

O Estado de S.Paulo, 08/05/90, p. 2

Passei três horas com minha mãe na fila da Caixa Econômica Federal, para fazer a conversão dos cruzados novos em cruzeiros, para os aposentados que não pagam Imposto de Renda. Milhares de pessoas idosas, doentes, cansadas e desesperadas foram para as filas em todas as agências, pelo País afora. Ironicamente, a ministra da Economia pensou melhor e resolveu prorrogar o prazo. Que insensatez. Por que não pensar em todas as conseqüências de suas "medidas" antes de fazer as pessoas sofrerem assim? Quanta imaturidade. Quem é responsável por toda essa canseira dos nossos velhinhos? Isto é uma falta de respeito que não tem explicação. Não tem desculpa. Até quando irá a paciência deste povo? **Paula Rocha Ferroni, Capital**

Jornal do Brasil, 14/05/90, p. 8

O que se assistiu em 30/4/90, às portas dos bancos, foi um dos mais deprimentes espetáculos de humilhação pública de todos os tempos, cometido covardemente contra indefesos aposentados e pensionistas. Todos, coagidos por uma intempestiva e abrupta ordem de encerramento do prazo para conversão de suas contas de poupança, foram às agências bancárias, também perdidas nesse cipoal de confusas ordens e contra-ordens. (...) Somente no fim do dia, muito tarde para poupar o sacrifício de tantos idosos, veio a revogação da absurda ordem divulgada de surpresa no fim de semana anterior, e o prazo fatal estava prorrogado por tempo indeterminado. Àquela altura, milhares de pessoas haviam passado o dia inteiro cumprindo uma série de exigências burocráticas, e tomado sol e chuva nas extensas e desumanas filas que, lamentavelmente, passaram a simbolizar o novo governo. **Carlos G. de Faria — Niterói (RJ).**

Folha de S.Paulo, 04/05/90, p.A-3

"Os brasileiros assistiram estarrecidos, no último dia 30, através da TV, as cenas de humilhação a que foram submetidos os aposentados, idosos e doentes. Depois que lhes confiscaram os bens, foram obrigados a horas de filas para tentar sacar parte dos minguados recursos que possuem. O Brasil quer ver punidos esses moleques prepotentes, incapazes e sobretudo insensíveis, responsáveis por tal portaria."

Josué José Grande (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 06/05/90, p.A-3

"O inesperado e curto prazo estabelecido para resgate da poupança para os aposentados foi no mínimo negligência da ministra. Que as tristes cenas do sacrifício imposto aos milhares de velhinhos possam servir de advertência e de agora em diante as autoridades ou os próprios bancos adotem um serviço de atendimento especial aos idosos, inválidos e gestantes."

Edgard Garcia Polido (São Caetano do Sul, SP)

Jornal da Tarde, 16/05/90, p.4

APOSENTADOS

Foi mais uma humilhação

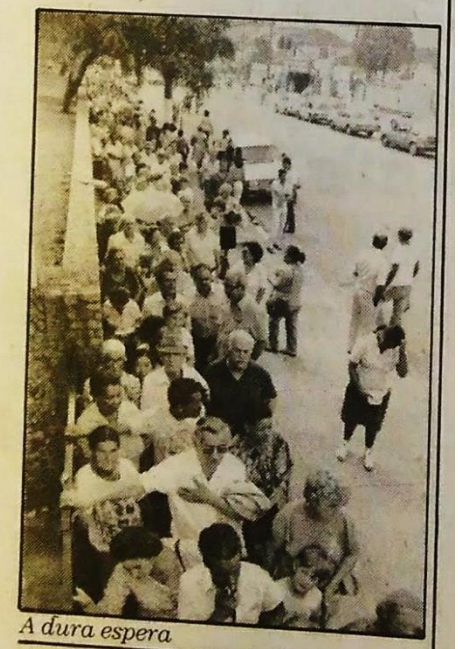
Sr.: "Mata o véio", de expressão caçoísta, passou a ser uma tentativa realista.

Quem passou, dia 30/4/90, pelas portas dos bancos e caixas econômicas, constatou essa verdade que o INPS tem sido useiro e vezeiro em comprovar em seus postos de atendimento aos "beneficiários".

Filas imensas de pessoas com ou mais de 65 anos, aposentadas e/ou pensionistas, sem outro ganho que implique pagamento de imposto de renda, lá estavam, à espera de serem atendidas (...) Ali estavam, ansiosas e contrafeitas, pois eram vítimas duma decisão impensada e inconseqüente, com características até sádicas do governo. Foi fixada de sexta para sábado, ou seja, de 27 para 28 de abril, a data de 30 como prazo improrrogável para transferências dos cruzados novos bloqueados, acima de 50 mil, para cruzeiros, quando podiam tê-lo feito, com maior antecedência. Como o protesto foi grande, inclusive dos órgãos de comunicação, falada e televisiva, veio a revogação da data fixada, estendendo o prazo para essa transferência (...)

Politicamente foi uma grande cincada. Foi realmente uma pena que isso tenha acontecido e os aposentados e pensionistas amargado essa dura humilhação, com prejuízos sensíveis à credibilidade nos atos governamentais.

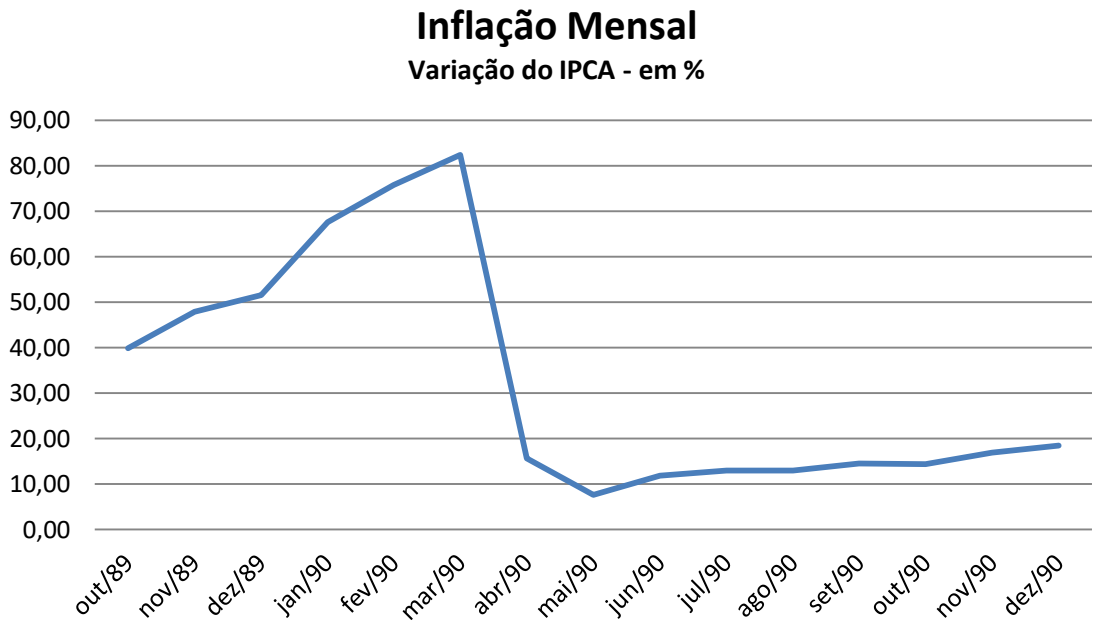
Fazer o que, né? **Theobaldo de Freitas Leitão, Capital.**



A dura espera

A inflação, que foi o principal mote para o Plano Collor, operou por pouco tempo abaixo dos dois dígitos, apesar do congelamento de preços e da recessão (vide gráfico 5). Parte da pressão inflacionária podia ser atribuída ao próprio governo, devido aos reajustes de preços administrados e impostos – um contrassenso e um abuso aos olhos da população que perdia a cada dia seu poder de compra, diante de salários que não acompanhavam a inflação e do desemprego crescente (vide quadro 40).

Gráfico 5



Fonte: IBGE

Quadro 40

Inflação avança, salários não acompanham

O Estado de S.Paulo, 19/04/90, p. 2

Os preços não estão baixando como diz o presidente da República. Será que o sr. Fernando Collor de Mello já freqüentou um supermercado ou mesmo esteve numa feira livre? Muita coisa baixou, concordo, mas outras subiram. É bem capaz que nem a cozinheira da Casa da Dinda saiba o preço das coisas, nestes duros dias de altos custos e pouco dinheiro. **Maria Odete, Capital**

Jornal da Tarde, 26/04/90 p.4

Sr.: Desejo saber da ministra Zélia Cardoso:

Com tudo a "zero", qual o supermercado ou feira livre onde está tudo congelado? Qual órgão não aumentou os preços (Sabesp, Telesp e outras) de sua prestação de serviços? Onde ela faz suas compras com preços congelados, pois eu também quero ir ao mesmo estabelecimento, assim, quem sabe, com a sua "dica" eu consiga chegar com alguns cruzeiros no final do mês. Devo dizer ainda que não sou "Bruxélia" para adivinhar...

De acordo com a equipe do governo, a inflação é zero, todos os subsídios foram cortados, o desemprego não existe, é só efeito psicológico, houve o fim das mordomias, em todos os níveis, acabou o déficit público...

Me engana, me engana que eu gosto. **Lucimara Menga Pasquale, Capital.**

O Globo, 17/11/90, p. 6

A sobrevivência do trabalhador brasileiro está-se tornando um verdadeiro sacrifício, pois tudo aumenta no dia-a-dia e o salário não acompanha os aumentos. O Governo quer exigir que o empresariado nada aumente e, muito acertadamente, que diminua sua margem de lucro. Todavia permite o aumento de coisas essenciais ao trabalhador, isto é, luz, gás, condução e outras taxas. Não dá para entender. A política de aumentos tem que ser contida em todas as fontes, sem o que jamais conseguiremos vencer a inflação.

Raphael Fonseca, Niterói, RJ

Folha de S.Paulo, 25/04/90, p.A-3

"A ministra Zélia Cardoso de Mello, declarou que ao ir ao supermercado a dona de casa perceberia que os preços estão caindo, portanto, não houve perdas salariais. Gostaria de informar à ministra Zélia que, além de meu salário de perder a correção referente à inflação de março (84%), a empresa onde trabalho impôs uma redução de jornada e de salário de 20%, sem contar os casos de demissões."

José Joatas de Almeida (São Paulo, SP)

O Globo, 27/04/90, p. 4

Suponho que a Ministra Zélia Cardoso de Mello está equivocada ao afirmar que a inflação está a zero. Como freqüentador assíduo das feiras livres da Zona Zul do Rio, aconselho Sua Excelência a mandar fiscalizá-las para constatar. Posso lhe afirmar que os preços, a partir do dia 15 de março, quando o novo Governo se instalou, vêm subindo numa média de 10% por semana, sem falar nos aumentos dos combustíveis, da tarifas de luz, telefones e condomínios. Não sou economista, mas acho, **data venia**, que ainda não é hora de se comemorar a inflação zero.

Helio Castello Branco, Rio

Folha de S.Paulo, 01/06/90, p.A-3

"Mais uma trapalhada da equipe econômica do governo: eles afirmam que o reajuste automático de salários realimenta a inflação. Como explicar então o salto da inflação de 3,29%, em abril, para 8,54%, em maio, se, desde 15/03, os salários estão congelados?"

Mauro Vieira Costa (São Paulo, SP)

O Estado de S.Paulo, 06/06/90, p. 2

Gostaria de entender o sistema que a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, aplica para chegar a uma inflação zero. A minha conta de luz — após o plano Brasil Novo — aumentou 85% e a de água teve reajuste de 106,6%. Como não houve aumento de salários, redução das horas de serviço (30%), demissões em grande escala, não sei como as classes B e C poderão sobreviver. **Rudolf Weber**, Guarujá

A ideia de incompetência na gestão pública se mesclava à percepção de má-fe e desconexão da realidade, dada a insistência de Collor e Zélia em afirmar que a inflação no Brasil havia sido reduzida a zero, contrariando não só a experiência dos consumidores no dia a dia, mas também os diversos índices de preços calculados no País. Ao invés de convencer a população do suposto sucesso do pacote econômico, tais atitudes apenas reforçavam o entendimento de fracasso e estimulavam sentimentos como ira e revolta (vide quadro 41).

Este cenário foi exaustivamente retratado nas charges e cartuns publicados nos veículos analisados, que denunciavam o descompasso entre o discurso do governo, os dados econômicos e a percepção dos consumidores, com a presença assídua do "dragão da inflação" em situações do cotidiano ou na cena política (vide figuras OESP903105P2, FSP901405A2, JB900506P10, FSP901306A2, FSP901704A2, OESP902204P2, FSP900906A2). A cultura brasileira adotou o dragão como símbolo da inflação: grande, forte, difícil de domar, que "queima" tudo a sua volta e não se pode vencer no grito. Também fez sucesso em 1990 a ideia de "barriga inflacionária" – a inflação que estaria sendo "gestada" pelo governo por meio de sua política econômica equivocada. O imbróglio político envolvendo a inflação foi resumido pela figura IES900806P90, que faz referência a uma entrevista concedida por Zélia à jornalista Marília Gabriela, na qual a ministra revelava estar apaixonada[15].

[15] O caso ganhou repercussão e se transformou em assunto de governo quando veio a público a informação de que Zélia estava se relacionando com o então ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que era casado.

Quadro 41
Decepção, desconfiança e má-fé

Folha de S.Paulo, 24/07/90, p.A-3

"Cem dias podem não ser muito, mas é um prazo que dá ao povo brasileiro uma visão da história de sempre. Promessas de campanha nunca são cumpridas! Os marajás estão aí, cada vez mais marajás; a corrupção norteia a maioria das investidas contra nossa propriedade, saúde e a própria aposentadoria; a insegurança aumentou ainda mais, e até a nossa poupança, conseguida com muito trabalho, foi confiscada, taxando a todos, em geral, como especuladores."

Renato Rui Barbosa (Curitiba, PR)

Folha de S.Paulo, 18/05/90, p.A-3

"A crença de que os poderosos também pagariam a conta do ajuste econômico se desfaz. Centenas de bilhões de cruzados novos retornaram à economia sem deságio. As condições criadas pela medida 168, que permitiriam a implementação de um plano econômico, praticamente foram anuladas. A economia voltou a ser refém dos movimentos especulativos. O 'Brasil Novo' já exala cheiro de mofo."

Waldo Corrêa (São Paulo, SP)

Jornal da Tarde, 27/06/90 p.4

Sr.: O tempo se encarregou de mostrar a realidade. Completados cem dias do governo Collor, o novo presidente vai dando sinais de sua previsível incompetência. As promessas de que, neste prazo, a inflação baixasse a 0% e os 360 mil funcionários públicos seriam demitidos efetivamente não foram cumpridas. Os mandatários do Brasil Novo nada justificam: calam-se ou preferem ignorar o que foi exaustivamente prometido em campanha. De tão incompetente, o novo governo fez com que a inflação voltasse a crescer, mesmo tendo, no início, fixado-a ilusoriamente no patamar zero com o fatídico Plano Collor, questionado constitucionalmente por juristas dos mais renomados no País. A demagogia teatral de Fernando Collor se alia, na prática, à mentira e à irresponsabilidade.

Dado este quadro e com perspectivas nada animadoras para o futuro, tem-se claramente a expressão daquilo que a maioria do povo brasileiro não enxergou quando depositou, iludido e inocente, seu voto para o candidato que prometia o Brasil Novo, do Primeiro Mundo, e que, em verdade, é produto de interesses alheios ao bem-estar e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira.

Jorge Ribeiro S. Neto, Indaiatuba, SP.

Folha de S.Paulo, 06/06/90, p.A-3

"Até agora não vi o resultado deste plano para os descamisados, o que vejo é desconfiança, desemprego, fome, miséria maior e depressão."

Mauro Barbosa da Silva (São Paulo, SP)

Veja, 18/07/90, p. 9

Infelizmente o nosso presidente soube nos enganar direitinho. Os brasileiros estão com fome e na miséria. Collor nunca mais.

Júlia Nascimento Neta
Caruaru, PE

Folha de S.Paulo, 14/07/90, p.A-3

"Com alegria, votei acreditando nas promessas, no combate à corrupção e aos marajás. Hoje o collorido virou cinza amarga e fome. Zélia, sinônimo de demissões e miséria."

Rosinha S. Silva (Adamantina, SP)

Jornal do Brasil, 14/06/90, p. 10

O brasileiro custa a acreditar nas promessas dos dirigentes deste Brasil Sempre achei que devemos dar um voto de fé, até que a decepção nos prove o contrário Mas começo a ter dúvidas quando abro o JB, que nos informa que a primeira dama exonerou 1 103 funcionários com cargos em comissão na LBA, mas não cortou sequer um em Alagoas, seu estado natal.

Em outra página deparo com a decisão de nossa ministra da Economia, que resistiu ( ) a enviar a lista de saques realizados nos bancos, entre 15 2 e 15 3 ( ) e disse "Considero a solicitação dos senadores uma seria invasão da liberdade individual dos cidadãos".

O que D Zelia esqueceu-se e que eles fizeram exatamente isto! Invadiram a liberdade de todos os brasileiros, quando bloquearam as nossas poupanças O pior é que tinham prometido em altos brados, nos comícios, que as contas de poupança seriam intocáveis!

Votei no presidente Collor, mas como acreditar nas promessas dos políticos? **Dee Heygate — Rio de Janeiro.**

Folha de S.Paulo, 24/06/90, p.A-3

"Estou decepcionado com a atuação do presidente dos descamisados. Mais uma vez o trabalhador é chamado para pagar uma conta que nunca fez."

Edvar Venâncio (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 24/05/90, p.A-3

"Imaginem quanto mal é causado ao se anunciarem demissões, disponibilidades, recessão, depressão etc, e o quanto isso é substituído por desesperança, desilusão e desespero... E para quê? Para nada. Ou alguém de bom senso acredita que os males do Brasil serão sanados com demissões e disponibilidade de funcionários públicos?"

Raimundo Augusto S. N. Carneiro (Rio de Janeiro, RJ)

Jornal da Tarde, 13/06/90 p.4

Sr.: A ingenuidade ou despreparo funcional que caracterizam as ações dos executivos da área econômica do governo Collor são tantas e tais que, nesta altura da hora brasileira, pode-se perfeitamente afirmar, sem grande margem de erros, que os mais ferrenhos inimigos da credibilidade popular do Plano Brasil Novo são justamente estes dedicados auxiliares que o presidente escolheu para dirigirem a economia do nosso país.

De tantos erros, de tantas marches e demarches, dir-se-ia que eles realmente procuram, a partir de tais erros e da correção de cada um deles, embasar um aprendizado de como não se deve agir no complexo exercício de suas funções.

Há poucos dias, na mesma hora em que o IBGE e a Fipe divulgavam em 7,87% como tendo sido a inflação de maio, a área econômica do governo, ao invés de simplesmente homologar tais índices, buscava uma forma de contestá-los, alterando intempestivamente os dados que pesquisam a inflação e anunciando como oficial mais uma sigla intitulada de Índice de Reajuste de Valores Fiscais, com o único objetivo de convencer o povo brasileiro daquilo que dificilmente alguém se convencerá, isto é, que a inflação de maio, realmente, foi 5,38% e não 7,87% consoante divulgado pelos tradicionais organismos de pesquisa já referidos.

E, assim sendo, de acordo com o intempestivo IRVF, a remuneração da poupança, para maio, é de 5,91%, estatuindo um capitalismo esquisito em que os poupadores deverão se sentir felizes com um rendimento negativo, perdendo apenas uns 4% do valor aquisitivo do dinheirinho que pretendiam poupalizar.

Coitada da instituição da Poupança que o presidente tanto se tem empenhado em lhe restituir a credibilidade já tão abalada. Daqui pra frente, as Cadernetas de Poupança irão precisar que venha um Cristo para ressuscitá-las.

E o nosso presidente Collor, com essa assessoria tão desastrosa, não precisaria mais de nenhum outro inimigo para minar a credibilidade do seu excelente Plano Brasil Novo. **Comaru, Capital.**

Figura OESP903105P2
O Estado de S.Paulo, 31/05/90, p. 2

Figura FSP901405A2
Folha de S.Paulo, 14/05/90, p.A-2

Figura JB900506P10
Jornal do Brasil, 05/06/90 p. 10

Figura FSP901306A2
Folha de S.Paulo, 13/06/90, p.A-2

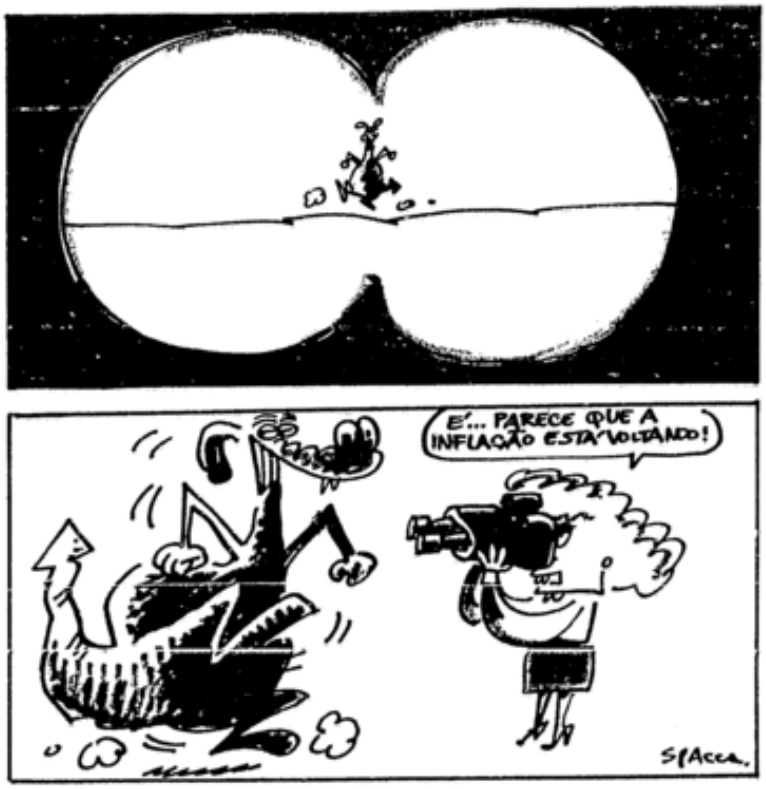


Figura FSP901704A2
Folha de S.Paulo, 17/04/90, p.A-2

Figura OESP902204P2
O Estado de S.Paulo, 22/04/90, p. 2

Figura IES900806P90
Isto É Senhor, 08/06/90, p. 90

Figura FSP900906A2
Folha de S.Paulo, 09/06/90, p.A-2

Com a inflação voltando a acelerar e os salários achatados, a ideia de justiça que garantiu o apoio de grande parte da população ao Plano Collor vai aos poucos se esvaindo, juntamente com a esperança de melhora nas condições de vida. A situação se deteriora ainda mais a partir do momento em que membros do governo passam a pedir à população que consuma somente o estritamente necessário e poupem recursos, sem, no entanto, darem o exemplo. O impacto da “faxina” na administração pública propagandeada por Collor, que incluía o fechamento de órgãos públicos considerados ineficientes e a venda de mansões, automóveis e jatinhos do governo, foi aos poucos sendo desfeito, conforme notícias de gastanças desnecessárias surgiam na imprensa. Publicada na primeira página dos jornais, a imagem da ministra Zélia chegando de carruagem a um restaurante em Nova York, onde jantaria com o presidente e empresários, causou indignação (vide quadro 42).

Quadro 42
Privilegiados e insensíveis

O Globo, 05/10/90, p. 6

É incrível como as coisas acontecem na "nossa cara" e não podemos fazer nada. Na 1ª página do GLOBO do dia 26/9 eis que aparece a Ministra Zélia se dirigindo a um restaurante dentro de uma linda carruagem, parecendo a Gata Borralheira, sem o maior constrangimento. Parece até desconhecer que em seu País o povo está sofrendo e passando tantas necessidades que, como brasileira, sinto vergonha de citar.

Valéria Cristina Figueiredo, Rio

O Globo, 21/11/90, p. 6

Acabo de ler no GLOBO de 11 de novembro a entrevista concedida pelo Presidente do Banco Central. Ao responder a uma das perguntas do GLOBO, o ilustre funcionário recomendou "que as pessoas procurem guardar um dinheirinho na caderneta de poupança". Será que o Presidente do BC imagina que está sobrando dinheiro no salário dos brasileiros, principalmente dos que recebem hoje praticamente o mesmo que recebiam em março, apesar da inflação ascendente? Caso a resposta seja afirmativa, gostaria de saber quem, neste país, tem autoridade e credibilidade para garantir, por escrito, ao povo brasileiro, que a poupança é "imexível"? Pelo visto, as autoridades da área econômica ainda não entenderam que para a maioria dos brasileiros "está sobrando mês no final do salário".

Roberto Antonio de Carvalho, Rio

Veja, 24/10/90, p. 10

A edição de VEJA de 3 de outubro apresentou aos leitores cenas no mínimo revoltantes. Nossa ilustre ministra Zélia passeando de carruagem em Nova York, o empresário Sérgio de Paulo Pacheco processando o representante da lei, Romeu Tuma, o investidor Naji Nahas completamente livre da prisão, tratando de negócios em Paris, e, para coroar tudo isso, o jornalista Roberto Marinho com o presidente Collor num suntuoso jantar em Nova York. Enquanto isso, por aqui, nós, trabalhadores que construímos a riqueza do Brasil, amargamos acorrentados o maior arrocho salarial a que este país já assistiu. Efetivamente, não é este o país que eu desejo para os meus filhos. *Sandra Neusa Marchesini Ferreira*
Salvador, BA

A cada sinal de exuberância por parte dos governantes, crescia o amargor daqueles que sofriam as consequências do pacote econômico, transparecendo o distanciamento entre os que determinavam as regras da sociedade e os que eram obrigados a cumpri-las. Enquanto os primeiros esbanjavam, os últimos pagavam a conta do ajuste econômico e se viam, muitas vezes, sem dinheiro nem para suas necessidades básicas. As extravagâncias de Collor em jatinho supersônico e jet ski, antes vistas como demonstração de bravura e disposição física, passam a ser percebidas como capricho e desconexão com a realidade de um País em crise. Os comentários públicos da mãe de Collor, Leda Collor, pedindo ao filho que parasse de se expor ao risco desnecessário em manobras esportivas ajudaram a converter a imagem do presidente de "salvador da pátria" a "playboy". Nas charges, é possível

perceber este contexto (vide figuras FSP902504A2, OESP901505P2 e OESP901605P3).

Figura FSP902504A2
Folha de S.Paulo, 25/04/90, p.A-2

Figura OESP901505P2
O Estado de S.Paulo, 15/05/90, p. 2

Figura OESP901605P3
O Estado de S.Paulo, 16/05/90, p. 3

Etapa 5 – Reprovação

A deterioração das condições de vida com a piora no quadro econômico levou a população aos poucos a reconhecer o fracasso do Plano Collor, apesar das negações do governo, que se esforçava para passar a imagem de controle da situação (vide figuras FSP902507A2, FSP900111A2, GLB901511P4 e FSP901511A2). Os preços aumentavam no comércio, os salários não acompanhavam a inflação, o desemprego continuava alto e a violência nas ruas assustava a população, que acompanhava pela mídia casos de assaltos e sequestros, como o do empresário Roberto Medina, raptado em junho de 1990. Ele foi libertado após duas semanas de cativeiro, ao pagar resgate de US$ 2,5 milhões. Menos de um ano antes, o empresário Abílio Diniz havia ficado em poder de sequestradores por seis dias. Foi libertado pela polícia numa operação transmitida ao vivo pela televisão antes do pagamento do resgate de US$ 32 milhões.

Figura FSP902507A2
Folha de S.Paulo, 25/07/90, p.A-2

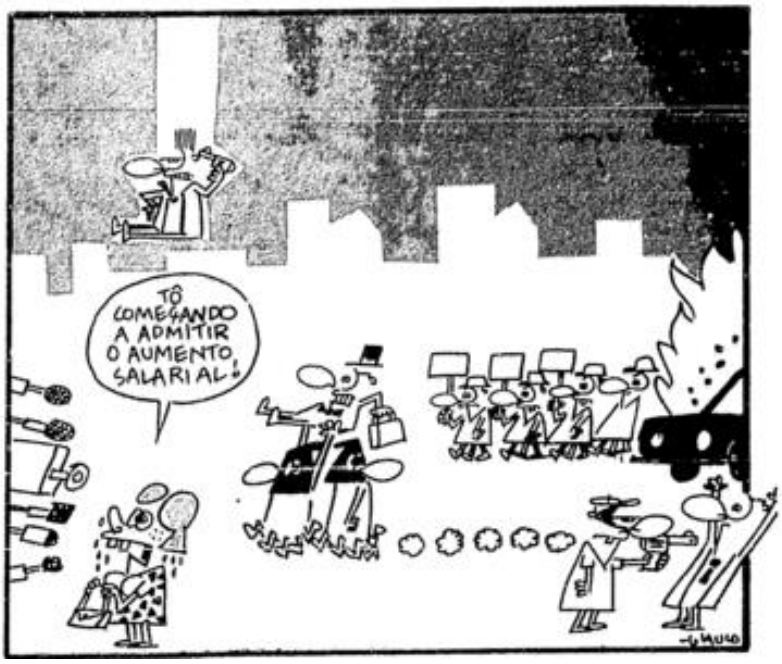


Figura FSP900111A2
Folha de S.Paulo, 01/11/90, p.A-

Figura GLB901511P4
O Globo, 15/11/90, p.4

Figura FSP901511A2
Folha de S.Paulo, 15/11/90, p.A-2

Com o avanço do descontentamento, entidades que antes buscavam defender seus interesses de forma discreta, por meio do lobby, veem espaço para se posicionar publicamente. Trabalhadores se mobilizam junto aos sindicatos e iniciam uma onda de greves. Sob pressão, o governo aceita negociar com empresários e sindicalistas, mas o desgaste persiste – tema das figuras FSP902310A2 e FSP900612A2.

Figura FSP902310A2
Folha de S.Paulo, 23/10/90, p.A-2

Figura FSP900612A2
Folha de S.Paulo, 06/12/90, p.A-2

Ao fim do ano de 1990, cerca de 80% da população já não apoiava o pacote econômico e o governo apontava empresários, profissionais liberais e sindicatos como os responsáveis pelos resultados indesejados. A percepção que ficou, no entanto, foi a de incompetência e falta de compromisso da equipe de governo com a população (vide quadro 43). Passado quase um ano desde o anúncio do Plano Collor, a crise econômica seguia sendo a principal causa de angústia dos paulistanos e, quiçá, dos brasileiros em geral, seguida pelo desemprego (vide gráfico 6).

Em meio ao descontentamento com a gestão pública, a crise sócio-econômica se somou a uma crise política, que ganhou contornos inusitados com a revelação, em setembro de 1990, do romance entre a ministra Zélia e o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que era casado na época. O caso ajudou a minar a imagem e a credibilidade já debilitada do governo, virando piada, inclusive, em programa humorístico na televisão (vide anexo 4: Doris para Maiores - Zélia e

Cabral (Rede Globo,1990)). Pressionado, Cabral renuncia ao cargo em outubro de 1990. Zélia resiste até maio de 1991, quando deixa o governo.

Gráfico 6

Fonte: Pesquisa "Angústias do paulistano", realizada pelo Cesop/DataFolha em 20 de fevereiro de 1991. Amostra de 1080 pessoas residentes na cidade de São Paulo.

Quadro 43
Incompetência

Folha de S.Paulo, 29/05/90, p.A-3

"Já vimos a incompetência editar um plano cujos objetivos e desdobramentos nem seus autores parecem conhecer. Já vimos a confusão mental explicitada pela incapacidade dos autores em explicar o dito plano. Já vimos a descordenação total. Chega. Tratemos de votar a imediata adoção do parlamentarismo. Assim, sem maiores arranhões institucionais, poderemos por fim à loucura erigida em modernidade."
Flávio Villas-Boas Gonçalves (São Paulo, SP)

Folha de S.Paulo, 03/07/90, p.A-3

"Com uma absoluta falta de escrúpulos, a atual equipe econômica promoveu o maior choque aqui já realizado sobre a economia popular. Com igual falta de competência, essa mesma equipe está pondo a perder todo o sacrifício já realizado pela população."
Oscar de Gouvea (Brasília, DF)

O Globo, 14/11/90, p. 6

Uma inflação crescente e um grande empobrecimento da população foram os resultados do programa de reformas econômicas adotadas com o Plano Collor, que deixou ao Governo apenas alternativas recessivas. O importante em sua avaliação é que se não houver apoio popular aferível em um plebiscito, penso que o Governo deveria renunciar.
Abraham Benemond, Rio

3.2.3 – Representações sociais

As representações sociais, das quais as charges, cartuns e programas humorísticos analisados nesta pesquisa fazem parte, apresentaram com profundidade e riqueza de detalhes os confrontos de forças vistos durante a Era Collor. Dentre as diversas representações sociais existentes – cinema, teatro, música, fotografia, literatura, pintura etc. – optamos por estudar aquelas em que o humor se fazia mais presente por entendermos que nelas estariam mais evidentes aspectos de interesse para esta pesquisa, tais como os sentimentos despertados pelas contradições e incoerências do Plano Collor. Tais representações refletem o imaginário coletivo daquele período e, por meio do humor, evidenciam aspectos do cotidiano que muitas vezes passavam despercebidos. Como pontuam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2003), as imagens se apresentam como uma experiência socialmente compartilhada devido à sua função simbólica. A construção de uma imagem, afirmam elas, resulta da captura de elementos da realidade percebida e, mais do que as propriedades físicas dos objetos reais, são estes elementos – e como eles são compreendidos – que constroem a imagem.

Nas fontes estudadas chama a atenção o foco nas questões emocionais e psicológicas, sobretudo na percepção de tempo e na memória. Como vimos, os aspectos físicos – a cidade como artefato – são representados apenas superficialmente, sinalizando que o principal impacto do Plano Collor no cotidiano não era material. Não há nas figuras representações icônicas, uma evidência que a localização geográfica é irrelevante para o aspecto que se deseja exaltar. O interesse central está no campo de forças, na interação social, nas atitudes e nos valores urbanos, influenciados pelo Plano Collor. O intangível se sobrepõe ao tangível.

Tempo

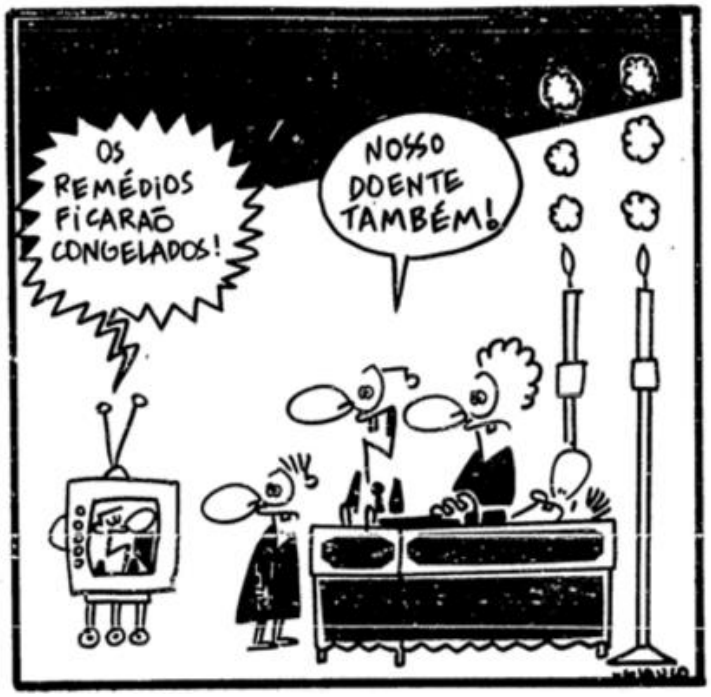
Tanto as charges e cartuns quanto os programas humorísticos fazem notar o descompasso entre o tempo do Plano Collor (da macroeconomia) e o tempo do cotidiano (da microeconomia). Enquanto o efeito macroeconômico do pacote seria perceptível apenas ao longo dos 18 meses de bloqueio das aplicações financeiras, os reflexos das medidas na vida das pessoas seriam imediatos e, por vezes, devastadores.

As figuras FSP902903A2 e FSP902712A2 escancaram essa diferença de percepção do tempo ao apresentar situações extremas, de vida e morte. A primeira aplica a lógica do confisco das aplicações financeiras (que permitia o saque de apenas 20% do saldo, mantendo o restante bloqueado por 18 meses para posterior devolução em 12 parcelas mensais) a vacinas. Para lidar com a falta das vacinas, cogita-se dar 20% da dose imediatamente e o restante dali 18 meses, em parcelas. O resultado é a ineficácia da proteção contra a doença, tanto para os “vacinados” quanto para os não imunizados, uma vez que 20% da dose não oferece a imunização necessária. A obviedade de tal resultado é a fonte geradora do humor – e aquilo que faz perceber a “armadilha do tempo” presente no Plano Collor. Permitir o acesso a apenas 20% das reservas financeiras num período de 18 meses poderia não ser o suficiente para evitar uma situação de risco. O mesmo se poderia dizer do congelamento de preços, como mostra a figura FSP902712A2. Nesta charge, como vimos, o humor se faz a partir do duplo sentido da palavra “remédio” e mostra que

tempo é fundamental para a conservação da vida. Se o “remédio” (solução para os problemas) não vier a tempo, o “doente” (pessoa ou sociedade) morre.

Figura FSP902903A2
Folha de S.Paulo, 29/03/90, p.A-2

Figura FSP902712A2
Folha de S.Paulo, 27/12/90, p.A-2



Com a mesma lógica, verificava-se o risco para as empresas, que poderiam quebrar (a morte das empresas) diante deste descompasso de tempo entre as necessidades dos negócios e as da economia. Assim, a demora em se liberar um “refresco” para as empresas na figura IES901804P74 impunha um perigo às atividades corporativas.

A figura OESP903003P2 mostra que, passados os 18 meses, quando o governo começaria a liberar as aplicações bloqueadas a conta-gotas, em 12 prestações, o governo poderia até estar fortalecido (caricatura de Zélia em dimensão ampliada, em cima do salto), mas as pessoas e as empresas estariam “de joelhos”, sem forças e sedentas (terno e gravata indicam homens de negócios).

O longo tempo gasto nas filas para atendimento nos bancos e no processo de adaptação à nova realidade – o custo da aprendizagem – promoviam um “atraso de vida” que contrastava com a velocidade e voracidade do pacote econômico. Ao mesmo tempo, os 18 meses de bloqueio limitavam ferramentas que conferiam agilidade ao sistema financeiro, como o cheque, que perde a característica de ser uma ordem de pagamento imediata (vide figura FSP902103A2), e o caixa eletrônico, que deixa de ser símbolo de rapidez e praticidade, diante das filas intermináveis e da carência de papel moeda, que comprometiam sua funcionalidade (vide figura IES902103P122).

Figura OESP903003P2
O Estado de S.Paulo, 30/03/90 p. 2

Figura IES901804P74
Isto É Senhor, 18/04/90, p. 74

Figura IES902103P122
Isto É Senhor, 21/03/90, p. 122

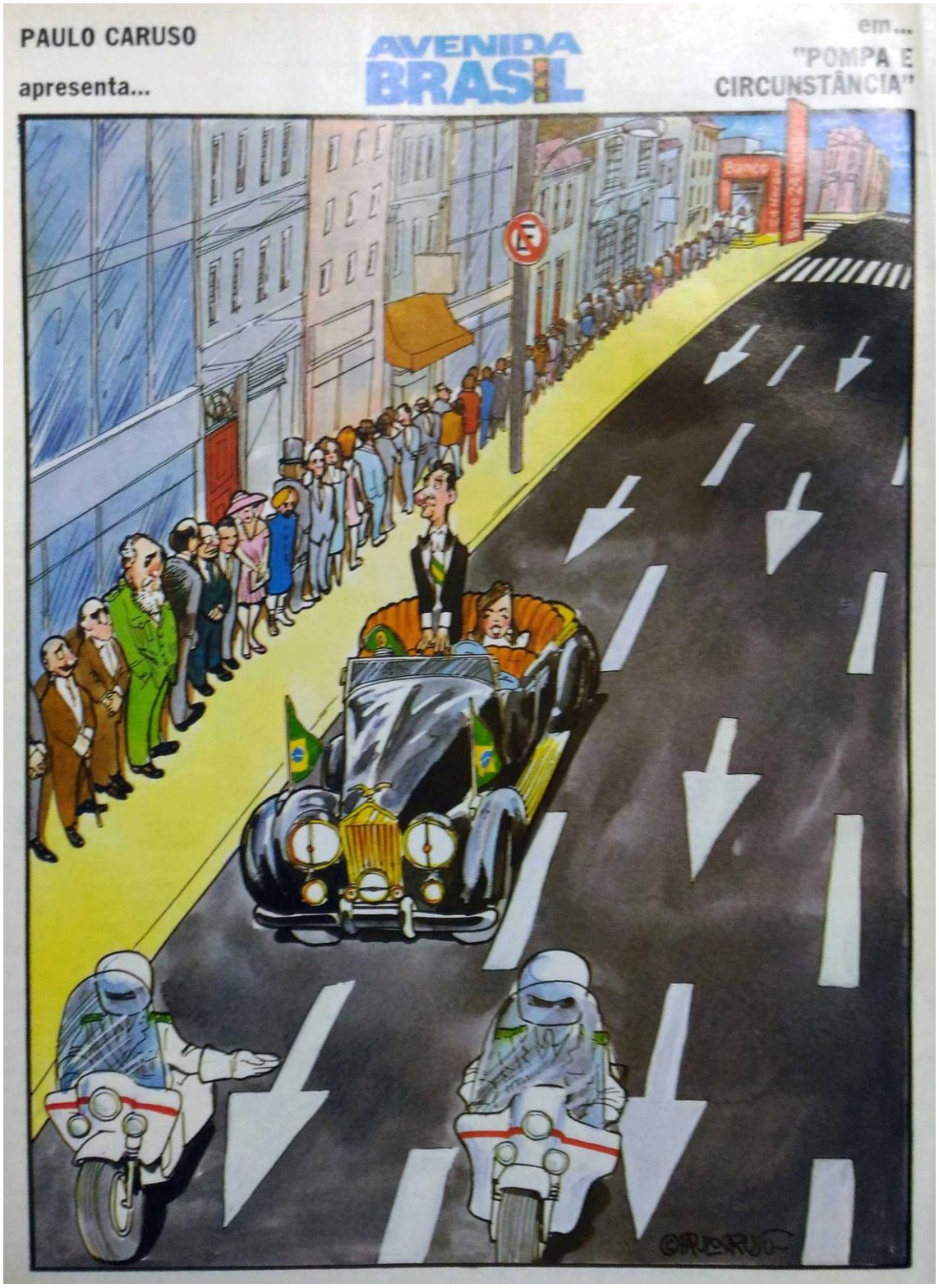


Figura FSP902103A2
Folha de S.Paulo, 21/03/90, p.A-2

Memória

Nas fontes visuais analisadas, a memória é representada pelos hábitos e comportamentos do passado, que ancoram a identidade. As pessoas tendem a se reconhecer por seus costumes e crenças e o Plano Collor, ao exigir mudanças bruscas de vida, coloca a identidade em xeque. A tentativa de manutenção dos hábitos do passado mesmo num contexto adverso seria uma forma de lutar contra a perda da identidade pessoal (vide figuras FSP901709A2 e FSP900708A2).

O restaurante da figura FSP901709A2 continua aberto, mas uma refeição naquele local passa a depender de um acordo prévio entre o dono e o cliente, que sem dinheiro no bolso, busca uma alternativa para arcar com a conta. O escambo se transforma numa forma de se preservar, ainda que por um período limitado, os costumes de tempos passados.

.

Figura FSP901709A2
Folha de S.Paulo, 17/09/90, p.A-2

De forma semelhante, na figura FSP900708A2, a ida ao supermercado deixa de ter a função de abastecimento do lar e se transforma numa busca por recordações dos tempos em que havia dinheiro para consumir. As facilidades de compra oferecidas pelo supermercado continuam existindo, mas já não fazem parte do modo de vida daquela família. Por isso, o supermercado se torna, para a mulher, um local de passeio e não de compra – o que incomoda o gerente, já que o "passeio" não gera lucro para a empresa. A violência psicológica resultante do confisco das aplicações financeiras fica evidente pelo orgulho ferido e pela tentativa de dissimular a clara ausência de recursos para consumir. Diz Adam Smith (1759/1999) que

> É porque os homens estão dispostos a simpatizar mais completamente com nossa alegria do que com nossa dor, que exibimos nossa riqueza e escondemos nossa pobreza. (...) Ser notado, servido, tratado com simpatia, complacência e aprovação, são todos os benefícios a que podemos aspirar. É a vaidade, não o bem estar ou prazer que nos interessa. Mas a vaidade sempre se funda sobre a crença de que somos objeto de atenção e aprovação.[16]

[16] SMITH, Adam (1759). *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.59

Figura FSP900708A2
Folha de S.Paulo, 07/08/90, p.A-2

O apego ao passado (tempo em que havia dinheiro no bolso) e o temor de enfrentar o presente expõem as pessoas a situações vexatórias, numa tentativa de negar a nova realidade. A ausência inesperada de dinheiro desencadeia crises de identidade e acaba por interferir nas normas sociais. Sem recursos financeiros disponíveis, as pessoas perdem a capacidade de agir segundo suas convicções e planejamentos, se vendo obrigadas a priorizar suas necessidades. O bloqueio das aplicações financeiras gera situações que levam à tomada de decisões indesejadas, causando desconforto e sofrimento, como colocado, de forma escrachada, pela *TV Pirata*, no quadro em que a mulher, com o aval do marido, se deita com o padeiro para obter comida (vide anexo 4: TV Pirata - Transferência de titularidade (Rede Globo,1990). Nesta situação, a prostituição deixa de ser motivo de vergonha e reprovação, sendo não só aceita como incentivada.

A memória também aparece como conhecimento resultante de experiências passadas. Na figura FSP901507A2, ela surge por meio da pesquisa de opinião, que antecipa o comportamento do economista com base em situações anteriores. Entende-se, portanto, que assim como a memória do passado permite aos

entrevistados prever o discurso dos economistas, ela também possibilita projetar a tendência da inflação.

Figura FSP901507A2
Folha de S.Paulo, 15/07/90, p.A-2

A “memória inflacionária” é o tema das figuras FSP900309A2 e FSP902804A2, que apresentam a dificuldade de se acabar com a inflação num país que se acostumou com o reajuste constante de preços. A recordação de episódios anteriores influenciava o comportamento dos comerciantes, que ao menor rumor de interferência nos preços corriam para reajustar suas tabelas. Também neste caso era válido o atalho mental descrito por Tversky e Kahneman (apud Ávila e Bianchi, 2015: 31), que fazia com que a possibilidade de um evento ocorrer fosse percebida como maior pelo simples fato de um exemplo (lembrança do passado) vir rapidamente à mente.

Figura FSP900309A2
Folha de S.Paulo, 03/09/90, p.A-2

Figura FSP902804A2
Folha de S.Paulo, 28/04/90, p.A-2

Em uma reportagem de julho de 1990, a revista *Veja* define a "cultura inflacionária" da época:

> Décadas de inflação elevada ensinaram aos brasileiros que os preços só andam num sentido – para o alto. O produtor eleva o preço de sua mercadoria, o comerciante carimba seu acréscimo nas etiquetas, o trabalhador exige salário maior – e o produtor eleva de novo o preço dos seus artigos. Todos ficam temporariamente satisfeitos, exigem providências do governo e continuam a empurrar os preços para cima, numa velocidade cada vez maior, com a doce sensação de que há mais dinheiro entrando no bolso a cada rodada. Como cada um deles sabe que é impossível criar um sistema milagroso em que todos levem vantagem ao mesmo tempo, procuram sempre correr na frente com seu aumento particular, na esperança de que alguém mais lerdo fique com o prejuízo – e a tartaruga de praxe é o trabalhador. "A cultura inflacionária transformou-se numa segunda pele do brasileiro", analisa Esdras Guerreiro Vasconcellos, professor de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo. "Ninguém se livra sem traumas de uma cultura arraigada em anos e anos de aprendizado." (...) "Cada vez fica mais claro para mim que esse agente de inflação vive dentro de cada um de nós brasileiros moldando nossas ações de uma maneira muito acentuada", diz o professor.[17]

[17] *Veja*. "A Cultura da Inflação". 11 de julho de 1990, p. 46-53.

Considerações Finais

Como foi possível observar, a complexidade do Plano Collor vai além de seus aspectos técnicos. A variedade de sentimentos, expectativas e reações por ele inspirados evidencia o quão profundamente as decisões tomadas pela equipe econômica e pelo próprio presidente da República tocaram a vida da população.

As fontes analisadas indicam que o governo minimizou ou simplesmente não considerou o impacto das medidas econômicas no cotidiano, abrindo mão de uma necessária comunicação eficiente e bem planejada, o que resultou em sérios prejuízos para toda a sociedade. As diversas situações estudadas sinalizam que a equipe econômica e o próprio presidente não tinham plena consciência de como o Plano Collor poderia influenciar o dia a dia das diferentes camadas da população. Ao observarmos os efeitos das medidas sobre operações ordinárias do cotidiano – como compras e vendas em lojas e supermercados, pagamentos de contas e impostos, prestações de serviços etc. – percebemos a carência de estudos e ações voltadas para reorientar as atividades num contexto de brusca mudança de rotinas e regras. Desprezar o componente cultural/comportamental do pacote econômico pode ter sido a maior falha do governo na condução da economia, uma vez que tal fator, como pudemos ver, apresenta enorme potencial de alteração de resultados previstos, dado o caráter humano (com todas as suas imperfeições) das relações econômicas.

O Plano Collor não provocou mudanças significativas nas estruturas das cidades, mas teve profundas implicações no modo de vida urbano. Ao alterar as regras de funcionamento da sociedade, rotinas foram quebradas e comportamentos modificados, diante da necessidade de adaptação às novas condições de vida. Neste processo, o inimigo comum deixou de ser a inflação e a “imoralidade” nas práticas econômicas para se tornar o Estado, responsável por um plano econômico capaz de provocar mais dor e sofrimento do que os males que deveria combater. O Plano Collor representou uma perda temporária de cidadania, por tolher o cidadão do direito constitucional de dispor do próprio patrimônio no momento e da forma que desejasse e, ao mesmo tempo, obriga-lo a cumprir com compromissos assumidos quando tais restrições inexistiam. Direitos se perderam e obrigações

permaneceram, diante da intervenção do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário.

Indo além do aparente consenso na sociedade brasileira sobre a necessidade de adoção de medidas firmes para se enfrentar o avanço da inflação – refletido pelo alto índice de aprovação do Plano Collor nos primeiros dias após seu lançamento –, pudemos observar a existência de vozes de descontentamento que se multiplicavam à medida que dúvidas, tristezas, angústias e decepções com o pacote econômico cresciam. Os aspectos emocionais e psicológicos do plano econômico tornam estéril qualquer tentativa de mensurar em números seus impactos, pois nenhum cálculo, por mais complexo que seja, é capaz de medir a dor, o sofrimento e o desespero daqueles que de um dia para outro foram subtraídos de seu sonhos e projetos de vida. Aos poucos, foi-se tornando claro que os sacrifícios aceitos por muitos como condição para o controle inflacionário não trariam tal resultado, consolidando a percepção de incompetência e má-fé por parte dos governantes. O autoritarismo de Collor – confundido com patriotismo, eficiência e competência na gestão pública, fonte de sua força política – perde apelo.

O sentimento unificador de usurpação de direitos estimulava manifestações de descontentamento que encontraram na rápida e contínua difusão de informações pela mídia e na deficiência de comunicação das autoridades públicas um catalisador. Tais manifestações, no entanto, não se expressavam em forma de comício ou movimento organizado, mas sim nas filas dos bancos, nos bares e nas cartas enviadas a jornais e revistas, de maneira descentralizada, sem ícones de união ou símbolos de identificação, o que sugere uma preocupação muito mais pessoal do que social. O que se tinha, portanto, era uma soma de casos individuais unidos por pontos de interesse comuns, mas não um movimento coletivo. Diferentemente do movimento Diretas Já, ocorrido poucos anos antes (1983-1984), as manifestação de 1990 não implicaram no desenvolvimento de uma consciência política, de forma que elas se dissolveram juntamente com o Plano Collor, sem que a noção do direito à propriedade privada se convertesse em um processo de busca constante da cidadania. A oposição a Collor só chega às ruas em movimento organizado dois anos depois, provocado não pelo confisco das cadernetas de poupança – embora o fracasso do pacote econômico tenha contribuído neste processo –, mas por denúncias de corrupção envolvendo diretamente o presidente.

Este caso, que une ingerência política e irresponsabilidade socioeconômica, ajudou a consolidar a ideia de que o Brasil é o país do "jeitinho", um lugar em que as leis são arbitrárias, baseadas em interesses pessoais, aplicáveis a todos os cidadãos na teoria, mas não na prática – ou como diria o ditado: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei". Uma democracia em que o Estado é visto como traiçoeiro e usurpador, indigno de confiança, assim como todos aqueles relacionados ao sistema político.

O Plano Collor, que surgiu com o discurso de moralizar a economia, acabou por servir de argumento à sonegação e ao "jeitinho", uma vez que o sequestro das aplicações financeiras ensinou aos contribuintes que declarar bens é perigoso e manter dinheiro em bancos brasileiros requer cuidados. O trauma causado pelo confisco, além de modificar a relação das pessoas com o dinheiro, tornou perene a descrença nas instituições e nas leis brasileiras, de forma que até os dias atuais persistem os rumores de novos bloqueios, mesmo após a Constituição ser alterada para impedir que isto aconteça[1] – sinal de que ainda há um longo caminho a se percorrer até que a democracia brasileira possa ser considerada madura e consolidada. Neste ambiente de constante desconfiança, desprezar a influência de fatores emocionais e comportamentais na economia é o primeiro erro que se pode cometer em qualquer análise.

[1] Emenda Constitucional n. 32 de 11 de setembro de 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc32.htm . Acesso em 27 de agosto de 2018. Apenas para citar um caso recente de novo boato de confisco das aplicações financeiras, tomemos como exemplo o segundo semestre de 2017, quando uma onda de mensagens nas redes sociais informava que o governo do presidente Michel Temer iria congelar todas as contas poupança da Caixa Econômica Federal. Os rumores ganharam tal proporção que o Ministério da Fazenda e a Caixa Econômica Federal emitiram comunicado negando a informação. Na mídia, reportagens relavam o caso, traziam o histórico do Plano Collor e apresentavam entrevistas com advogados constitucionalistas. Veja mais nos links a seguir:
https://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2017/07/28/temer-vai-congelar-as-poupancas-da-caixa-governo-nega-boato-do-whatsapp.htm
https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/governo-vai-congelar-contas-de-poupanca-da-caixa-nao-e-verdade.ghtml
https://veja.abril.com.br/blog/me-engana-que-eu-posto/temer-nao-vai-bloquear-dinheiro-em-contas-da-caixa/

Referências bibliográficas e historiográficas

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. “O ortodoxo e o heterodoxo do Plano Collor”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

_____ “Riscos e Perspectivas do Plano Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

ARIELY, Dan. “Economia comportamental: um exercício de desenho e humildade.” In: *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. ÁVILA, Flávia e BIANCHI, Ana Maria (Org.) São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015, p. 20-28

ÁVILA, Flávia e BIANCHI, Ana Maria (Org.). *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015.

Banco Central do Brasil. *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil.* Disponível em https://www.bcb.gov.br/historiacontada/index.html. Acesso em 05 de novembro de 2018.

BARBOSA, Fernando de Holanda. “Plano Collor: Um Golpe de Mestre Contra a Inflação”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

BOENTE Alfredo; BRAGA, Glaucia. *Metodologia científica contemporânea: para universitários e pesquisadores*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: curso no Collége de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

BURKE. Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CAGAN, Phillip. “The Monetary Dynamics of Hyperinflation”. In: *Studies in the Quantity Theory of Money*, Chicago: University of Chicago Press, 1956.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Eliana. “A grande depressão”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

CARR, David. *Experience and History: Phenomenological Perspectives on the Historical World*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CARVALHO, Carlos Eduardo. “As origens e a gênese do Plano Collor.” In: *Nova Economia.* Belo Horizonte: vol.16, n. 1, jan./abr. 2006.

_____. “O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?” In: *Economia.* Niterói: v.4, n.2, jul./dez. 2003, p. 283-331.

_____. "Plano Bonex: peculiaridades do bloqueio da liquidez na Argentina em 1990." In: *Novos Estudos*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-Cebrap, n. 55, 1999, p. 37-60.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. *A economia política do governo Collor: discutindo a viabilidade de governos minoritários sob o presidencialismo de coalisão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2008.

CASTRO, Antonio Barros de. “O Plano como Resposta e Trégua”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

CASTRO, Paulo Rabello de. “A nova dívida”externa”do Plano Collor”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

CASTRONOVA, Edward. *Synthetic worlds: the business and culture of online games*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

CHACEL, Julian M. “A Coloração Teórica do Plano Collor: Uma Interpretação”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

CRABTREE, John. “The Collor Plan: Shooting the Tiger?” In: *Bulletin of Latin American Research.* Vol. 10, n. 2, 1991, p. 119-132.

COGGIOLA, Osvaldo. *Alemanha 1918-1924: Hiperinflação e Revolução*. São Paulo: LCTE, 2010.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. “Economia comportamental: de volta à filosofia, sociologia e psicologia.” In: *Texto para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 173, dez/2009.

DAMÁSIO, Antonio R. *O Erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. “Para uma sociologia da inflação”. In: *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*. Org. VIEIRA, José Ribas; BARBOSA, Lívia Neves de Holanda; PRADO, Luis Carlos Delorme; LEOPOLDI; Maria Antonieta P.; D’ARAUJO, Maria Celina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993a.

DIMENSTEIN, G., KOTSCHO, R. *A aventura da reportagem*. São Paulo, Summus, 1990.

FAILLA, Zoara (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FARO, Clovis de (Org.). *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor* Avaliações e Perspectivas. V. 45, jan/1991.

FATÁS, E., ROIG, J.M. “Una introducción a la metodología experimental en economía.” In: *Cuardenos de Economía*. Vol. 27, 2004, p. 7-36.

FEHR, Ernst e SCHMIDT, Klaus M.. "A Theory of Fairness, Competition, and Cooperation." In: *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 114, n° 3, 1999, p. 817–868.

FERREIRA, M.C., FISCHER, R., PORTO, J.B., PILATI, R., MILFONT, T.L. “Unraveling the mystery of Brazilian jeitinho: a cultural exploration of social norms.” In: *Personality and Social Psychology Bulletin*. Vol. 38, p.331-344.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. *O Componente emocional – funcionamento mental e ilusão à luz das transformações econômicas no Brasil desde 1985*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP, 1999.

FERRARI, Florencia, DULLEY, Iracema, PINHEIRO, Jamille, VALENTINI, Luísa, SZTUTMAN, Renato, MARRAS, Stelio. ““O Apache era o meu reverso”- Entrevista com Roy Wagner". In: *Revista de Antropologia*. Vol.54, n° 2, 24 de agosto de 2012, p. 955-978

FGV- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete Zélia Maria Cardoso de Melo. Disponível em http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/zelia-maria-cardoso-de-melo. Acesso em 5 de novembro 2018.

FGV- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete Antônio Kandir. Disponível em http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/antonio-kandir-1. Acesso em 5 de novembro 2018.

FLYNN,Peter. “Collor, Corruption and Crisis: Time for Reflection”. In: *Journal of Latin American Studies.* Vol. 25, n° 2, 1993, pp. 351–371.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FONSECA, P. e MURAMATSU, R. “Economia comportamental e trajetórias de consumo intertemporal – anomalias e evidências do caso brasileiro.” In: *Revista Jovens Pesquisadores*, n.9, jul-dez 2008, p. 63-83

GARCIA, Luiz. *Manual de Redação e Estilo - O Globo*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.

GOMBRICH, E. H. “O arsenal do cartunista.” In: *Reflexões sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____.”Magic, Myth and Metaphor”. In: *The uses of images – Studies in the social function of art and visual communication*. Londres: Phaidon Press, 1999

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Textos para discussão*. Brasília: julho de 1999, p.21. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0654.pdf. Acesso em 17 de junho de 2017.

GOTTSCHALK, Andréa e LOPES, Juarez Brandão. "Recessão, Pobreza e Família: a década pior do que perdida". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. V.04, nº.1, jan-mar 1990, p. 100-109.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JALORETTO, Cláudio. “Política Fiscal e Dívida Pública”. In: *Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional*. 2009. Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIVPremio/divida/MHafdpXIVPTN/monografia_Tema1_Claudio_Jaloretto.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2016.

LANGONI, Carlos Geraldo. “A Reforma Econômica: Riscos e Vulnerabilidades.” In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

LEMGRUBER, Antonio Carlos. “A reforma monetária”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

LONGO, Carlos Alberto. “O Plano Collor em Perspectiva”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

MAIA, César. “A Polêmica em Torno do Programa de Estabilização do Governo Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

MACEDO, Roberto. “O Plano é melhor, o governo talvez”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

_____ “O Plano Collor: Melhor sem Ser o Bom”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

MARTINS, Eduardo. *Manual de Redação e Estilo - Estado de S. Paulo*. São Paulo: Moderna Editora, 1992.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. “Aspectos Jurídicos do Plano Brasil Novo”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

_____. *O Plano Brasil Novo e a Constituição*. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitária, 1990.

MARTINS, Luciano. “A Autonomia Política do Governo Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

MARTONE, Celso L. “Mais um Programa de Estabilização Inconsistente”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

McKinsey Global Institute. “Productivity - The key to an accelerated development path for Brazil”. São Paulo, Washington, março 1998.

MELO, Carlos. *Collor: o ator e suas circunstâncias*. São Paulo: Novo Conceito, 2007.

MELLO, Pedro Collor de*. Passando a limpo: a trajetória de um farsante*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Cidade: artefato, campo de forças, representação.” In. *Patrimônio: atualizando o debate*. Org. MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo. São Paulo: IPHAN, 2006

MOSCOVICI, Serge. *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

NAKANO, Yoshiaki. “As Fragilidades do Plano Collor de Estabilização”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

NERI, Marcelo Cortes. *Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-Cruzado*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1990. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8035 . Acesso em 2 de junho de 2017.

Novo Manual da Redação. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1992.

OLIVA, Aloísio Mercadante; MANTEGA, Guido. “A armadilha da liquidez que existe no Plano Collor”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

OLIVEIRA, Fabricio Augusto. “La política económica en el gobierno de Collor: estrategias y fracasos en la lucha antiinflacionaria.” In: *Investigación Económica*. vol. 52, n. 203, Sección temática: Brasil hoy (enero-marzo 1993), p. 141-160.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PAIVA, Paulo. “Colloreconomics”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

PASTORE, Affonso Celso. “A Reforma Monetária do Plano Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “As incertezas do Plano Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991a, p. 83-96.

_____. *Os tempos heroicos de Collor e Zélia - Aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia*. São Paulo, Nobel, 1991b.

PETRY, Michele. “As expressões gráficas de humor na História: uma metodologia de leitura para as fontes texto-visuais”. In: *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, 2009, p. 840-849

PRADO, Eleutério F. S. “A ortodoxia neoclássica.” In: *Estudos Avançados*. São Paulo: vol.15, n.41, 2001, p.9-20.

QUEIROZ, Cid Heráclito de. “O Plano Collor, a Constituição e a Lei”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

RAMALHO, Valdir. "Elementos para uma avaliação de confiscos monetários". In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 47, out/dez 1993, p. 533-64.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho, ECKERT, Cornelia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas.* Porto Alegre: Marcavisual, 2003.

RODRIGUES, Alberto. *O Brasil de Fernando a Fernando - Neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí: Unijuí, 2000.

RUDMIN, Floyd Webster. The economic psychology of Leon Litwinski (1887-1969) - A program of cognitive research on possession and property. In: *Journal of Economic Psychology*. North Holland: v.11, 1990, p. 307-339.

RUITER, Robert; ABRAHAM, Charles; KOK, Gerjo. *"*Scary Warnings and Rational Precautions: A Review of the Psychology of Fear Appeals." In: *Psychology & Health,* Vol 16, 2001, p. 613-630.

SABINO, Fernando. *Zélia, uma paixão*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALLUM JR., Brasilio. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SCHNEIDER, Ben Ross. "Brazil under Collor: Anatomy of a Crisis." In: *World Policy Journal*. vol. 8, n. 2 (Spring, 1991), p. 321-347.

SEN, Amartya. "Comportamento econômico e sentimentos morais." In: *Lua Nova*. São Paulo: n. 25, abril/1992, p. 103-130.

SENNA, José Júlio. "As Torneiras de Liquidez". In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

SILVA, Cláudio Humberto Rosa e. *Mil dias de solidão: Collor bateu e levou*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: *O fenômeno urbano.* VELHO, O. (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Primeira publicação em 1902.

SIMONSEN, Mario Henrique. “Mais importante que o Plano é sua execução”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39), julho-setembro/1990.*

_____ “Aspectos Técnicos do Plano Collor”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, Paul. “Uma crítica técnica do Plano Collor”. In: *Revista de Economia Política. Vol.10, n.3 (39),julho-setembro/1990.*

SHIBUTANI, T. *Improvised News: A Sociological Study of Rumor*. Indianapolis: The Bobbs-Merril Co, 1966.

SMITH, Adam (1759). *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TAVARES, Olga. *Fernando Collor: o discurso messiânico; o clamor ao sagrado*. São Paulo: Annablume, 1998.

VALENÇA, Márcio Moraes. “The Politics of Giving in Brazil: The Rise and Demise of Collor (1990-1992).” In: *Latin American Perspectives*, Vol. 29, N. 1, Janeiro/2002, p. 115-152.

VILLA, Marco Antonio. *Collor presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____ *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEYLAND, Kurt. The Rise and Fall of President Collor and Its Impact on Brazilian Democracy. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*.Vol. 35, No. 1 (1993), p. 1-37.

WIDDIG, Bernd. *Culture and Inflation in Weimar Germany*. Berkeley: University of California Press, 2001

WITTE K., ALLEN M. "A meta-analysis of fear appeals: implications for effective public health campaigns". In: *Health Education & Behavior*. V.27, outubro/2000, p. 591-615.

ZWEIG, Stefan. *The World of Yesterday: An Autobiography*. University of Nebraska Press, 1964.

ZOTTMANN, Luiz. “O Plano Brasil Novo: Tão Ousado Quanto Vulnerável”. In: *Revista Brasileira de Economia - Edição Especial: Plano Collor Avaliações e Perspectivas*. V. 45, jan/1991.

ANEXOS

(Vide arquivo digital)

1 – Relação das reportagens jornalísticas consultadas

2 – Cartas dos leitores publicadas pelos veículos consultados

3 – Charges e cartuns consultados

4 – Vídeos consultados

5 – Processos judiciais consultados

6 – Discurso de Fernando Collor de Mello: anúncio do Plano Collor

7 – Medida Provisória 168, de 15 de março de 1990

8 – Cartilha do Plano Collor